



Descrição da Documentação	
Nome da Pasta	12. Pastoral Operária
Número de Documentos	262
Tipo da Documentação	Textos relacionados à Pastoral, fórum, reuniões, cartas e informativos.
Data/Ano	1990-2002
Formato	Panfletos e folha A4
Descrição	O arquivo reúne textos, fóruns, listas de presença, cartas e informativos aos trabalhadores a respeito da Pastoral Operária.
Palavras-Chaves	Pastoral Operária; Pastorais Sociais; trabalhadores.
Observações	A documentação está em bom estado de conservação e foi doada pela Cúria Diocesana de Nova Iguaçu para compor o acervo do Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar (CEDIM).

- Pastoral do Trabalhador
- Circular – 02/02
- Assunto: 1º Encontro de Formação
- Tema: Fraternidade e povos indígenas
- Local : Estrada do Pontal , 5655 (Casa Ser e Crescer) - Recreio
- Data: 1, 2, 3 de março de 2002
- “Uma Vida digna e possível ! com trabalho, justiça e solidariedade!
- A Campanha da Fraternidade deste ano (CF/2002) sublinha a importância da terra para todo o ser humano, em especial para os povos indígenas , pois é aí que se pode encontrar o espaço da memória, do culto, da realização plena da vida. “ É necessário reconstruir também as relações com a natureza e com o meio ambiente, e, nesse campo, podemos aprender com os povos indígena , bebendo de sua solidariedade milenar que confirma: não foi o homem que teceu a trama da vida; ele é apenas um de seus fios. E se o tecido adoecer, toda a vida adoecer com ele.”(CF/2002 , nº 92) .
- O lema da CF/2002 vem despertar do sono os que não mais ousam sonhar. O lema chama a atenção para a possibilidade de “uma terra sem males”.
- Olhando a nossa volta, temos a impressão de que a aspiração da CF/2002 é um clamor no vazio . No entanto, quem se dispõe a seguir os passos de Jesus Cristo para valer não pode abrir mão desse sonho. O referencial do cristão é a justiça e a fraternidade para todos. A medida que esse referencial vai se concretizando na prática, a realidade de “uma terra sem males” vai sendo gestada.
- Contribuir para a efetivação desse lema da CF/2002. é colaborar para o início da realização do Reino de Deus. Cada agente de pastoral é convidado a ser promotor dessa causa. Nossa vocação é promover a esperança e acreditar que a utopia de “uma terra sem males” pode ser possível. “Buscar coletivamente essa terra sem males fortalece a nossa humanidade e confirma a nossa vocação cristã, de ter as mãos abertas para dar e receber, de estar dispostas a escutar, compreender e anunciar. Podemos vislumbrar as formas mais comunitárias de viver, que busquem o bem-estar de todos e não a manutenção dos privilégios de uma minoria “ (CF/2002, nº 257).
- Alimentando esse desejo, propomos algumas contribuições que nos ajudam a compreender melhor a proposta desta CF/2002.
- Boa continuidade de Quaresma e que a força do Cristo Ressuscitado traga novo ânimo missionário aos agentes de pastoral que procuram testemunhar a boa nova do Reino com a própria vida.
- Para uso das vagas não utilizadas após a data limite (25 de fevereiro) para confirmação de participação, por parte dos grupos de base, elas serão preenchidas pela ordem de solicitação a secretaria da pastoral.
- A Comissão sem ser excludente, pede que os companheiros tenham uma caminhada de fé em seu grupo, e um critério como tantos outros para ser avaliado na indicação de um encontro.

Taxa : de Contribuição: R\$ 12,00 (doze reais)

Anexo a circular como chegar a casa (Roteiro)

Confirmar a presença pelo telefone: 2292 – 3131 ramal 414 (Tania ou Fortunato)

Obs: Levar Bíblia, papel para rascunho, caneta, roupa de cama, toalha de banho.

Paz e Bem

Fortunato Wenceslau da Silva

Coordenador Arquidiocesano da Pastoral do Trabalhador

PASTORAL OPERÁRIA

PO_a

Assembleia Estadual

A 10ª ASSEMBLÉIA DA PASTORAL OPERÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SERÁ COM CERTEZA, A EXPRESSÃO DA DETERMINAÇÃO E VONTADE DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES, UNIDOS PELA FÉ EM CRISTO JESUS O CARPINTEIRO DE NAZARÉ, EM CONTINUAR ANUNCIANDO O REINO DE DEUS ATRAVÉS DA DIVINDADE DO TRABALHO.

FG MIGUEL

10ª ASSEMBLÉIA DA PASTORAL OPERÁRIA DO ESTADO
RIO DE JANEIRO - 26,27 e 28 DE NOVEMBRO/1993

PO^a
Assembléia

OBJETIVO : Celebrar e avaliar a caminhada da Pastoral Operária do Estado do Rio de Janeiro.

II
OBJETIVO : Definir atuação da Pastoral Operária no mundo do trabalho como sinal de serviço e esperança aos trabalhadores.

LOCAL : Centro de Formação da Diocese de Volta Redonda - Arrozal (Distrito de V.Redonda)

DOS PARTICIPANTES : CPT, JOC, ACO, PJ, CUT, PO Nacional, Bispos (convidados) e delegados da dioceses, V.Redonda(7), Rio(7), N.Iguaçu(7), D.Caxia(3) Itaguaí(4) e Valença(3).

PROGRAMAÇÃO

DIA: 26/11/93 (sexta feira)

Horários	Atividades
18:00 hs	- Chegada - Inscrições
19:00 hs	- Jantar
20:00 hs	- Oração inicial / Apresentação dos Partipantes / Exposição dos objetivos / Encaminhamentos geral.

DIA: 27/11/93 (sábado)

Horários	Atividades
07:30 hs	- Café
08:00 hs	- Plenário - Encaminhamento para trabalho em grupos Objetivo: Avaliar a PO nos seguintes aspectos: seus objetivos; sua atuação e como ela (PO) acontece. (VER O GUIA)
08:10 hs	- Trabalho em grupos
10:00 hs	- Cafezinho
10:15 hs	- Plenário - Objetivo: aprofundar e sistematizar os resultados dos grupos.
12:30 hs	- Almoço
14:00 hs	- Plenário - Encaminhamento para trabalho em grupos

Horarios**Atividades**

- 14:10 hs - Trabalho em grupos (observar o guia)
- 16:00 hs - Cafezinho
- 16:15 hs - Representante da PO nacional - Panorama da PO no Bra-/
sil.
- 16;30 hs - Plenário - Objetivo: definir linhas de ação e priorida-
des para 94/95.
- 18:30 hs - Jantar
- 20:00 hs - Celebração
- 21;00 hs - Confraternização

Assembleia

750
750
750
750
750
750
750
750
750
750
750

DIA: 28/11/93 (domingo)

Horário Atividades

- 07:30 hs - Café
- 08:00 hs + Plenário das deliberações gerais:
- + Prestação de contas financeira
 - + Apresentação dos novos integrantes da Ccord.estadual
 - + Envio: ds delegados a Assembleia Nacional.
 - + Liberação estadual.
 - + Curso de Janeiro
 - + Assistentes
 - + Data da próxima Assembleia.
 - + Avaliação da Assembleia.
- 12:00 hs - Oração final
- 12:30 hs - Almoço
- Encerramento.

OBSERVAÇÕES :

- * Todos devem chegar na sexta feira, evitando assim, atraso na programa-
ção;
- * As despesas com passagens serão assumidas pelas dioceses.
- * Trazer roupa de cama e de banho
- * Trazer instrumento musical que saiba tocar.
- * Promover entre os delegados discussão sobre os conteúdos da Assem-/
bléia.
- * Combine com o pessoal da diocese para viajarem juntos, para evitar
dispersão(desencontros).

GUIA DA ASSEMBLÉIA

I - GRUPOS DE BASE

Os GdeBs é uma das maiores expressões de força da PO, a ele sempre dedicamos atenção especial. A cada ano que passa os desafios da continuidade dos GdeBs nos deixam mais preocupados.



A quem se atribuir tal situação? Reconhecemos que a crise não só pertence à PO, mas de toda sociedade, e especialmente dos movimentos sociais de esquerda.

As dificuldades vividas pelos GdeBs, deixam a PO sem direção e sem referências. O que será da PO se permanecer nesta situação?

"É das trevas que nasce a luz!". As dificuldades encontradas para perfurar o solo, mostram que as ferramentas utilizadas não são eficazes e que precisamos aperfeiçoá-las.

Nesta Assembleia, vamos nos desafiar e repensar nossos propósitos: Pastoral Operária por quê?

para que ?

como ?

- 1) Por que você está na Pastoral Operária ?
- 2) Para que serve a Pastoral Operária?
- 3) Você participa de GdeBs? Por quê?
- 4) O que faz seu GdeBs? Como? Quais as dificuldades?
- 5) como você gostaria que fosse a Pastoral Operária?



Em nossa última reunião de Coordenação, podemos verificar que muitos de nossos grupos vêm buscando saídas alternativas através de diversas iniciativas, tais como: Alfabetização de adultos; grupos de produção e geração de renda; teatro; cursos, inserção nos movimentos (cidadania, mulheres, moradia etc).

Assumimos na linha de frente a responsabilidade de viabilizar a S.Social no Estado. Foi um grande desafio, que por fim, revelou nosso potencial. Nas cinco dioceses (VR, NI, RJ, IT, VA) onde as forças sociais foram convocadas para participar da SS, em três delas a PO desenvolveu um papel de importância na articulação (RJ, VR e NI), tendo nas outras duas contribuído de forma menos destacada, mesmo assim, com muito valor.

A falta de clareza nos objetivos da SS, dificultou uma melhor comunicação entre as Pastorais sociais, por isso, devemos nos empenhar para garantir a continuidade da pequena aproximação que foi proporcionada entre PO, JOC, ACO, CPT, Menor e CEBs.

Constatamos que as coordenações de Pastorais sociais das diversas dioceses, não se empenharam minimamente para o sucesso da SS, ficando está por conta quase que exclusiva da PO, que por sua vez não conseguiu motivar suas bases para participar.

III - 6ª ROMARIA DOS TRABALHADORES

Registramos neste ano um crescimento na participação do nosso Estado nesta atividade. Continua sendo esta uma grande oportunidade de animar a fé e a devoção à NSra. por parte do povo simples de forma libertadora. Nestes momentos difíceis onde é latente a busca do sagrado, precisamos, ter paciência cultural e religiosa para combinar a mística libertadora com a fé devocionista do povo trabalhador.

Das avaliações realizadas destacamos os seguintes pontos:

- Porquê da realização da Romaria em parecida, e não em um local mais simbolizador da luta dos trabalhadores;
- O local não proporciona o diálogo;
- A atividade está se tornando monótona e repetitiva;
- A celebração continua cansativa;
- O tema central "moradia" ficou esquecido;
- Ato público sem participação do povo e falas longas;
- Falta preparo nos animadores, que não valoriza a participação pop.
- Quais são os resultados deste investimento para PO?
- Demora na distribuição dos materiais (camisa, cartilha, cartaz...)

70
Assembleia

Não podemos nos esquecer que o segredo do da Romaria não está somente nos dias 7 de setembro, mas sobretudo, na preparação anterior, algo que continua não sendo bem trabalhado por nós. Para tanto são desafios:

- Formação de uma equipe atuante no Estado ;
- Agilizar a distribuição do material;
- Criar iniciativas a nível de atividades e subsídios nas dioceses;
- Aprofundar com as comunidades o tema da Romaria ;
- Envolver outras Pastorais e movimentos na organização;
- Levar a proposta da Romaria a outras dioceses do Estado.
- aprofundar junto aos GdeBs, sobre a importância e o objetivo.

IV - FORMAÇÃO

Seria um equívoco dizer-mos que a PO não faz formação para justificar a desmotivação dos nossos militantes . Existe um certo erro no conteúdo repassado, que são muitos deles, totalmente divorciado do cotidiano dos trabalhadores (automação, pós modernidade, teologia...).

Para melhor formação na PO, é necessário partir da prática dos trabalhadores, sua cultura, seus desejos, suas dificuldades etc. Outro outro grande problema da formação é linguagem utilizada, de difícil compreensão por parte dos trabalhadores.

A questão da religiosidade , da espiritualidade e da fé, devem ser sempre levado em conta na formação, ressaltando sempre o projeto de Deus na História. A PO não tem sabido combinar bem este aspecto, vide a forma que tem encaminhado a Romaria.

Sugestão ; criação de uma equipe que incentive a troca entre as / dioceses.

V - MOVIMENTO SINDICAL

Qual é hoje, a inserção dos militantes da PO no movimento sindical? A pergunta vem no sentido demonstrar o grau de importância atribuído ao assunto sindicalismo dentro da PO.

O fato da questão sindical não ser um elo forte das nossas relações, não significa que a abandonamos. Existe um chamado muito forte de algumas categorias (doméstica, construção civil e ambulantes). que estão / mais próximas da realidade do PO, despertando uma solidariedade que pode ser expressa através dos nossos serviços.

O movimento popular tem atraído grande parte da nossa militância revelando uma contradição entre nosso discurso e a prática, pois em nossas avaliações, análise e reflexões, levamos sempre em consideração o movimento sindical,

A participação neste campo precisa ser incentivada, pois nele está contida a riqueza dos novos movimentos (mulheres, menores, grupo de produção, festa...) que estão mais eminentemente ligados ao cotidiano das comunidades.

VII - POLÍTICA

Muitas pessoas da PO sentem o engajamento político como dever e vocação, é o desejo de transformação que se faz presente.

Na PO não se tem criado muito espaços para essa reflexão, imagine na Igreja como um todo, a questão é tratada mais a nível de informe e distribuição de convocatórias.

Nas cidades de Volta Redonda e Angra dos Reis, estamos vivenciando outras formas de experiências, através da participação nas discussões e nas ações do poder público, isso acontece em meios de muitos conflitos, pois a atividade política se encontra desacreditada diante do povo.

No próximo ano, temos eleições, por sinal, bastante complicadas, as experiências passadas tem nos mostrado que nestes períodos, os grupos se desarticulam, precisamos pensar em como participar deste momento sem nos desorganizar.

VIII - TRABALHO COM AS MULHERES

A experiência deste trabalho, tem apontado um caminho promissor a ser trilhado pela PO.

Neste ano foram promovidos dois encontros, avaliados positivamente, aos poucos vai sendo definido os objetivos desse trabalho, alguns frutos já são apresentados, incentivo a formação de GdeBs.



Apesar da equipe responsável pelo trabalho ser composta por companheiras das dioceses que compõem a PO Estadual, não houve por parte das coordenações diocesanas o devido empenho neste sentido.

Asssembléia

Para o próximo ano já se pensa em desenvolver o trabalho mais / diretamente nas dioceses que estão se organizando e também preparar / eventos e subsídios sobre o trabalho (8 de março).

IX - COORDENAÇÃO ESTADUAL

Estão completando 2 anos na Coordenação os companheiros: Zé Ge- / ral, João Crispin, Penha e Luiz Carlos que pediu dispensa.

Existe a proposta de almentar para 2 a representação de Itagui.

X - 10ª ASSEMBLEIA NACIONAL DA PASTORAL OPERÁRIA

A Coordenação indicou para representar a PO, Tânia e Zequinha.

XI - LIBERAÇÃO ESTADUAL

A proposta é que Gilberto continue por mais 1 (um) ano, sendo elaborado uma política no sentido promover as próximas liberações.

XII - CURSO DE JANEIRO

Devido as dificuldades financeiras e desarticulação das dioceses na convocação dos participante, está se propondo a realização apenas / em um final de semana.

XIII - ASSISTENTES

Além da Ir. Rita e com a chegada do Pe. Luciano, precisamos reforçar o comprometimento nas dioceses por partes dos agente.

XIV - DATA DA PRÓXIMA ASSEMBLÉIA E FINANÇAS

Avaliar a proposta de realização bianual da Assembléia.

Apresentação do relatório financeiro.



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

2º Encontro Nacional da Pastoral Social/CNBB

Centro de Pastoral Santa Fé – São Paulo/SP

11 a 14 de novembro de 2002

FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE:

UF:

CEP:

TELEFONE:

FAX:

E-MAIL:

DE QUAIS MOVIMENTOS SOCIAIS, PASTORAIS E/OU INSTITUIÇÕES VOCÊ PARTICIPA OU PARTICIPOU? _____

PARTICIPOU DO 1º ENCONTRO NACIONAL DA PASTORAL SOCIAL/CNBB DE 2000?

() SIM

() NÃO

REPRESENTAÇÃO NO 2º ENCONTRO NACIONAL DA PASTORAL SOCIAL/CNBB: _____



PASTORAL OPERÁRIA RIO DE JANEIRO

"Estejam sempre prontos a dar razão de sua esperança."
(1Pd 3,15)

São Paulo, 31 de maio de 2003.

3ª Reunião de Preparação da 16 Romaria d@s Trabalh@res – Aparecida do Norte/SP.

Presentes: Kelsi-PO / SP , Eduardo – PO / ABC , Elaine – PO / ABC , Moisés – PO / Campinas , Toninha – PO / Nacional , Roberval – Pastoral dos Migrantes , Tião e Nice – Romaria a Pé , Carlos – PO/ MG , Flávio – PO / RJ.

Mística – Cada participante escreve em um papel o nome de uma religião que conhece, após se esgotarem, pedimos que cada pessoa conte o que conhece sobre determinadas características desta religião. No final , fecha-se dizendo como é importante o conhecimento e intercâmbio com outras denominações.

Flávio diz que está tentando uma ajuda financeira na diocese de Nova Iguaçu, mas que precisa de cópia de projeto para poder encaminhar, e qual instituição já nos ajudou. Sobre a primeira ira pegar com o companheiro Ary, e a segunda, foram os Vicentinos de Bragança Paulista.

Sobre os caminhões de som, precisa ter palanque na parte de cima, afim de ter um posicionamento melhor.

Precisamos fazer ficha de cadastro de contribuintes dos animadores da romaria que levam os ônibus. E também carta ou folheto de conscientização. (a cargo da comissão de secretaria).

Sobre o Kit Romaria, precisamos apronta-lo até o final deste mês (a cargo da comissão de finanças). Fazer contato com Ir. Elza para apressar preço em Aparecida.

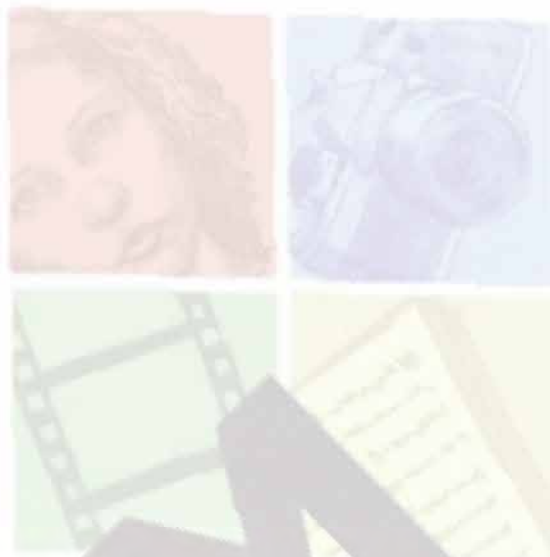
A equipe de secretaria irá aprontar uma carta a ser enviada as dioceses, onde explica a contribuição de 1 real de contribuição no preço da passagem.

Em relação ao custo da camisa da romaria esta na faixa R\$ 4,50 e R\$ 5,00, dependendo da quantidade. É preciso nosso Estado mandar o mais rápido possível a nossa parte (300,00). Até 15 de junho.

Sede: Rua Capitão Chaves, 60
CEP: 26221-010 - Centro - Nova Iguaçu - RJ
Telefones p/contato: 2767-7943/2669-2259 (recado)

- ◀ Oração de N. Sra. Aparecida do Santinho, pedir ao Pe. Agostinho para fazer uma atualizada, o mais rápido possível.

A equipe de secretaria já preparou o primeiro panfleto, e saiu no primeiro de maio. O cartaz estará pronto até dia 06/06. O custo é de: R\$ 1.400,00 - três mil cartazes, ou R\$ 1.900,00 – cinco mil. Como não temos dinheiro, iremos fazer três mil. Sobre o jornal tablóide irá sair na próxima reunião (19 de julho).



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRPE



PASTORAL OPERÁRIA RIO DE JANEIRO

“Estejam sempre prontos a dar razão de sua esperança.”
(1Pd 3,15)

Nova Iguaçu, 23 de junho de 2003.

16ª Romaria dos Trabalhadores(as) – Aparecida do Norte/S.P.
Mãe Maria, Lutamos por Trabalho e Justiça todo dia!

Caríssimos, Paz e Bem.

É com prazer e alegria que lhes dirigimos esta mensagem à título de informes e esclarecimentos. Desde fevereiro estamos nos organizando para a 16ª Romaria dos Trabalhadores(as) que acontecerá no dia 07 de setembro de 2003 em Aparecida do Norte/SP, a fim de que cada vez fique melhor, espiritualmente e estruturalmente. Para que isso aconteça nos dividimos em equipes tais como: *Celebração, Comunicação, Caminhada, Finanças, Secretária*. Dentro de nosso planejamento, temos uma previsão de gastos com : *Cartaz, Folha de Canto, Jornal da Romaria, Panfleto, Aluguel de Som, Folha da Missa, 'Kit Romaria'*, etc.

Mas para que isto se realize, é preciso ter dinheiro, e como no passado algumas entidades nos ajudavam, mas que agora não ajudam mais, resolvemos tentar caminhar com as próprias pernas usando a criatividade e a solidariedade de todos: Romeiros(as), Irmãs, Padres e Bispos.

Neste sentido propomos: Que seja cobrado de cada Romeiro(a) R\$ 1,00 a mais no preço da passagem. Ex. Se a passagem custa R\$ 28,00 , cobra-se R\$29,00. O dinheiro arrecadado sugerimos que seja entregue de manhã pelo Coordenador(a) do onibus, na Barraca de Coleta localizada do lado de fora da Basílica, ao lado do palanque do Grito dos Excluídos.

Assim, após ter passado pela reunião das Comissões de Pastrais, foi aprovada nossa participação nesse Mutirão de Solidariedade.

Na esperança de contarmos com sua valiosa colaboração, desde já agradecemos e contamos com sua caravana em nossa Romaria ao Santuário da Mãe Aparecida Padroeira do Brasil.

De acordo:

+ Luciano Bergamin Pe. Bruno Pe. Davenir
Dom Luciano Bergamin / Bispo Diocesano - Pe. Bruno / Vig. Geral – Pe. Davenir / Coord. Pastoral

Flávio A.B. de Souza
Flávio A.B. de Souza
Representante do Est. Do Rio na 16 Romaria dos Trabalhadores(as).

Sede: Rua Capitão Chaves, 60
CEP: 26221-010 - Centro - Nova Iguaçu - RJ
Telefones p/contato: 2767-7943/2669-2259 (recado)

PASTORAL OPERÁRIA ESTADUAL

Av. Mal. Floriano Peixoto, 2262
26.210 - NOVA IGUAÇU - RJ

Nova Iguaçu, 11 de novembro de 1991.

VIII ASSEMBLÉIA ESTADUAL DA PASTORAL OPERÁRIA

30-11/01-12/1991

Companheiro(a),

Você foi escolhido(a) para participar de um importante momento da Pastoral Operária do Estado do Rio de Janeiro: A VIII ASSEMBLÉIA.

Nesta assembleia, queremos aprofundar a discussão iniciada na coordenação ampliada de 19 e 20 de outubro, onde tratamos de dois aspectos básicos para uma caminhada mais firme da PO nos próximos anos: OS GRUPOS DE BASE e A FORMAÇÃO. Vimos, ainda, a importância e o papel da COORDENAÇÃO, dos LIBERADOS (diocesanos e estadual), bem como a ARTICULAÇÃO ENTRE ANIMADORES DE GRUPOS DE BASE, para responder aos dois grandes desafios colocados acima. Gostaríamos que os delegados à assembleia, se possível, conseguissem um tempo para discutir e levantar propostas, a partir do relatório da reunião ampliada, a fim de que cada delegação diocesana, ^{uma} boa participação e possa dar uma grande contribuição ao conjunto ^{TEMNA} da Pastoral Operária no Estado.

Lembramos, ainda, que algumas dioceses indicarão novos nomes para composição da nova coordenação estadual. É importante que se leve em consideração os aspectos colocados na AMPLIADA, com relação ao papel da coordenação.

A assembleia se dará em ARROZAL - VOLTA REDONDA, nos dias 30 DE NOVEMBRO e 01 DE DEZEMBRO. Seria bom se o(a) companheiro(a) chegasse à noite do DIA 29 (sexta-feira), para podermos iniciar no dia 30 (sábado), às 08:00hs.

Podemos a cada diocese de levar símbolos de sua caminhada para a CELEBRAÇÃO, bem como faixas e cartazes para decoração do ambiente. Cada participante deverá levar BÍBLIA, TEXTOS-BASE CF-91 e ROUPA DE CAMA E BANHO, e instrumentos musicais.

LOCAL: CENTRO DIOCESANO DE PASTORAL DE VOLTA REDONDA.

COMO CHEGAR: na rodoviária de Volta Redonda, embarcar no ônibus que vai para ARROZAL (Empresa Cidade do Aço). Saltar no final e caminhar ± 5 minutos). O ÚLTIMO ÔNIBUS SAI ÀS 23:00hs.

Antonio Luiz de Andrade

8a ASSEMBLEIA ESTADUAL DA PO
Arrozal, 30 de nov. e 1 de dez.

Lista dos participantes, ver a folha com os nomes e endereços. Tinha participantes das dioceses do Rio de Janeiro, Volta Redonda, Nova Iguaçu, Caxias, Valença e Itaguaí, mais o Alex, de SP, representando a PO nacional.

Já sexta 29 a noite estavam presentes mais ou menos 25 companheiros e houve uma boa convivência.

SABADO 30

Oração, abertura e apresentação. Houve uma leitura da Bíblia em mutirão e os crachas foram oferecidos com uma pequena mensagem de quem oferecia.

Luiz (liberado estadual) apresenta os delegados e convidados das várias dioceses, e os objetivos da assembleia, insistindo sobre a nossa dimensão estadual. Apresentação da pauta.

Primeiro tempo O que faz a PO nas dioceses ?

(quem quiser vai diretamente para a síntese).
Itaguaí e Angra : CF 91, palestras entre empresário, político e sindicalista. 1o de maio, manifesto e celebração ecumênica; grupos de base em outras paróquias, reuniões entre direções de vários sindicatos, curso para novas lideranças pelo CEDAC, associação de moradores, romaria a Aparecida e a Valença, confraternização das catequistas; boa participação na Igreja. Grupo fé e política com vários políticos eleitos.

Valença : apóio a greve da Santa Rosa em novembro de 90 e em 1989 quando a Santa Matilde (tecidos) foi fechada, romaria da terra junto com a CPT; há tentativa de formar grupos de base para manter a mística que continua existindo dos anos anteriores, atuação no partido, nos sindicatos e associações de moradores; tentou-se fazer um trabalho por categoria; muita dificuldade de articulação

Volta Redonda : preparação e animação da CF 91. 1o de maio (subsídio e ato público); encontro de agentes ligados à PO, ACO e JOC; seminário sobre o mundo trabalho; dia de retiro com Dom Waldir; avaliação da CF; romaria da terra e a Aparecida; assembleia dos leigos. metodologia da evangelização no mundo do trabalho; semana social; 9 de novembro, memória do assassinato dos 3 companheiros da CSN; participação nos movimentos populares, associações de moradores, sindicatos da construção civil, professores, lavadeiras, domésticas, metalúrgicos, prefeitura. Movimento

contra a violência, menores carentes; coordenação ampliada; julgamento popular do prefeito e presidente da CSN; fórum da resistência; celebrações nas comunidades.

Rio de Janeiro : CF 91, encontro de monitores, palestras, vídeos, trabalhos nas comunidades; festival da canção sobre o tema do mundo do trabalho; jantat dançante; 10 de maio, participação dos eventos diocesanos, vicariais e paróquias; missa na Remington, na escola de Samba; palestras, confraternização, ciclo de debates; romaria, participação de quase todos os grupos com envio de ônibus; presença nos movimentos populares, nos partidos e sindicatos, e associação de moradores. Trabalhos com outras pastorais.

Nova Iguaçu : 10 de maio, CF 91, romaria, visitas para novos grupos de PO, festival de canções sobre o mundo do trabalho, participação nos sindicatos (metalúrgicos, construção civil, químicos, empregadas domésticas, comerciários) em partido e movimentos populares; boletim diocesano, participação na Comissão Diocesana do Mundo do Trabalho; semana social; preparação dum congresso diocesano dos trabalhadores em 1992; ato sobre a construção civil

Caxias : sem grupos organizados, mas pessoas participando nos eventos : CF 91, 10 de maio, romaria do Pilar, semana social, etc

Síntese: é bonito ver toda a dinâmica com a CF 91. Muito esforço, compromisso, generosidade que só Deus sabe. Em destaque : as romarias, semanas sociais, a atuação com outras pastorais. Não se falou de novos grupos e da continuação dos já formados. Há uma boa abertura aos sindicatos e associações de moradores, aos partidos e movimentos populares. Boa atuação no 10 de maio. Vamos ter que nos preocupar em como continuar a ação. Sem cair no ativismo. Graça a Deus que nos foi dada a CF 91. Houve também um bom esforço teórico de preparação de subsídios e de formação. Continuar o esforço de organização da PO nas dioceses e a nível estadual.

Segundo tempo : análise da conjuntura das dioceses.

Foi um trabalho em grupo por diocese, tentando resgatar os aspectos econômicos, políticos, sociais e eclesiais. Apresentamos aqui apenas os principais pontos levantados.

Campo político : Volta Redonda : Aliança prefeitura e CSN contra o povo, extermínios, corrupção, CUT dividida, pressões fortes contra os trabalhadores, medo de se organizar. **Angra:** sindicatos e prefeitura ganhos pelo povo, avanços no campo político. **Valença :** assistencialismo, dependência em função da prefeitura. **Nova Iguaçu :** o povo

não participa, assistencialismo; apenas uma minoria na luta, brigas pelo poder, populismo e coronelismo, dificuldade de se organizar e de organizar o setor informal, cooptação das lideranças. Rio de Janeiro :Brizola com Collor gera descrença, assembléia legislativa também desacreditada,não há lugar de debate sobre asnecessidades do povo, partidos desligados do povo (exceto o PDT), sem definição para as eleições de 92. Importância da ECO 92 para o povo.

Campo econômico: Volta Redonda : muitas dificuldades por causa da situação da CSN e do desemprego. Angra : Muito desemprego com a Verolme muito frágil e as Furnas também. Construção civil mais forte por causa do turismo. Valença : Desemprego em massa (santa Matilde e todo o setor textil). Nova Iguaçu : desemprego massivo e grande setor informal. Rio de Janeiro : desemprego e setor informal maiores, sem perspectivas de crescimento industrial.

Campo social : Volta Redonda :enfraquecimento por causa da situação do trabalho e da prefeitura. Angra : associação de moradores e movimento popular avançando. Valença : crescimento das associações de moradores. Nova Iguaçu : os meios de comunicação social só divulgam a violência, esterilização de muitas mulheres, desorganização dos movimentos populares. Rio de Janeiro : Conflitos com os camelôs, ocupações novas de terras na zona oeste, cólera, violência elevada, crescimento da zona oeste, cultura tragada pelos MCS e por grupos econômicos, o povo é afastado do espaço cultural.

Campo eclesial: Volta Redonda : divisões entre ACO e PO, falta espaço para alguns agentes, prioridades não assumidas por todas as comunidades. Angra : prioridades também não assumidas pelas comunidades. Valença : dificuldade de sair para fora da Igreja, de ligar fé e vida. Nova Iguaçu : Igreja recua, CEBs se elitizam, prioridades para a PO não assumidas, Rio de Janeiro : Igreja passiva, moralista não se manifesta sobre os conflitos, CEBs isoladas, Avanço da ala conservadora também nas CEBs, a CF sobre o trabalho não foi valorizada.

Resgate do quadro; alguns pontos de síntese:

- distância grande entre os eleitos e o povo, e certo descredito dos políticos; assistencialismo e coronelismo, com menor participação do povo.
- muitas pressões encima dos trabalhadores.
- no plano ideológico-cultural, a oposição não consegue se unir.
- coisa boa : aos poucos, a sociedade civil, as associações

do povo estão se levantando em particular as associações de moradores; aumentam as lutas para a defesa dos direitos humanos e do direito à vida, como no caso do "forum da resistência".

- o governo Collor é bem capaz de se levantar na implementação da política liberal.

- no plano econômico : aumento geral do desemprego e do mercado informal; o ministro Marcílio Marquez Moreira falou que o ano 1992 vai ser ainda mais dura.

- no plano social : ao mesmo tempo se percebe a dificuldade de organizar e os avanços das associações de moradores e de alguns sindicatos. Muita violência contra as crianças, as mulheres, e os idosos.

- no plano eclesial : brigas entre padres, bispos, entre a ACO e PO; temos que aprender a viver com essas brigas, a viver numa Igreja bem diferenciada, a reforçar a nossa ligação entre fé e vida. Na Igreja, talvez, o espaço de atuação, a pesar dos recuos, seja bem maior do que no sociedade : CFs, romarias, semanas sociais, CEBs e 8o encontro em 1992, preparação de Santo Domingo, documento da CNBB como o 45. Ainda tem muitos espaços para atuar; a atuação da Igreja depende de nós sabermos ocupar os espaços livres.

- a gente não fala aqui da conjuntura nacional e internacional, tão determinante a nível local.

O companheiro Alex Zitei, liberado estadual de SP, e membro da executiva nacional, e que representa na nossa assembléia a coordenação nacional, nos falou alguns minutos da situação geral da PO no país.

Terceiro momento : aprofundamento de alguns pontos

Trabalho de grupo para aprofundar as seguintes perguntas :

- O que significa que a PO é serviço ? Como nós PO podemos concretamente pôr em prática esta dimensão de serviço, essencial na PO ?

- O que é para nós isso que chamamos a espiritualidade da PO? Como a PO estadual pode contribuir concretamente na experiência da espiritualidade?

- O que significa resgatar a dimensão da pessoa na PO e como articular a dimensão coletiva e política de nossa ação e a atenção a cada um na PO ?

SERVIÇO

Ser serviço é ver a realidade de cada categoria, ir em busca da realidade, passar a nossa experiência, avaliar os nossos passos, resgatar os jovens trabalhadores, e celebrar os 500 anos de evangelização dentro do mundo do trabalho.

A classe trabalhadora é explorada; a PO não é para si, mas para a classe, para servir o homem e a sociedade. Transformar a partir dos valores da pessoa humana. Serviço para a classe, a família, as pessoas. Como pôr em prática? cada grupo, membro tem que descobrir o seu serviço, a sua missão. Revisão de vida operária a partir da prática. Necessária capacitação para poder prestar o serviço. Organizar o PO onde não tem.

ESPIRITUALIDADE

É pensar e refletir a nossa caminhada a partir da fé em Cristo. Deus no trabalhador e na solidariedade. Deus no dia a dia. Primeiro saber o que é ser homem, na luta, na afetividade, na solidariedade; integração de todas as dimensões da pessoa. Na família começa a espiritualidade, mas trabalhar também as lutas e conquistas do povo, e a nossa cultura. O homem sai para trabalho, luta e para celebração com todo o seu ser.

Nós não sabemos bem o que é; é importante, dá força na luta, na vida. Cada um tem a sua espiritualidade. Certa forma de espiritualidade parecia alienação. Ter definição política mas também buscar a espiritualidade. Retiro espiritual para aprofundar. Trabalhar com as outras pastorais e questionar quem não aceita a chave do trabalho.

ATENÇÃO A PESSOA HUMANA

Cobra-se a ação política e se esquece a pessoa humana. Viramos "militontos". Discutir a dimensão da capacidade de cada um, valorizar os dons de cada um e juntar todos esses dons, Se preocupar com as famílias de quem está na luta; discussões sobre as questões existenciais a vida. Dimensões além do mero aspecto econômico e político.

A solidariedade e a amizade é poder contar com o outro em qualquer hora. Ter amizade indiferentemente do partido, de ser politizado. Todos sentem as mesmas necessidades, mesmo sem usar as mesmas palavras do que nós. Ser organizados : não adianta ficar se matando, sem ter tempo para rezar, trabalhar o lado afetivo. Ser menos ideológicos, estrategistas, com apenas discussões políticas.

Quarto momento : escolher prioridades e linhas de ação.

Depois de bastante debate para definir o que é prioridade e qual é o papel das prioridades para a PO estadual, tendo considerado as prioridades já escolhidas pelas dioceses e que as prioridades estaduais devem vir reforçar as das dioceses, foram escolhidas as seguintes prioridades estaduais para o ano 1992 :

- formação
- grupos de base
- os 500 anos da América Latina, de evangelização

e a preparação de Santo Domingo (encontro dos bispos da América latina para definir as linhas pastorais da Igreja no continente para os 10 próximos anos)

Linhas de ação : foram escolhidas nada menos do que 17 linhas de ação, para indicar por onde orientar os nossos esforços e as nossas atividades durante o ano 1992 :

- 1 dar uma atenção especial às mulheres nos cursos de formação, com programas específicos.
- 2 atividade de massa para chegarmos aos nossos objetivos
- 3 presença da coordenação estadual nas dioceses (pelo menos uma vez por ano)
- 4 extensão dos cursos de verão para o Estado
- 5 ter uma coordenação estadual ampliada para o planejamento
- 6 curso sobre Jesus, sua terra, seu povo, sua proposta
- 7 debater que tipo de sociedade queremos conforme o Reino de Deus.
- 8 trabalhar com a Pastoral da Juventude para a CF 92
- 9 uma maior e melhor articulação com os bispos do leste I
- 10 trabalhar a espiritualidade e a bíblia
- 11 trabalhar isso duma melhor atenção às pessoas
- 12 ter um compromisso pessoal bem concreto com a PO
- 13 maior acompanhamento às PO diocesanas em dificuldade (Caxias, Itaguaí, Valença)
- 14 motivar discussões sobre o 8o encontro das CEBs
- 15 reforçar a luta pelos direitos humanos, contra a violência
- 16 participar das eleições de 1992
- 17 atenção renovada à questão sindical.

DOMINGO 1o de DEZEMBRO

Avaliação da coordenação estadual :

Volta Redonda : a coordenação funcionou mas com falhas, também por culpa das dioceses. Rio de Janeiro : com falhas; as pessoas escolhidas para a coordenação estadual não foram escolhidas nas assembleias diocesanas mas na estadual. Dar mais ajuda às dioceses não estruturadas. Nova Iguaçu : a estadual tentou encaminhar as prioridades, mas não foi direção; certo corporativismo nas dioceses. Distância entre as dioceses e a estadual.

Propostas : aPO estadual deve estar presente nos organismos e acontecimentos do Estado. Presença em todos os níveis. A coordenação não é só para dizer que tem uma; é para funcionar, orientar. Ter representantes das dioceses onde tem PO e um representante das dioceses não organizadas.

Nova coordenação estadual : para Volta Redonda : Geraldo, Zequinha e José Geraldo. Para Nova Iguaçu : Zé Miguel, Messias e Penha. Para Rio de Janeiro : Fortunato, Tânia e João Crespim. As dioceses onde a PO ainda não está bem

estruturada (Itaguaí, Nova Friburgo e Duque de Caxias) enviarão alguém para acompanhar e contribuir nas reuniões da coordenação. Entendemos que Joaquim Lopoldo (Quinzinho) e Zezinho da Paz permanecem como representantes de Itaguaí e Nova Friburgo.

Entende-se que 2 membros da coordenação estadual terão a tarefa de ajudar a diocese vizinha.

O liberado estadual fica para 2 anos (podendo ser 3). Muitas dificuldades no começo, pois precisa se dar conta do que está acontecendo. Dois anos é bem pouco, mas Luiz conseguiu fazer um trabalho bonito, visitando algumas dioceses.

Na coordenação ampliada, o nome de Gilberto foi indicado para suceder ao Luiz. Gil aceita essa indicação, se dispõe a assumir e priorizar a PO e conta com a ajuda de todos nós e da coordenação estadual.

Rio de Janeiro está fazendo a tentativa de liberar o Fortunato.

Finanças: Gilberto apresenta as receitas e despesas da PO estadual e a expectativa de recebermos uma renovação do nosso projeto de ajuda junto a entidade Vastenaktie na Holanda. O dinheiro para 1991 vai acabar mesmo no final do ano e ainda não sabemos como será o começo de 1992.

A nível das dioceses deve ter um esforço para levantar recursos próprios e poder participar assim dos gastos nos encontros estaduais.

Planejamento estadual :

a coordenação ampliada decidiu fazer um curso de 4 dias em janeiro para formar um coletivo de animadores de grupos de base, e de companheiros participando das coordenações diocesanas ou estadual. Companheiros que se comprometem a puxar um grupo de base durante o ano. Haverá 4 dias em janeiro e mais dois fins de semana. Serão 4 dias para se conhecer, para mergulhar na Bíblia, ver como ela nos fala do mundo do trabalho. E alguns recursos para animar grupos de base.

Propostas de atividades a nível estadual :

- 2 encontros com o pessoal do curso de janeiro e com outros mais centrados sobre grupos de base,
- uma coordenação ampliada
- criar uma circular interna
- um retiro sobre espiritualidade
- um encontro ou ato público com o CRL (conselho Regional dos Leigos) sobre Santo Domingo.
- dois encontros específicos sobre e para mulheres.
- um fim de semana de lazer na Ribeira

Alex nos fala da próxima (a 9a) assembléia nacional em Vitória, da proposta de mudar a estrutura da PO nacional (cf o documento 15 anos da PO que foi distribuído).

A PO estadual leva à assembléia nacional as duas propostas

seguintes : Santo Domingo e os 500 anos da America Latina, e a questão de ecumenismo na nossa atuação da PO

A assembléia terminou às 12h30 com uma boa avaliação dos pontos positivos e negativos.

Relatório feito pela irmã Toninha e o pe Bernardo, assistente estaduais.



CEPIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR (UFRRJ)



9 de novembro

A história na mão.

Vivendo a esperança. Construindo a vida!

**COMPANHEIROS,
A LUTA CONTINUA...
MESMO DESEMPREGADOS!**

O desemprego continua a ser um dos maiores problemas de nosso país. Em Volta Redonda, a situação se agravou com a privatização da CSN e ainda mais com a recente fusão (ou venda) da empresa com a Corus, provocando mais demissões.

Diante de tudo isso, nós sabemos o quanto são danosos os efeitos do desemprego sobre os trabalhadores, comprometendo em cheio a sua auto-estima. Quem não tem um parente ou amigo desempregado? Quem não esteve por um período nestas condições? Por isso, nesta mensagem queremos chamar toda a sociedade civil para que se forme uma corrente de solidariedade aos desempregados, ora excluídos e desmotivados.

Resistir sempre e não desanimar. Ao invés de se entregar à revolta, nosso companheiro ou companheira, desempregado ou desempregada, devem buscar participar e não se isolar. Transformar-se num árduo lutador pela defesa de um sistema econômico capaz de promover ocupação produtiva e igualdade social para todos. Para isso, organize-se em seu próprio bairro, juntamente com outros companheiros que estão sem trabalho. Com força e coragem, entre em contato com as entidades de classe e apresente sugestões (por que não?) de como esta situação pode ser mudada. **Cobre das autoridades locais as soluções e os atendimentos sociais necessários na cada trabalhador,**

para que possa superar esse momento difícil com dignidade e cidadania, além de promover e investir em (re)qualificação profissional.

Não podemos esquecer jamais: a esperança deve continuar derrotando o medo sempre, seja em qualquer situação. Temos força suficiente para isso. O povo demonstrou isso nas ruas e nas urnas, ao eleger um trabalhador para a Presidência da República.

O sentimento que envolveu milhares de companheiros no confronto, no dia **9 de Novembro de 1988**, contra as baionetas e em defesa dos direitos dos trabalhadores, como o turno de 6 horas e o fortalecimento da organização da classe trabalhadora, deve continuar pulsando forte no coração de cada um de nós.

Trabalhador, mesmo desempregado, permaneça firme no seu propósito de luta. Somente a união será capaz de garantir vitórias; os empregos que o Brasil precisa e, sobretudo, uma melhor distribuição de renda. Não desista da vida, estamos vivendo momentos de mudanças e de construção de um novo Brasil.



9ª ASSEMBLEIA ESTADUAL DA PO
Arrozal, 27-29/11/92

Participantes: 31 companheiros(as): Volta Redonda, 7; Rio de Janeiro, 6; Nova Iguaçu, 6; Caxias, 1; Itaguaí, 2; Valença, 1, Estadual, 3; Convidados (JOC, ACO, CUT, agentes) 5.

Abertura: houve uma oração e uma apresentação dinâmica dos participantes. Lembrou-se também os objetivos da assembleia, tais como descritos na carta de preparação. Proposta de pauta.

A manhã do dia 28 foi feita uma avaliação da caminhada da PO nas várias dioceses do Estado.

Avaliação política, tentando ter uma visão de conjunto da situação, dos dinamismos e das dificuldades.

- coordenação : quantos, que atuação, relação com as comunidades e com as outras pastorais (pastoral de conjunto), com os movimentos; relações internas...
- Agentes: nível de comprometimento; o que fazemos para ter agentes?
- liberado: situação, apoio da coordenação, avaliar o seu trabalho?
- Perspectivas para o ano de 1993; planejamento já em andamento, prioridades e linhas de ação
- Grupos de base: quantos, o que fazem, perfil dos membros?
- Equipe de formação; publicações?
- Finanças.

NOVA IGUAÇU

I Coordenação : 7 eleitos, mais colaboração de 6 pessoas.

- atuação: falta comunicação e participação, mas na medida do possível estamos conseguindo realizar os trabalhos. É necessário priorizar nossos trabalhos.

- relação com a Igreja: é solta, distante; aí está uma das dificuldades para a criação dos grupos de base. Descaso do clero com relação à PO

- relação com outras pastorais: não existe relação; cada pastoral visa seus trabalhos específicos. O trabalho é difícil e só existe uma pequena ligação com CPT, JOC, ACO.

-Relações internas entre as pessoas: bom relacionamento, com respeito, porém não conseguimos olhar o outro enquanto pessoa, e apenas como ativista.

- relações com movimentos: existe a participação individual, mas não refletimos nem avaliamos nossa participação enquanto grupo.

II Agentes: muita teoria, pouca prática, mas a coordenação diocesana não mantém uma discussão mais aprofundada com os

agentes. A coisa parte dos dois lados,

III Liberado: esta encerrando o mandato; é um companheiro esforçado que está firme na luta da organização dos trabalhadores e com conseqüente ampliação dos quadros.

IV Perspectivas para 93

- Prioridades: formação, grupos de base, movimento popular.
- Linhas de ação: reunião ampliada, ecumenismo, cultura, troca de experiência entre os GB, informação sobre plebiscito, CF 93, intercâmbio com os clubes de mães e domésticas.
- planejamento do atividades: semana social, 1º de maio, 8 de março, 20 de novembro, romarias da terra e dos trabalhadores, 19 de abril, curso: trabalhadores na B'blia, retiro dos trabalhadores, bingo e forro. confraternização, lazer, curso de capacitação, Boletim (Ponte Operária)

V Grupos de base: há 9 grupos em Nova Iguaçu

- O que fazem? Celebrações, cartilhas(alguns), estudos, trabalho de rua, semana social, debates.
- Existe apenas um grupo com finanças próprias (projeto), e 2 com publicações independentes.
- Idade: de 20 a 62 anos.
- Categorias: desempregados, donas de casa, professores, trabalhadores da construção civil, autônomos, metalúrgicos, -
- Escolaridade: desde analfabetismo até nível superior
- Maioria dos grupos é formado por mulheres.

VI Para trabalhar junto com a PO Estadual: a formação

BARRA DO PIRAI VOLTA REDONDA

Coordenação diocesana: 15 membros e mais 3 novatos
Executiva : 5 membros mais 2 novatos

Grupos de Base: 18 grupos, com média de 5 ou 6 por grupo.

- O que fazem? celebrações nas comunidades, reuniões, encontros de formação a nível de área e na organização da romaria do trabalhador, engajamento nas campanhas sindicais e eleitorais, envolvimento nos movimentos populares. Análise da realidade. Discussão de temas específicos (semana social)
- Perfil dos participantes: operários da construção civil, metalúrgicos, costureiras, lavadeiras, padeiros, comerciários, professoras, trabalhadores rurais, funcionários públicos, aposentados. A maioria são pessoas que já têm uma certa consciência de luta pela transformação da sociedade.
- Situação atual: este ano os grupos se reuniram pouco por causa do envolvimento nas campanhas sindicais e eleitoral, sendo alguns como candidatos (11 pela diocese de Volta Redonda). Foram eleitos 3 vereadores (2 PO). Reiniciou-se as reuniões dos grupos, sendo que alguns ainda não retomaram.

- Diante do momento em Volta Redonda, o número de trabalhadores metalúrgicos é pequeno. Mesmo assim, os grupos resistem e investem nos movimentos populares, sindical, conversando, conscientizando nas militâncias organizadas, visto que perdemos o sindicato dos metalúrgicos filiado à CUT, pela Força Sindical.

- O perfil dos grupos a nível escolaridade é de 1º grau incompleto. Idade variando muito por idade, que vem de adolescentes de 15 anos a 35,40,60 anos. Os grupos mais fortes são de mulheres, e são feitos nos núcleos próprios nas casas.

Financiamento precário: sobrevive de doações por parte das comunidades, principalmente uma doação do exterior. E por esse financiamento precário que por agora o jornalzinho "Pois é" está suspenso.

Dificuldades na diocese: não continuamos o trabalho em conjunto (PO-AC)-JOC. Faltou trabalhar mais a nível de formação. Não criamos GB novos; pouca participação nos encontros a nível estadual. Falta de animadores de GB. Desemprego, repressão, salários baixos. Falta de apoio de alguns agentes e comunidades, falta um agente para acompanhar a PO com prioridade. Dificuldade financeira.

Prioridade para 1993: formação, GB, movimento popular, semana social e romaria do trabalhador.

Dificuldades que podem ser atacadas conjuntamente com a Estadual: preparação de subsídios (3 por ano) para os grupos de base.

Agentes: temos o apoio por parte de quase todos os padres e do bispo, que nos dão espaço; nas comunidades para os GB, celebrações, etc. Temos um padre na coordenação, mas 2 irmãs. Todos os agentes de pastorais são convidados a participar dos trabalhos da PO, mas lhes falta tempo. Mas apoiam, incentivando os membros nas ações sindicais, políticas e religiosas. Só em Barra Mansa que não tem muito apoio.

O relacionamento interno entre as pessoas da coordenação é muito bom, trabalhando e pensando sempre em conjunto e com partilha. O Liberado: eficiente, com os contatos e cuidados da PO. Lgação entre as pastorais, com os animadores, atende sempre os chamados onde dele precisa, dando força aos grupos nascentes. Veste mesmo a camisa da PO.

RIO DE JANEIRO

Comissão: 8 eleitos, mas um assistente e um assessor. Ao longo do ano foram desaparecendo; pouca participação.

Dois equipes: de formação (que funcionou), com o Boletim

Trabalho e Vida; e de eventos (não funcionou).

- Pouco apoio dos vigários, e quase nenhuma relação com as pastorais; cada um em sua casa. Não tem liberado.
- Planos : repensar o papel da PO, o do assistente e do assessor; ter mais relações com os movimentos.
- 13 Grupos de Base funcionando; Sem finanças.

VALENÇA

- Coordenação 5 pessoas
- 1 GB capenga de 5 pessoas. Tinha em "Três Rios", mas quando fechou a fábrica São Matilde, a PO parou.
- O bispo não apoiava. Agora sim. Rotatividade dos agentes
- Falta de formação para o pessoal. Não tem relacionamento com outras pastorais. Liberado (não tem meios financeiros para se buscar um)
- Perspectivas: Falta contar o que é PO? e como se faz PO e GB. A Estadual pode apoiar.
- A PO não consegue repassar para as outras pastorais os problemas do mundo do trabalho.
- O padre Luiz que apoia está em Sapucaia, que é um ambiente mais rural.

ITAGUAI ANGRA DOS REIS.

- Dois grupos de base: um de 14 pessoas, outro de 6 casais. Um em formação
- um liberado da direção do sindicato que tem tempo também para o trabalho da PO.
- bastante formação com a ajuda do CEDAC: formação sindical, fé e política, formação bíblica,
- ligação direta com sindicatos, engajamento no movimento popular; ligação com o partido: prefeito ligado a PO em Angra, e 4 vereadores.
- 12 círculos bíblicos em contato com a PO
- finanças: a diocese dá um salário mínimo e 1 carro em prioridade para a PO.
- prioridades: romaria, CF
- apoio da Estadual: como fazer grupos de base?

CAXIAS

Não tem coordenação

A Igreja local não é contra, mas não ajuda. Acredita nos GB? Teve um liberado, que chegou a ser liberado estadual

Na diocese parece que a pastoral é mais "paroquial" do que planejada a nível diocesano.

3 GB mas sem articulação, nem planejamento. Os GB fazem reflexão bíblica. Dois grupos mais antigos de 6 a 8 anos e um mais novo.

Certo encontro para a romaria dos trabalhadores, assumida pela diocese.

Ajuda possível da estadual: para ver como reestruturar a PO; fazer uma equipe provisória com dois encontros de animação. Apoio financeiro não faltaria.

Linhas de ação :semana social e CF93, isso por toda a diocese.

Num breve debate, antes do almoço; alguns pontos:

- não se consegue fazer revisão de vida operária.
- a finalidade única não pode ser apenas os GB
- como a PO estadual pode ajudar na formação
- ficar esperando o apoio do clero, isto é muito complicado, mas é importante envolver padres e irmãs na PO
- Que presença da PO na política este ano?

Tarde

Apresentação da JOC (José Aparecido de V.R.)

A JOC está organizada a nível de estado. Nova Iguaçu, ligação maior com VR e Barra Mansa, tentando expandir para Rexende. Organizado a nível do Vº congresso, que acontece a cada 4 anos. Momento para ampliar o quadro. A JOC não tem organização nem por bairro, nem por setor. A nível do Brasil, tem dioceses que apoiam como em VR. Crescendo o número de jovens dentro das comunidades e uma maioria da JOC está no movimento sindical. Organizamos a semana do jovem trabalhador.

A nível de Nova Iguaçu e Vota Redonda, uma aproximação muito grande com as pastorais e confronto com a pastoral da juventude.

Apresentação da ACO (Miranda de V.R.)

A ACO movimento mundial, com raízes em quase todos os países. EM, VR, Rio, NI temos grupos. Não fazemos questão que os grupos sejam grandes. Pegando também pessoas desvinculadas da Igreja. Vêm para fazer uma discussão da realidade iluminada com a palavra de Deus. o movimento operário sob a luz do Evangelho. Método é Ver, Julgar, Agir, e os quatro lados: político, econômico, social e ideológico.

Discussão do documento interno

Trata-se de avaliar o situação global da PO. A coordenação estadual, já tinha preparado uma avaliação para estimular a da assembléia.

Eis aqui uma pequena síntese dos trabalhos dos grupos, ou

seja os pontos que pareceram os mais importantes, além de muitos que foram retomados no Documento Interno

As 3 prioridades do ano 1992:

Grupos de base:

são importantes; é o lugar de base mesmo, para partilhar e analisar. São frágeis e fracos também. Papel central do animador. Necessária formação dos animadores, de encontros entre eles, e entre os GB. Subsídios simples. Partir da fé, do Evangelho, e falar da vida, da articulação fé-vida.

Formação:

Avanços, bastantes atividades de formação, mas parece que falta uma política de formação com clareza nos objetivos, destinatários, e sobre a articulação entre formação e ação. Uma certa dispersão nas nossas atividades, nas dioceses e entre as pastorais, e entre as dioceses e a estadual. Faltam subsídios. Fazer equipes de formação com outras pastorais.

500 anos:

Com Santo Domingo, e o 8º encontro das CEBs, foi um tema que nos mobilizou: curso de junho, celebrações, agora no curso de verão de janeiro de 93.

Ressaltar a dimensão cultural da vida dos trabalhadores e não só a dimensão econômica e política.

Nossas ações

No movimento sindical: Importância dos sindicatos, mesmo com muitos questionamentos internos.

Pouca presença nossa nos sindicatos, e pouca realidade sindical na PO. Ampliar nossa identidade de PO nos sindicatos através duma maior ligação.

Preparar a romaria com os sindicatos

Não temos contatos nem trabalho com os setores mais abandonados: camelôs, informal, desempregados.

Movimento popular: importante também. Desenvolver o trabalho nas associações de moradores e clubes de mães. Priorizar mais essa ação no movimento popular; promover encontros com militantes nesse movimento.

Política: a atuação este ano foi importante; favorecer a continuidade. Desenvolver uma espiritualidade do cristão na política, e ter uma pastoral dos militantes políticos.

Estar presente na revisão constitucional, no plebiscito sobre presidencialismo ou parlamentarismo, e preparar o ano político de 1994.

Pastoral de conjunto: o contato com outras pastorais sociais ou movimento JOC, ACO depende muito das dioceses. É difícil mas necessário juntar forças sobre tudo com CPT, CEBs, JOC,

ACO, PJMP para atividades de formação, para romaria, CF e semanas sociais.

Finanças: promover eventos de acordo com a realidade de cada GB. Favorecer nas paróquias uma campanha de apoio para a PO, no dia 1º de maio. Cotização livre dos membros dos grupos. Precariedade dos projetos de fora.

Estruturas:

coordenação: retomar as visitas as dioceses. Encontrar urgentemente um local para o secretariado.

Nomear uma comissão para a romaria

Para a assembléia estadual cada dois anos, debater o assunto durante o ano e decidir no ano 1993.

Celebração e confraternização

Depois da janta houve uma linda celebração preparada por todos: 5 grupos: trabalhadores, migrantes, negros, índios e mulheres, apresentaram brevemente de maneira bem criativa uma celebração. Houve depois uma breve eucaristia, no final da qual "celebrou-se" na fé a despedida da Toninha que vai trabalhar em Góias.

A noite foi uma festiva e bem alegre confraternização com a despedida da Toninha.

DOMINGO 29

Linhas de ação e prioridades

Houve trabalho de grupo. As 3 prioridades aprovadas no plenário para o ano 1993 foram : Grupos de Base,
Formação,
Trabalho das mulheres

Linhas de ação:

- aprender a fazer revisão de vida operária
- apoio e auto-crítica aos movimentos
- pastoral de conjunto
- acompanhamento aos eleitos parlamentares
- repensar o nome (identidade) da PO
- dimensão política (plebiscito de 93)
- semana social : "que Brasil queremos".
- CF
- Romaria como fator de integração
- planejar a formação em conjunto com as dioceses.
- formação para reforçar os GB
- Elaboração de subsídios para os GB
- Trabalhar a questão sindical e dos movimentos populares
- Equipes diocesanas de formação

- 8
- trabalhar com categorias específicas.

Atividades:

- Curso de janeiro em 1994
- curso de formação política sobre os acontecimentos dos anos 93 e 94
- dois encontros de mulheres
- um encontro com militantes antigos e atuais da PO no sindicalismo
- encontro de agentes.

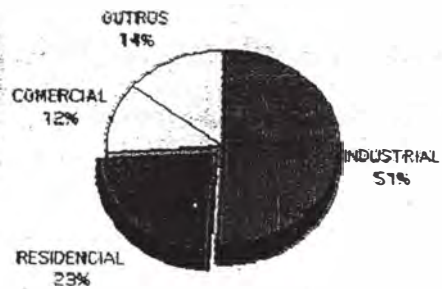
Houve ainda troca de informações sobre o curso de janeiro de 1993, em Mangaratiba do dia 10 a 16.

Avaliação:

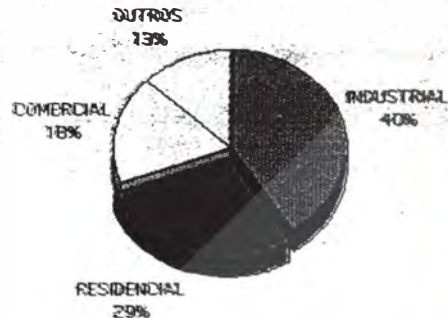
- muito bom, conhecer novos companheiros; com local, refeições e ambiente muito bons.
- bom estar com o grupo. O tempo passou rápido, e não deu para conhecer bem os companheiros
- celebração muito bem preparada
- presença do companheiro que foi eleito vereador (Zé Alfonso) em Barra Mansa
- tranquilo para tirar prioridades e linhas de ação.
- trabalho não foi cansativo
- ACO ou PO, o nosso objetivo é uma sociedade mais igualitária
- reencontro tão bom com algumas pessoas
- as divergências entre nós são para melhorar; elas ficam numa discussão; sinal de amadurecimento
- ficou alguns pontos que não deu para aprofundar
- muito positivo a socialização das passagens
- proposta: que o texto para trabalhar em grupo (documento interno) fosse entregue com antecedência
- muito forte a presença dos 2 companheiros da JOC e ACO
- Celebração: o gesto bem simples e significativo da boneca negra (Benedita...) abraçada por todos e depois oferecida a Toninha.
- muito prestar atenção para não ficar voltando sempre ao mesmo assunto
- perceber que outras dioceses passam por dificuldades.*
- Gostei muito do trabalho de avaliação e a tarde com a preocupação de não nos fechar dentro da PO. A assembléia foi como que o reflexo do ânimo que passa nas dioceses.
- boa presença de Caxias, Valença e Itaguaí
- boa presença das mulheres.
- boa celebração e confraternização, e os trabalhos foram bem feitos.

PARABENS PARA TODOS NOS.

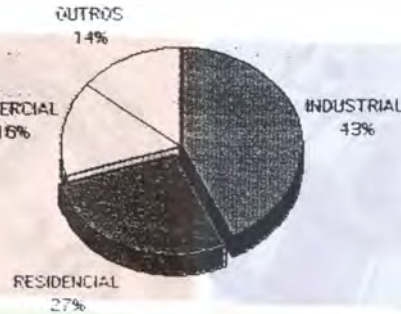
1990 - Quem Consome?



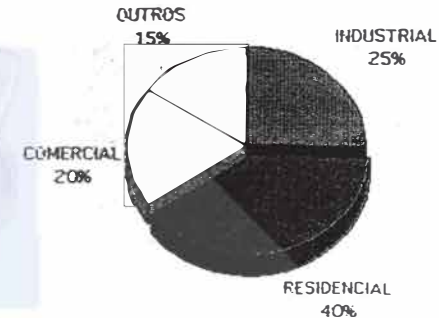
1990 - Quem Paga?



2000 - Quem Consome?



2000 - Quem Paga?



Como conseguiram nos colocar em racionamento?

Das energias renováveis disponíveis no mundo, nenhuma tem a escala da energia hidroelétrica. O Brasil é seguramente um dos países com o maior potencial hidráulico do mundo, possuidor de 12% da energia hidráulica. Apenas o Canadá e Estados Unidos têm vantagem semelhante. A grande diferença é que tanto os Estados Unidos como o Canadá já esgotaram praticamente todo o seu potencial de expansão com base nessa forma de energia. O Brasil poderia dobrar sua capacidade instalada.

Como se sabe, o princípio básico para produzir energia elétrica a partir da força dos rios, está baseado em duas forças gratuitas da natureza: a água e a gravidade. Quanto mais volume d'água se consegue estocar acima do nível do mar, mais energia se consegue produzir. Por isso, a energia hidroelétrica é intrinsecamente barata. Com todos os percalços financeiros, todas as influências políticas e todos os



maus projetos, a energia das empresas estatais Furnas, CESP, Copel, CHESF, Eletronorte, ainda sai por volta de US\$ 23/MWh.

Como o volume de água armazenado é muito grande, caso se quisesse esvaziar os reservatórios, isso levaria de 4 a 5 anos. Portanto, o Brasil, pode-se dar ao luxo de adiar investimentos de expansão da capacidade instalada que o efeito não se sente de imediato. Mas, convém não abusar.

A tendência declinante que denuncia o descaso com as ampliações já começa em 97 e 98, apesar das fantásticas afluências de 96, 97 e da razoável afluência de 1998.

Considerando tudo isso, é difícil imaginar como conseguiram nos colocar em racionamento!

Informações e gráficos extraídos do site da ONG Ilumina (www.ilumina.org.br).

JORNAL - A DUPE - MAIO 2001

↓
ASSOCIAÇÃO
dos
DOCENTES B UFR

A verdade sobre a crise de energia

Ong aponta política de privatização do governo como responsável pela crise

Já vai longe o tempo em que a propaganda da Light anunciava: "Poupe sua energia, use a nossa". Tempos de empresa estatal. Com a privatização, tudo mudou. De um mês pra cá, o brasileiro liga o rádio ou a televisão e não ouve nem vê outra coisa: a crise de energia. Os principais jornais e canais de tevê se desdobram para convencer a população da necessidade de poupar energia. As autoridades ameaçam com apagões e sobretaxa (leia-se

MULTA) E TOME O RESPONSA

gens entrevistando idosos previdentes, que trataram logo de se abastecer de velas, lanternas e lampiões. Em pleno século XXI.

O governo insiste em culpar a falta de chuva e o desperdício. O brasileiro não sabe economizar. Mas será que é isso mesmo? Quem já viveu o suficiente para atravessar pelo menos três décadas sabe que essa não é a primeira estiagem por que o Brasil passa. Quanto ao desperdício, os números provam o contrário. Levanta-

mento feito pela IZUMINA

organização não-governamental apartidária que se preocupa com os rumos que estão sendo adotados para o setor elétrico, denuncia: "O governo é um apostador." "No final do ano passado, apostou nas chuvas e perdeu". "Deu no que deu e colocou o país de joelhos". "Agora, aposta novamente".

Em seu *site* na Internet (www.ilumina.org.br), a Ong, cujos integrantes, em sua maioria, são técnicos com larga experiência no setor de energia (a diretoria faz parte ep-

entre outros, o físico Luís Pinguelli Rosa), observa que "em 1990, o setor residencial consumia 23% do total da energia elétrica produzida no país. Pagava 29% do total da receita do setor. Em 2000 o setor residencial diminui sua participação no consumo total (27%) mas aumenta sua participação na conta para 40%! A indústria que consumia 51% da eletricidade em 1990, pagava 40% da conta. Em 2000 ela reduz sua participação no consumo para 43%, mas em compensação reduziu sua respon-

sabilidade na conta para apenas 25% (ver gráfico). "Não se trata de advogar a defesa dos consumidores residenciais em detrimento da indústria. O Ilumina está consciente das implicações econômicas do corte de energia nas atividades produtivas. Entretanto, o plano de racionalização que criou a sobretaxa não poderia desconhecer essa realidade. Teremos que fazer uma verdadeira reforma tarifária na bagunça que se tornou o setor, fruto de uma política de privatização a qualquer preço.



ANTEPROJETO DO ESTATUTO DO CNLB-REGIONAL LESTE 1

CAPITULO I DENOMINAÇÃO, NATUREZA E SEDE

Art. 1º- Sob a denominação de CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL – CNLB REGIONAL LESTE 1 fica constituído como sociedade civil privada um organismo de fiéis cristãos leigos e leigas católicos, de direito público eclesiástico, sem fins lucrativo, vinculado ao Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB e conexo à Comissão Episcopal do Regional Leste 1 da CNBB, que desenvolverá suas ações no estado do Rio de Janeiro.

§ 1º - O CNLB REGIONAL LESTE 1 não tem nenhum vínculo ideológico, político-partidário e é regido pelas leis vigentes no país, pelas determinações do código de Direito Canônico (da Igreja Católica Apostólica Romana) e por esse estatuto.

§ 2º - O Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB REGIONAL LESTE 1, é, para todos os efeitos legais, jurídicos e eclesiais, legítimo e único sucessor do Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil / Regional Leste 1 – CNL / Regional Leste 1, fundado em junho de 1989 com a denominação de CRL – Conselho Regional de Leigos do Leste 1, cujo Estatuto vigente até esta data, aprovado na Assembléia Geral Extraordinária, realizada na cidade de Arrozal - RJ, no dia ... de março de 1998, fica revogado.

Art. 2º - O CNLB REGIONAL LESTE 1 tem como sede jurídica e foro a cidade do Rio de Janeiro – RJ e prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único - Compete à Assembléia Geral determinar a sede administrativa da Presidência.

CAPITULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º - O CNLB REGIONAL LESTE 1 reúne, representa e articula o laicato do Estado do Rio de Janeiro, através da associação institucional, quando congregados em pastorais, movimentos, associações, CEBs, demais comunidades eclesiais e outras formas de organização, nos termos deste estatuto, com vistas aos seguintes objetivos:

I – Ser instância de representatividade do laicato do Estado do Rio de Janeiro na Igreja e na sociedade, representando-o junto aos demais organismos da Igreja Católica, de outras igrejas ou tradições religiosas e da sociedade civil;

II - Articular e organizar o laicato no diálogo e em comunhão com os pastores e ministros da Igreja;

III - Ser espaço de articulação, diálogo, formação e informação do laicato presente nos diversos setores e segmentos da sociedade, a fim de garantir uma atuação mais qualificada nos espaços sociais, políticos, econômicos e culturais;

IV – Suscitar, desenvolver e aprofundar no laicato a consciência crítica e criativa de sua identidade, vocação e missão;

V - Promover iniciativas voltadas à formação do laicato para o cumprimento de sua missão no mundo, iluminado pela ética cristã, no respeito à diversidade de dons, carismas e ministérios, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, com ênfase na dignificação da pessoa, na intransigente defesa da vida e da família;

VI – Estimular e promover o protagonismo do laicato e a sua participação nos processos de planejamento, decisão, execução e avaliação da ação evangelizadora da Igreja no Estado do Rio de Janeiro, fortalecendo a consciência de Igreja-Povo de Deus;

VII – Fomentar o diálogo, a comunicação e a integração com os outros Organismos da Igreja no Estado do Rio de Janeiro, na busca da comunhão e da unidade na diversidade;

VIII - Ser instância de diálogo, intercâmbio de experiências e cooperação entre todos os filiados;

IX - Ser presença e estímulo na caminhada ecumênica e no diálogo inter-religioso;

X – Concretizar e aprofundar os laços de solidariedade entre os cristãos leigos e leigas, buscando facilitar o relacionamento, o conhecimento e a confiança recíprocos, o intercâmbio de opiniões e experiências, a superação das divergências, a aceitação e integração das diferenças, com vistas ao testemunho de amor, fraternidade e comunhão;

XI.- Participar do debate sobre os problemas regionais, nacionais e globais, incentivando seus membros a participarem da elaboração, execução e avaliação de leis e políticas públicas que objetivem a promoção social dos setores excluídos da sociedade, em estreita observância das exigências éticas do Evangelho.

CAPITULO III ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - O CNLB REGIONAL LESTE 1 se organiza regionalmente em **Membros Efetivos**, **Membros Filiados** e **Membros Vinculados**.

§ 1º - São Membros Efetivos (ou Titulares) os Conselhos Diocesanos do Laicato Católico.

§ 2º - São Membros Filiados todos demais Organismos que se afiliarem ao CNLB REGIONAL LESTE 1 nos termos desse estatuto e do Regimento Interno.

§ 3º - São Membros Vinculados os Núcleos de Base que se associarem diretamente ao CNLB REGIONAL LESTE 1 nos termos desse estatuto e do Regimento Interno.

CAPITULO IV MEMBROS

I – MEMBROS EFETIVOS – Conselhos Diocesanos do Laicato Católico.

Art. 5º - A cada diocese corresponderá uma única organização de leigos e leigas correspondente a Conselho Diocesano do Laicato Católico.

Parágrafo único - Aos Conselhos Diocesanos do Laicato Católico compete definir sua própria denominação, estruturação, normas de funcionamento e de filiação, com estatutos e regimentos próprios, se for o caso, adequando-se as suas peculiaridades socioculturais, observando em sua natureza e em seus objetivos, perfeita consonância com este estatuto.

II – MEMBROS FILIADOS

Art. 6º – Podem filiar-se ao CNLB REGIONAL LESTE 1 todas as organizações laicais católicas com expressão regional, cujo pedido de filiação, com explícita aceitação deste estatuto e das normas definidas no Regimento Interno, tiver sido aprovado em Assembléia Geral.

Parágrafo único – O pedido de filiação e participação de organizações ao CNLB REGIONAL LESTE 1 fica condicionado à comprovação de filiação e participação em, no mínimo, 2 (dois) Conselhos Diocesanos.

III – MEMBROS VINCULADOS - **Núcleos de Base**

Art. 7º - A critério de cada Conselho Diocesano (membros efetivos) ou dos Membros Filiados, poderão ser constituídos núcleos da organização laical, a modo de células capilares, denominados Núcleo de Base, que visem, em sua missão evangelizadora, algum tipo de inserção ativa do laicato nos extratos e estruturas sociais.

§ 1º - Os Núcleos de Base poderão se constituir livremente a partir da ação de pelo menos três leigas e/ou leigos articulados com seus respectivos Conselhos Diocesanos do CNLB REGIONAL LESTE 1 e em torno de objetivos próprios.

§ 2º - Os Núcleos de Base poderão filiar-se diretamente ao CNLB REGIONAL LESTE 1, desde que referendados por um Membro Efetivo ou Filiados, nos termos desse Estatuto e do Regimento Interno.

CAPITULO V DIREITOS E DEVERES

Art. 8º. - São direitos dos membros do CNLB REGIONAL LESTE 1:

- a. participar das Assembléias Gerais e Encontros Regionais do CNLB REGIONAL LESTE 1, nos termos deste Estatuto;
- b. participar das atividades promovidas ou assumidas pelo CNLB REGIONAL LESTE 1 em todos os seus âmbitos;
- c. ser informados sobre as diretrizes, decisões e posicionamentos do CNLB REGIONAL LESTE 1 que dizem respeito aos seus objetivos definidos no Art. 3º;
- d. solicitar a intermediação do CNLB REGIONAL LESTE 1, quando necessário, tendo em vista os objetivos do Organismo previstos no Art. 3º.
- e. Estar informado no que acontece na articulação e organização do laicato brasileiro.

Art. 9º - São deveres dos membros do CNLB REGIONAL LESTE 1:

- a. fazer-se representar nas Assembléias Gerais e Encontros Regionais, quando convocados;
- b. respeitar e cumprir este Estatuto, os princípios fundamentais que norteiam o CNLB REGIONAL LESTE 1 e as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil;
- c. contribuir financeiramente para a manutenção do CNLB REGIONAL LESTE 1, de acordo com as normas previstas no Regimento Interno e/ou fixadas pelos Órgãos de direção do Organismo;
- d. cumprir as determinações da Assembléia Geral e seguir as diretrizes emanadas dos Encontros Nacionais.
- e. Manter a cadeia de comunicação, facilitando o fluxo e refluxo de decisões e experiências entre as instancias da organização e a base.

Parágrafo único – O não cumprimento desses deveres poderá ensejar a perda do direito de voto ou o desligamento do membro, a critério da Assembléia Geral, garantido o amplo direito de defesa.

CAPITULO VI
ESTRUTURA E ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

Art. 10 - O CNLB REGIONAL LESTE 1 se estrutura nos seguintes órgãos:

- I. Assembléia Geral
- II. Colegiado Deliberativo
- III. Presidência
- IV. Colegiado Fiscal

Art. 11 - Poderão ser constituídas comissões provisórias ou permanentes, como **Órgãos Assessores**, com a finalidade de atender demandas conjunturais ou estruturais.

§ 1º - A criação de comissões permanentes é de competência exclusiva da Assembléia Geral.

§ 2º - A criação de comissões provisórias é de competência do Colegiado Deliberativo ou, em casos especiais, da Presidência, "ad referendum" do Colegiado Deliberativo.

SEÇÃO I
ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 12 - A Assembléia Geral, órgão máximo de direção do CNLB REGIONAL LESTE 1, é constituída pelos seguintes delegados com direito a voto:

- a. Os membros do Colegiado Deliberativo, da Presidência, do Colegiado Fiscal e das Comissões Permanentes;
- b. 5 (cinco) delegados de cada Membro Efetivo;
- c. 2 (dois) delegados de cada Membro Filiado;
- d. 1 (um) delegado de cada Membro Vinculado;
- e. 2 (dois) delegados credenciados pela autoridade Eclesiástica das Dioceses sem Organização Laical constituída.
- f.

§ 1º - Participam da AG., com direito a voz, 2 (dois) representantes do Regional Leste 1 da CNBB.

§ 2º - A critério do Colegiado Deliberativo podem participar da Assembléia Geral, com direito a voz, mas sem direito a voto, os representantes dos demais organismos do Povo de Deus, os ex-presidentes do CNLB REGIONAL LESTE 1 e dos organismos que o antecedeu, assessores e outros convidados.

Art. 13 - Compete à Assembléia Geral:

- a. aprovar seu regimento interno;
- b. estabelecer metas e planos de ação em cumprimento às diretrizes e prioridades do Organismo;
- c. deliberar sobre os relatórios da Presidência, com o parecer do Colegiado Deliberativo;
- d. aprovar ou reprovar as contas e a gestão financeira do CNLB REGIONAL LESTE 1 com base no relatório do Colegiado Fiscal;
- e. eleger os membros da Presidência, do Colegiado Deliberativo e do Colegiado Fiscal;
- f. deliberar sobre a criação de órgãos assessores permanentes, conforme estabelecido no §1º do Art. 11, recomendadas pela Presidência e pelo Colegiado Deliberativo;
- g. deliberar sobre alterações deste Estatuto e do Regimento Interno do CNLB REGIONAL LESTE 1 quando convocada especificamente para esse fim;

- h. aprovar novas filiações e deliberar sobre sanções às Organizações Filiadas, na forma do que dispõem este Estatuto e o Regimento Interno.
- i. eleger os delegados à Assembléia Geral do CNLB e dos Encontros Nacionais;
- j. aprovar o orçamento anual ou delegar ao Colegiado Deliberativo poderes para tanto.

Art. 14 - A Assembléia Geral se reúne de forma ordinária anualmente, e extraordinariamente por convocação da Presidência, do Colegiado Deliberativo ou de 1/3 dos Membros do Organismo.

Art. 15 - A convocação das Assembléias ordinária e extraordinária será feita por carta circular, com Aviso de Recebimento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e dela constarão a pauta dos trabalhos e demais informações e orientações necessárias.

Art. 16 - A Presidência e Secretaria da Assembléia Geral cabem ao Presidente e Secretário Geral do CNLB REGIONAL LESTE 1, respectivamente.

Art. 17 - A Assembléia Geral se instalará, em primeira convocação, na hora estabelecida na carta-circular com a presença de metade mais 1(um) dos delegados com direito a voto, na forma do disposto no art.12, ou em segunda e última convocação, meia hora após, com qualquer número.

Art. 18 - É considerada decisão da Assembléia Geral a proposta que obtiver o maior número de votos dos delegados presentes no momento da votação.

Art. 19 - Para modificações estatutárias, será convocada Assembléia Geral Extraordinária, que se instalará com a representação de, no mínimo, metade dos Membros do CNLB REGIONAL LESTE 1 em dia com suas obrigações estatutária e regimentais e deliberará, com o mínimo de 2/3 (dois terços) dos delegados inscritos na AG com direito a voto.

Parágrafo único – É considerada decisão da Assembléia Geral para modificações estatutária, a proposta que obtiver votos favoráveis de metade mais 1 (um) dos delegados presentes no momento da votação.

SEÇÃO II COLEGIADO DELIBERATIVO

Art. 20 – O Colegiado Deliberativo é constituído por:

- I – conselheiros natos: os Presidentes/Coordenadores em exercício dos Conselhos Diocesanos do Laicato Católico;
- II – conselheiros eleitos: 12 (doze) representantes eleitos entre os delegados à AG.

Parágrafo único - O quorum para deliberações no Colegiado Deliberativo será de metade mais um de seus membros.

Art. 21 – Compete ao Colegiado Deliberativo:

- a. aprovar e acompanhar os programas e projetos elaborados e apresentados ao Colegiado pela Presidência, segundo as metas e os planos de ação aprovados pela Assembléia Geral , levando em consideração as diretrizes e prioridades determinadas Nacionalmente.
- b. dar parecer sobre os relatórios da Presidência, para análise da Assembléia Geral;

- c. solicitar à Assembléia Geral, em conjunto com a Presidência, a criação de órgãos assessores permanentes;
 - d. constituir, por solicitação da Presidência, órgãos provisórios de assessoria, com fins específicos;
 - e. acompanhar e colaborar com a Presidência no exercício de suas funções;
 - f. zelar pela observância do Estatuto e do Regimento Interno do CNLB REGIONAL LESTE 1;
 - g. deliberar sobre as questões que exijam o pronunciamento ou tomada de posição do CNLB REGIONAL LESTE 1;
 - h. deliberar, ad referendum da Assembléia Geral, sobre casos omissos e conflituosos.
- Art. 22 – O Colegiado Deliberativo se reunirá ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente quando convocado pela Presidência, ou por 1/3 de seus membros.

Parágrafo único – A convocação extraordinária deve ser feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, dela constando a pauta dos trabalhos, através de carta circular com aviso de recebimento.

SEÇÃO III PRESIDÊNCIA REGIONAL

Art. 23 – A Presidência Regional é composta pelos seguintes membros: Presidente, vice-presidente, Secretário Geral, Secretário Adjunto, Tesoureiro Geral, Tesoureiro Adjunto.

Parágrafo único - A Presidência Regional reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente quando se fizer necessário.

Art. 24 - Compete à Presidência:

- a. presidir as atividades do CNLB REGIONAL LESTE 1 de acordo com este Estatuto, com o Regimento Interno e com as decisões da Assembléia Geral;
- b. elaborar e apresentar ao Colegiado Deliberativo as metas e planos de ação, levando em consideração as diretrizes e prioridades determinadas pela Assembléia Geral;
- c. promover, integrar, mobilizar e divulgar atividades, mantendo estreita comunicação com os Membros do Organismo;
- d. manter estreita relação com o Regional da CNBB e com os demais organismos eclesiais;
- e. manter diálogo permanente com a sociedade civil, cuidando da presença pública do Organismo no nível Regional;
- f. acompanhar os trabalhos das Comissões Permanente, aprovadas pela Assembléia Geral;
- g. propor o Regimento Interno do CNLB REGIONAL LESTE 1 e suas alterações à deliberação da Assembléia Geral;
- h. pronunciar-se publicamente, em nome do Organismo, ouvindo, no que couber, o Colegiado Deliberativo;

- i. contratar serviços de terceiros, admitir e demitir funcionários;
- j. administrar o patrimônio e as finanças do CNLB REGIONAL LESTE 1;
- k. Submeter à Assembléia Geral seu relatório de atividades e demonstrações da execução financeira.

Art. 25 - Compete ao Presidente do CNLB REGIONAL LESTE 1:

- a. representar ativa e passivamente o CNLB REGIONAL LESTE 1 em juízo ou fora dele;
- b. convocar e presidir a Assembléia Geral e as Reuniões do Colegiado Deliberativo e da Presidência;
- c. delegar tarefas e atribuições a membros da Presidência ou dos órgãos de assessoria;
- d. nomear procuradores para fins específicos, com poderes delimitados e com prazos limitados ao próprio mandato;
- e. assinar, em conjunto com o Tesoureiro Geral, cheques e compromissos financeiros, bem como projetos para captação de recursos financeiros.

Parágrafo único - O vice-presidente desempenhará as tarefas e atribuições que lhe forem delegadas e substituirá o Presidente nos casos de ausência, impedimento ou vacância.

Art. 26 - Compete ao Secretário Geral do CNLB REGIONAL LESTE 1:

- a. responder operacional e administrativamente por todas as atividades de secretaria do CNLB REGIONAL LESTE 1;
- b. contribuir na elaboração e operacionalização dos planos de ação do CNLB REGIONAL LESTE 1;
- c. cuidar do relacionamento interno do CNLB REGIONAL LESTE 1 com suas instâncias e com as Organizações Filiadas, mantendo com elas estreita comunicação;
- d. secretariar os Encontros Regionais, a Assembléia Geral e as reuniões da Presidência;
- e. responder pelos registros e arquivos documentais e históricos do CNLB REGIONAL LESTE 1.

Parágrafo único - O Secretário Adjunto desempenhará as tarefas e atribuições que lhe forem delegadas e substituirá o Secretário Geral nos casos de ausência, impedimento ou vacância.

Art. 27 – Compete ao Tesoureiro Geral:

- a. exercer a função de gestor e administrador do patrimônio, dos recursos e dos investimentos;
- b. elaborar o Plano Orçamentário e prestar contas da administração e gestão do patrimônio, recursos e investimentos, através de balancetes mensais e balanço anual aos órgãos competentes;
- c. elaborar projetos para captação de recursos financeiros para financiar as ações do CNLB REGIONAL LESTE 1;

- d. assinar, em conjunto com o Presidente do CNLB REGIONAL LESTE 1, cheques e compromissos financeiros, bem como projetos para captação de recursos financeiros;

Parágrafo único – O Tesoureiro Adjunto desempenhará as tarefas e atribuições que lhe forem delegadas e substituirá o Tesoureiro Geral nas ausências, impedimentos e vacância.

SEÇÃO IV COLEGIADO FISCAL

Art. 28 – O Colegiado Fiscal é formado por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes.

Parágrafo único – Os suplentes substituirão os titulares em suas faltas, impedimentos ou vacância.

Art. 29 - Compete ao Colegiado Fiscal:

- a. examinar e dar parecer, semestralmente e por escrito à Presidência e ao Colegiado Deliberativo, sobre a situação financeira do CNLB, particularmente na execução do Plano Orçamentário e na administração patrimonial.
- b. apresentar à Assembléia Geral parecer, por escrito, sobre o balanço anual e a administração patrimonial.

CAPÍTULO VII ELEIÇÕES

Art. 30 – O voto eletivo é pessoal, direto e secreto.

§ 1º - São eleitores e candidatos somente os delegados presentes na Assembléia Geral, devidamente inscritos, na forma do disposto no Art.12.

§ 2º - Será indicada pela Presidência uma Comissão Eleitoral de 3(três) membros, que zelará pela funcionalidade, transparência, participação, legalidade e ética no processo eleitoral.

§ 3º - Serão considerados eleitos os candidatos aos cargos da Presidência e do Colegiado Deliberativo que obtiverem 50% mais 1 (um) dos votos válidos.

Art. 31 – Os membros da Presidência, os membros eleitos do Colegiado Deliberativo e os membros do Colegiado Fiscal serão eleitos pela Assembléia Geral nos termos e deste Estatuto e do Regimento Interno, para um mandato de 3 (três) anos .

§ 1º – Para os cargos da Presidência só será permitida uma reeleição.

§ 2º - Só poderá haver uma reeleição para os membros do Colegiado Deliberativo e do Colegiado Fiscal.

§ 3º - Em caso de vacância no CD, a AG elegerá um substituto para completar o mandato.

§ 4º - Os critérios para a escolha ou apresentação dos candidatos a cargos da presidência serão estabelecidos no Regimento Interno.

§ 5º - As eleições serão feitas separadamente para a Presidência Regional, para o Colegiado Deliberativo e para o Colegiado Fiscal conforme disposto no Regimento Interno.

Art. 32 – A AG elegerá a cada ano, entre os delegados que compõem os Órgãos de Direção do CNLB Regional Leste 1, os delegados à Assembléia Geral do CLNB (nacional), podendo ser reconduzidos.

§ 1º – Serão tantos delegados quantos estabelecer o Estatuto do CNLB, bem como seus respectivos suplentes.

§ 2º - Não são elegíveis aqueles que exerçam mandato no CNLB.

CAPITULO VIII PATRIMÔNIO E REGIME FINANCEIRO

Art. 33 – O patrimônio do CNLB REGIONAL LESTE 1 é constituído de recursos financeiros e de bens móveis e imóveis que possua ou venha a possuir, provenientes de contribuições, doações, subvenções, rendas eventuais, auxílios oriundos de seus membros, colaboradores e outros que lhe vierem a qualquer título.

Art. 34 – O CNLB REGIONAL LESTE 1 organizará e manterá sua contabilidade e seu plano orçamentário segundo as normas legais contábeis vigentes.

Art. 35 – Os serviços prestados pela Presidência, Colegiado Deliberativo, Colegiado Fiscal e demais Comissões não serão remunerados.

§ 1º - Para a execução de serviços burocráticos e administrativos o CNLB REGIONAL LESTE 1 pode contratar pessoas habilitadas ao exercício das funções.

§ 2º - Os gastos com locomoção, estada e alimentação dos membros da Presidência, do Conselho Fiscal e demais órgãos, quando a serviço do CNLB REGIONAL LESTE 1 e previstos no Plano Orçamentário, serão ressarcidos mediante comprovação.

Art. 36 - O CNLB REGIONAL LESTE 1 deverá contribuir com os gastos com passagens, estada e alimentação dos delegados à Assembléia Geral do CNLB, na forma do disposto no Regimento Interno.

Art. 37 – A aquisição e alienação de bens imóveis será feita pela Presidência, após consulta e aprovação do Colegiado Deliberativo e, em se tratando de sua oneração ou alienação, "ad referendum" da Assembléia Geral.

Art. 38 – Em caso de extinção do CNLB REGIONAL LESTE 1, na forma de lei civil (art. 1399, itens I, III e V do Código Civil), a Assembléia Geral decidirá a destinação do patrimônio a uma instituição congênere ou relacionada à organização do laicato católico no Brasil.

Art. 39 – Os membros do CNLB REGIONAL LESTE 1 não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais do organismo.

Art. 40 – O exercício social coincide com o ano civil .

CAPÍTULO IX REGIMENTO INTERNO

Art. 41 - Os critérios e normas de operacionalização do presente Estatuto, naquilo que couber e atender aos dispositivos legais, serão definidos e regulamentados em Assembléia Geral e expressos pelo Regimento Interno do CNLB REGIONAL LESTE 1.

Parágrafo único - Qualquer alteração no Regimento Interno do CNLB REGIONAL LESTE 1 só poderá ser feita pela Assembléia Geral convocada para esse fim e com a aprovação de metade mais um dos delegados com direito a voto, presentes na Assembléia.

CAPITULO X
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42 – Este Estatuto entrará em vigor a partir de sua aprovação por Assembléia Geral Extraordinária convocada para esse fim.

Art. 43 - A Presidência em exercício encaminhará o Estatuto ao Regional Leste 1 da CNBB para aprovação canônica e após essa aprovação poderá proceder ao registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e aos demais atos necessários para a sua implementação, mediante autorização do Colegiado Deliberativo.

Art. 44 – Compete à Presidência em exercício elaborar o projeto de Regimento Interno do CNLB REGIONAL LESTE 1 e submetê-lo à aprovação da Assembléia Geral.

Art. 45 – O CNLB REGIONAL LESTE 1 só poderá ser extinto pelo voto favorável de 2/3 dos delegados que constituem a Assembléia Geral, na forma do disposto no art.12, especialmente convocados para este fim.

Art. 46 – Casos omissos, não previstos neste Estatuto, poderão ser decididos pela Presidência, de acordo com o Colegiado Deliberativo "ad referendum" da Assembléia Geral.



RELATÓRIO DA 11ª ASSEMBLÉIA DA PASTORAL OPERÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO REALIZADA NOS DIAS 15,16,17 DE DEZEMBRO DE 1995 EM ARROZAL DI
OCESSE DE VOLTA REDONDA R.J.

PRIORIDADES PARA 1996-1997.

GRUPO DE BASE-FORMAÇÃO-FINANÇAS.

Nesta nossa ultima assembleia da Pastoral Operária foi pensado em um novo método para aprovação das nossas prioridades, e linhas de ação, por isso, queremos deixar claro que só enfeitar as folhas de papel com idéias bonitas, muitas das vezes até querendo agradar os delegados, na assembleia aprovando as suas propostas. mas na hora de botar em pratica a coordenação nunca conseguia fazer tudo que era aprovado. por isso este ano após uma profunda avaliação de toda assembleia as nossas prioridades e linhas de ação ficou da seguinte maneira:

DELIBERAÇÕES

1º Grupo de Base.

- 1.1 Vizitas nas Dioceses, com objetivo de motivar as celebrações dos Grupos de Base da Pastoral Operária.
- 1.2 Fazer acompanhamentos aos Grupos de Base da P.O, tarefa de toda coordenação, seja Estadual ou Diocesana.
- 1.3 Curso para animadores de Grupo de Base, promovido a nível de Estado e das Dioceses.

2º FORMAÇÃO:

- 2.1 Cursos para simpatizantes da Pastoral Operária.
- 2.2 Organizar uma equipe de formação.
- 2.3 Trabalhar a formação inter Diocesana, incentivando as Dioceses a realizar cursos de animadores de Grupos, contribuindo no planejamento, e na elaboração de subsídios para os Grupos.

3º TRABALHAR auto sustentação financeira da P.O:

- 3.1 Organizar uma equipe de finanças a nível do Estado sendo vinculada as Dioceses.
- 3.2 Organizar uma equipe cultural financeira, para trabalhar na promoção de SHOWS, bingos, rifas, com objetivo de ajudar a P.O Estadual e as POs Diocesanas.
- 3.3 Incentivar os Grupos da P.O a celebrar o dia 1º de maio nas Dioceses e Paróquias, com objetivo de fazer a coleta das celebrações para a P.O.

OUTRAS DELIBERAÇÕES


- 1- A proxima assembleia da P.O Estadual será no final de 1997, sendo que no final de 1996 faremos uma coordenação ampliada.
- 2- O curso de janeiro de 1996 foi cancelado devido a falta de local, foi uma decisão da assembleia, queremos lembrar a todos que para o proximo curso de 1997 já fizemos contato com Frei Carlos Mestre para nos ajudar na assessoria Bíblica.
- 3- As Dioceses do Rio, Volta Redonda, Itaguaí, Valença, Caxias, permanecem com o mesmo número de representantes na coordenação Estadual, com uma diferença de Nova Iguaçu que tinha 03 membros na coordenação, mas devido a constatação de menos Grupos de Base fizeram uma avaliação, e hoje ficou com 01 membro na coordenação que e o companheiro Luiz de Nilópolis.
- 4- O mandato do Gilberto Dias (membro coord. Nacional) foi prorrogado por mais 02 anos.
- 5- Tania também teve seu mandato prorrogado para o conselho nacional da P.Operária.
- 6- Mais uma vez a Pastoral Operária-R.J esteve representada na assembleia nacional em São Paulo pelos companheiros Gil, Zequinha, e Tania.

7- Um assunto muito discutido na assembléia Estadual, foi com relação (assistente) avaliamos a falta que tivemos no ano de 1995. nas reuniões a nível do Estado, mas ao mesmo tempo queremos agradecer a presença do Padre Agostinho que foi celebrar conosco os 20 anos da P.O no Brasil. Não poderíamos deixar de lembrar do grande apoio que ele nos tem dado em Nova Iguaçu. Queremos agradecer também a valiosa presença das Irmãs (Andréia e Rita) lembrando que a Irmã Rita voltou para ficar, comprometeu conosco de estar firme com a coordenação em 1996, que Deus dê muita saúde a elas. que remos lembrar também do grande apoio do Pe- Manangão la na Diocese do Rio, também queremos lembrar do apoio do Pe- André e do Vidal aqui em V. Redonda, também nossos agradecimentos especiais aos Bispos e Pe-e todas as Irmãs que acreditam no trabalho da Pastoral Operária.

Companheiros que participou e fez presença na assembléia Estadual da P.O em Arrozal-V.R Zequinha, Gil, Luiz, Fortunato, Conceição, Irmã Andréia, Paulo, Beto, Zé Paulo, Geraldo Orosimo, Ramim, Paulo Mendes, Sidney, Irmã Rita, José Afonso, (Claudio M.G) tivemos também a presença do Pe-Agostinho e um representante da JOC, queremos lembrar a presença marcante do nosso assessor que é o companheiro Dito de Santa Catarina.

Um fraterno abraço e um **começo** de ano cheio de fé e esperança na caminhada.

São os votos de todos os participantes da 11ª assembléia da P.O Estadual do Rio de Janeiro.



JOSE ANTONIO GOMES
P/coordenação.

01-02-1996

CECIN
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMPRESSÃO
INSTITUTO MULTIMÉDIA

Nova Iguaçu, 12 de novembro de 2006.

Assembléia Estadual da Pastoral Operária

Pauta: Análise de Conjuntura Eclesial e Política;
Avaliação da Caminhada em 2006;
Planejamento 2007;
Possível escolha de 1 liberado estadual para a PO;
Informes, etc.

Presentes: João Rosa, Marlene Aparecida, Sebastião Marcos, Geraldo Orozimbo, Manoel Pedro, Áurea Moura, Milton Augusto, José Pedro, João Batista, José etro Oliveira, José Roberto, Maria Geralda, José Maria, Geraldo Faustino, Ana Maria (Volta Redonda); João Batista, Cirilo Roberto, Flávio Antônio (Nova Iguaçu); Alceu José (Capital); Dionésio Pereira (Duque de Caxias).

Começamos o encontro cantando e em seguida Flávio deu as boas vindas a todas/os, e falou sobre os objetivos da reunião (pauta).

Alceu começou dizendo que os grupos de base da Capital estão com dificuldades de criarem grupos de base pois o momento é de muito louvor, apesar de ter sido criado o Vicariato da Caridade, que reúne as Pastorais Sociais. Acha que é preciso resgatar o pessoal que já participavam, fazendo visitas. O Pe. Manangão é o assessor das Pastorais Sociais, Porém na pastoral o ajuda nas missas e no retiro. A programação deste ano contou com dois encontros de formação, um retiro em junho, uma missa de páscoa no Hospital do Fundão, etc. Farão assembléia no dia 25 de novembro para avaliar e planejarem 2007.

Em Nilópolis Beto fala que o Regional não tem uma linha definida, pois tem a RCC (Renovação Carismática Católica) e a Pastoral Operária, mas as duas estão fracas, pois não tem apoio dos padres. Ano passado juntaram-se com outras pastorais (Círculos Bíblicos e ...) para fazer trabalho conjunto, além de criarem uma coordenação das Pastorais Sociais. Alguns membros estão trabalhando nos Conselhos Municipais e querem tentar fazer acompanhamento do legislativo. Não tem assessoria direta, mas tem uma assessoria indireta das Pastorais Sociais que é o Diácono Mariano. Fizeram este ano a celebração de Santo Dias, o dia Internacional da Mulher, etc. João Batista complementou dizendo que fazem curso de formação política, caminhada do 1 de maio, celebrações mensais, etc.

No município de Duque de Caxias, Dionésio fala que a PO está muito fraca. O Bispo Diocesano ainda não deu muita atenção. Não tem assessor fixo, mas diz que Pe. Armando dá uma força e Pe. André está mais preocupado com a Pastoral da Aids. Fala que tem pessoas presentes nos Conselhos Municipais. Diz que a Aspa ficou de articular o trabalho das Pastorais Sociais, mas acaba ficando muito no gabinete. O próprio material da PO que deixa na Aspa, eles não repassam e devolvem, e não tem ajuda financeira para os trabalhos. Porém diz que está nascendo um grupo jovem que desenvolvem trabalho através de teatro e filme, inclusive não puderam vir pois estão gravando um.

Já em Nova Iguaçu, Flávio diz que está muito fraco o trabalho de base, tendo hoje apenas 1 grupo nascendo em Vila de Cava. Porém os membros dos grupos de base estão trabalhando nas políticas pública nos Conselhos Municipais Acompanhamento a Câmara Legislativa e outros. Diz que estão procurando desenvolver um, trabalho mais articulado entre as Pastorais Sociais, pois o momento é de grandes transformações, mas sem perder o específico de cada pastoral. Contam com uma Coordenação Diocesana e fizeram um bom trabalho nos Regionais. O assessor Diocesano é o Pe. Agostinho Pretto.

Lá em Volta Redonda, João Rosa começa falando que não encontram muitas dificuldades de caminhar nas comunidades, pois é social. Acha que a maior dificuldade é internamente, pois devido aos muitos serviços desenvolvidos em outras atividades, acabam não priorizando o da Pastoral Operária. Diz que se quisermos fortalecer a PO, é preciso priorizar. O Bispo apóia, mas está cobrando mais presença da PO 'a nível Diocesano. Diz que foi importante a participação da Pastoral na luta da eleição do sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda, pois houve uma reconquista para a Cut, porque antes estava nas mãos da Força Sindical que acabou desmobilizando a própria Pastoral. Fizeram bastante atividades este ano como o 1 de maio, o 9 e novembro, a Romaria dos Trabalhadores, etc. Mas de fato, o que nós queremos? Ficae cantando e louvando dentro da igreja ou fazer atividades fora? Geraldo Orozimbo diz que organizaram debate na UFF sobre a privatização das terras da CSN, inclusive com boa participação do povo. Porém acham interessante que quando a Pastoral Operária puxa alguma atividade, o pessoal abraça e participa,

mas depois voltam cada um aos seus lugares e não entram no grupo. Já tiveram cerca de 25 grupos de base. Quando o sindicato dos metalúrgicos era mais atuante, a Pastoral era mais articulada na Igreja. A dificuldade está em fazer uma sensibilização com o pessoal das comunidades, afinal de contas, todas/os são trabalhadoras/es. Somos um grupo de teimosia, e o importante é priorizar. Não contam com assessoria direta, mas tem o apoio do Diácono João Franco. Diz que o presidente eleito do sindicato dos metalúrgicos, agradeceu o apoio da PO pela conquista e parabenizou por estar mantendo viva 'por 18 anos a memória dos trabalhadores assassinados durante a greve na CSN.

Flávio fez algumas considerações desta parte da assmbléia: O momento presente é de muito louvor e pouco compromisso com o social, devido a linha de muitas igrejas. Quem somos nós? Trabalhadores nas mais diversos serviços dentro da comunidade: Ministros, conselheiros, cantores, etc, mas principalmente nosso engajamento no Social através da PO. Sobre a questão sindical é preciso acompanhar e ajudar. Diz que estamos no tempo de manter a chama acesa da PO articulando com outras Pastorais Sociais nos grupos de base, no (setor – Volta Redonda) – (vicariato – Capital) – (regional – Nova Iguaçu) e ... Caxias; a nível Diosano e a nível de Estado.

Pe. Agostinho Preto diz de sua felicidade em nos ver reunidos mantendo a chama acesa e nos classifica coimo minorias Abraâmicas. Sabe que o momento é difícil mas que precisamos resistir a onda neoliberal, e que a PO precisa reconstruir a sua história e para isto foi lançado no dia 04 de novembro o vídeo dos 35 anos da PO do Brasil. A fita entregue por Flávio a ele foi repassada ao pessoal de Volta Redonda (Geraldo Orozimbo). Diz que a primeira sede da PO nacional foi em Volta Redonda, as primeiras assessoras foram as Irmãs Lúcia e Olívia (graças a Deus ainda viva lá). Diz que suprimiu duas missas hoje para priorizar está reunião e tem um sonho em liberar uma pessoa para ficar a serviço exclusivo de animar e articular a PO no estado, e para isso está fazendo um projeto de ajuda financeira. O nosso desafio é o de não ter medo de programar, e propõe um seminário de 3 dias em 2007. O primeiro liberado nacional foi Gilberto de Carvalho, hoje secretário do presidente Lula. A PO nasceu no Cenfor (Nova Iguaçu), assim como através do primeiro Entoes (encontro nacional de trabalhadores), que futuramente viria a criar a Cut. Na avaliação política diz que está é a hora das bases (pastorais, sindicatos, movimentos populares) ajudarem o presidente a governar o país, pois o presidente priorizará os pobres. Lula reconhece que errou ao não acreditar no povo, nas bases. Diz que ontem (sábado) aconteceu aqui o encontro para definir sobre o 6 encontro nacional de Fé e Política, que acontecerá nos dias 10 e 11 de novembro de 2007 em Nova Iguaçu. Fala que é precioso desde agora começar a fazer o trabalho de base nas comunidades. Há também se construindo o novo pacto social do trabalho e deixa uma mensagem: o evangelho de hoje que fala sobre a partilha. Cada um deve partilhar o seu dom, quem sabe cantar, cante; quem sabe pintar, pinte; quem sabe consolar, console; quem sabe pregar, pregue; etc. Nós somos todos/as trabalhadores/as na universidade do mundo dos/as trabalhadores/as. O importante é a dimensão da pequena moeda (partilha, solidariedade, etc), e acreditem na semente, pois ela é uma palavra bíblica.

Foi sugerido que fizéssemos a análise de conjuntura política nas nossas bases.

Sobre o planejamento 2007 foi feita uma pergunta: nossos encontros se fazem necessários? A maioria achou que sim, pois só assim continuaremos podendo nos articular melhor para trocarmos alegrias e tristezas, experiências dos grupos de base, tendo momentos de espiritualidade, etc. Foi também ressaltado que uma articulação a nível estadual é possível, mas não para criar outra instância para coordenação.

Decidimos que nossas reuniões serão de dois em dois meses, sendo realizadas no quarto sábado, e no sistema de rodízio entre as Dioceses, e assim ficou definido:

Data	Horário	Local	Tema
24 de fevereiro	9 às 12	Volta Redonda	
28 de abril	9 às 12	Caxias	
22 – 23 – 24 de junho	Sexta à noite, sábado e domingo	Nova Iguaçu	Seminário: Contudo a definir.
25 de agosto	9 às 12	Capital	
27 de outubro	9 às 12	Itaguaí	

CAFÉ - ALMOÇO - SÁBADO : R\$ 60,00.

Sem mais a relatar, este relatório é uma contribuição de Flávio Antônio.

Assembléia Estadual da Pastoral Operária

Pauta: Análise de Conjuntura Eclesial e Política;
Avaliação da Caminhada em 2006;
Planejamento 2007;
Possível escolha de 1 liberado estadual para a PO;
Informes, etc.

Presentes: João Rosa, Marlene Aparecida, Sebastião Marcos, Geraldo Orozimbo, Manoel Pedro, Áurea Moura, Milton Augusto, José Pedro, João Batista, José etro Oliveira, José Roberto, Maria Geralda, José Maria, Geraldo Faustino, Ana Maria (Volta Redonda); João Batista, Cirilo Roberto, Flávio Antônio (Nova Iguaçu); Alceu José (Capital); Dionésio Pereira (Duque de Caxias).

Começamos o encontro cantando e em seguida Flávio deu as boas vindas a todas/os, e falou sobre os objetivos da reunião (pauta).

Alceu começou dizendo que os grupos de base da Capital estão com dificuldades de criarem grupos de base pois o momento é de muito louvor, apesar de ter sido criado o Vicariato da Caridade, que reúne as Pastorais Sociais. Acha que é preciso resgatar o pessoal que já participavam, fazendo visitas. O Pe. Manangão é o assessor das Pastorais Sociais, Porém na pastoral o ajuda nas missas e no retiro. A programação deste ano contou com dois encontros de formação, um retiro em junho, uma missa de páscoa no Hospital do Fundão etc. Farão assembléia no dia 25 de novembro para avaliar e planejarem 2007.

Em Nilópolis Beto fala que o Regional não tem uma linha definida, pois tem a RCC (Renovação Carismática Católica) e a Pastoral Operária, mas as duas estão fracas, pois não tem apoio dos padres. Ano passado juntaram-se com outras pastorais (Círculos Bíblicos e ...) para fazer trabalho conjunto, além de criarem uma coordenação das Pastorais Sociais. Alguns membros estão trabalhando nos Conselhos Municipais e querem tentar fazer acompanhamento do legislativo. Não tem assessoria direta, mas tem uma assessoria indireta das Pastorais Sociais que é o Diácono Mariano. Fizeram este ano a celebração de Santo Dias, o dia Internacional da Mulher, etc. João Batista complementou dizendo que fazem curso de formação política, caminhada do 1 de maio, celebrações mensais, etc.

No município de Duque de Caxias, Dionésio fala que a PO está muito fraca. O Bispo Diocesano ainda não deu muita atenção. Não tem assessor fixo, mas diz que Pe. Armando dá uma força e Pe. André está mais preocupado com a Pastoral da Aids. Fala que tem pessoas presentes nos Conselhos Municipais. Diz que a Aspa ficou de articular o trabalho das Pastorais Sociais, mas acaba ficando muito no gabinete. O próprio material da PO que deixa na Aspa, eles não repassam e devolvem, e não tem ajuda financeira para os trabalhos. Porém diz que está nascendo um grupo jovem que desenvolvem trabalho através de teatro e filme, inclusive não puderam vir pois estão gravando um.

Já em Nova Iguaçu, Flávio diz que está muito fraco o trabalho de base, tendo hoje apenas 1 grupo nascendo em Vila de Cava. Porém os membros dos grupos de base estão trabalhando nas políticas pública nos Conselhos Municipais Acompanhamento a Câmara Legislativa e outros. Diz que estão procurando desenvolver um trabalho mais articulado entre as Pastorais Sociais, pois o momento é de grandes transformações, mas sem perder o específico de cada pastoral. Contam com uma Coordenação Diocesana e fizeram um bom trabalho nos Regionais. O assessor Diocesano é o Pe. Agostinho Pretto.

Lá em Volta Redonda, João Rosa começa falando que não encontram muitas dificuldades de caminhar nas comunidades, pois é social. Acha que a maior dificuldade é internamente, pois devido aos muitos serviços desenvolvidos em outras atividades, acabam não priorizando o da Pastoral Operária. Diz que se quisermos fortalecer a PO, é preciso priorizar. O Bispo apóia, mas está cobrando mais presença da PO 'a nível Diocesano. Diz que foi importante a participação da Pastoral na luta da eleição do sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda, pois houve uma reconquista para a Cut, porque antes estava nas mãos da Força Sindical que acabou desmobilizando a própria Pastoral. Fizeram bastante atividades este ano como o 1 de maio, o 9 e novembro, a Romaria dos Trabalhadores, etc. Mas de fato, o que nós queremos? Fica cantando e louvando dentro da igreja ou fazer atividades fora? Geraldo Orozimbo diz que organizaram debate na UFF sobre a privatização das terras da CSN, inclusive com boa participação do povo. Porém acham interessante que quando a Pastoral Operária puxa alguma atividade, o pessoal abraça e participa,

mas depois voltam cada um aos seus lugares e não entram no grupo. Já tivemos cerca de 25 grupos de base. Quando o sindicato dos metalúrgicos era mais atuante, a Pastoral era mais articulada na Igreja. A dificuldade está em fazer uma sensibilização com o pessoal das comunidades, afinal de contas, todas/os são trabalhadoras/es. Somos um grupo de teimosia, e o importante é priorizar. Não contam com assessoria direta, mas tem o apoio do Diácono João Franco. Diz que o presidente eleito do sindicato dos metalúrgicos, agradeceu o apoio da PO pela conquista e parabenizou por estar mantendo viva 'por 18 anos a memória dos trabalhadores assassinados durante a greve na CSN.

Flávio fez algumas considerações desta parte da assembleia: O momento presente é de muito louvor e pouco compromisso com o social, devido a linha de muitas igrejas. Quem somos nós? Trabalhadores nas mais diversos serviços dentro da comunidade: Ministros, conselheiros, cantores, etc, mas principalmente nosso engajamento no Social através da PO. Sobre a questão sindical é preciso acompanhar e ajudar. Diz que estamos no tempo de manter a chama acesa da PO articulando com outras Pastorais Sociais nos grupos base, no (setor – Volta Redonda) – (vicariato – Capital) – (regional – Nova Iguaçu) e ... Caxias; a nível Diocesano e a nível de Estado.

Pe. Agostinho Pretto diz de sua felicidade em nos ver reunidos mantendo a chama acesa e nos classifica como minorias Abraâmicas. Sabe que o momento é difícil mas que precisamos resistir a onda neoliberal, e que a PO precisa reconstruir a sua história e para isto foi lançado no dia 04 de novembro o vídeo dos 35 anos da PO do Brasil. A fita entregue por Flávio a ele foi repassada ao pessoal de Volta Redonda (Geraldo Orozimbo). Diz que a primeira sede da PO nacional foi em Volta Redonda, as primeiras assessoras foram as Irmãs Lúcia e Olívia (graças a Deus ainda viva lá). Diz que suprimiu duas missas hoje para priorizar este encontro e tem um sonho em liberar uma pessoa para ficar a serviço exclusivo de animar e articular a PO no estado, e para isso está fazendo um projeto de ajuda financeira. O nosso desafio é o de não ter medo de programar, e propõe um seminário de 3 dias em 2007. O primeiro liberado nacional foi Gilberto de Carvalho, hoje secretário do presidente Lula. A PO nasceu no Cenfor (Nova Iguaçu), assim como através do primeiro Encontro (encontro nacional de trabalhadores), que futuramente viria a criar a CUT. Na avaliação política diz que está é a hora das bases (pastorais, sindicatos, movimentos populares) ajudarem o presidente a governar o país, pois o presidente priorizará os pobres. Lula reconhece que errou ao não acreditar no povo, nas bases. Diz que ontem (sábado) aconteceu aqui o encontro para definir sobre o 6º encontro nacional de Fé e Política, que acontecerá nos dias 10 e 11 de novembro de 2007 em Nova Iguaçu. Fala que é precioso desde agora começar a fazer o trabalho de base nas comunidades. Há também construindo o novo pacto social do trabalho e deixa uma mensagem: o evangelho de hoje que fala sobre partilha. Cada um deve partilhar o seu dom, quem sabe cantar, cante; quem sabe pintar, pinte; quem sabe consolar, console; quem sabe pregar, pregue; etc. Nós somos todos/as trabalhadores/as na universidade mundo dos/as trabalhadores/as. O importante é a dimensão da pequena moeda (partilha, solidariedade, etc), e acreditem na semente, pois ela é uma palavra bíblica.

Foi sugerido que fizéssemos a análise de conjuntura política nas nossas bases.

Sobre o planejamento 2007 foi feita uma pergunta: nossos encontros se fazem necessários? A maioria achou que sim, pois só assim continuaremos podendo nos articular melhor para trocarmos alegrias e tristezas, experiências dos grupos de base, tendo momentos de espiritualidade, etc. Foi também ressaltado que uma articulação a nível estadual é possível, mas não para criar outra instância para coordenação.

Decidimos que nossas reuniões serão de dois em dois meses, sendo realizadas no quarto sábado, e no sistema de rodízio entre as Dioceses, e assim ficou definido:

Data	Horário	Local	Tema
24 de fevereiro	9 às 12	Volta Redonda	
28 de abril	9 às 12	Caxias	
22 – 23 – 24 de junho	Sexta à noite, sábado e domingo	Nova Iguaçu	Seminário: Contudo a definir.
25 de agosto	9 às 12	Capital	
27 de outubro	9 às 12	Itaguaí	

Sem mais a relatar, este relatório é uma contribuição de Flávio Antônio.

Assembléia Estadual da Pastoral Operária

Pauta: Análise de Conjuntura Eclesial e Política;
Avaliação da Caminhada em 2006;
Planejamento 2007;
Possível escolha de 1 liberado estadual para a PO;
Informes, etc.

Presentes: João Rosa, Marlene Aparecida, Sebastião Marcos, Geraldo Orozimbo, Manoel Pedro, Áurea Moura, Milton Augusto, José Pedro, João Batista, José etro Oliveira, José Roberto, Maria Geralda, José Maria, Geraldo Faustino, Ana Maria (Volta Redonda); João Batista, Cirilo Roberto, Flávio Antônio (Nova Iguaçu); Alceu José (Capital); Dionésio Pereira (Duque de Caxias).

Começamos o encontro cantando e em seguida Flávio deu as boas vindas a todas/os, e falou sobre os objetivos da reunião (pauta).

Alceu começou dizendo que os grupos de base da Capital estão com dificuldades de criarem grupos de base pois o momento é de muito louvor, apesar de ter sido criado o Vicariato da Caridade, que reúne as Pastorais Sociais. Acha que é preciso resgatar o pessoal que já participavam, fazendo visitas. O Pe. Manangão é o assessor das Pastorais Sociais, Porém na pastoral o ajuda nas missas e no retiro. A programação deste ano contou com dois encontros de formação, um retiro em junho, uma missa de páscoa no Hospital do Fundão etc. Farão assembléia no dia 25 de novembro para avaliar e planejarem 2007.

Em Nilópolis Beto fala que o Regional não tem uma linha definida, pois tem a RCC (Renovação Carismática Católica) e a Pastoral Operária, mas as duas estão fracas, pois não tem apoio dos padres. Ano passado juntaram-se com outras pastorais (Círculos Bíblicos e ...) para fazer trabalho conjunto, além de criarem uma coordenação das Pastorais Sociais. Alguns membros estão trabalhando nos Conselhos Municipais e querem tentar fazer acompanhamento do legislativo. Não tem assessoria direta, mas tem uma assessoria indireta das Pastorais Sociais que é o Diácono Mariano. Fizeram este ano a celebração de Santo Dias, o dia Internacional da Mulher, etc. João Batista complementou dizendo que fazem curso de formação política, caminhada do 1 de maio, celebrações mensais, etc.

No município de Duque de Caxias, Dionésio fala que a PO está muito fraca. O Bispo Diocesano ainda não deu muita atenção. Não tem assessor fixo, mas diz que Pe. Armando dá uma força e Pe. André está mais preocupado com a Pastoral da Aids. Fala que tem pessoas presentes nos Conselhos Municipais. Diz que a Aspa ficou de articular o trabalho das Pastorais Sociais, mas acaba ficando muito no gabinete. O próprio material da PO que deixa na Aspa, eles não repassam e devolvem, e não tem ajuda financeira para os trabalhos. Porém diz que está nascendo um grupo jovem que desenvolvem trabalho através de teatro e filme, inclusive não puderam vir pois estão gravando um.

Já em Nova Iguaçu, Flávio diz que está muito fraco o trabalho de base, tendo hoje apenas 1 grupo nascendo em Vila de Cava. Porém os membros dos grupos de base estão trabalhando nas políticas pública nos Conselhos Municipais Acompanhamento a Câmara Legislativa e outros. Diz que estão procurando desenvolver um trabalho mais articulado entre as Pastorais Sociais, pois o momento é de grandes transformações, mas sem perder o específico de cada pastoral. Contam com uma Coordenação Diocesana e fizeram um bom trabalho nos Regionais. O assessor Diocesano é o Pe. Agostinho Pretto.

Lá em Volta Redonda, João Rosa começa falando que não encontram muitas dificuldades de caminhar nas comunidades, pois é social. Acha que a maior dificuldade é internamente, pois devido aos muitos serviços desenvolvidos em outras atividades, acabam não priorizando o da Pastoral Operária. Diz que se quiserem fortalecer a PO, é preciso priorizar. O Bispo apóia, mas está cobrando mais presença da PO 'a nível Diocesano. Diz que foi importante a participação da Pastoral na luta da eleição do sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda, pois houve uma reconquista para a Cut, porque antes estava nas mãos da Força Sindical que acabou desmobilizando a própria Pastoral. Fizeram bastante atividades este ano como o 1 de maio, o 9 e novembro, a Romaria dos Trabalhadores, etc. Mas de fato, o que nós queremos? Fica cantando e louvando dentro da igreja ou fazer atividades fora? Geraldo Orozimbo diz que organizaram debate na UFF sobre a privatização das terras da CSN, inclusive com boa participação do povo. Porém acham interessante que quando a Pastoral Operária puxa alguma atividade, o pessoal abraça e participa,

mas depois voltam cada um aos seus lugares e não entram no grupo. Já tiveram cerca de 25 grupos de base. Quando o sindicato dos metalúrgicos era mais atuante, a Pastoral era mais articulada na Igreja. A dificuldade está em fazer uma sensibilização com o pessoal das comunidades, afinal de contas, todas/os são trabalhadoras/es. Somos um grupo de teimosia, e o importante é priorizar. Não contam com assessoria direta, mas tem o apoio do Diácono João Franco. Diz que o presidente eleito do sindicato dos metalúrgicos, agradeceu o apoio da PO pela conquista e parabenizou por estar mantendo viva 'por 18 anos a memória dos trabalhadores assassinados durante a greve na CSN.

Flávio fez algumas considerações desta parte da assembleia: O momento presente é de muito louvor e pouco compromisso com o social, devido a linha de muitas igrejas. Quem somos nós? Trabalhadores nas mais diversos serviços dentro da comunidade: Ministros, conselheiros, cantores, etc, mas principalmente nosso engajamento no Social através da PO. Sobre a questão sindical é preciso acompanhar e ajudar. Diz que estamos no tempo de manter a chama acesa da PO articulando com outras Pastorais Sociais nos grupos de base, no (setor – Volta Redonda) – (vicariato – Capital) – (regional – Nova Iguaçu) e ... Caxias; a nível Diocesano e a nível de Estado.

Pe. Agostinho Pretto diz de sua felicidade em nos ver reunidos mantendo a chama acesa e nos classifica como minorias Abraâmicas. Sabe que o momento é difícil mas que precisamos resistir a onda neoliberal, e que a PO precisa reconstruir a sua história e para isto foi lançado no dia 04 de novembro o vídeo dos 35 anos da PO do Brasil. A fita entregue por Flávio a ele foi repassada ao pessoal de Volta Redonda (Geraldo Orozimbo). Diz que a primeira sede da PO nacional foi em Volta Redonda, as primeiras assessoras foram as Irmãs Lúcia e Olívia (graças a Deus ainda viva lá). Diz que suprimiu duas missas hoje para priorizar esta reunião e tem um sonho em liberar uma pessoa para ficar a serviço exclusivo de animar e articular a PO no estado, e para isso está fazendo um projeto de ajuda financeira. O nosso desafio é o de não ter medo de programar, e propõe um seminário de 3 dias em 2007. O primeiro liberado nacional foi Gilberto de Carvalho, hoje secretário do presidente Lula. A PO nasceu no Cenfor (Nova Iguaçu), assim como através do primeiro Encontro (encontro nacional de trabalhadores), que futuramente viria a criar a CUT. Na avaliação política diz que está é a hora das bases (pastorais, sindicatos, movimentos populares) ajudarem o presidente a governar o país, pois o presidente priorizará os pobres. Lula reconhece que errou ao não acreditar no povo, nas bases. Diz que ontem (sábado) aconteceu aqui o encontro para definir sobre o 6º encontro nacional de Fé e Política, que acontecerá nos dias 10 e 11 de novembro de 2007 em Nova Iguaçu. Fala que é precioso desde agora começar a fazer o trabalho de base nas comunidades. Há também construindo o novo pacto social do trabalho e deixa uma mensagem: o evangelho de hoje que fala sobre partilha. Cada um deve partilhar o seu dom, quem sabe cantar, cante; quem sabe pintar, pinte; quem sabe consolar, console; quem sabe pregar, pregue; etc. Nós somos todos/as trabalhadores/as na universidade do mundo dos/as trabalhadores/as. O importante é a dimensão da pequena moeda (partilha, solidariedade, etc), e acreditem na semente, pois ela é uma palavra bíblica.

Foi sugerido que fizéssemos a análise de conjuntura política nas nossas bases.

Sobre o planejamento 2007 foi feita uma pergunta: nossos encontros se fazem necessários? A maioria achou que sim pois só assim continuaremos podendo nos articular melhor para trocarmos alegrias e tristezas, experiências dos grupos de base, tendo momentos de espiritualidade, etc. Foi também ressaltado que uma articulação a nível estadual é possível, mas não para criar outra instância para coordenação.

Decidimos que nossas reuniões serão de dois em dois meses, sendo realizadas no quarto sábado, e no sistema de rodízio entre as Dioceses, e assim ficou definido:

Data	Horário	Local	Tema
24 de fevereiro	9 às 12	Volta Redonda	
28 de abril	9 às 12	Caxias	
22 – 23 – 24 de junho	Sexta à noite, sábado e domingo	Nova Iguaçu	Seminário: Contudo e definir.
25 de agosto	9 às 12	Capital	
27 de outubro	9 às 12	Itaguaí	

Sem mais a relatar, este relatório é uma contribuição de Flávio Antônio.

Assembléia Estadual da Pastoral Operária

Pauta: Análise de Conjuntura Eclesial e Política;
Avaliação da Caminhada em 2006;
Planejamento 2007;
Possível escolha de 1 liberado estadual para a PO;
Informes, etc.

Presentes: João Rosa, Marlene Aparecida, Sebastião Marcos, Geraldo Orozimbo, Manoel Pedro, Áurea Moura, Milton Augusto, José Pedro, João Batista, José etro Oliveira, José Roberto, Maria Geralda, José Maria, Geraldo Faustino, Ana Maria (Volta Redonda); João Batista, Cirilo Roberto, Flávio Antônio (Nova Iguaçu); Alceu José (Capital); Dionésio Pereira (Duque de Caxias).

Começamos o encontro cantando e em seguida Flávio deu as boas vindas a todas/os, e falou sobre os objetivos da reunião (pauta).

Alceu começou dizendo que os grupos de base da Capital estão com dificuldades de criarem grupos de base pois o momento é de muito louvor, apesar de ter sido criado o Vicariato da Caridade, que reúne as Pastorais Sociais. Acha que é preciso resgatar o pessoal que já participavam, fazendo visitas. O Pe. Manangão é o assessor das Pastorais Sociais, Porém na pastoral o ajuda nas missas e no retiro. A programação deste ano contou com dois encontros de formação, um retiro em junho, uma missa de páscoa no Hospital do Fundão etc. Farão assembléia no dia 25 de novembro para avaliar e planejarem 2007.

Em Nilópolis Beto fala que o Regional não tem uma linha definida, pois tem a RCC (Renovação Carismática Católica) e a Pastoral Operária, mas as duas estão fracas, pois não tem apoio dos padres. Ano passado juntaram-se com outras pastorais (Círculos Bíblicos e ...) para fazer trabalho conjunto, além de criarem uma coordenação das Pastorais Sociais. Alguns membros estão trabalhando nos Conselhos Municipais e querem tentar fazer acompanhamento do legislativo. Não tem assessoria direta, mas tem uma assessoria indireta das Pastorais Sociais que é o Diácono Mariano. Fizeram este ano a celebração de Santo Dias, o dia Internacional da Mulher, etc. João Batista complementou dizendo que fazem curso de formação política, caminhada do 1 de maio, celebrações mensais, etc.

No município de Duque de Caxias, Dionésio fala que a PO está muito fraca. O Bispo Diocesano ainda não deu muita atenção. Não tem assessor fixo, mas diz que Pe. Armando dá uma força e Pe. André está mais preocupado com a Pastoral da Aids. Fala que tem pessoas presentes nos Conselhos Municipais. Diz que a Aspa ficou de articular o trabalho das Pastorais Sociais, mas acaba ficando muito no gabinete. O próprio material da PO que deixa na Aspa, eles não repassam e devolvem, e não tem ajuda financeira para os trabalhos. Porém diz que está nascendo um grupo jovem que desenvolvem trabalho através de teatro e filme, inclusive não puderam vir pois estão gravando um.

Já em Nova Iguaçu, Flávio diz que está muito fraco o trabalho de base, tendo hoje apenas 1 grupo nascendo em Vila de Cava. Porém os membros dos grupos de base estão trabalhando nas políticas pública nos Conselhos Municipais Acompanhamento a Câmara Legislativa e outros. Diz que estão procurando desenvolver um trabalho mais articulado entre as Pastorais Sociais, pois o momento é de grandes transformações, mas ser perder o específico de cada pastoral. Contam com uma Coordenação Diocesana e fizeram um bom trabalho nos Regionais. O assessor Diocesano é o Pe. Agostinho Pretto.

Lá em Volta Redonda, João Rosa começa falando que não encontram muitas dificuldades de caminhar nas comunidades, pois é social. Acha que a maior dificuldade é internamente, pois devido aos muitos serviços desenvolvidos em outras atividades, acabam não priorizando o da Pastoral Operária. Diz que se quiserem fortalecer a PO, é preciso priorizar. O Bispo apóia, mas está cobrando mais presença da PO 'a nível Diocesano. Diz que foi importante a participação da Pastoral na luta da eleição do sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda, pois houve uma reconquista para a Cut, porque antes estava nas mãos da Força Sindical que acabou desmobilizando a própria Pastoral. Fizeram bastante atividades este ano como o 1 de maio, o 9 e novembro, a Romaria dos Trabalhadores, etc. Mas de fato, o que nós queremos? Fica cantando e louvando dentro da igreja ou fazer atividades fora? Geraldo Orozimbo diz que organizaram debate na UFF sobre a privatização das terras da CSN, inclusive com boa participação do povo. Porém acham interessante que quando a Pastoral Operária puxa alguma atividade, o pessoal abraça e participa,

mas depois voltam cada um aos seus lugares e não entram no grupo. Já tiveram cerca de 25 grupos de base. Quando o sindicato dos metalúrgicos era mais atuante, a Pastoral era mais articulada na Igreja. A dificuldade está em fazer uma sensibilização com o pessoal das comunidades, afinal de contas, todas/os são trabalhadoras/es. Somos um grupo de teimosia, e o importante é priorizar. Não contam com assessoria direta, mas tem o apoio do Diácono João Franco. Diz que o presidente eleito do sindicato dos metalúrgicos, agradeceu o apoio da PO pela conquista e parabenizou por estar mantendo viva 'por 18 anos a memória dos trabalhadores assassinados durante a greve na CSN.

Flávio fez algumas considerações desta parte da assembleia: O momento presente é de muito louvor e pouco compromisso com o social, devido a linha de muitas igrejas. Quem somos nós? Trabalhadores nas mais diversos serviços dentro da comunidade: Ministros, conselheiros, cantores, etc, mas principalmente nosso engajamento no Social através da PO. Sobre a questão sindical é preciso acompanhar e ajudar. Diz que estamos no tempo de manter a chama acesa da PO articulando com outras Pastorais Sociais nos grupos de base, no (setor – Volta Redonda) – (vicariato – Capital) – (regional – Nova Iguaçu) e ... Caxias; a nível Diocesano e a nível de Estado.

Pe. Agostinho Pretto diz de sua felicidade em nos ver reunidos mantendo a chama acesa e nos classifica como minorias Abraâmicas. Sabe que o momento é difícil mas que precisamos resistir a onda neoliberal, e que a PO precisa reconstruir a sua história e para isto foi lançado no dia 04 de novembro o vídeo dos 35 anos da PO do Brasil. A fita entregue por Flávio a ele foi repassada ao pessoal de Volta Redonda (Geraldo Orozimbo). Diz que a primeira sede da PO nacional foi em Volta Redonda, as primeiras assessoras foram as Irmãs Lúcia e Olívia (graças a Deus ainda viva lá). Diz que suprimiu duas missas hoje para priorizar esta reunião e tem um sonho em liberar uma pessoa para ficar a serviço exclusivo de animar e articular a PO no estado, e para isso está fazendo um projeto de ajuda financeira. O nosso desafio é o de não ter medo de programar, e propõe um seminário de 3 dias em 2007. O primeiro liberado nacional foi Gilberto de Carvalho, hoje secretário do presidente Lula. A PO nasceu no Cenfor (Nova Iguaçu), assim como através do primeiro Encontro (encontro nacional de trabalhadores), que futuramente viria a criar a Cut. Na avaliação política diz que está é a hora das bases (pastorais, sindicatos, movimentos populares) ajudarem o presidente a governar o país, pois o presidente priorizará os pobres. Lula reconhece que errou ao não acreditar no povo, nas bases. Diz que ontem (sábado) aconteceu aqui o encontro para definir sobre o 6º encontro nacional de Fé e Política, que acontecerá nos dias 10 e 11 de novembro de 2007 em Nova Iguaçu. Fala que é precioso desde agora começar a fazer o trabalho de base nas comunidades. Há também construindo o novo pacto social do trabalho e deixa uma mensagem: o evangelho de hoje que fala sobre partilha. Cada um deve partilhar o seu dom, quem sabe cantar, cante; quem sabe pintar, pinte; quem sabe consolar, console; quem sabe pregar, pregue; etc. Nós somos todos/as trabalhadores/as na universidade do mundo dos/as trabalhadores/as. O importante é a dimensão da pequena moeda (partilha, solidariedade, etc), e acreditem na semente, pois ela é uma palavra bíblica.

Foi sugerido que fizéssemos a análise de conjuntura política nas nossas bases.

Sobre o planejamento 2007 foi feita uma pergunta: nossos encontros se fazem necessários? A maioria achou que sim pois só assim continuaremos podendo nos articular melhor para trocarmos alegrias e tristezas, experiências dos grupos de base, tendo momentos de espiritualidade, etc. Foi também ressaltado que uma articulação a nível estadual é possível, mas não para criar outra instância para coordenação.

Decidimos que nossas reuniões serão de dois em dois meses, sendo realizadas no quarto sábado, e no sistema de rodízio

** entre as Dioceses, e assim ficou definido:

Data	Horário	Local	Tema
24 de fevereiro	9 às 12	Volta Redonda	
28 de abril	9 às 12	Caxias	
22 – 23 – 24 de junho	Sexta à noite, sábado e domingo	Nova Iguaçu	Seminário: Contudo e definir.
25 de agosto	9 às 12	Capital	
27 de outubro	9 às 12	Itaguaí	

Sem mais a relatar, este relatório é uma contribuição de Flávio Antônio.

Assembleia Estadual

~~Das dias~~

Foi realizado nos dias 30/11 e 01/12 em
arrabal Volta-Redonda a VIII assembleia Estadu-
al de nova pastoral.

Nova Diocese esteve presente com as de-
ois dioceses (casimiro, Volta Redonda, Rio, Valença e
Angra). ~~As~~ ~~As~~

As discussões foram ricas - tirando como
prioridades Estadual a Formação e Grupos de
Base e 500 anos de Evangelização da A. Latina.

Curso de Verão

Na Reunião da Executiva Estadual de 9 de se-
tembro e na Coordenação Anual de 19 e 20
de outubro ficou acertado que se iniciará uma
formação mais sistemática, isto é, uma políti-
ca de Formação a nível estadual.

É uma Formação para aproximadamente
25 companheiros (As) com as seguintes objectivos:
- criar um Coletivo Estadual de Animadores
(As) de grupo de Base.

-
-
-

Nilópolis, 09 de maio de 1993.

A COORDENAÇÃO ESTADUAL DE PASTORAL OPERÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Servimo-nos desta para nos posicionarmos sobre a iniciativa da Coordenação Estadual de incluir "mais mulheres" nesta Coordenação. Ao sabermos disso através da Diocesana, discutimos em Nosso Grupo de Base, e por unanimidade, inclusive com a participação das mulheres do Grupo, decidimos não concordar com tal iniciativa, e tomar as seguintes providências: Escrever uma carta a Estadual depois de discutir com a Diocesana, caso a Diocesana tomasse a mesma posição, enviariamos a carta pela Diocesana. O posicionamento da Diocesana que também é composta de homens e mulheres não foi diferente, mas chegou-se a conclusão que não se precisaria enviar uma carta, pois a Diocesana possui representantes na Estadual e poderia colocar sua posição verbalmente; a Diocesana no entanto aprovou que fizéssemos a carta e ficou até de encaminhá-la à Reunião da Coordenação Estadual.

Dado esses esclarecimentos, passamos agora a explicar porque não concordamos:

- 1- Achamos que isso é uma "concessão", e por ser assim não valoriza a participação da mulher, pois entendemos que cabe a mulher conquistar seu próprio espaço;
- 2- Não valoriza o trabalho de base, pois pega-se no laço mulheres que não participam de Grupo de Base, como nos informaram que pode acontecer em algumas dioceses, (segundo nos informaram) ou queima etapas de pessoas que não têm um trabalho de base consolidado, criando dessa forma dificuldades para um trabalho integrado, GB, DIOCESANA, ESTADUAL;
- 3- Desconsidera a importância das Assembleias, onde se discute o número e a composição da Estadual.

Esses são alguns motivos que faz com que não concordássemos com essa iniciativa, e entendemos ainda, que existe uma questão básica, não se deve fazer uma avaliação simplista, tem pouca mulher ou homem, se fosse o caso, na Estadual, ou que tem que ter mulher de qualquer jeito, pois o sexo do militante não deve importar muito, e se existe este desnível, e se isso preocupa tanto a Estadual, cabe a Estadual propor que se incentive a participação no Grupo de Base, para que assim, a mulher possa chegar a Diocesana, e posteriormente a Estadual, entendemos ser esse o procedimento correto.

Queremos explicar que essa carta não foi elaborada com o intuito de ser um protótipo vazio, mas sim um subsídio para discussão na Coordenação Estadual, pois entendemos que se tal iniciativa for aprovada, levará a PO para um mal caminho, e isso nos queremos evitar,

Fraternalmente,

PO-PARÓQUIA N. S. APARECIDA (Nilópolis)

Ata da reunião da Pastoral Operária, realizada em Nova Iguaçu, em 19/01/2002

Iniciamos com uma leitura de Mc 2, 13-17, seguida de uma reflexão sobre o texto.

Em seguida, Cada Diocese expôs seus trabalhos de base ao longo de 2001:

- Em Nova Iguaçu, as principais atividades foram a realização de uma semana de reflexões sobre o dia internacional da mulher (fevereiro); o curso de formação política para as pastorais sociais, a Romaria dos excluídos, a campanha sobre o Plebiscito da ALCA e os eventos ligados ao dia do Trabalhador.

Padre Agostinho interveio e reclamou da nova organização da PO que, depois de reformulada, se "institucionalizou" demais, perdendo sua mística. Segundo o padre, acabaram a motivação e o comprometimento que abundavam no início da Pastoral.

José Miguel concordou e destacou ainda a falta de articulação, até mesmo em escala diocesana.

Padre Agostinho atenta para o fato positivo de que há hoje em Nova Iguaçu uma espécie de comissão intervindo em todos os eventos, defendendo as causas da PO.

- Em Volta Redonda, os principais destaques em 2001 foram a "rearticulação" da PO, que voltou a comemorar o dia do Trabalhador e outros eventos importantes para a nossa pastoral. Ressaltam o fato de que a PO, em sua diocese, se articula com as outras pastorais sociais (que são coordenadas por um componente da PO), encabeçando as ações regionais.

Conceição destacou o trabalho frutífero em relação ao 9 de novembro (relembrando os mártires de Volta Redonda) que mobilizou inclusive membros de outras dioceses, sentindo muito pela "resistência" de todos aqueles que não participam dos ideais da PO (como o sindicato dos metalúrgicos, que é Patronal) ressaltando que, apesar de tudo, conseguiram mobilizar cerca de 1000 pessoas para seus eventos, segundo a mesma, graças a essa "articulação" da PO em Volta Redonda.

- No Rio de Janeiro, Paulão destaca o tamanho da Arquidiocese e afirma que o ponto positivo é que mesmo com a censura a certos atos por parte de alguns membros mais "tradicionais" da Igreja a PO resiste há 28 anos no Rio, dividida em 25 grupos de base.

Alguns grupos assumem muito mais essa mística da PO, enquanto outros parecem apenas participar do grupo, fugindo dessa mística da Pastoral, mas todos os eventos importantes da PO são vivenciados (o dia do trabalhador, o dia da mulher, o Grito dos Excluídos, etc...).

Já que Dom Eugênio assumia uma postura neutra em relação à PO, ficamos sujeitos aos párcos e suas opiniões particulares, nem sempre favoráveis às pastorais sociais.

Paulão destacou o apoio financeiro, conseguido por Fortunato, nosso coordenador, na Arquidiocese e diz que nosso dirigente espiritual é o Padre Manangão.

Paulão ressaltou que não há uma repressão direta, mas uma certa resistência por parte de fiéis mais ligados à Renovação Carismática, por serem mais tradicionais.

Ao fim das exposições por Diocese, Pedrinho tomou a palavra afirmando que, apesar das dificuldades, a PO prossegue mesmo nos estados mais "problemáticos".

Ressalta ainda que a PO nacional está confeccionando uma cartilha onde trabalhará com a dicotomia existente entre Trabalho de base e Grupo de base (que sem um verdadeiro trabalho de base vira simples corporativismo).

Pedrinho, ainda com a palavra, destaca a preocupação da PO nacional com a falta de real comprometimento com as ações nacionais afirmando que apesar dos trabalhos em seus grupos de base, as ONGs acabam aparecendo mais que a PO e as Pastorais sociais nos eventos. Afirma também que dificuldade financeira não é desculpa para a não mobilização e fecha rinterando a importância de uma maior articulação da PO em escala estadual.

Padre Agostinho retoma a palavra e ressaltou as mudanças provocadas pela globalização no Mundo do trabalho, como o exemplo que a Argentina nos deu há pouco, onde aumentaram o desemprego e, conseqüentemente, o desemprego. Fecha dizendo que para que haja uma maior articulação estadual é preciso que se adote uma causa em comum, uma espécie de bandeira.

cha 28/02

TRAB S COPIAS DE CIDA.

Os seguintes questionamentos foram propostos:

- Em relação à Romaria do Trabalhador, é preciso que haja um maior envolvimento das diversas do estado do Rio. Qual a importância da Romaria para o estado? É preciso que a Romaria se torne ao menos autônoma financeiramente, segundo Pedrinho.

É preciso que haja um maior esclarecimento aos participantes quanto aos propósitos da Romaria. Qual seria o tema desse ano? Como articular a PO do estado?

Em seguida foram votadas as propostas e o grupo defendeu as seguintes prioridades para 2002:

- Um encontro de formação em cada diocese dando um retorno em relação ao simpósio: quais foram as saídas apontadas para a questão do desemprego?
- Ação em 9 de novembro, em Volta Redonda, com participação de todas as dioceses do estado, adotando como fato de extrema importância para a memória da PO ;
- A organização da próxima Romaria do Trabalhador;
- Um grande encontro no final do ano para celebrar o resultado das ações práticas contra o desemprego, principal problema do trabalhador hoje.

O grupo acertou novo encontro, visando manter a articulação estadual, em 23/02, no Moquetá, a partir de 14 horas(após o fórum das pastorais sociais).

Uma oração final e um café encerraram o evento.



Aquilo que o povo americano deve compreender

Um bispo americano escreve ao presidente Clinton

Robert Bowman, bispo de Melbourne Beach, Flórida, realizou 101 missões de combate durante a guerra do Vietnã. Em carta aberta, ele dirigiu-se ao presidente Clinton, comentando sobre os bombardeios de Nairóbi e Dar As-salaam nos seguintes termos:

O senhor disse que somos alvos de ataques porque defendemos a democracia, a liberdade e os direitos humanos no mundo. "Que piada!

Somos alvo dos terroristas porque, em boa parte do mundo, nosso governo defende a ditadura, a escravidão e a exploração humana. Somos alvos de terroristas porque nos odeiam. E nos odeiam porque nosso governo faz coisas odiosas.

Em quantos países, agentes de nosso governo, destituíram líderes escolhidos pelo povo trocando-os por ditaduras militares fantoches, que queriam vender seu povo para sociedades multinacionais norte-americanas!

Fizemos isso no Irã, quando os fuzileiros navais norte-americanos e a CIA destituíram Mossadegh porque ele queria nacionalizar a indústria do petróleo. Nós o trocamos por Sali e armamos, formamos e pagamos sua odiada guarda nacional Savak que arrasou e cometeu brutalidades contra o povo do Irã. E tudo isso para proteger os interesses financeiros de nossas companhias petrolíferas. Podemos achar estranho que haja pessoas no Irã que nos odeiem?

O mesmo fizemos no Chile e no Vietnã. Mais recentemente, tentamos fazer no Iraque. Quantas vezes não o fizemos na Nicarágua e no resto das repúblicas "das bananas" da América Latina? Muitas vezes expulsamos líderes populares que queriam a divisão das riquezas da terra entre as pessoas que nela trabalham. Nós os substituímos por tiranos criminosos para que vendessem seu povo e para que a riqueza da terra fosse levada pela *Domino Sugar, United Fruit Company, Folgers e Chiquita Banana*.

País após país, nosso governo se opôs à democracia, sufocou a liberdade e violou os direitos do ser humano. Essa é a causa pela qual nos odeiam em todo o mundo. Essa é a razão de sermos alvos dos terroristas...

Em vez de enviar nossos filhos e filhas pelo mundo inteiro para matar árabes e, assim, termos o petróleo que há sob a terra, deveríamos enviá-los para reconstruir sua infra-estrutura, beneficiá-los com água potável e alimentar as crianças em perigo de morrer de fome...

Em vez de treinar terroristas e esquadrões da morte, deveríamos fechar a *Escuela de las Américas*. Em vez de patrocinarmos a rebelião, a desestabilização, o assassinato e o terror no mundo inteiro, deveríamos abolir a CIA e dar o dinheiro para as agências de ajuda...

Essa é a verdade, senhor presidente. Isso é o que o povo americano deve compreender.

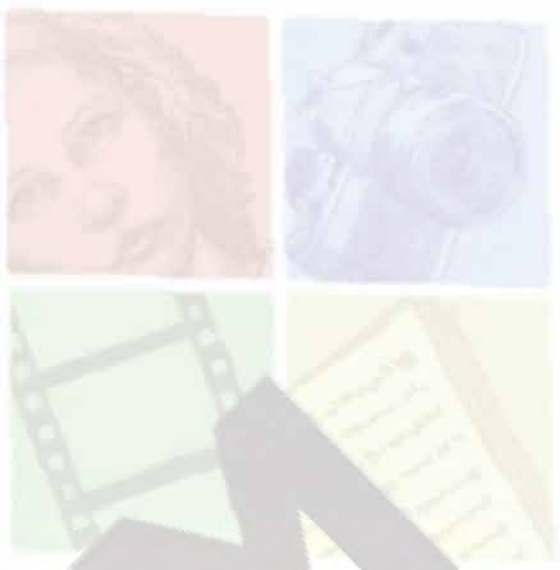
LILIAN - SAPATO ERGONÔMICO.

TEL: 2274-4190

PELUR: 92549848

ROIMARDO ROS COMUNICADOR
SOS ROS. 02/11/11.

R\$ 25,00



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFPA

BOAS FESTAS

A Belém ninguém
vai só, o caminho
são os irmãos.
A Belém se vai e se
vem por caminhos
de alegria.
E Deus nasce em
cada pessoa que se
doa as demais.

Feliz Ano Novo.
Presidência do
CNLB Leste I.
Dez/2005



CALENDÁRIO DE ATIVIDADE DA PASTORAL DO TRABALHADOR – ANO 2002

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Reunião Da Comissão Arquidiocesana	19 de janeiro	Rua Amapurus - Ilha
Reunião Da Comissão Arquidiocesana	16 de fevereiro	Cap. N.S. das Mercês
1º Encontro De Formação	1, 2, 3 de março	Casa da Barra
Dia Internacional Da Mulher	08 de março	Festa na Comunidade
Assembléia Das Comissões Pastorais	14 de março	Ed. João Paulo Segundo
Reunião Da Comissão Arquidiocesana	16 de março	Cap. N.S. das Mercês
São José – Padroeiro Univ. da Igreja	19 de março	Festa na Comunidade
Retiro das Comissões Pastorais	12, 13 de Abril	Sumaré
Reunião Da Comissão Arquidiocesana	20 de abril	Cap. N.S. das Mercês
Dia Internacional das Domésticas	27 de abril	Festa na Comunidade
Dia Mundial do Trabalhador	01 de maio	Vicariato da Leopoldina
Reunião das Comissões de Linha III	16 de maio	Ed. João Paulo Segundo
Reunião Da Comissão Arquidiocesana	18 de maio	Cap. N.S. das Mercês
Sem. Eucarística – Hora Santa Do Trabalhador	29 de maio	Igreja de Santana
Retiro Espiritual	8, 9 de junho	Itaipava
Reunião Da Comissão Arquidiocesana	15 de junho	Cap. N.S. das Mercês
Curso de Férias	1 a 31 de julho	A combinar
Reunião Da Comissão Arquidiocesana	20 de julho	Cap. N.S. das Mercês
Reunião Da Comissão Arquidiocesana	17 de agosto	Cap. N.S. das Mercês
Romaria Aparecida do Norte	07 de setembro	São Paulo
2º encontro de Formação	14, 15 de setembro	Sumaré
Reunião Da Comissão Arquidiocesana	21 de setembro	Cap. N.S. das Mercês
Reunião Da Comissão Arquidiocesana	19 de outubro	Cap. N.S. das Mercês
Reunião Da Comissão Arquidiocesana	16 de novembro	Cap. N.S. das Mercês
15ª Assembléia Arquidiocesana	29, 30/11-01 de dezembro	Casa da Barra

Nova Iguaçu, 18 de junho de 2001

*Ao Presidente Fernando Henrique Cardoso
Palácio do Planalto
Brasília – D. F.*

*Ao Ministro Raul B. Jungmaun Pinto
Ministro do Desenvolvimento Agrário
Esplanada do Ministérios
Brasil – D.F.*

Nós trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, agentes de pastoral das Comunidades Eclesiais de Base, nos juntamos aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e dos agentes da Comissão Pastoral da Terra, por ocasião do seu 1º Congresso na cidade de Bom Jesus da Lapa – Bahia e queremos somar com suas reivindicações, esperanças e sonhos.

Por isso reafirmamos nosso compromisso de continuar apoiando a luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, inclusive através das ocupações.

Nosso protesto é contra a política anti reforma agrária implementada pelos senhores. Fique claro que repudiamos os projetos compensatórios, como Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário, Pronaf e Terra pela Correio.

Com a medida provisória 2027 ao invés desapropriar o latifúndio democratizando a propriedade da terra, concentram-na ainda mais, conforme dados oficiais referentes ao período em que os senhores governam. Exigimos a aprovação e ratificação pelos senhores da lei que cria o módulo máximo regional para a propriedade rural no Brasil. Porque os senhores com as medidas compensatórias ao invés de distribuir renda, riqueza e poder, acumulam-nos ainda mais nas mãos da oligarquia. Não será com novos engodos, como peças publicitárias e cadastro nos correios, que se pagará a dívida histórica que este país tem com os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade e com toda a nação.

COMPANHEIROS !

Estamos no Dia Nacional de Denúncia Contra o Desemprego e às vésperas do Primeiro de Maio Dia do Trabalhador, denunciando que temos mais de 12 milhões de desempregados e 46 milhões de trabalhadores sem carteira assinada; e ainda, a cada ano 2 milhões de jovens no país entram no mercado de trabalho e não há emprego. Esta situação é resultado da submissão do governo de FHC ao FMI e da aplicação do projeto neoliberal em nosso país.

A burguesia brasileira e os latifundiários para não diminuírem seus lucros, e fugirem da crise do sistema capitalista, aprofundam ainda mais a exploração da classe operária, flexibilizando os direitos trabalhistas, lançando mão da corrupção e retirando do Estado a obrigação com a manutenção dos serviços de educação e saúde. Exemplo disto, é o sucateamento do Hospital da Posse em Nova Iguaçu, e a tentativa de sua municipalização, quando sabemos que o prefeito Bornier foi incapaz de manter funcionando os postos de saúde, como o de Jardim Pernambuco, onde obras estão paralisadas; e o ex-governador Garotinho sucateou, terceirizou hospitais do IASERJ, e outros hospitais estaduais, chegando a desativar ambulatórios, abrindo caminho para a privatização da rede pública de saúde.

A burguesia em nosso país associada ao capital norte-americano, juntamente com o governo FHC, finge não perceber a estratégia econômica - militar dos EUA para a América Latina e conseqüentemente para o Brasil: PLANO COLÔMBIA, e estratégia militar de anexação da Amazônia para se apossar das matérias-primas, fonte de energia e biodiversidade; e estratégia econômica, a ALCA, criação da Área de Livre Comércio, que somente irá beneficiar os EUA, trazendo mais miséria, desemprego, fome e doenças epidêmicas para o país como a dengue, tuberculose e outras.

**NÃO À POLÍTICA Neoliberal DE DESEMPREGO de FHC e FMI !
NÃO a ALCA e AO PLANO COLÔMBIA!**

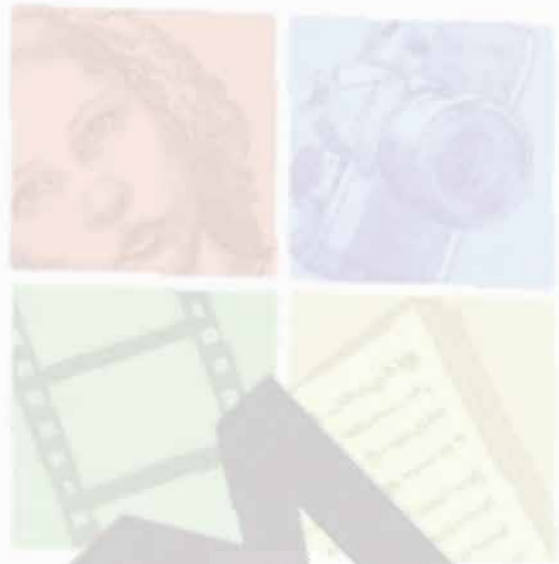
Fórum da Baixada pela Terra, Trabalho e Cidadania

PSTU - Pcdob - PT- PCML - Sindicato dos Comerciantes - MAB- Sindsama - Juventude Proletária - Comitê de Lutas Contra o Neoliberalismo (CLCN) Grêmio Estudantil do Colégio E. Brasil.

ALISTO

04 e 05/ Maio CURSO ~~SENAI~~ DE FORMAR POR FORMAD-
RES P/ TRABALHAR O PERFIL DO ALG

*



CEPIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ

CARTA ABERTA
AOS TRABALHADORES E AO POVO DO RIO DE JANEIRO
PELA PASSAGEM DO DIA 1º DE MAIO DE 2003

Companheiros e Companheiras,

Mais uma vez estamos juntos para comemorar O DIA DO TRABALHADOR. Queremos lembrar de todas as pessoas que com seu trabalho constroem o futuro e a riqueza do nosso país, mas que tantas vezes se encontram na miséria e muitos são idosos sem futuro.

Celebrando hoje a Festa de São José Operário, nós da PASTORAL DO TRABALHADOR e toda a ARQUIDIOCESE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO, nos juntamos aos movimentos de trabalhadores para mais uma vez reafirmar nosso compromisso com a DIGNIDADE do trabalhador, a GRANDEZA do trabalho e da pessoa humana.

Já se passaram 117 anos desde os acontecimentos de Chicago, que deram origem ao DIA MUNDIAL DO TRABALHADOR. As lutas dos trabalhadores continuam para que a dignidade da pessoa, criada por Deus, seja respeitada.

Nós, trabalhadores cristãos, queremos denunciar os desequilíbrios sociais, a distribuição desigual e injusta dos meios econômicos que continuam a gerar: conflitos na cidade e no campo, desemprego e fome, precariedade na área da saúde e da educação e cultura e a terceira idade sem reconhecimento por todo seu trabalho.

O Papa João Paulo já nos alertou várias vezes, que não é justo que a realidade econômica subordine a pessoa humana e condicione o desenvolvimento dos povos às regras cegas do mercado que impõem pesado fardo aos povos menos favorecidos.

Em nossa cidade, a exclusão social tem sido uma das características que, no decorrer das últimas décadas, tem produzido uma realidade de injustiça social que contagia e corrompe a vida em comunidade.

São problemas que levam ao surgimento do que a ONU chama de “miséria das capacidades” que põem em risco a existência das pessoas, como indivíduos e como povo. Isto é, povo faminto não aprende, povo doente não tem condições de desenvolvimento.

A situação de violência, o sofrimento e miséria se fazem presentes na vida de multidões de trabalhadores. Toda esta realidade continua a nos apresentar um quadro que revela a perpetuação de estruturas injustas e desumanas. Ainda prevalece a impunidade que favorece a cultura da corrupção e da violência. Assim, com o desvio de recursos públicos, do tráfico de drogas e de outras formas de crime organizado, aumentam a violência e a insegurança da população.

A chamada crise econômica e estrutural vai pouco a pouco corroendo a vida dos mais pobres, gerando uma multidão de miseráveis.

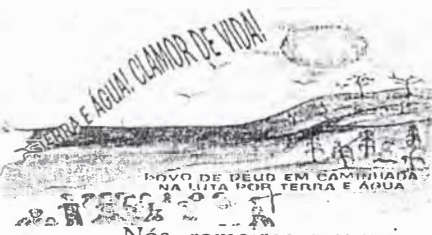
A Igreja, neste dia, vem fazer um forte apelo à consciência de todos os cidadãos para que façam todo o esforço para firmar as bases de uma sociedade verdadeiramente democrática, justa, fraterna e solidária. Esta transformação é um processo contínuo que exige profundas mudanças culturais e pede a participação de todos.

Não é com esmolas que resolveremos este problema. Mas, é preciso participar ativamente do processo de transformação dentro dos movimentos populares, dos sindicatos, das associações de moradores, dos partidos políticos e diversos outros grupos sociais que procuram encontrar saídas para toda esta crise em que vive a nossa civilização. A mudança é responsabilidade de toda a sociedade e de cada um de nós em particular.

Como cristãos, é no Evangelho que buscamos o fundamento de nossa esperança. Olhando para Cristo, o ser humano percebe a grandeza de ser imagem e filho de Deus, pois é n’Ele onde se manifesta em todo seu esplendor, o Plano de Deus-Pai sobre o homem e onde tal projeto alcançará plena realização. O exemplo de Cristo, que nos revela o amor e a bondade de Deus, nos leva a assumir o anúncio e construção do Reino dos céus, que começa já aqui com a construção de uma sociedade com solidariedade, fraternidade e prática do amor e da justiça. Esta é a nossa missão. Precisamos nos empenhar.

Saudamos a todos os trabalhadores e trabalhadoras com um forte abraço fraternal no Cristo Ressuscitado, penhor de vida nova e conclamamos todos a viver a realidade do trabalho à LUZ DO EVANGELHO.

Assinam esta carta a pastoral do trabalhador e demais pastorais sociais.



Carta da VI Romaria das Águas e da Terra

“Por isso, em todo lugar por onde passar a torrente, os seres vivos que a povoam terão vida... porque a água da torrente provém do Santuário”. (EZ 47,9 e 12b)

Nós, romeiros e romeiras da VI ROMARIA DAS ÁGUAS E DA TERRA DE MINAS GERAIS, aqui estamos pisando o solo e bebendo a Água de Salinas é uma das mais pobres do estado, marcada pela escassez de chuvas, terra do Sal e do Sol, região do Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha.

A implantação de barragens, a monocultura de eucalipto e os projetos de irrigação trouxeram o desmatamento desordenado, a devastação do meio ambiente, a utilização intensiva de agrotóxicos, a extinção de alguns rios e a poluição de outros, como o Rio Salinas. A Barragem de Irapé, no Rio Jequitinhonha, e a Barragem de Berizal, no Rio Pardo, devem expulsar cerca de 7.000 trabalhadores(as) de suas terras.

Vivemos um momento totalmente novo da história do universo. Chegamos à consciência de que terra, água, plantas, animais, vida e humanidade formam um único corpo vivo, totalmente unido e dependente um do outro. Temos apenas este planeta para morar. Importa cuidar dele como cuidamos da nossa casa e do nosso corpo. E estamos todos ameaçados pela violência na próxima esquina, pelas armas químicas e nucleares, pela agressão à natureza, pela falta de terra para trabalhar, pelas grandes barragens e pela marginalização dos seres humanos. Desta vez não haverá uma “Arca de Noé” para salvar alguns e deixar perecer os demais. Ou nos salvamos todos ou perecemos todos.

Cada vez mais somos despertados pela consciência de que somos uma única família. E este sentimento nos faz criar ações de solidariedade, ocupar terras, ruas e praças, cantar, protestar, organizar e celebrar. Por isso, denunciemos, profeticamente:

- a brutal desigualdade social que se agrava no país, enquanto o governo se submete aos grandes grupos do capital e às exigências do FMI e do Banco Mundial;
- a crescente e inaceitável proteção ao latifúndio, através de medidas compensatórias ilusórias, como Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário e “terra pelo correio”;
- o impedimento, de forma autoritária e inconstitucional, à desapropriação de áreas ocupadas, mesmo griladas ou improdutivas;
- os transgênicos, a chamada “revolução verde!” e a atual agricultura que incorpora os últimos avanços da tecnologia, devastadora do solo, das águas e da vida;
- os projetos de privatização das águas e da transposição do Rio São Francisco;
- toda forma de exclusão social e de agressão à natureza, bem como a existência, em nosso meio, de trabalho escravo e infantil que ferem radicalmente a dignidade humana.

Fazemos nossas, as proféticas palavras de Betinho “É preciso reafirmar que sem a democratização da estrutura fundiária brasileira, não haverá a plena democratização da sociedade, e não seremos capazes de eliminar definitivamente a fome e a miséria a que estão submetidas parcelas imensas da população brasileira”.

—Chega de vermos tantos irmãos e irmãs condenados a viverem “gemendo e chorando nesse vale de lágrimas” como “os degredados filhos de Eva”. Queremos sim: “Vida, doçura, esperança nossa, Salve!” Que a terra seja nosso corpo! Que a água seja nosso sangue! Grito de esperança neste tempo de penúria e privação.

“A terra tinha com a vida um cordão umbilical. Cercada, virou coisa de alguém, não de todos. Mas, a história muda. E agora, é o momento de pensar diferente: a terra é bem planetário, não pode ser privilégio de ninguém. É bem social e não privado. É patrimônio da humanidade e não arma do egoísmo particular de ninguém. É para gerar alimento, emprego e vida. É bem para todos nós. Esse é o único destino possível para a terra”.

A partir de Salinas, lançamos nosso grito de esperança: Somos Povo de Deus em caminhada na luta por Terra e Água. E assumimos:

- a missão de defender, junto à Mãe Terra e à Irmã Água, como constitutiva do ser humano, da vida como um todo e do meio ambiente. Dádiva divina, não podemos aceitar que a Terra e a Água sejam reduzidas a uma mercadoria e a um bem particular. Nenhum ser humano tem o direito de negar terra e água a qualquer semelhante ou a qualquer outro ser vivo;
- o apoio à luta pela mudança radical do modelo neoliberal dominante, contribuindo para a construção de um projeto popular e democrático para o nosso país, o que vem sendo gestado pelos Movimentos Populares.
- Garantir o futuro da espécie humana como um todo e, as condições de seu desenvolvimento;
- Defender e proteger nossas águas e lutar por Reforma Agrária.

A terra é dom de Deus (Lev. 25,23) e mãe da vida, não apenas um lugar de produção. Antes, é espaço de vida que inspira o sonho e a luta por uma sociedade nova, assentada nos valores das diferentes culturas negras, indígenas e ribeirinhas.

Na caminhada de luta por “um novo céu, uma nova terra e uma nova água” (cf Is 65,17), muitos companheiros e companheiras tombaram pelas mãos criminosas do latifúndio e da estrutura fundiária iníqua, regando a terra com seu sangue, fazendo brotar frutos de justiça e solidariedade. “São cruces, sem nomes, sem fotos, sem data. Memórias de um tempo onde lutar por seus direitos é um defeito que mata”.

É urgente descobriremos que “somos mais filhos e filhas da Terra do que do Céu”. Tudo que acontece à Terra e à Água acontece aos seus filhos e filhas. O mandato de Deus “dominai a terra” deve ser entendido como cuidar dela, pastoreá-la.

Deixamos o nosso abraço e o nosso alerta: ou o ser humano se torna o anjo protetor da Mãe Terra e da Irmã Água, ou ele será o anjo exterminador da nossa única casa comum, o planeta terra. Ou recriamos a vida com relações de fraternidade, ou vai acontecer a extinção da raça humana.

Na esperança de nos reencontrarmos na VII Romaria das Águas e da Terra, em Águas Formosa - Vale do Mucuri, nos despedimos.

Salinas – Norte de Minas, 19 de agosto de 2001.

Luizena, Eliane, P. Jerardo, Luciana, Davi Barbosa

- NÃO VOTAR É LAVAR AS MÃOS COMO PILATOS (Mt. 27,01-26). É FICAR DO LADO DOS QUE MATAM, PELA FOME, PELO BAIXO SALÁRIO, ETC. É ISSO QUE OS GRANDES ESPERAM: QUE A GENTE NÃO VOTE OU VOTE NULO.



- POLÍTICA NÃO É POLITICAGEM, É PARTICIPAR DAS LUTAS PARA O BEM DO POVO.

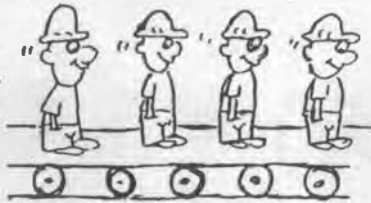
● Lc. 13,10-17



- DIZER QUE TODOS OS PARTIDOS E CANDIDATOS SÃO IGUAIS É COMO DIZER QUE TODOS OS GATOS SÃO PARDOS.

- DEUS FAZ OPÇÃO POLÍTICA.

● Lc. 4,18-20



- A PESSOA QUE NÃO SE METE EM POLÍTICA É EGOÍSTA, PENSA SÓ PARA SI, É COMO CAIM (Gn. 4,9).

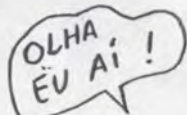
- A POLÍTICA É ARTE DE AMAR O PRÓXIMO DE MANEIRA MAIS EFICAZ (PAPA PAULO VI: OA. 46).



- O IMPORTANTE NÃO É SÓ. AS PESSOAS EM QUEM VAMOS VOTAR, MAS A PRÁTICA DO PARTIDO A QUE ELA PERTENCE. Lc. 10,25-37

- NÃO SE PODE VOTAR NUM PARTIDO OU NUMA PESSOA QUE NA PRÁTICA NÃO LUTA PELOS INTERESSES DO POVO INJUSTIÇADO.

● Mt. 7,15-20



- A PESSOA QUE LUTA SÓ NO TEMPO DAS ELEIÇÕES FAZ POLITICAGEM E NÃO POLÍTICA.

- POLÍTICA NÃO É SÓ VOTAR, MAS LUTAR A VIDA INTEIRA EM FAVOR DO POVO SOFREDOR E INJUSTIÇADO.

● Mt. 25,31-46

BLA BLA BLA !!



- NÃO SE PODE VOTAR EM QUEM SÓ FALA BEM OU SE DIZ CRISTÃO.

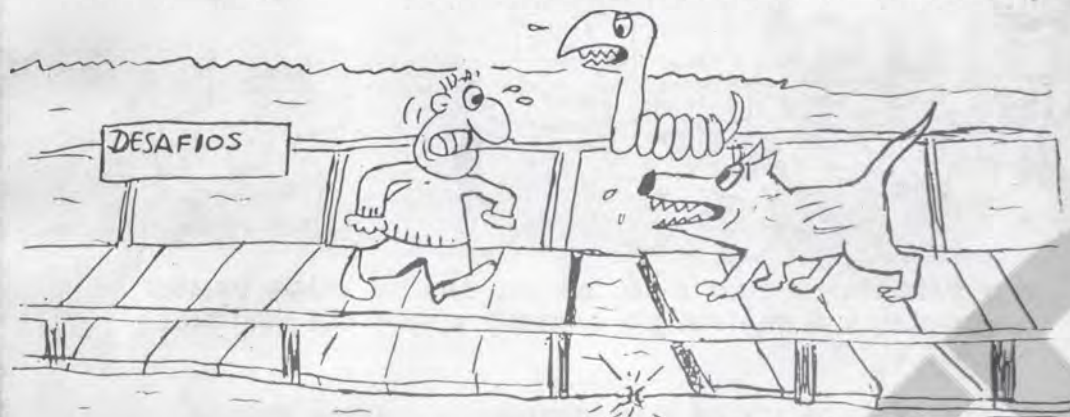
- TEMOS QUE OLHAR OS FRUTOS DA PRÁTICA DA PESSOA.

● Mt. 7,21



● NÃO SE PODE VOTAR NUM PARTIDO OU NUMA PESSOA QUE DEIXA AS COISAS COMO ESTÃO OU QUER APENAS PEQUENAS MUDANÇAS, DEIXANDO AS INJUSTIÇAS CORREREM SOLTAS.

● Lc. 1,46-56.



● O CANDIDATO, PORTANTO, DEVE:

● PERTENCER A UM PARTIDO QUE JÁ LUTA PARA MUDAR A SITUAÇÃO DA VIDA DO POVO INJUSTIÇADO.

● SER INDICADO PELAS BASES DO PARTIDO.

● A BOA VONTADE NÃO É SUFICIENTE, DEVE TER PRÁTICA E FORMAÇÃO POLÍTICA.

● NÃO SER ASSISTENCIALISTA E INDIVIDUALISTA, MAS QUE SAIBA AJUDAR O POVO A SE ORGANIZAR E EXIGIR SEUS DIREITOS.



QUEM TEM OUVIDOS:

OUÇA!



PASTORAL OPERÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1994

AV. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO , 2262 - NOVA IGUAÇU - RJ

APOIO: FASE

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2002.

Prezado Senhor:

A comissão organizadora do Encontro Nacional dos Cursos Pré-Vestibulares Populares convida a participar do II grande Encontro Nacional, que visa reunir dados sobre as diversas experiências dos cursos pré-vestibulares populares, discutir e aprofundar questões relativas à educação brasileira e às políticas de ações afirmativas, em curso.

Pretende-se, através desse encontro, publicizar as reflexões e construir propostas políticas e estratégias para a redução das desigualdades educacionais e para ampliação da democratização do acesso e da permanência de estudantes de classes populares e grupos sociais discriminados, nos diversos níveis de ensino.

Sabemos que no Brasil não é mais possível ignorar que o sistema de acesso ao ensino superior privilegia determinados grupos étnicos e classes sociais. E também, que a escola pública de ensino básico está aquém de uma formação cidadã e daquilo que os vestibulares exigem dos estudantes.

O quadro descrito fez surgir, em todo país, cursos destinados à preparação de estudantes negros e carentes para os vestibulares das universidades públicas. O trabalho dos cursos já conseguiu levar mais de 5.000 estudantes negros e carentes às universidades públicas e privadas. Além disso, os cursos pré-vestibulares populares têm dado importantes contribuições para a democratização do acesso ao ensino superior, através das negociações com as universidades, garantindo isenções de taxa e bolsas para os estudantes, mediando diversas ações judiciais contra a inconstitucionalidade das taxas de inscrição, através da formulação de propostas de políticas de promoção de igualdade e da participação em vários fóruns de debates.

Tendo em vista a importante contribuição e colaboração desta entidade no processo de articulação dos movimentos sociais e na mudança da sociedade, gostaria de convidá-los a participar da abertura do Encontro, na qual o Professor Amadeo Boito Jr. (UNICAM/SP) estará compartilhando seus estudos e reflexão relacionados às formas diversas de desigualdade social, na educação. O tema central da mesa de abertura é: "Democratização e Movimentos Sociais". Na expectativa de sermos contemplados com a sua importante presença, neste momento de consolidação da rede nacional de Pré-Vestibulares Populares.

Subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

JOCELENE
P/ SECRETARIA DO ENCONTRO NACIONAL DE PRÉ-VESTIBULARES POPULARES

<http://www.pvnc.hpg.ig.com.br/encontro.html>
pvnc@uol.com.br
(21) 97014386 – Alexandre
(21) 92034124 – Jocelene
(21) 38735218 – Secretaria (Jocelene)

II ENCONTRO NACIONAL DE PRÉ-VESTIBULARES POPULARES

FICHA DE INSCRIÇÃO DE DELEGADOS

NOME DO CURSO

ENDEREÇO DO CURSO

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA (CASO SEJA DIFERENTE DO ENDEREÇO DO CURSO)

ENDEREÇO ELETRÔNICO / PÁGINA DE INTERNET

NOMES, MATÉRIAS E E-MAILS DOS(AS) EDUCADORES(AS)

Nome	Matéria	e-mail

NOMES E E-MAILS DOS(AS) COORDENADORES(AS)

Nome	e-mail (ou telefone)

NOMES E E-MAILS DOS(AS) DELEGADOS(AS) PARA O ENCONTRO

Nome	e-mail (ou telefone)

ANEXO 1 – Ficha de Inscrição (Cursos e Delegados) - Continuação

Quantidades	ANO		
	2000	2001	2002
Quant. Alunos(as) (Total)			
Quant. de aprovados (univ. públicas)			
Quant. de aprovados (univ. particulares)			

HISTÓRICO E PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

ENVIAR EM ANEXO I

II ENCONTRO NACIONAL DE PRÉ-VESTIBULARES POPULARES ANEXO 2 - FICHA DE INSCRIÇÃO (OBSERVADORES)

TIPO DE PARTICIPAÇÃO () Observador(a)

NOME

ENDEREÇO

ENDEREÇO ELETRÔNICO / PÁGINA DE INTERNET

INSTITUIÇÃO

OBS.:

Delegados

- Ficha de inscrição (anexo 1);
- Uma carta de apresentação dos delegados, anexada às assinaturas dos alunos do núcleo o qual estes estão representando.

Observadores

- Ficha de inscrição (anexo 2)

Taxas de Inscrição

- Delegados: R\$ 5,00 por delegado.
- Observadores: R\$ 15,00.
- O pagamento da taxa deve ser efetuado através de depósito bancário e enviado por fax até o dia 29/08/02. O fax deverá ser identificado com nome e o tipo de participação (delegado(a), observador(a) ou trabalho). No caso de trabalho, deve ser acrescentado o título do trabalho.

- Conta Bancária para depósito:
Banco – Bradesco
Agência – 2014-1
Conta – 12190-8
Favorecido – Alexandre do Nascimento

- Fax para envio de documentos e comprovantes de depósito: (21) 3652-8093.

- E-mail para envio de ficha de inscrição e trabalhos:

pvnc@uol.com.br

- Endereço para correspondência:
Secretaria do II Encontro Nacional de Pré-Vestibulares Populares

A/C Alexandre do Nascimento
Rua Lapênia, 59 - Jardim Redentor -
Belford Roxo - RJ - CEP 26.111-270

- Telefones de contato:

(21) 97014386 - Alexandre
(21) 92034124 - Jocelene
(21) 38735218 - Secretária (Jocelene)

- Página do Encontro:

www.pvnc.hpg.com.br/encontro.htm

Conselho Nacional do Laicato do Brasil Regional Leste1

Volta Redonda 14 de dezembro de 2005

Caríssimos irmãos e irmãs :
Filiados e Colegiado de Representantes do CNLB Regional

O Menino Jesus, que nascerá novamente neste Natal, chegue trazendo muitas graças e felicidades a todos, iluminando a caminhada de cada um, rumo a construção do projeto de Deus, Vontade do Pai.

Estou enviado uma ficha de cadastro para o banco de dados do CNLB (Nacional) deve ser preenchida por todos da Presidência ou Coordenação dos CDLs e devolvida para nós o mais breve possível.

Enviamos também o Anti-projeto do Estatuto do CNLB Regional Leste 1 para ser estudado com todo carinho, retirar ou colocar emendas e devolver até 5 de março para a presidência. Este será votado na próxima Assembléia em março de 2006,

Informo também, que o V Encontro Nacional de Leigos e Leigas acontecerá em S. Paulo nos dias 15,16, 17, e 18 de Junho. Calcula-se que somando todas as despesas, inclusive de hospedagem e infraestrutura ficará em R\$ 400,00 para cada participante fora as passagens.

Por isso o CNLB propôs uma rifa nacional com 10 prêmios cada bilhete concorre com 2 números, no valor de R\$5,00 cada bilhete. Isto vai baratear e muito as estadias para os Participantes Estou enviando 30 (Trinta talões com 2º bilhetes cada um e solicito que os movimentos e pastorais diocesanos colaborem ajudando vender as rifas O primeiro acerto deve ocorrer em fevereiro dia 19 (reunião da Presidência Regional com as Presidências dos CDLs, o 2º acerto na Nossa Assembléia em março nesta, combinaremos o ultimo acerto.

Portanto, aproveitem as festas de fim de ano para vender bastante rifas. Até o Encontro Nacional lá teremos muito trabalho.

Critério de participação do V Encontro

- Cada Regional poderá levar 10 participantes eleitos em Assembléia.
- Cada CDL tem direito à Cinco Participantes.
- E cada Movimento ou Pastoral a nível nacional terão direito a 5 participantes

Todos delegados devem participar de pré encontros regional e diocesanos em preparação ao Encontro Nacional. Para isso em tempo oportuno, vamos enviar o instrumento de trabalho onde cada grupo deve estudar com muito carinho e vir afinado com suas proposta em nossa Assembléia de Março. O subsídio apresenta a metodologia Ver Julgar e Agir. Orientamos para que se preocupem mais com o agir e apresentar propostas em nossa de assembléia de março.

Por este momento é só nos comunicaremos novamente mais à frente

Desejamos a todos um Santo Natal e um Ano Novo cheio de graças e felicidade para você e toda sua família.

Conceição Cabral
P/ Presidência do CNLB Regional Leste1



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Brasília/DF, 23 de julho de 2002

Para: Pastorais Sociais e Organismos, Regionais da CNBB, dioceses, paróquias e Entidades em geral

De: Setor Pastoral Social da CNBB

Assunto: Plebiscito Nacional sobre a ALCA

Amigos e amigas,

Como já é do conhecimento geral, a Campanha Jubileu Sul/Brasil está organizando um Plebiscito nacional sobre a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, a realizar-se de 1º a 7 de setembro de 2002, juntamente com as mobilizações do Grito dos Excluídos.

O objetivo principal do Plebiscito é estender a toda população os debates em torno da ALCA, um assunto que atinge a todos os brasileiros e brasileiras. Entendemos que o povo tem o direito e o dever de discutir o tema e opinar sobre ele através de uma consulta popular.

Aliás, o Plebiscito sobre a ALCA dá continuidade às atividades da Campanha Jubileu Sul, como desdobramento do Grande Jubileu do ano 2000, proposto pelo Papa João Paulo II. Após a realização Plebiscito da Dívida Externa, prosseguimos a caminhada, na tentativa de apontar caminhos novos e solidários.

O Plebiscito sobre a ALCA e o Grito dos Excluídos têm como lemas, respectivamente, *Soberania sim, Alca não!* e *Soberania não se negocia!* Com isso, fica claro que o pano de fundo dessa iniciativa conjunta é o tema da soberania nacional. Daí a importância de aprofundar os debates durante a Semana da Pátria, no sentido de questionar a independência formal e somar esforços na luta por uma independência real e efetiva, em que todo povo brasileiro possa ser consultado sobre questões que mexem com toda a sociedade.

De acordo com as entidades que coordenam o Plebiscito, as perguntas da cédula serão as seguintes:

- 1. O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?**
- 2. O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?**
- 3. O governo brasileiro deve entregar uma parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos Estados Unidos?**

Informamos, ainda, que Dom Jayme Henrique Chemello, presidente da CNBB, estará sendo entrevistado no programa Tribuna Independente, da Rede Vida, no dia 23 de agosto de 2002, das 22:30 às 24:00h, sobre o tema do Plebiscito do Grito dos Excluídos.

Fazemos apelo a todos e todas no sentido de um grande mutirão nacional para que, a exemplo do plebiscito de 2000, o máximo de pessoas possam acompanhar os debates e participar na votação.

Sem mais, bom trabalho e muita firmeza, pois *soberania não se negocia!*

Dom Jacyr F. Braido (bispo responsável do Setor Pastoral Social/CNBB)
Pe. Alfredo J. Gonçalves (assessor)



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

São Paulo, 14 de novembro de 2002.

Ao Sr.
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente-eleito do Brasil

Prezado amigo e companheiro,

É com alegria e simplicidade que decidimos escrever-lhe esta carta. Participamos da longa caminhada do nosso povo até chegar à realização do sonho de contarmos com um legítimo representante da maioria da população na Presidência da República. Partilhamos, por isso, da alegria e das esperanças desse momento histórico, bem como das responsabilidades que nascem dele.

Somos representantes das Pastorais Sociais e Organismos ligados ao Setor Pastoral Social da CNBB – Pastoral do Povo da Rua; Pastoral da Mulher Marginalizada; Pastoral Carcerária; Pastoral do Menor; Pastoral dos Pescadores; Pastoral dos Nômades; Pastoral dos Migrantes; Pastoral da Terra; Pastoral da Criança; Pastoral da Saúde; Pastoral Operária; Cáritas Brasileira; Ibrades e Ceris -, e estamos reunidos no II Encontro Nacional, em São Paulo. Partilhamos sofrimentos e esperanças com excluídas e excluídos de muitas partes e setores sociais do nosso país: população que vive nas ruas; catadoras e catadores de materiais recicláveis; mulheres marginalizadas; crianças e adolescentes em situação de risco; crianças e mães desnutridas; presidiários e presidiárias; famílias faveladas; povos ciganos, circenses e parquistas; desempregados e desempregadas e subempregados e subempregadas; migrantes e imigrantes; pescadores e pescadoras dos rios, dos lagos e do mar; operários e operárias; trabalhadores e trabalhadoras rurais; famílias de posseiros, Sem-Terra, sem-água, atingidos por barragens, ribeirinhos; afro-descendentes; povos indígenas; produtores familiares; população do Semi-Árido brasileiro; portadores de necessidades especiais e de HIV; analfabetos e analfabetas; população que vive em situações de emergência social...

Temos a alegria de participar, junto com grupos e comunidades destes excluídos, de iniciativas que resgatam a auto-estima, a dignidade e a cidadania, bem como geram oportunidades de trabalho e renda. Sabemos, contudo, que a maioria dos homens, mulheres, idosos, jovens e crianças empobrecidos e excluídos não têm seus direitos respeitados e continuam credores da imensa dívida social da sociedade e do Estado brasileiros. Por isso, estamos convencidos de que as iniciativas que animamos e apoiamos, e com as quais trabalhamos, são uma fonte segura para a elaboração de políticas públicas que realizem e assegurem os direitos de todos os excluídos e excluídas do nosso país. Isso possibilitará que, junto com e além da comida para matar a fome, eles e elas sejam protagonistas da construção de uma sociedade justa e verdadeiramente democrática.



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Conscientes da responsabilidade que temos em relação às necessárias e urgentes mudanças que devem ser realizadas nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais, propomos uma oportunidade de diálogo com o Sr. e sua equipe para que possamos apresentar diretamente e com detalhes a riqueza dessas iniciativas alternativas e sua potencialidade para a construção de políticas públicas com participação dos excluídos e excluídas.

Compartilhando da grande missão que lhe foi confiada pelo povo brasileiro, e conscientes das enormes dificuldades que aparecerão no caminho, de modo especial na área econômica e nas relações continentais, por causa da grave concentração da riqueza, da terra e da renda em nosso país e dos interesses estadunidenses na implantação da ALCA que ameaçam a soberania nacional, queremos ser cidadãos co-responsáveis e colaboradores no processo de transformação do sistema que, há quinhentos anos, mantém a maioria da população explorada e sem oportunidades reais de vida digna e de participar das decisões políticas que definem seu destino.

Na esperança de um breve diálogo, desejamos que, com a bênção de Deus, viva a alegria de prestar o serviço da Presidência da República em favor de todos os brasileiros e brasileiras.

Fraternalmente, em nome das Pastorais Sociais e Organismos da CNBB,

Dom Jacyr Francisco Braido
Dom Jacyr Francisco Braido
Responsável pelo Setor Pastoral Social da CNBB

Pe. Alfredo J. Gonçalves
Pe. Alfredo J. Gonçalves
Assessor do Setor Pastoral Social da CNBB

Maria Aparecida Barbosa
Maria Aparecida Barbosa
Pastoral Carcerária

Helen Dayane Rodrigues Santa Rosa
Helen Dayane Rodrigues Santa Rosa
Pastoral da Criança

Arrozal, 17/03/2002.

Às
Câmaras de Vereadores

O Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil Regional Leste 1, organismo que congrega movimentos, pastorais, comunidades e entidades de leigos e leigas católicos, abrangendo as 10 Dioceses do Estado do Rio de Janeiro que formam o Regional Leste 1 da C.N.B.B., reunido em ASSEMBLÉIA GERAL em 15, 16 e 17 de março de 2002, em Arrozal município de Piraí, aprovou o encaminhamento às CÂMARAS da presente **MOÇÃO DE PEDIDO DE MAIS ÉTICA NA POLÍTICA ELITORAL**.

Vem, mui respeitosamente, através desta, manifestar a este Poder Legislativo, as conclusões a que chegou na análise de muitas situações políticas locais de nosso Estado do Rio de Janeiro, em confronto com a inserção necessária do homem e da mulher de fé no mundo que nos cerca. Diante disto, criamos, como manifesto de nosso apoio, as seguintes conclusões:

- a) a Política melhor é a do bem comum, na defesa da dignidade e da vida do ser humano, em todo local e em todas as instâncias, obedecendo ao mandato de Cristo: “Eu vim para que todos tenham vida em abundância” (Jo 10,10); e “Doutrina Social da Igreja.
- b) entendemos como justa e autêntica a postura dos diversos Movimentos Populares dos cristãos no mundo da Política, como os de Defesa da Cidadania e os de Ética na Política, entre outros;
- c) reconhecemos que há cristãos nesta Casa do Povo, eleitos e responsáveis por seus mandatos, que se comprometem com esta luta comum pela vida do povo; reconhecemos nestes representantes, salvo exceções, legitimidade e decência parlamentar;

Contudo, apesar destes avanços, notamos, em algumas realidades locais, situações que veemente repudiamos, das quais esta Carta é porta-voz, a saber:

- a corrupção eleitoral, a compra de votos, mau uso da máquina administrativa e do dinheiro público;
- defesa de interesses particulares acima dos da população – principalmente a mais carente - mesmo que através de métodos legais e/ou sutis;
- a não compreensão e, em alguns casos, até perseguição referente aos membros dos Movimentos Populares que acompanham os trabalhos da Câmara, visto que entendemos como legítimo seu trabalho e os apoiamos;
- o descaso gritante em alguns lugares com a vida do povo – principalmente o das periferias, excluídas e marginalizadas do processo de desenvolvimento e de benfeitorias por uma vida digna; entre outros.

Contando com a abertura desta Casa às solicitações acima referidas, subscrevemos-nos atenciosamente, na paz e no bem de Cristo Jesus.

Atenciosamente,


Maria da Conceição Cabral
Presidente

CONSULTA POPULAR RJ

CIDADE: Rio de Janeiro

Nome

PAULO BANANA

Entidade

Comitê Zona Oeste

Telefones

405-4866

E Mail

CIDADE:

Nome

Roberto Morales
Rodrigo Torquato

Entidade

Comite Niterói, São Gonçalo, Itaboraí,
Comitê Rocinha

Telefones

97783378
3322-5769 92991459

E Mail

secrealca@yahoo.com.br
torquatoprof@bol.com.br

CIDADE: São João de Meriti

Nome

Maria sueli Buss de Sousa

Entidade

Comitê São João de Meriti

Telefones

2756 - 0451 93012493

E Mail

cadts@uol.com.br

CIDADE:

Nome

Tânia Mara Franco

Entidade

Comite Zona Sul

Telefones

2511-0983 99648896

E Mail

alcazul@email.iis.com.br



CONSULTA POPULAR RJ

CIDADE:

Nome	Entidade	Telefones	E Mail
Acacio Hermann	Comite Friburgo	2522-4995 0XX 22 2522 3164 2528 8437 2522	98368537 / 98368538
Bernado	Comitê Niteroiense da Juventude	2729-1836 92076355	
Cid Carvalho	Comitê Bangu	2404-0347	
Coryntho	Comitê Campo Grande	2206-9690/9691 98873065	coryntho@crea_rj.org.br
Cosme Henrique Gomes Miranda	comite campos	0XX 22 2722 2404 22 2735 2768	

CIDADE: Duque de Caxias

Nome	Entidade	Telefones	E Mail
Eunice Berri ; Rosana	Comitê Caxias	2652-1518/3774-3993 / 2653-2531	cdvida@zipmail.com.br

CIDADE:

Nome	Entidade	Telefones	E Mail
Fábio Gaucho	Comite centro	2504-5444	fabio_gaucho@uol.com.br
Gilvilene de O. D. Barão	Comitê Caxias	2265 0422	cab@alternex.com.br
Ivanilda Oliveira Silva Reis	Comitê Seropédica	2682-4306	sintur@ufrj.br
Neli	comitê Jacarépagua	2252 0366	nelibelen@bol.com.br

CIDADE: Nova Iguaçu

Nome	Entidade	Telefones	E Mail
Flavio ; Antonio Carlos ; Bartiria	Comitê Nova Iguaçu	2767-3432 2768-2915 /	

CIDADE:

Nome	Entidade	Telefones	E Mail
Ramana R. O. Jaques	Comitê Tijuca	96897570	comite_tijuca@grupos.com.br

CIDADE: Rio de Janeiro

Nome	Entidade	Telefones	E Mail
IVI	Comitê Norte	93560773	

CIDADE: Rio De Janeiro

Nome	Entidade	Telefones	E Mail
Leon Diniz Lima Junior ; André Freire	Comitê Leopoldina	3359-7217 92440537	leondi@uninet.com.br

em atividades coletivas (assentamentos e cooperativas). O ético (a militância e as marchas) encontra motivação no estético (os símbolos, como a bandeira, as músicas, as romarias, o ritual dos encontros).

Os movimentos populares devem partir das demandas específicas da população, ainda que elas não pareçam ser "as mais políticas e ideológicas". Em outras palavras, não se trata de partir daquilo que direções e lideranças julgam melhor para o povo, mas sim do que interessa e mobiliza, invertendo o processo.

Talvez muitos não saiam de casa para manifestar solidariedade a Cuba, mas certamente o farão para evitar que a prefeitura derrube a árvore da esquina. Talvez muitos não entendam o caráter neoliberal do governo, mas querem manter seus empregos e conquistar melhores salários. Talvez muitos não estejam motivados para um debate sobre socialismo, mas estão dispostos a trabalhar para organizar uma creche para crianças carentes ou uma escola de alfabetização de adultos.

O movimento popular deve enfrentar o desafio metodológico de partir do pessoal ao social, do local ao nacional, ao subjetivo ao objetivo, ao espiritual ao político e ideológico. Agora, o trabalho de base só terá êxito se associar lazer e dever, criatividade artística e formação, estética e ética. Não é mais possível criar uma "cortina de ferro" que torne os militantes imunes à ideologia neoliberal, ao consumismo, aos encantos da globalização. A questão é como introduzir práticas sociais que despertem neles uma consciência/experiência crítica frente ao sistema, de modo que a nova sociedade possa ir sendo forjada nas entranhas da atual, como a criança no ventre materno.

Cabe ao movimento popular vincular o micro ao macro, as lutas específicas às políticas públicas. Para tanto, é preciso elaborar propostas concretas e viáveis para áreas como abastecimento, transporte, moradia, saúde etc. As pessoas precisam visualizar as bandeiras, sentir que são palpáveis e, de certo modo, alcançáveis mesmo na atual conjuntura.

Homens e mulheres novos

Não é fácil fazer-se novo numa nova conjuntura. É um desafio para nós, veteranos na militância, nos livrarmos do ranço adquirido em práticas anteriores; os chavões ideológicos que assustam os novos companheiros; o jeito carrancudo que afasta a alegria; a prepotência de quem se julga vanguarda; o autoritarismo na condução das reuniões e das atividades; a falta de transparência ética; a ambição por fatias de poder; o ideologismo que espanta a gente simples que participa pela primeira vez dos eventos; o radicalismo na linguagem de quem nem sempre se mostra radical na prática; a intolerância frente aos que entram na luta; os preconceitos diante de pessoas de outras classes sociais; o pouco respeito pela religiosidade alheia.

Sem superar tais barreiras torna-se difícil dar um novo alento ao trabalho de base e aos movimentos populares. Hoje, o desafio principal é ampliar a participação e multiplicar movimentos. Portanto, só derrubaremos as barreiras objetivas - das estruturas e do sistema - quando lograrmos, primeiro, derrubar as subjetivas.

Façamos dessas palavras de Ernesto Che Guevara uma exigência às nossas práticas:

"Deixe-me dizer, mesmo com o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor. É impossível pensar num revolucionário autêntico sem esta qualidade (...). É preciso ter uma grande dose de humanismo, de sentido de justiça e de verdade para não cair em extremismos dogmáticos, em escolasticismos frios, em isolamento das massas. É preciso lutar todos os dias para que esse amor à humanidade viva se transforme em atos concretos que sirvam de exemplo e mobilizem".

("El Socialismo y el hombre en Cuba", Editora Política, La Habana, 1988, p. 26 e 27. Tirado de Ernesto Che Guevara, Escritos e discursos, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1977, t. 8, pp. 253-272).

As obras de Marx e da Teologia da libertação pouco saem das prateleiras, como se a prática histórica tivesse comprovado que não merecem muita credibilidade.

"Mais ações, menos reuniões", conclamava Belinho poucas horas antes de morrer. Muitos já não querem ouvir análises de conjuntura, querem fazer algo de concreto pelas crianças de rua, pela reforma agrária, pela preservação do meio ambiente. Ainda que tais ações sejam ou pareçam assistencialistas e paliativas.

As CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) torcem o nariz para os carismáticos, mas são estas que lotam templos e estádios. A pastoral social da Igreja católica encara com desdém as Igrejas neopentecostais, mas são elas que atraem camadas mais pobres da população e promovem grandes concentrações urbanas.

As pessoas querem menos análises e mais soluções, mais emoções e menos razões.

4) Bandeiras específicas no lugar de vagas utopias: A cultura que transforma tudo em mercadoria imediata e palpável tende a esvaziar a atração das propostas genéricas, como mundo melhor, libertação e socialismo. As pessoas não parecem muito preocupadas com o futuro da humanidade; querem saber como assegurar seu emprego, obter um plano de saúde, levar a família de férias à praia.

Durante décadas falou-se em reforma agrária no Brasil. Só no momento em que a bandeira se atrelou às ocupações de terra, que garantem lotes às famílias sem-terra, é que a luta pela reforma agrária se tornou concreta. Já não se espera "fazer revolução" para, depois, conquistar direitos sociais. O fracasso das lutas na Nicarágua e El Salvador afeta a credibilidade nos projetos históricos. Partidos como o PT oscilam entre seu programa original e a prática eleitoral que submerge parcela da militância numa disputa fratricida por cargos e mandatos. O trabalho de base é abandonado.

As pessoas estão dispostas a lutar por benefícios imediatos, como obter uma terra, uma casa, um emprego. E nem sempre prosseguem na mesma disposição de luta após resolverem a sua demanda pessoal e familiar.

5) As novas bandeiras - ecologia, relações de gênero, questão racial: O enfoque político desloca-se do macro para o micro, do global para o local, do social para o pessoal. Não tanto no sentido excludente, de um substituindo o outro. Mas a prioridade é concedida, agora, ao micro, ao local, ao pessoal.

Em busca de qualidade de vida, a preservação do meio ambiente mobiliza amplos setores da população, superando tensões entre classes sociais e unindo ricos e pobres. A emancipação da mulher acentua o debate sobre relações de gênero, politizando temas até então restritos à esfera privada e revestidos de tabu: a sexualidade, o machismo, a violência entre casais ou sobre os homossexuais etc.

A afirmação da identidade e da condição indígena é sintoma da atualidade de pautas sociais que ultrapassam os conceitos do marxismo vulgar, restrito ao conflito de classes. No sindicalismo, a luta de classes dá lugar às câmaras setoriais, aos mecanismos de diálogo entre patrões e empregados, à participação acionária de trabalhadores nas empresas.

6) A emergência da espiritualidade: A predominância do pessoal sobre o social favorece a preocupação com o equilíbrio e a harmonia individuais, a subjetividade, a vida espiritual. Já que as ideologias não suscitam tanta esperança como outrora, muitos buscam nas religiões um sentido para a vida.

Fatigadas de racionalismo, as pessoas querem resgatar o encantamento do mundo. O maravilhoso, o miraculoso, o esotérico, exercem forte atração nesse mundo em que o sonho político não encontra lugar e as utopias parecem ainda mais distantes.

Os desafios ao movimento popular

Sem levar em consideração essa conjuntura, os movimentos populares ficam condenados ao esvaziamento.

A experiência do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), no Brasil, serve de referência para um novo estilo de atuação. Ali o político (a reforma agrária) articula-se com o benefício pessoal e familiar concreto (a ocupação da terra e a conquista de um lote). O utópico (o socialismo) é vivenciado

DESAFIOS DO NEOLIBERALISMO AO MOVIMENTO POPULAR LATINO-AMERICANO

Frei Bello

O neoliberalismo é o modo como hoje o sistema capitalista se estrutura. Até os anos 80, o capitalismo mostrava-se com um perfil liberal: havia concorrência entre empresas, os Estados procuravam fortalecer as burguesias de suas nações, a questão social era uma das prioridades públicas.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, fez desmoronar também o mundo bipolar. Agora, temos um mundo unipolar, sob hegemonia dos EUA. O avanço da tecnologia de comunicações favorece o fenômeno conhecido como globalização: a soberania dos Estados é ignorada, as fronteiras nacionais desrespeitadas, empresas e mídia operam na geografia mundial como se o fizessem nas cidades onde estão sediadas. A concorrência entre empresas desaparece quando se trata de megaempresas, agora transformadas em oligopólios que controlam bancos e redes de lanchonetes, clubes de futebol e fábricas de roupas. O capital circula sem barreiras e fronteiras, a especulação supera a produção, a busca desenfreada de lucro ignora qualquer princípio ético.

Efeitos do neoliberalismo

Mudança de conjuntura exige mudança nos atores sociais, como nos movimentos populares. Quais seriam os efeitos mais evidentes do neoliberalismo naquela parcela da população que os movimentos populares procuram sensibilizar, mobilizar e organizar?

1) A despolíticação: O fracasso do socialismo real na Europa e a ofensiva da mídia centrada no estímulo consumista favorecem o desinteresse pela política. O neoliberalismo proclama que "a história acabou", procurando apagar as utopias do horizonte histórico e ironizando os empenhos idealistas. A corrupção que grassa entre políticos profissionais, e as divisões internas dos grupos e partidos de esquerda, reforçam a idéia de que a política é um terreno pantanoso no qual não se deve pisar.

Como a idolatria do mercado é incensada pelo neoliberalismo, a publicidade e a mídia procuram vender a imagem de que a felicidade reside na despolíticação, no lazer, na volta para os interesses individuais. A vida tranqüila restringe-se às esferas da família, do trabalho e do prazer. Ultrapassar os limites desse círculo hermético é correr o risco de meter-se em dificuldades e sofrimentos, dores de cabeça e perseguições.

No entanto, é preciso não esquecer: quem não gosta de política é governado por quem gosta. Se a maioria não gosta, azar dela, pois deve aceitar ser governada pela minoria.

2) O municipal predomina sobre o nacional e o mundial: Embora a globalização faça do mundo uma pequena aldeia que, de dentro de casa, nossos olhos abarcam através da janela eletrônica da TV, as pessoas tendem a se sentir impotentes frente à magnitude dos problemas internacionais e nacionais. Voltada para seus próprios interesses e preocupada com sua qualidade de vida, a maioria parece sensibilizar-se mais com as questões municipais: o transporte, a escola, a saúde etc.

Iniciativas como orçamentos participativos das prefeituras ou mutirões na lavoura e na construção civil, lutas por terra e por teto, mobilizam mais que a solidariedade ao Timor Leste ou a luta em favor da demarcação das terras indígenas no Brasil.

3) A prática social predomina sobre as teorias revolucionárias: Muitos parecem cansados de teorias, outros estão enfiados de conceitos e análises. Já não se crê na "conscientização", pois inúmeros militantes "conscientes" abraçam, hoje, as benesses do neoliberalismo e torcem o nariz quando ouvem falar de socialismo.

GRUPO DO EMPREGO.

TRABALHO Taxa média do IBGE passa de 7,50% para 7,70%; na Grande SP, pesquisa Seade-Dieese registra recuo

Desemprego volta a subir em 6 regiões

FÁBIA PRATES
em São Paulo

ISABEL CLEMENTE
da Sucursal do Rio

Dois taxas de desemprego divulgadas ontem indicam trajetórias diferentes, mas ambas continuam elevadas. A medida pelo IBGE em seis regiões metropolitanas do país subiu de 7,50% para 7,70%, enquanto a do Seade-Dieese, pesquisada só na Grande São Paulo, caiu de 20,10% para 19,60%.

A diferença de tamanho entre as duas é explicada pelas respectivas metodologias de pesquisa. A do Seade-Dieese trabalha com um conceito mais amplo de desemprego (ver quadro ao lado).

O desemprego na região metropolitana de São Paulo recuou, mesmo com a redução de 17.000 postos de trabalho.

"Foi uma flutuação expressiva", disse o diretor-executivo da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), Pedro Paulo Martoni Branco.

A taxa de desemprego em agosto é a maior registrada no período, desde 1985. Significa que, na Grande São Paulo, 1.747.000 pessoas estavam sem emprego no mês passado.

A retração da taxa não significa que o mercado de trabalho absorveu mais gente em agosto. Pelo contrário, houve queda de 17.000 postos.

Só a indústria, que em julho empregava 1,465 milhão de pessoas, cortou 39.000 vagas, o que representou um decréscimo de 2,70% na ocupação do setor. O corte de vagas na indústria de vestuários e têxteis (8,70%) e na indústria metal-mecânica (5,90%) impulsionou a retração.

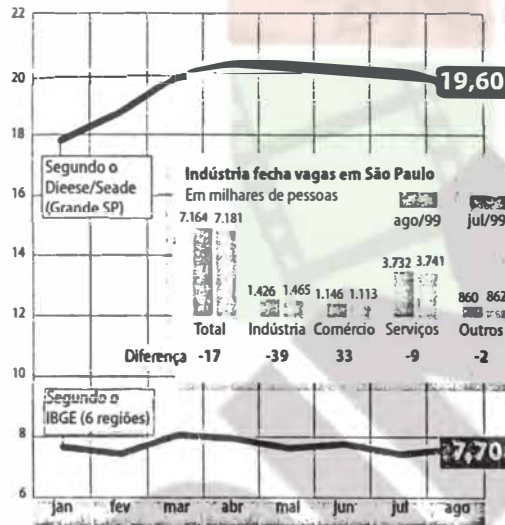
O único setor que empregou em agosto foi o comércio. Contratou 33 mil pessoas.

Na contabilidade geral, incluindo todos os setores, o número de ocupados caiu de 7,181 milhão para 7,164 milhão.

O que contribuiu para que hou-

Desemprego permanece alto

Em 1999, em % da PEA



Entenda as principais diferenças entre as duas metodologias de pesquisa

1 O IBGE inclui na PEA (População Economicamente Ativa) pessoas com 15 anos ou mais, enquanto o Dieese/Seade considera com 10 anos ou mais (desde que trabalharam ou procuraram emprego)

2 Para classificar uma pessoa como desempregada, o IBGE pergunta se ela procurou emprego nos últimos sete dias da pesquisa. Para o Dieese/Seade, valem os últimos 30 dias

3 O Dieese/Seade trabalha com conceitos de desemprego oculto por trabalho precário e por desalento. O

IBGE usa o conceito de desemprego aberto (pessoa que trabalhava, foi demitida ou se demitiu, procura emprego e não acha). No conceito de trabalho precário, seria desempregada a pessoa que procurou trabalho nos últimos 30 dias (da pesquisa), mesmo tendo feito "bicos" esporádicos. Também são consideradas desempregadas por desalento pessoas que não procuraram emprego nos últimos 30 dias, mas procuraram alguma vez nos últimos 12 meses. Ficaram desanimadas por não terem encontrado emprego e por isso deixaram de procurar com regularidade.

vesse retração no mês foi a saída de 60.000 pessoas da PEA (População Economicamente Ativa).

A pesquisa considera que essas

60.000 pessoas que desistiram de procurar emprego mais as 17.000 mil que perderam seus empregos passaram para a inatividade.

Dos 38 municípios da região metropolitana pesquisados, a retração do desemprego verificada na capital foi mais intensa. Em São Paulo, o desemprego passou de 18,70% para 18,30%. Nos demais municípios, a taxa caiu de 22,60% para 22,20%.

O diretor-executivo da Fundação Seade estima que o desemprego na Grande São Paulo continuará em queda em setembro, mas alerta que a taxa média deste ano deve ser recorde, ficando em torno de 19%. No ano passado, a taxa média foi de 18,30%.

O rendimento médio real das pessoas ocupadas da Grande São Paulo em julho apresentou uma ligeira recuperação sobre junho (de 0,60%), mas ainda continua sendo um dos menores do ano: R\$ 838, mesmo valor de maio.

Por setor, houve aumento do rendimento no setor de serviços.

Seis regiões

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), não só a taxa de desemprego subiu para 7,70% em agosto, como a renda do trabalhador brasileiro continuou em queda em julho, pelo oitavo mês consecutivo.

A diferença na taxa de desemprego de um mês para outro, segundo o instituto, "é muito pequena estatisticamente".

"Agosto é um mês de poucas variações no emprego", explica a consultora do IBGE Shyrlene Ramos de Souza. A taxa média de desemprego no ano está em 7,80%, equivalente à do mesmo período de 98.

Já a perda na renda é uma tendência, que será mantida enquanto o desemprego estiver alto, na sua opinião. "Quem estava desempregado, quando se recoloca mercado, está ganhando menos", diz Shyrlene.

Os salários caíram 4,60% em relação a julho de 98 e 2% em relação a junho deste ano.

Ao longo deste ano, a renda caiu 4,10%, se comparada ao mesmo período de 98, reduzindo os ganhos do Plano Real apurados em julho para 19,10%, contra 25% do mesmo mês de 98.

SOLUÇÃO CASEIRA

Jaelson Lucas/Folha Imagem



Zeladora varre entrada do Condomínio Residencial Daniela

Condomínio contrata moradores do prédio

Condôminos estavam desempregados

JOSÉ MASCHIO
da Agência Folha, em Londrina

O Condomínio Residencial Daniela, em Londrina (norte do Paraná), resolveu contratar mão-de-obra interna, na tentativa de minimizar o desemprego entre seus moradores.

A medida buscou também diminuir os custos, já que os moradores recebem menos do que o piso profissional de porteiros e faxineiros.

Em assembléia interna foram eleitas duas mulheres para os serviços de portaria e uma para os de limpeza. O condomínio, de classe média baixa no Jardim Sabará (zona oeste de Londrina), possui 80 apartamentos.

Trabalho não permitiu e as três novas funcionárias tiveram de ser registradas.

"Acabamos ajudando quem foi contratado e prejudicando os antigos empregados, que perderam seus cargos", admite Bilmia.

O Sindicato dos Empregados em Condomínios de Londrina protestou na delegacia regional do Ministério do Trabalho. "Se a moda pega, para onde irão os profissionais?", questiona Luiz Pinheiro, 79, diretor do sindicato.

Pinheiro afirma que os moradores foram contratados por salários abaixo do piso da categoria. O piso para porteiro é de R\$ 299,00, e para faxineira, R\$ 280,00. A três moradoras con-

julho para 19,10%, contra 25% do mesmo mês de 98.

Apenas um setor da economia registrou aumento de ocupação em relação a agosto do ano passado: serviços (0,60%).

O IBGE também constatou que caiu o número de empregados com carteira assinada (-2,70%), enquanto se estabilizou o grupo dos sem carteira.

Das seis regiões metropolitanas pesquisadas, Salvador teve a pior taxa e a maior variação. Passou de 10,20%, em julho, e de 9,10%, em agosto de 98, para 11,30% no mês passado.

A queda mais significativa foi em Porto Alegre, de 7,50%, em julho, e 7,90%, em agosto de 98, para 7,10%.

Em São Paulo, a taxa continua estável (8,20%), mas caiu em relação a agosto de 98 (8,60%).

drina), possui 80 apartamentos.

Paulo Sérgio Bilmaia, 33, síndico do edifício, disse que a solução acabou "favorecendo os moradores, que, além da economia, ganharam funcionários de confiança que também pagam as taxas de manutenção".

Com uma despesa mensal de R\$ 2.500,00, o condomínio vive uma crise interna, com mais de 30 moradores em situação de inadimplência. "Pelo menos esses moradores agora empregados não estavam com suas taxas em atraso", afirma Bilmaia.

A idéia inicial era manter os moradores como funcionários diferenciados, para o condomínio economizar os encargos sociais. Mas o Ministério do

R\$ 299,00, e para taxa de manutenção, R\$ 280,00. A três moradoras contratadas recebem R\$ 250,00.

Eleita com mais de 80% dos votos dos moradores para trabalhar na portaria, Madalena Aparecida de Carvalho, 48, estava desempregada havia dois anos.

Segundo Madalena, seu salário permite pagar a taxa de condomínio (uma média mensal de R\$ 80,00) e "ainda depositar em juízo a prestação do apartamento".

A maioria dos 80 moradores está em demanda judicial contra a CEF (Caixa Econômica Federal). Eles contestam os valores das prestações, que variam entre R\$ 350,00 e R\$ 400,00, e pagam uma média de R\$ 150,00 em depósito judicial.

IBGE muda pesquisa, e a taxa deverá subir

da Sucursal do Rio

A partir do próximo ano, o IBGE passará a divulgar a taxa de desemprego tendo como referência a procura por trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa, e não apenas uma semana, como hoje.

A taxa de 30 dias já é calculada, mas sua divulgação não tem destaque porque os demais indicadores, como pessoal ocupado e divisão do desemprego por sexo, têm como base a semana anterior, o que dificulta a comparação dos números.

Com a revisão da Pesquisa Mensal de Emprego já em curso, todos os dados serão coletados usando os 30 dias anteriores.

O instituto também terá outros indicadores, como para desalento, quando o desemprego cai porque as pessoas desistem de procurar trabalho, e até para subocupação, que será um percentual em relação à força de trabalho e indicará a insatisfação e as condições de quem está trabalhando.

Outra novidade é a taxa que indicará a pressão criada por quem está empregado, mas ainda assim procura emprego.

Com os 30 dias anteriores à pes-

quisa como referência, o IBGE terá uma taxa maior e mais acurada, segundo a consultora do instituto Shyrleene Ramos de Souza.

O IBGE segue as recomendações da OIT (Organização Internacional do Trabalho), mas precisa atualizar sua pesquisa, segundo a consultora.

"A maioria dos países que fizeram a revisão dos seus levantamentos sobre desemprego já usa esse índice."

O IBGE também vai reduzir de 15 para 10 anos a idade mínima dos entrevistados, usando o mesmo referencial do Seade/Dieese, de São Paulo. Souza informa que a idade mínima não deverá pressionar muito a taxa de desemprego.

A expectativa é que os primeiros resultados já com base na pesquisa revista e ampliada saiam no segundo semestre do ano 2000.

"A taxa de desemprego sozinha não é suficiente para avaliar o mercado de trabalho, é preciso ter outras variáveis", diz a consultora do IBGE.

A nova série não poderá ser encaixada com os índices apurados pelo instituto desde 80, devido à mudança na metodologia.



DÍVIDA: Uma Ameaça a Soberania

Por que precisamos lutar por uma renegociação justa e transparente da DÍVIDA PÚBLICA?

No momento em que, no Brasil, a Dívida Pública Consolidada da União ultrapassa a cifra de R\$ 1 trilhão e que os demais países do Terceiro Mundo enfrentam brutal endividamento, a vice-diretora do FMI, Anne Krueger, propõe um novo mecanismo de renegociação para as DÍVIDAS que significará a perda definitiva da soberania destes países.

Diante disso, torna-se necessário avançar a discussão iniciada em março de 2002 na cidade de Guayaquil, Equador, de uma ALTERNATIVA que contemple os DIREITOS DOS POVOS, que vise alcançar a JUSTIÇA nas relações internacionais, bem como a possibilidade de ARTICULAÇÃO dos Países Devedores.



Uma Proposta Indecente

Anne Krueger,
Vice diretora do FMI

"O mecanismo da Concordata Soberana deverá incluir dispositivos que dêem aos credores adequadas garantias de que seus interesses serão protegidos durante o processo. (...) Além da política fiscal, monetária e cambial que lançam as bases para a retomada dos pagamentos do serviço da dívida, os credores podem ter claros interesses em outras políticas dos países devedores, incluindo, por exemplo, a natureza e os termos do processo de reestruturação bancária, a continuação da operação do sistema de pagamentos doméstico, o regime de concordata e a natureza de qualquer controle de câmbio que isto implique".

Soberania

É a soberania política que garante ao país a tomada de decisões de forma independente e eficaz, sem a interferência de outros países. Recentemente, os jornais publicaram falas do megaespeculador George Soros, que explicitaram a grave ofensa à soberania política da nação brasileira, decorrente da atual política econômica: **"Na Roma antiga, só votavam os romanos. No capitalismo global moderno só votam os americanos; os brasileiros não votam"**.

É alarmante a interferência do "Mercado" no processo da escolha dos nossos representantes, especialmen-

te através do terrorismo financeiro, repercutido pela mídia, que controla e manipula a opinião pública como quer.

Nossa soberania econômica também vem sendo ameaçada, especialmente em virtude do processo de endividamento, transformado em meio de espoliação e mutilação sem precedentes, que está impedindo a adoção de políticas econômicas que conduzam ao desenvolvimento e à justiça social.

A aparente liberdade de decidir os destinos da Nação tem se mostrado praticamente inócua, tal a ganância do capitalismo internacional e seus aliados nacionais.

A tarefa mais urgente não é a de submeter os despossuídos ao apetite dos abastados, como fazem atualmente o Banco Mundial e o FMI, mas a de preservar de modo duradouro as garantias sociais ou ecológicas obtidas, freqüentemente ao preço de duras lutas, por alguns. Depois, a de estender estas garantias a todos os habitantes da Terra.

Albert Jacquard

Campanha Jubileu Sul

Auditoria

Cidadã da Dívida

**Rua da Bahia, 1033
11º andar**

Belo Horizonte MG

Fone: 3226-7721

www.unafiscobh.com.br

unafiscobh@alol.com.br

APOIO:

Fórum Fisco Nacional (Anfip, Fenafim, Fenafisco, Fenafisp, Sinait, Unafisco Sindical), Fisco Fórum MG (Aait, Anfip, Sindifisco, Sindifisp, Sinfisco, Unafisco-MG e Unafisco Sindical), Credifisco, Cofecon, Apubh, Sinal, Fisenge, Maristas, Delegacias Sindicais do Unafisco Sindical

EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS INTERNA E EXTERNA (valores em bilhões)

Dívidas	1970	1980	1990	1994	2001
INTERNA (em R\$ de 2001)	15,9	40,7	62,9	153,2	700,0
EXTERNA (em US\$)	4,7	64,2	123,4	148,3	210,0

Fonte: Elaboração própria, com base na Revista Conjuntura Econômica e em GONÇALVES e POMAR (2001).
O Brasil Endividado e A Armadilha da Dívida, Fundação Perseu Abramo.

Em agosto de 2002, a **Dívida Interna** é da ordem de R\$750 bilhões e a **Externa** em torno de US\$260 bilhões! Esse crescimento absurdo se deu **apesar** dos recordes de arrecadação tributária e fiscal, **apesar** da entrega de significativa parcela do patrimônio público estatal, em decorrência do nebuloso e acelerado processo de privatização de empresas estatais estratégicas e lucrativas e **apesar** do enxugamento de investimentos e gastos públicos, que impuseram enormes sacrifícios à sociedade, tais como cortes de gastos essenciais em saúde, educação, segurança, energia e até no fundo de combate à pobreza, além do arrocho salarial, especialmente dos servidores públicos e aposentados.

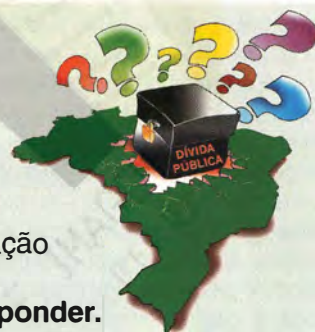
**ONDE FOI
PARAR
TANTO DINHEIRO???**
**Só uma AUDITORIA
poderá apurar.**

Como surgiram essas DÍVIDAS? Quem se beneficiou desse processo? Quanto efetivamente tomamos emprestado e quanto já pagamos? AINDA DEVEMOS?

Qual o verdadeiro impacto dos juros nesses montantes? E dos prêmios de "risco" que nos são impostos?

Como foram aplicados os recursos? Quem está controlando esse processo de endividamento que está sacrificando o povo e comprometendo os destinos da nação brasileira?

Estas são algumas das perguntas que a AUDITORIA DA DÍVIDA pretende responder.



A luta pela AUDITORIA DA DÍVIDA visa abrir essa caixa preta e levantar toda a verdade sobre o processo de endividamento brasileiro, o qual precisamos conectar às propostas da ALCA (que representa sério risco de aprofundamento

e agravamento dos processos de espoliação, dependência e submissão ao IMPERIALISMO) e da RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA APRESENTADA PELO FMI, que representa a institucionalização do fim da soberania.

AUDITORIA: Forma Justa de se resolver a questão da DÍVIDA

A Auditoria da Dívida Externa foi prevista na Constituição Federal promulgada no ano de 1988. Por conta disso, o tema foi incluído no grande Plebiscito que a Campanha Jubileu Sul promoveu no ano 2000, no qual foram coletados 6.030.329 votos em 3.444 cidades brasileiras, sendo que mais de 95% responderam NÃO à pergunta: "O Brasil deve continuar pagando a Dívida Externa sem realizar uma Auditoria Pública desta dívida, como previa a Constituição Federal de 1988?"

Respaldados no voto desses cidadãos que querem ver cumprida nossa Constituição Federal, a Campanha Jubileu Sul iniciou, em abril de 2001, uma "Auditoria Ci-

dadã da Dívida", que consiste no resgate de documentos, realização de estudos, levantamento de dados, mas visa, especialmente, pressionar pela realização da auditoria oficial, prevista em nossa Constituição.

A luta pela auditoria da dívida ganhou impulso a partir de setembro de 2001, quando o próprio Banco Central anunciou um "erro" em nossa Dívida Externa no montante de **32,7 bilhões de dólares!!!** Esse fato serviu, no mínimo, para comprovar que é preci-

so realizar uma auditoria séria nessa dívida, que tanto tem sacrificado a sociedade brasileira. Esse "erro" tem valor superior ao festejado empréstimo junto ao FMI, de US\$30 bilhões, recentemente acordado. Essa demonstração de total falta de controle é gravíssima e demonstra a necessidade de uma auditoria séria e profunda.

O povo brasileiro tem o direito e o dever de se preocupar com o crescimento espantoso das Dívidas Interna e Externa,

que têm consumido patrimônio, recursos orçamentários, reservas cambiais, e ainda levaram o país a assinar mais um acordo com o FMI, no valor de 30 bilhões de dólares em agosto de 2002, tornando-nos cada vez mais vulneráveis e dependentes.

O pior é que esse modelo gera círculo vicioso. Os ajustes impostos pelo FMI se traduzem em políticas econômicas perversas: obrigam o enxugamento cada vez mais cruel dos gastos orçamentários, a prática de elevadíssimas taxas de juros, levando o país à recessão econômica, que provoca desemprego e agravamento do quadro social.

O FMI impõe políticas econômicas suicidas, inversas às que são adotadas nos países que comandam o próprio FMI, ou seja, nos receitam um remédio que jamais tomariam.

Renegociação das Dívidas

A Proposta do FMI

De acordo com a proposta apresentada pela vice-diretora do FMI, Anne Krueger, em novembro de 2001 em Washington, o processo de reestruturação das dívidas deve se tornar um processo semelhante às concordatas de empresas privadas, isto é, os credores decidiriam, em conjunto, como a dívida seria paga – inclusive com poderes para impor políticas de ajuste sobre os países devedores – e, em caso de discordância com estes últimos, um **tribunal de insolvência internacional** – com **força de lei em sentido universal**, ou seja, superior às leis dos países - decidiria em que termos a dívida seria negociada.

Evidentemente, o **FMI é que operaria este mecanismo**. A proposta do Fundo abarca tanto a dívida externa quanto a interna e visa “*reconstruir a confiança dos investidores*”, restaurando o crescimento dos países ao colocar, em primeiro lugar, as políticas corretivas de ajuste estrutural (que são inversas às adotadas pela maior potência mundial e demais países ricos), o **favorecimento ao setor financeiro** e uma maior liberalização econômica, aonde se incluem privatizações, perda de direitos trabalhistas, e abertura de mercados, fortalecendo os dogmas do neoliberalismo.

A idéia vem avançando rapidamente entre os mandatários do planeta, uma vez que já foi defendida pelo diretor gerente do Fundo, Horst Köhler, e **acatada pelo G-7 em abril de 2002**, no seu plano para reestruturação das dívidas externas dos emergentes.

Não podemos deixar de temer que isto possa gerar situações absurdas, como em 2000, quando um juiz norte-americano determinou o seqüestro de bens do patrimônio estatal do Peru (sedes de embaixada, aeronaves, por exemplo) como indenização por títulos vencidos. Hoje, a Constituição Federal do Brasil impede tais práticas, mas o mecanismo proposto pelo FMI poderá ter força legal superior, institucionalizando, dessa forma, o **fim da soberania dos países endividados**.

A alternativa de Guayaquil

Diante do elevado grau de endividamento, a reestruturação das dívidas, da forma proposta pelo FMI, se torna bastante temerária, sendo fundamental o aprofundamento das discussões sobre uma alternativa justa e interessante para os povos dos países endividados.

Representantes da Campanha Jubileu de vários países do mundo reuniram-se em Guayaquil, no Equador, nos dias 9 a 12 de março de 2002, a fim de discutir uma proposta alternativa a esse mecanismo unilateral, profundamente parcializado, dispensado aos países em desenvolvimento.

Os dezoito países representados em Guayaquil – Equador, Argentina, Peru, Bolívia, Colômbia, Brasil, Honduras, Ghana, Nigéria, Mali, Ilhas Maurício, Filipinas, Alemanha, Inglaterra, Áustria, Austrália, Espanha e Canadá – discutiram a alternativa de realização de um **PROCESSO DE ARBITRAGEM JUSTO E TRANSPARENTE**.

A proposta se fundamenta na **defesa dos direitos humanos e dos direitos fundamentais dos povos**, que têm sido violentamente desrespeitados pelos governos que costumam limitar suas ações a interesses de pequenos grupos. As negociações das dívidas têm sido, his-

toricamente, desequilibradas. O FMI como instituição é forte, impõe as regras e não assume qualquer culpa ou responsabilidade pelos danos causados. O exemplo mais recente é o da Argentina, mas vários países estão igualmente penalizados. Por isso, foi discutida também a proposta de criação de um Código Financeiro Internacional, que regule as relações e dê maior equilíbrio e justiça às negociações internacionais.

O processo de arbitragem discutido em Guayaquil busca uma **REORGANIZAÇÃO DA FORMA DE NEGOCIAÇÃO** e prevê a criação de um **TRIBUNAL INDEPENDENTE**, cujos árbitros se alternariam a cada situação, ou seja, não seriam fixos. Para se chegar a esse mecanismo, os países deveriam iniciar um processo de monitoramento, audiências públicas e auditorias da dívida, para que se tenha pleno conhecimento da natureza do endividamento – qual parte é legítima e qual é ilegítima.

A essência do processo de arbitragem é a transparência do endividamento de cada país. A nós, diz respeito a dívida brasileira. Como chegaremos a esse ponto? Como conseguiremos essa clareza?

**AUDITORIA
JÁ!**

Contruindo uma alternativa de renegociação

RECURSOS JURÍDICOS

A transferência de capital dos países pobres para os ricos vem aumentando de forma alarmante nas últimas décadas, em função do pagamento de uma DÍVIDA perversa e duvidosa. O FMI, ignorando sua função de sanar economias de países em dificuldades, ao contrário, tem imposto políticas econômicas e metas arbitrárias que só contribuem para aprofundar o processo de espoliação e o desmonte das economias desses países, sacrificando povos e dizimando vidas.

Por isso, entidades sérias como o Comitê de Bruxelas e a Campanha Jubileu têm se debruçado sobre estudos que abordam recursos jurídicos previstos no Direito Internacional, como a "Dívida Odiosa" e a "Força Maior", que podem ser invocados como justificativa ao não-pagamento de dívidas, nos casos em que estas comprometem a VIDA.

Dívida Odiosa

Pelo Direito Internacional, as dívidas contraídas por governos militares, ou por elites locais em cumplicidade com os bancos e organismos internacionais, e **contrárias aos interesses da sociedade**, são juridicamente **ilegítimas**, e se caracterizam como **odiosas**.

Além da clareza quanto aos interesses do endividamento, para que um país pague a dívida contraída, ele deve estar em condições de realizar esse pagamento, sem perder de vista que existe uma **responsabilidade partilhada** entre um Estado e as instituições credoras, ou seja, estas últimas são igualmente responsáveis pelo empréstimo concedido a um Estado.

Exemplos de Dívida Odiosa - No caso africano, as elites locais se endividaram para a compra de armamentos, que foram utilizados contra a própria população. No argentino, o endividamento foi ponto de apoio fundamental à ditadura, e serviu aos interesses das instituições financeiras e elites corruptas que transferiram suas riquezas ao exterior, especialmente para "paraísos fiscais". Grande parte da dívida externa brasileira também é **odiosa**. A ditadura militar que se instalou no país em 1964 nos endividou fortemente, permitindo aos credores aumentarem a seu bel-prazer os juros, que tornaram a dívida impagável.

Nas décadas de 80 e 90, a maior parte da dívida se refere a juros sobre juros, sem qualquer contrapartida real em bens e serviços de interesse da população, o que juridicamente a torna **ODIOSA**.

Força Maior

O Direito Internacional prevê situações nas quais o recurso jurídico da FORÇA MAIOR pode ser invocado para justificar a anulação, o não-pagamento ou mesmo uma moratória da dívida externa:

1. Quando um país se encontra na impossibilidade de respeitar uma obrigação internacional, pelo fato de estar submetido a um constrangimento exterior que não provocou, decorrente de mudança nas condições econômicas vigentes quando foi firmado um contrato, configura-se a repudiada "Cláusula Contratual Incerta", que justifica anulação de pacto feito sob boa fé. A regra denominada pela locução latina "rebus sic stantibus", que significa precisamente "o mesmo estado de coisas", estabelece que as cláusulas contratuais são válidas enquanto subsistem as mesmas condições estabelecidas no pacto.

Estas condições foram violadas pelo aumento das taxas de juros pelos próprios credores, na virada da década de 70/80, permitidas pelos

contratos externos, alterando-se completamente as condições pactuadas. Esse fato levou os países que se encontravam altamente endividados a crises econômicas e à moratória. Atualmente, as taxas de câmbio flutuantes e a manipulação do "risco-país" por agências internacionais exercem o mesmo papel manipulador das antigas taxas de juros flutuantes. A insegurança nos termos das negociações financeiras internacionais é enorme, e as condições são de total imprevisibilidade, ferindo as normas do direito internacional, que precisamos resgatar.

2. Quando se configura o "Estado de Necessidade", que se verifica sempre que o pagamento dos encargos da dívida externa colocar em risco a sobrevivência dos poderes constituídos de uma nação. Esse risco ocorre quando um governo é levado a comprimir os gastos sociais a níveis incompatíveis com as necessidades básicas de sua população, desviando os recursos orçamentários para os encargos da dívida.

O "Risco-Brasil"

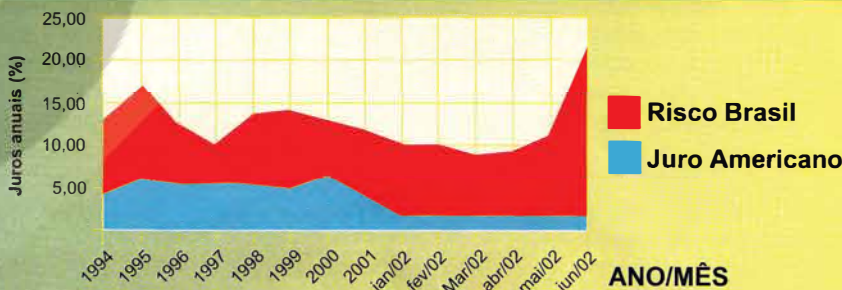
Ao longo das últimas décadas, sempre pagamos o "prêmio de risco", imposto por agências de classificação de risco internacionais, que é o adicional cobrado pelos credores como prévia indenização a uma possível recusa em pagarmos a dívida. Entendemos que, se o risco atribuído pelas "agências internacionais" não se efetivou (uma vez que temos sido os melhores e mais generosos remuneradores de capital do planeta, e honrado todos os nossos compromissos religiosamente), o que pagamos a título de risco, ao longo das últimas décadas, foi INDEVIDO e estas parcelas devem ser consideradas como pagamento antecipado do principal, abatendo o valor da dívida ou até

sendo devolvidas.

Há muita inconsistência nesse parâmetro "risco país": por que o risco dos Estados Unidos continua ZERO apesar do ataque terroris-

ta ao coração do seu poder econômico e após sucessivos ESCÂNDALOS financeiros e FRAUDES bilionárias que causaram enormes prejuízos aos investidores???

Juros pagos pelos títulos da dívida externa brasileira



O "risco país" tem sido mais um mecanismo de espoliar nossas riquezas.



Brasil - Eleições 2002

Terceiro Turno



Dom Demétrio Valentini

No domingo passado (dia 06 de outubro), fomos votar. Era nosso dever, que procuramos cumprir, de acordo com nossas convicções. Agora, somos convocados a votar de novo, no próximo dia 27 deste mês. Para Presidente da República, em todo o País. E para Governador, na maioria dos Estados.

Pode parecer incômodo, e até chato, sobretudo porque por poucos votos não deu para dirimir a questão, de uma vez, para ver quem vai ser o nosso presidente nos próximos quatro anos. Mas, é assim. A democracia começa a existir quando ela própria respeita os caminhos que são propostos para delegar responsabilidades. Já houve presidentes que ficaram eleitos com porcentagem bem menor, porque o consenso prévio estabelecia como vencedor o candidato que obtivesse mais votos. Agora, nossa lei eleitoral estabelece a necessidade de maioria absoluta para o cargo de presidente, de governador, e para os prefeitos de cidades com mais de duzentos mil eleitores. É por isto que, mesmo com um candidato que obteve mais do dobro de votos do seu imediato concorrente, ainda é preciso votar de novo. Vamos ter segundo turno. A decisão é colocada novamente em nossas mãos.

O estatuto do segundo turno, mesmo que em princípio não seja necessário, quando adotado se reveste de significado político que o justifica.

O primeiro aspecto a ponderar é a importância do eleito contar com o respaldo da maioria dos eleitores, que em segundo turno se constitui necessariamente. Este fato evidencia que o ato de votar estabelece um vínculo entre eleitores e eleito, que permanece além das eleições. Em consequência, o eleito não deve esquecer os que lhe delegaram responsabilidades, e os eleitores não devem abandonar aquele que incumbiram de atuar em seu nome. Se assim não acontece, a democracia fica frustrada, e suas finalidades não se realizam.

Um segundo turno tem também a vantagem de oferecer uma nova oportunidade de conhecer os candidatos, de avaliar suas capacidades, e de esclarecer suas propostas. Ao votarmos pela segunda vez, expressamos nossa adesão ao caminho apresentado. De novo, se aprofunda o compromisso entre eleitores e eleito.

Por outro lado, um segundo turno não deixa de ser um bom exercício de estudo mais aprofundado da realidade, para entender os problemas a partir de suas causas, em vista de buscar soluções que partam de suas raízes. Dada a complexidade dos problemas que envolvem a sociedade, um exame de segunda época não faz mal a ninguém. Sobretudo se ele leva a fortalecer o consenso em torno do esforço que é preciso empreender para a sua solução.

Mas, para o nosso caso, definitivamente, o segundo turno tem a incumbência pedagógica de nos convocar para outro turno, ainda mais importante. Há um terceiro turno, definitivo. Aquele que nos chama para uma ação permanente, lúcida e incansável.

A urgência do Brasil é tanta, que não basta termos um presidente, governadores em cada Estado e um monte de deputados e senadores. O País está precisando da ação contínua da cidadania de todos os brasileiros.

Votar com seriedade no segundo turno é escolher o candidato que mais nos parece apto a coordenar a participação de todos os cidadãos na solução dos enormes problemas que temos pela frente. O segundo turno nos conduz, inevitavelmente, para o terceiro.

Circular nº 01

Assunto : Encontro de Formação da Pastoral Operária de Estado do Rio.

Companheiros (as),

Como vai a vida ? E os trabalhos ? Espero que esteja tudo bem. Gostaríamos de lembrar que, nosso próximo Encontro de Formação, conforme combinado anteriormente, será realizado nos dias 23 , 24 , e 25 de outubro, em Nova Iguaçu (Seminário Paulo VI - Rua Bolívia 309), tendo início às 19:00 hs do dia 23 (sexta feira), terminando logo após o almoço do dia 25 (domingo).

Nesta oportunidade, teremos como tema para estudos e reflexões;
✓ " AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E FUTURO DA PASTORAL OPERÁRIA ".

Como deve ser de seu conhecimento, a Coordenação da Pastoral Operária Nacional, promoveu no mês de julho um seminário sobre esse tema, objetivando estudar os impactos dessas mudanças e discutir seu papel nesta nova realidade. Essa iniciativa, visa também motivar as POs estaduais e diocesanas a entrar nesta discussão que, certamente apontará as diretrizes da PO para os próximos anos.

As mudanças ocorridas no mundo nestes últimos tempos, fruto do avanço da modernidade, atigem todos os campos da vida social (econômico, político, religioso...) e da nossa vida pessoal.

Os novos tempos, marcados sob a força da "revolução tecnológica" que, está aí, chega invadindo todos os espaços culturais e avança imprimindo novos valores (produtividade, eficiência, competitividade...) que, muitas vezes porém, contraditórios com os valores evangélico.

No último Encontro, vimos que, Medellín e Pueblas, foram os marcos das grandes orientações para a evangelização da América Latina, nos abrindo para o mundo dos pobres e apresentando a "comunhão e a participação" como estratégia pastoral. Para Santo Domingo, traçamos algumas perspectivas, dentre elas, surge o seguinte questionamento; Qual será a dimensão correta a ser adotada para atender as exigências pastorais, para enfrentar a realidade atual ?

A complexidade do momento, exige respostas urgentes de toda a Igreja, por isso nós da PO, não podemos deixar de dar nossa contribuição.

Esperamos você em nosso Encontro para começarmos definir nossas respostas. Até lá.

Um grande abraço em Cristo Libertador.

QUESTIONÁRIO

Companheiro (a),

O objetivo deste, é suscitar questões e evidenciar alguns aspectos relacionados ao tema que, certamente irão balizar nossas discussões.

I - A gente presencia todas essas mudanças que se dão :

Na sociedade ;
Na cultura ;
Nos valores ;
Em nossas vida, etc.

- a) Quais são hoje essas mudanças ?
- b) O que é a modernidade ?
- c) Qual o seu impacto sobre a sociedade e cada um de nós ?

II - Nós da Pastoral Operária, ficamos perplexos, sem saber bem como reagir ; Nossos esforços parecem inúteis, e nos perguntamos :

- a) É a indaio trabalho a chave principal da transformação social ?
- b) Quais são hoje os fatores das grandes evoluções ? Valores, cultura, subjetividade, espiritualidade, sexualidade, novos movimentos (mulheres, ecologias, pacifismo...), etc ?

III - Como nos situamos diante de tantas mudanças tão profundas ?

- a) Será que nossas categorias de análises (político e econômico) são suficientes ?
- b) E os nossos meios de atuação e transformação (partidos, movimentos populares e sindical, Igreja...), são eficazes ?

IV - A gente sente o resurgimento de valores da subjetividade da pessoa, tais com, direito de viver, e ser feliz, a gratuidade, da identidade própria, do sexo, da raça ...

- a) Como essas dimensões de nossas subjetividade, influenciam o no modo de pensar e de agir ?
- b) Como cada de nós se sente atingidos por essas mudanças ?

V - Diante dessa nova realidade, qual o futuro da Pastoral Operária ?

Obs:

- Pedimos se possível for, fazer uma discussão prévia entre as pessoas de sua diocese que vão participar do Encontro.
- Ainda se possível, levar este questionário para o Encontro.
- Junto com esse questionário, você também está recebendo dois pequenos textos auxiliares.
- Ainda será enviada, mais uma ou duas circulares sobre o Encontro.

até lá,
e um grande abraço.

OLBERTO DIAS DA SILVA

NOVA IGUAÇU, 25 de MAIO 2002.

X FITA DO VÍDEO 2019840 -
CARTAS - BRASÍLIA

ENCONTRO DO FÓRUM DAS PASTORAIS SOCIAIS - RJ.

- O encontro foi feito com a presença de 14 pessoas, e teve como desenvolvimento: Análise de Conjuntura-Estudo resumido do DOC,67 da CNBB.
- Após a reflexão obtivemos algumas considerações e propostas:
- Será que é interessante criarmos critérios para apoiarmos determinados CANDIDATOS? - Podemos fazer propostas de PROGRAMA PARA tais CANDIDATOS?
- Criar COMITÊS DA ALCA E LEI 9840
- Precisamos fazer um amadurecimento interno de conscientização de nosos fiei
- Fazer SEMINÁRIO sobre: ELEIÇÕES-9840 (dentro da linha do DOC,67)

ENCAMINHAMENTOS

- Promover SEMINÁRIO (debate) - ELEIÇÕES/9840 - com apresentação do DOC.67, para a imprensa, etc. Organizadore: Pastorais Sociais/CNL
- Para este SEMINÁRIO precisamos convidar: Ministério Público, T.R.E., OAB, CBJP, BISPOS, além da sociedade civil,
- Conceição precisará primeiro obter resposta da direção do CNL para poder responder pelo mesmo, isto se dará após reunião do dia 8/06.
- para sensibilizarmos nossos Bispos decidimos antes conversar com os mesmos, pois neste mesmo final de semana estão em encontro tratando dentre eles esse assunto. Conceição marcará reunião com Dom Felipe Assessor dos leigos no CNL.
- A data proposta é : 27/07 de 8:30 às 17:00 - CENFOR.
- Ficou de dar encaminhamento para tal: Paulo Banana, Conceição e Flávio.

AVISOS

- Nova Iguaçu criou o comitê da ALCA.
- Será lançado no dia 30/05 em todo o Brasil o MUTIRÃO NACIONAL CONTRA A FOME
- Paulo Banana avisa que em agosto acontecerá o Fórum Social do RJ, e pretend levar como tema: DOC.67 e 69.
- No dia 05/7 acontecerá um debate sobre as eleições na Paróquia Bom Jesus da Penha, na Penha-horário 19:30.

~~Colégio~~
~~Colégio~~
~~Tróia~~
~~Paulas~~

Flávio
P. AGOSTINHO.
Sampa.

REUNIÃO DOS DESEMPREGADOS

DIA: 18/04/2002

HORÁRIO: 19:30H

LOCAL: PARÓQUIA CRISTO RESSUSCITADO

Rua Luís Augusto Pinho, 230 - Santa Eugênia

PARTICIPE, TRAGA SUGESTÕES!

ORGANIZAÇÃO: PASTORAL SOCIAL

BOA IGUAÇU, 25/05/02 - CONTOR
ENCONTRO DAS PASTORAIS SOCIAIS

BOAS-VINDAS / ANÁLISE DE CONJUNTURA.

SITUAÇÃO MUNDIAL: * CIMENTA DE MADRI (U.B. NAS CONSEGUE FECHAR
ACORDO COMERCIAL INTENSIFICADO COM MERCOSUL E PACTO ANDINO)
• COMISSÕES DE ESPERANÇA.

* MONTERRÉY - CONFERÊNCIA SOBRE DESENVOLVIMENTO em MARÇO
- 6-7 quer continuar com neoliberalismo de PRODUTOR e EXCLUDENTE.
- AS METAS PI ZODAS PI MELHORAR AS CAUSAS SOCIAIS POR ENQUANTO
NEM COMEÇARAM. AS ONGS PRESENTES RECUSARAM-SE A APOIAR O
CONSENSO DE MONTERRÉY. POIS TÊM UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO
DIFERENTE.

* F.M.I. - NA ARGENTINA CRIA-SE O "COMITÊ DE CREDORES"

* PROCESSO ELEITORAL NO BRASIL: ÊNFASE QUE NENHUM CANDIDATO PODE
SABER ALGO DA AUDITORIA DA DÍVIDA EXTERNA.

* MERCADO FINANCEIRO: DECRÉDITO DOS AVALIAÇÕES E CÔNOMIOS DOS
BANCOS. EX: FALÊNCIA FRAUDULETA DA ENRON / ESCÂNDALO ENVELOVENDO
A CORRUPÇÃO MERIZ LYNCH.

• UM GOVERNO DE OPOSITAS CONSEGUE ENFRENTAR AS ARMADILHAS DO
SISTEMA?

* PASTORAIS RELIGIOSAS: MUITAS DÍVIDAS.

PALESTRA / DEBATE

TEMA CAMPANHA FRATERNIDADE 2002

Por uma terra
sem males

A REALIDADE INDÍGENA NO BRASIL

ASSESSORA: VERÂNGEA DE OLIVEIRA
(ANTROPOLOGIA)



DIA: 26/04/2002

HORÁRIO: 19:30h

LOCAL: PARÓQUIA CRISTO RESSUSCITADO
RUA LUIS AUGUSTO PAIVA, 230 - SANTA EUGÊNIA

PARTICIPE, PARTILHE SEU CONHECIMENTO

ORGANIZAÇÃO: PASTORAL SOCIAL

"UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL E NECESSÁRIO"

PALESTRA / DEBATE

TEMA CAMPANHA FRATERNIDADE 2002

Por uma terra
sem males

A REALIDADE INDÍGENA NO BRASIL

ASSESSORA: VERÂNGEA DE OLIVEIRA
(ANTROPOLOGIA)



DIA: 26/04/2002

HORÁRIO: 19:30h

LOCAL: PARÓQUIA CRISTO RESSUSCITADO
RUA LUIS AUGUSTO PAIVA, 230 - SANTA EUGÊNIA

PARTICIPE, PARTILHE SEU CONHECIMENTO

ORGANIZAÇÃO: PASTORAL SOCIAL

"UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL E NECESSÁRIO"

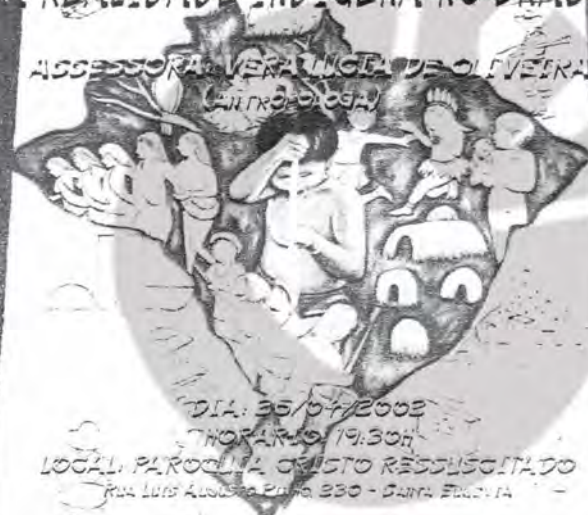
PALESTRA / DEBATE

TEMA CAMPANHA FRATERNIDADE 2002

Por uma terra
sem males

A REALIDADE INDÍGENA NO BRASIL

ASSESSORA: VERÂNGEA DE OLIVEIRA
(ANTROPOLOGIA)



DIA: 26/04/2002

HORÁRIO: 19:30h

LOCAL: PARÓQUIA CRISTO RESSUSCITADO
RUA LUIS AUGUSTO PAIVA, 230 - SANTA EUGÊNIA

PARTICIPE, PARTILHE SEU CONHECIMENTO

ORGANIZAÇÃO: PASTORAL SOCIAL

"UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL E NECESSÁRIO"

PALESTRA / DEBATE

TEMA CAMPANHA FRATERNIDADE 2002

Por uma terra
sem males

A REALIDADE INDÍGENA NO BRASIL

ASSESSORA: VERÂNGEA DE OLIVEIRA
(ANTROPOLOGIA)



DIA: 26/04/2002

HORÁRIO: 19:30h

LOCAL: PARÓQUIA CRISTO RESSUSCITADO
RUA LUIS AUGUSTO PAIVA, 230 - SANTA EUGÊNIA

PARTICIPE, PARTILHE SEU CONHECIMENTO

ORGANIZAÇÃO: PASTORAL SOCIAL

"UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL E NECESSÁRIO"

BOVA IGUAçu, 25105 - CENFOR

ENCONTRO DAS PASTORIAS SOCIAIS

* BOAS-VINDAS / ANÁLISE DE COMPUTURA. /

ESTUDO DOC. 67 - PAG. 15.

- PROBLEMAS:

- CRIAR COMITÊS CONTRA CORRUPÇÃO ELEITORAL -

- CRIAR COMITÊS DA ALCA

- FAZER SEMINÁRIO SOBRE 9840 /

- PRECISAMOS FAZER UM AMADURECIMENTO INTERIO DE CONSCIENTI-
ZAÇÃO.

05/07 - DEBATE SOBRE ELEIÇÕES: PARÓQUIA BOM JESUS
DA PENHA - PENHA - 19:30

* PROMOVER SEMINÁRIO (DEBATE) - ELEIÇÕES / 9840
PASTORIAS SOCIAIS / CN 2 - CENFOR:

* COMITÊS 9840 / ALCA -

* MUTIRÃO NACIONAL CONTRA A FOME:

* AGOSTO FÓRUM SOCIAL DO ESTADO / DISCUSSÃO DOC 67/69.

PALESTRA / DEBATE

TEMA CAMPANHA FRATERNIDADE 2002

Por uma terra
sem males

A REALIDADE INDÍGENA NO BRASIL

ASSESSORA: VERÂNGICA DE OLIVEIRA
(ANTROPOLOGA)



DIA: 25/07/2002

HORÁRIO: 19:30h

LOCAL: PARÓQUIA CRISTO RESSUSCITADO
RUA LUIS AUGUSTO PINTO, 220 - SANTA EUGÊNIA

PARTICIPE. PARTILHE SEU CONHECIMENTO

ORGANIZAÇÃO: PASTORAL SOCIAL

"UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL E NECESSÁRIO"

PALESTRA / DEBATE

TEMA CAMPANHA FRATERNIDADE 2002

Por uma terra
sem males

A REALIDADE INDÍGENA NO BRASIL

ASSESSORA: VERÂNGICA DE OLIVEIRA
(ANTROPOLOGA)



DIA: 25/07/2002

HORÁRIO: 19:30h

LOCAL: PARÓQUIA CRISTO RESSUSCITADO
RUA LUIS AUGUSTO PINTO, 220 - SANTA EUGÊNIA

PARTICIPE. PARTILHE SEU CONHECIMENTO

ORGANIZAÇÃO: PASTORAL SOCIAL

"UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL E NECESSÁRIO"

PALESTRA / DEBATE

TEMA CAMPANHA FRATERNIDADE 2002

Por uma terra
sem males

A REALIDADE INDÍGENA NO BRASIL

ASSESSORA: VERÂNGICA DE OLIVEIRA
(ANTROPOLOGA)



DIA: 25/07/2002

HORÁRIO: 19:30h

LOCAL: PARÓQUIA CRISTO RESSUSCITADO
RUA LUIS AUGUSTO PINTO, 220 - SANTA EUGÊNIA

PARTICIPE. PARTILHE SEU CONHECIMENTO

ORGANIZAÇÃO: PASTORAL SOCIAL

"UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL E NECESSÁRIO"

PALESTRA / DEBATE

TEMA CAMPANHA FRATERNIDADE 2002

Por uma terra
sem males

A REALIDADE INDÍGENA NO BRASIL

ASSESSORA: VERÂNGICA DE OLIVEIRA
(ANTROPOLOGA)



DIA: 25/07/2002

HORÁRIO: 19:30h

LOCAL: PARÓQUIA CRISTO RESSUSCITADO
RUA LUIS AUGUSTO PINTO, 220 - SANTA EUGÊNIA

PARTICIPE. PARTILHE SEU CONHECIMENTO

ORGANIZAÇÃO: PASTORAL SOCIAL

"UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL E NECESSÁRIO"



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Encontros Regionais de Pastoral Social: Observações, Perguntas e Desafios

Introdução

Representando o Setor Pastoral Social da CNBB, durante o ano de 2001 e início de 2002, participei de 13 Encontros Regionais da Pastoral Social. Os problemas eram muitos e as preocupações inquietantes, mas a vontade de acertar traduzia-se em cada encontro e em cada rosto. Não é exagero afirmar que, de norte a sul e de leste a oeste, a Pastoral Social em todo Brasil permanece viva e ativa. Creio até que também não será exagero falar de uma certa “primavera dos movimentos sociais”, especialmente a partir de meados da década de 90.

O fato é que esses encontros, que reuniam representantes das diversas Pastorais Sociais e dos regionais e dioceses, representaram simultaneamente uma grande riqueza e um grande desafio. A riqueza transparece na variedade e criatividade das ações em curso, o desafio traduz-se na necessidade concreta de retomar com firmeza e teimosia o espírito do Vaticano II, especialmente a *Gaudium et Spes*, e a evangélica opção pelos pobres.

O texto a seguir procura refletir sobre os principais desafios que vieram à tona no transcorrer dos Encontros. Alguns deles, aliás, já haviam comparecido no 1º Encontro Nacional da Pastoral Social, realizado em São Paulo, no mês de outono de 2000. A partir de tais desafios, os parágrafos abaixo pretendem abrir o debate, tecendo algumas observações de ordem pastoral, social e política.

1. A primeira observação é que, nos diversos Regionais da CNBB, a Pastoral Social no seu conjunto tem uma **atividade intensa e diversificada**. De fato, na maioria dos Regionais verifica-se a presença de várias Pastorais Sociais, umas mais outras menos organizadas. O leque de iniciativas que elas desenvolvem é consideravelmente grande. Além das tarefas específicas de cada uma, praticamente todas encontram-se envolvidas em projetos mais amplos, seja em nível nacional seja em nível local ou regional. Podemos citar, entre outros, o Grito dos Excluídos, os dois plebiscitos realizados, a construção de cisternas no semi-árido brasileiro, o combate à corrupção eleitoral, o mutirão nacional pela superação da fome e da miséria, além, é claro, das lutas pelos direitos humanos fundamentais.

Apesar disso, cabe alertar para duas falhas ou lacunas de nossas ações: a fragmentação e o corporativismo. Quanto à primeira, embora sejam numerosas e diversas as iniciativas das Pastorais Sociais, não raro elas se isolam dentro de seus limites. Consta-se uma grande dificuldade de articulação, o que leva muitas vezes a duplicar esforços e a desperdiçar energias. O resultado é a multiplicação de atividades paralelas, especialmente na área da formação e capacitação de agentes e lideranças. Os encontros mostraram, claramente, que o isolacionismo fragmenta e enfraquece a luta conjunta. Se é verdade que cada Pastoral tem seu campo de ação específico e intransferível, também é verdade que isso não deveria impedir uma maior soma de esforços. Há reclamações de que algumas Pastorais, em determinados momentos, preferem se fechar. O trabalho específico não pode ser pretexto para o isolamento. Infelizmente, não raro, ainda prevalece uma espécie de setorização ou departamentalização, como se cada agente social fosse uma gaveta separada e estanque.

A segunda lacuna é que, por trás dessa atitude não é difícil perceber um certo corporativismo, às vezes disfarçado de zelo pastoral ou pureza ética. Em termos mais claros, medo do confronto, do diálogo. O espírito de corpo demasiadamente cerrado em si mesmo leva a afastar, como perigoso, todo e qualquer estranho. É como se cada Pastoral tivesse um receio oculto de “perder ou contaminar” seu pequeno

NOVA IGUAÇU, 28/10/2002

Flávio ANTÔNIO BRANDÃO DE SOUZA - PASTORAL OBRIGADA.



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

rebanho. Instintivamente, erguem-se auto-defesas e cercas invisíveis que acabam limitando a possibilidade de uma maior abertura às demais Pastorais. Evidente que semelhante atitude restringe o campo de ação, dificulta uma visão de conjunto e, no limite, pode desencadear uma guerra surda pela definição do terreno ou pelas “ovelhas” de cada redil. Sem falar dos prejuízos que isso traz à pastoral de conjunto, na medida em que faz perder muita energia com disputas internas. Energia que, convém lembrar, poderia estar a serviço da luta pela transformação social.

2. Uma segunda observação refere-se à **questão financeira**. Em praticamente todos os Regionais as finanças constituem o “calcanhar de Aquiles” da Pastoral Social. Esta observação desdobra-se em duas preocupações básicas. Por um lado, poucos Regionais dispõem de orçamento específico para a articulação da Pastoral Social. Em alguns, o chamado articulador foi suspenso; em outros, foi substituído por um agente liberado de alguma Pastoral específica. Essa substituição, além de sobrecarregar a pessoa indicada, mantém seu trabalho de certa forma atrelado à sua Pastoral, o que, implícita ou explicitamente, compromete sua imparcialidade e neutralidade em relação às outras. Ironicamente, parece ocorrer com os Regionais da CNBB o mesmo que ocorre com os órgãos do governo. Quando a questão financeira aperta, os cortes necessários sacrificam, quase sempre em primeiro lugar, o trabalho social. Senão como se explica o fato de que para algumas atividades jamais falem os recursos, ao passo que a organização sócio-política claudica de carência em carência? Nota-se aqui uma dificuldade crônica em estabelecer prioridades e destinar os recursos humanos e financeiros de acordo com as necessidades fundamentais da opção pelos pobres.

Por outro lado, como segunda preocupação, algumas Pastorais têm enormes dificuldades em encontrar e manter fontes de recursos que lhes confira uma relativa autonomia. As agências estrangeiras, como Misereor, Adveniat, e outras, estabelecem suas próprias prioridades. Aprovam projetos para determinadas pastorais, mas permanecem indiferentes diante de outras solicitações. O mesmo vale para os recursos do governo. Esse tratamento diferenciado acaba aprofundando as diferenças já existentes entre uma Pastoral e outra. Além disso, é inegável que algumas desenvolveram maior habilidade em captar recursos, enquanto outras muitas vezes não sabem como fazê-lo com sucesso. Vale sublinhar, ainda uma vez, que as prioridades locais nem sempre coincidem com a sensibilidade das entidades co-financiadoras.

Esse estado de coisas nos leva a uma terceira preocupação, que é também um desafio. Haveria possibilidade de criar uma espécie de fundo de solidariedade entre as Pastorais, de forma que umas pudessem ajudar financeiramente as outras? Tal gesto, ao mesmo tempo que reconhece a solidariedade dos cristãos no exterior, não seria também uma forma de expressar solidariedade entre nós? Ou seja, se somos beneficiários da solidariedade estrangeira, não podemos ser igualmente solidários uns para com os outros?

Nos últimos anos, o Fundo de Solidariedade da Campanha da Fraternidade vem ajudando algumas Pastorais a desenvolverem seus trabalhos. Aqui há necessidade de uma reflexão mais aprofundada entre a CNBB, a Cáritas Nacional e as Pastorais Sociais. O problema é que, na medida em que o Fundo está vinculado ao tema da Campanha e que esse tema muda a cada ano, seus recursos podem estimular a criação de projetos momentâneos, de curta duração, sem a necessária continuidade, o que desencadearia expectativas falsas. Como resolver isso? Na verdade, os próprios responsáveis por esse Fundo já têm mostrado uma atitude mais flexível a esse respeito, no sentido de reservar parte dos recursos para a continuidade a programas iniciados, mesmo sem a estrita vinculação com o tema seguinte da CF.



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

3. O desafio da **espiritualidade** figura como terceira observação. Consta-se em todos os Regionais e no interior de cada Pastoral uma sede mística cada vez mais acentuada. Vale aqui um parêntesis a título de ilustração: nos últimos dois anos, impressionou o número de solicitações que chegaram à CNBB para assessoria a retiros da Pastoral Social – isso mesmo, *retiros da Pastoral Social!*. Os pedidos vêm tanto de Regionais e dioceses quanto das próprias Pastorais específicas.

Isso indica que a espiritualidade tem sido uma lacuna na trajetória da dimensão sócio-transformadora. Não que os agentes e lideranças tenham deixado de utilizar a Bíblia, a devoção popular e até a imagem de N. Sra. Aparecida, por exemplo. Porém, até que ponto, na caminhada libertadora da Igreja, a prática pastoral deixou-se efetivamente interpelar pela Palavra de Deus e, ao mesmo tempo, conduziu a uma releitura dos textos bíblicos? Em não poucos casos, o que se verifica é uma certa instrumentalização do sagrado com vistas a legitimar determinadas ações sociais e políticas? Neste caso, fé e compromisso pastoral caminham em linhas paralelas. Como água e azeite, não se misturam. É como se oração e ação, em lugar de duas dimensões complementares de uma mesma atuação pastoral, fossem vistas como realidades justapostas.

A sede mística a que nos referimos acima aponta nitidamente em outra direção. Trata-se de buscar um sustento espiritual para um engajamento social mais comprometido. A imagem evangélica da montanha e da rua ilustra o que queremos dizer. De fato, na prática de Jesus, montanha e rua não se excluem nem caminham indiferentes uma à outra. Pelo contrário, a montanha exige a rua e a rua exige a montanha. Uma interpela e enriquece a outra. Quanto mais Jesus se dirige à montanha para encontrar a face do Pai, mais a montanha o levará à rua, ao encontro com os pobres. No rosto desfigurado destes, Jesus identifica os traços vivos da misericórdia do Pai; na face oculta de Deus, transparece a dor de tantos irmãos que sofrem nas cidades e nos campos. A compaixão de Jesus é reflexo do amor do Pai por todos os seres humanos, privilegiadamente pelos indefesos e excluídos.

Neste sentido, a verdadeira fé aprofunda o compromisso sócio-político. Nos diversos episódios da manifestação de Deus que nos relata a Bíblia, a verdadeira oração devolve o profeta ao campo da ação. Assim foi com Moisés, por exemplo, em que a sarça ardente o fez retornar ao Egito e retomar a luta pela libertação do povo. O mesmo ocorrerá com Jonas, o qual, fugindo da cidade de Ninive foge também da face de Deus, mas é reconduzido pela oração à sua tarefa profética. Tomemos ainda o caso da transfiguração. Pedro, Tiago e João, extasiados pelo brilho da face de Deus, pretendem se fixar na montanha. Jesus terá de lembrá-los que o compromisso os espera lá embaixo, nas ruas repletas de gente sofredora.

É este tipo de alimento espiritual que as Pastorais Sociais parecem buscar, uma mística profunda que, ao invés de afastá-las do combate, intensifica a vontade e a força para continuar lutando. Num contexto do surgimento de tantos movimentos e experiências intimistas e espiritualizantes, essa busca não deixa de ser comovente e, ao mesmo tempo, desafiadora. Trata-se de uma espiritualidade do serviço. Ou seja, de que maneira o encontro com Deus, consigo mesmo e com o outro/a pode nos levar a um encontro mais profundo com os pobres? Ou, em outras palavras, como recriar relações novas com Deus, com o outro/pobre, consigo mesmo e com a natureza? Em síntese, só será possível construir uma sociedade nova se ela for erigida sobre homens e mulheres igualmente novos. As duas dimensões caminham juntas. Não há um antes e um depois, o homem/mulher novo e a sociedade nova constituem duas faces do mesmo projeto pessoal e familiar, político e econômico, social e cultural.

Quem sabe se esse alimento – água viva que mata a sede – não nos ajudaria a enfrentar de forma mais madura e confiante os fracassos, a impotência, o desencanto, o desânimo, a instabilidade, a insegurança, os medos – palavras tão comuns, hoje, no dia-a-dia dos agentes, militantes e lideranças!

Além de uma relação diferente com os textos bíblicos, uma espiritualidade verdadeiramente libertadora terá de ser, também, encarnada e inculturada. Neste campo, há muito chão pela frente.



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Estamos ainda engatinhando. É necessário aprofundar uma atitude dialógica com as práticas da devoção popular. Execração ou exaltação são dois extremos a serem evitados. O desafio é, simultaneamente, reconhecer os elementos genuinamente libertadores, por um lado, e, por outro, depurar o que tais manifestações introjetaram da ideologia dominante. Não é uma tarefa fácil. A verdadeira inculturação não se resume a um ato de nossa vida, mas uma atitude e a um processo que dura a vida inteira. Felizmente, já podemos encontrar muitas tentativas nessa direção.

4. A quarta observação coloca em pauta o tema das **parcerias**. Apesar do isolamento e do corporativismo assinalados anteriormente, nota-se um esforço crescente no sentido de conjugar esforços comuns numa parceria cada vez mais ampla. Em muitos Regionais e dioceses criaram-se fóruns em que as Pastorais Sociais procuram somar forças com outras entidades, movimentos, organizações de base, associações, ONG's. Podemos falar em termos de uma *integração* progressiva entre as próprias Pastorais Sociais, de uma *articulação* cada vez maior com outras pastorais, setores e dimensões da Igreja Católica e de outras igrejas e de uma *parceria* plural e democrática com as mais variadas entidades da sociedade civil organizada.

Trata-se, em poucas palavras, de perceber a importância de contar com todas as forças vivas para a transformação social. Com isso, o isolamento e o corporativismo tendem a uma superação lenta mas gradual. O dilema é este: ou juntamos as energias para lutar em comum, ou seremos irremediavelmente vencidos. Dada a globalização da economia e a organização cada vez mais ampla das forças dominantes, ou nos unimos, ou seremos impiedosamente pisados e esmagados, quando não manipulados e cooptados pelos setores mais poderosos. Parafraseando Paulo Freire, ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho; a libertação é uma ação conjunta.

Também neste caso, como vimos, determinadas iniciativas de caráter nacional ajudam a manter a engrenagem das parcerias. Mais uma vez, vale citar o Grito dos Excluídos, as Semanas Sociais Brasileiras, os plebiscitos e tantas outras atividades gerais. Nesta perspectiva, o calendário das Pastorais assinala datas que acabam envolvendo a todos, como por exemplo, o Dia Internacional da Mulher, o 1º de Maio, o Dia do Trabalhador Rural, do Migrante, do Índio, dos Direitos Humanos, e assim por diante. É comum, nessas ocasiões, é criarem-se espaços de participação e organização conjunta para tarefas que ultrapassam os limites corriqueiros do próprio movimento ou da própria pastoral. A experiência repetida desse tipo de parceria, do ponto de vista negativo, ajuda a quebrar a departamentalização e o corporativismo arraigados e, do ponto de vista positivo, contribui para aprofundar o exercício livre, democrático e plural da cidadania.

5. Uma quinta observação tem a ver com a **relação entre políticas públicas e políticas compensatórias**. Isso nos faz encarar de frente a atual conjuntura nacional e internacional. Na crise da economia mundial, em que o capitalismo trava uma verdadeira guerra para recuperar sua rentabilidade, uma das saídas é o retorno ao liberalismo econômico. Nessa fase neoliberal da economia globalizada, os Estados Nacionais, especialmente nos países periféricos, sofrem um processo acelerado de desmonte. O resultado é que, além da precarização do trabalho e do desemprego em massa, as políticas públicas do bem estar social acabam sendo substituídas por políticas compensatórias. Daí a multiplicação de programas de cesta básica, a bolsa escola e outras iniciativas do gênero.

Esse quadro tem colocado um impasse para alguns movimentos e pastorais sociais. Na ausência do Estado, podem e devem os movimentos e pastorais assumir determinadas tarefas, particularmente na área da saúde, da educação, etc? Não seria isso tomar o lugar dos órgãos públicos responsáveis, isentando-os, além do mais, de todo o ônus? Até que ponto as pastorais e movimentos devem colocar



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

suas energias para garantir tarefas que seriam de competência e obrigação do Estado? E se o fizerem, como, apesar disso, manter uma postura crítica diante da ineficiência e o descaso das autoridades?

“Não podemos deixar de atender o povo, faminto, doente e pobre” – dizem alguns. E têm razão! A fome e a dor não podem esperar. O problema é como fazer isso sem cair no mero assistencialismo e sem deixar-se cooptar pela política governamental. Na verdade, são duas perguntas que se levantam: a) diante da precariedade das condições sociais da população mais pobre, não devemos ser solidários e fazer tudo o que está ao nosso alcance? b) mesmo utilizando recursos públicos, como continuar a luta pelos direitos sociais, econômicos e culturais, no sentido de cobrar e exigir políticas públicas que levem em conta as necessidades básicas?

Se, por um lado, há o risco de permanecer indiferentes ao clamor dos mais fracos e abandonados, por outro, enfrentamos o risco igualmente grave de assumir tarefas que correspondem às instituições do Estado, liderando este de suas responsabilidades sociais. Pior ainda quando o trabalho é feito gratuitamente. A solidariedade é um valor ético de caráter inestimável. Mas o chamado à solidariedade comunitária, neste caso, camufla muitas vezes o interesse do governo em cortar as verbas da área social e desviá-las para o pagamento da dívida externa, por exemplo. Quantas vezes, por trás das chamadas obras sociais comunitárias ou do voluntariado, deparamos com um verdadeiro exército de pessoas em tal estado de pobreza que oferecem o que não podem em termos de tempo e até de recursos. A solidariedade dos pobres, aqui, além de encobrir a exploração indiscriminada de sua boa vontade, ainda pode ser usada como propaganda de um governo voltado para o social. Se ao menos esses serviços solidários pudessem contar com alguma ajuda financeira que permitisse a seus agentes sobreviverem com mais dignidade!

A relação entre políticas públicas e políticas compensatórias traz à tona o *Congresso Estadual sobre Políticas Públicas*, realizado em maio de 2002, em São Luís do Maranhão, pelas Pastorais Sociais do Regional Nordeste V da CNBB. O evento, em que participaram mais de 700 pessoas, foi precedido de pré-congressos diocesanos, num debate amplo e participativo sobre o tema. A experiência envolveu diversos atores sociais e representa, sem dúvida, um marco na contribuição da Igreja para o aprofundamento das questões sociais, bem como para a busca de soluções conjuntas. O Congresso transformou-se num canal privilegiado de reflexão propositiva.

6. A consciência de que é preciso **integrar as lutas locais com a perspectiva global** aparece como sexta observação. Um exemplo: em que medida um grupo de famílias que se junta para construir uma cisterna em regime de mutirão reflete, ou não, as implicações dessa atividade para a construção de um projeto alternativo de sociedade? Ou então, em que medida as lutas locais se perdem, ou não, nas fronteiras do próprio bairro, da própria cidade ou da própria região? Como fazer delas um trampolim para a discussão mais ampla? Como fazer das experiências localizadas um processo acumulativo em vista da transformação social?

Também aqui devem ser evitados dois extremos. De uma parte, a atitude de ignorar o projeto global de sociedade nova, fazendo com que as iniciativas particulares se diluam no vazio; de outra, construir em laboratório o projeto de uma sociedade alternativa, sem laços com as lutas populares. Para voar não basta ter asas, é preciso ter pés! No primeiro caso, teremos uma árvore fortemente fincada no solo, mas incapaz de buscar o sol e gerar frutos; no segundo, teremos uma copa exuberante e florida, mas sem raízes na terra firme. Não podemos esquecer que os valores humanitários ou universais somente o são na medida em que estão fortemente enraizados a uma cultura particular e a uma luta local. O universal e o local, longe de se excluírem, se requerem, se interpelam e se complementam.

A perspectiva internacional, por outro lado, contribui poderosamente para manter viva a chama de um horizonte mais amplo. Sem dúvida a realização do Fórum Social Mundial, em suas duas edições,



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

representou uma verdadeira caixa de ressonância dessa visão mais ampla. Porto Alegre tornou-se a capital mundial dos debates políticos em torno de caminhos alternativos, em contraposição ao chamado pensamento único. Milhares de iniciativas originárias de todos os cantos do planeta convergiram para o trabalho de tecer, lenta e coletivamente, um modelo político, econômico, social e cultural alternativo: solidário, justo, democrático, sustentável, plural e fraterno. Em termos internacionais, e até mesmo no âmbito nacional, como já sinalizamos na introdução, não poderíamos hoje falar, sem exagero, numa “primavera dos movimentos sociais”, levando-se em conta, por exemplo, a atuação dos grupos ambientalistas, das organizações juvenis, das lutas camponesas e de tantos outros movimentos emergentes nas últimas décadas?

Uma visão panorâmica e global realça, ainda, a importância das redes solidárias. Com o advento das revoluções científico-tecnológicas das últimas décadas, muitos autores falam hoje da sociedade em rede, costurada pelos avanços na área das telecomunicações, da informática e, particularmente, pela Internet. Por que não utilizar esses mesmos meios para identificar, fortalecer e/ou criar os nós de uma verdadeira rede, nacional e internacional, de uma globalização solidária? Os ambientalistas e os camponeses indígenas do México já mostraram o valor de tais redes para o aumento da consciência popular.

7. **Como atingir os mais excluídos dos excluídos?** – eis a pergunta que retrata bem nossa sétima observação. De fato, não é difícil constatar que até mesmo as Pastorais Sociais têm imensas dificuldades para chegar aos porões mais sórdidos, marginalizados e ocultos desta sociedade concentradora e excludente. Parece até que tal dificuldade cresce na proporção direta do crescimento dos índices de pobreza, miséria, violência e fome.

Não podemos deixar de assinalar, entretanto, os inúmeros esforços realizados nessa direção. Existem dezenas, centenas e mesmo milhares de agentes, hoje, que arriscam a saúde, a reputação e até a vida para penetrar nos presídios, nos prostíbulos, nos lixões, nos espaços controlados pelo narcotráfico, nos acampamentos, alojamentos e assentamentos dos trabalhadores rurais, nas fazendas que escondem trabalho escravo e infantil, e em tantos outros lugares minados pelo perigo.

Apesar disso, nos Encontros Regionais, essa pergunta não deixou de incomodar como uma das interrogações mais recorrentes e inquietantes. Por quê? Na verdade, constata-se que o trabalho com os últimos dos últimos tem um caráter bastante esporádico. Há enormes problemas para garantir uma continuidade na organização de tais setores. Os protagonistas mais frequentes nos espaços dos movimentos e pastorais são, via de regra, pessoas que “têm um teto sobre a cabeça, um piso debaixo dos pés e alguma coisa no estômago”, como dizia alguém.

Também não podemos esquecer que, em alguns Regionais e dioceses, a postura do episcopado e do clero contribuiu para o abandono puro e simples das realidades mais gritantes. A falta de sensibilidade de não poucos representantes oficiais da Igreja acaba justificando o cegueira de muitos cristãos diante do sofrimento de seus irmãos. Por outro lado, convém enfatizar o testemunho vivo e ativo de muitos bispos, padres, religiosos e religiosas, agentes de pastoral – em numerosos casos a ponto de darem a vida pela causa dos empobrecidos. Como bem sabemos, são inúmeros os mártires do Brasil e da América Latina que tiveram como berço os princípios cristãos.

De qualquer forma, é preciso ter a coragem de reconhecer que a pergunta permanece de pé: como atingir os mais excluídos entre os excluídos? Algumas luzes aqui apontam em quatro direções: a) um diálogo mais profundo e fecundo com a cultura popular, tentando desvendar seus mistérios e segredos; b) uma revisão da metodologia na prática pastoral e política, procurando alternar e complementar o trabalho de conscientização com ações de massa; c) o resgate de uma mística em que as pessoas pudessem



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

encontrar conforto e sustento, tanto para suas cruces pessoais quanto para a cruz coletiva; e d) uma atitude menos catastrófica e mais otimista – sem deixar de ser crítica – diante dos problemas sociais, no sentido de perceber não apenas as dores e mazelas da exclusão social, mas também as esperanças, alegrias e festas tão presentes nos meios populares.

8. Em oitavo lugar, podemos observar a relação das Pastorais Sociais com os **programas gerais da CNBB**, como por exemplo o Projeto Rumo ao Novo Milênio (PRNM) e em seguida Ser Igreja no Novo Milênio (SINM), a Campanha da Fraternidade (CF), a luta contra a corrupção eleitoral (Lei 9840), o mutirão nacional pela superação da miséria e da fome, o processo de Análise de Conjuntura, entre os mais expressivos. Em todos eles, no desenrolar das atividades pelos regionais, dioceses, paróquias e comunidades, tem sido marcante a presença das Pastorais Sociais e dos Organismos vinculados ao Setor.

Muitas vezes é o fórum das Pastorais sociais que assume determinada Campanha da Fraternidade ou determinado projeto em nível diocesano ou regional. Em outras ocasiões, uma pastoral específica desenvolve uma atuação decisiva em temas da CF estreitamente relacionados aos trabalhos dessa pastoral. Alguns exemplos: Pastoral da Terra, da Saúde, Carcerária, do Migrante, entre outros casos. Depois, ainda quanto ao desdobramento da CF, o mesmo fórum das Pastorais Sociais, junto com a Cáritas nacional, regional ou diocesanas, costuma estar muito envolvido com a divulgação e administração do Fundo Nacional de Solidariedade.

Com relação aos demais programas gerais, a imensa rede de núcleos, grupos e organizações ligadas às diferentes pastorais sociais tem tido uma atuação significativa em alguns casos bem concretos, dos quais poderíamos destacar a coleta de assinaturas para a lei contra a corrupção eleitoral; a popularização do PRNM e do SINM, no que diz respeito à dimensão sócio-transformadora; a atualização permanente da análise de conjuntura não somente nas várias instâncias eclesiais, mas também em muitos espaços da sociedade civil; e a cooperação conjunta no combate à miséria e à fome. Neste último caso, vale assinalar a papel da Cáritas e de outras pastorais nos esforços pela convivência com o semi-árido brasileiro, como a construção de cisternas de que já falamos.

É forçoso reconhecer, no entanto, a existência de alguns problemas na articulação dos vários programas gerais. Trabalhos paralelos, duplicação ou super-posição de tarefas, disputa pela paternidade de algumas iniciativas, zelo doentio na demarcação do território, negligência proposital em promoções nas quais estamos fora das instâncias decisórias, desentendimentos na condução e coordenação das atividades, oportunismo diante do foco da mídia nos momentos mais expressivos, silêncios suspeitos e troca de palavras envenenadas, mal entendidos não trabalhados, linhas diferentes e até contraditórias de ação pastoral e política, estrelismo das lideranças, desavenças nas relações internas de poder – são, entre outros, os principais entraves para a realização de uma pastoral eminentemente “orgânica e de conjunto”. Nem precisa repetir que estes mesmo entraves se fazem presentes nas diversas formas de parceria, com igrejas, movimentos, entidades, organizações, associações e partidos da sociedade civil, como já insinuamos no item quatro.

9. Uma oitava e última observação: salvo exceções louváveis, **alguns temas permanecem na penumbra**, sendo, em geral, rara ou superficialmente tratados. Entre eles, podemos destacar a relação de gênero, a questão ecológica, o universo urbano, os temas relacionados à bio-tecnologia, uma compreensão nem sempre atualizada do chamado “mundo do trabalho” na atual conjuntura mundial e nacional, a dificuldade de lidar pastoralmente com a juventude e de renovar os quadros existentes, a discussão sobre políticas públicas. Destes, alguns até aparecem numa ou noutra Pastoral, mas muitas



SETOR PASTORAL SOCIAL

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

vezes de forma *transversal*, o que normalmente não passa de um eufemismo para relegar o tema a segundo plano, quando não ao esquecimento puro e simples.

É verdade, por outro lado, que a consciência ecológica vem ganhando espaços cada vez mais expressivos. Em algumas pastorais, a preocupação com o uso adequado dos recursos naturais, o respeito à biodiversidade, o combate à contaminação da água e do ar e a devastação predatória da natureza já passam a figurar como temas centrais de suas respectivas agendas. Também é verdade que, em outras pastorais, o debate sobre as relações de gênero tem ganhado terreno e amadurecido consideravelmente. É verdade, ainda, que o estudo sobre as novas relações de trabalho tem preocupado e ocupado com frequência os espaços de várias pastorais, com destaque, evidentemente, para a Pastoral Operária. A PO, de fato, realizou vários encontros e seminários no sentido de aprofundar, no cenário global e local, o quadro das novas relações de trabalho.

Não custa alertar, porém, para a urgência de abordar tais temas de forma séria e direta. Eles não são monopólio de nenhuma pastoral em particular, mas perpassam todas elas. Daí o desafio de uma melhor capacitação e preparação. O fato de determinada pastoral ter aprofundado um ou mais desses assuntos, o que é fácil de verificar, não isenta as demais da necessidade de fazer o mesmo, dada a abrangência deles no cenário mundial da economia globalizada.

Conclusão

Nem precisa lembrar que esses não foram os únicos temas levantados nos Encontros Regionais de Pastoral Social. Dezenas de outros afloraram, os quais, dependendo da região, ganhavam maior ou menor relevância. A tentativa aqui é de apontar aqueles que aparecem de forma mais freqüente e generalizada e que, por isso mesmo, merecem maior atenção.

Por outro lado, alguns desses temas já estão sendo abordados com seriedade não somente por alguns Regionais, mas também pelas respectivas Pastorais Sociais. O fato mesmo de virem à tona revela, sem sombra de dúvida, a vontade de identificá-los e enfrentá-los. Assim, entendemos que os próximos encontros da Pastoral Social – quer em âmbito nacional quer regional ou diocesano – não podem ignorar as observações aqui apontadas.

Convém ainda salientar, como conclusão, a necessidade de conexão entre a Pastoral Social e as demais dimensões e setores da ação evangelizadora da Igreja. Em termos mais concretos, como pensar a interação entre Pastoral Social e liturgia, vivência comunitária e participativa, ecumenismo, Bíblia e catequese, missão? Por um lado, a dimensão sócio-transformadora deve perpassar todas as demais dimensões, mas, por outro lado, deve também deixar-se interpelar por elas. As diversas dimensões, como sabemos, não são gavetas ou departamentos estanques, e sim distintos enfoques da ação evangelizadora no seu conjunto. O intercâmbio dinâmico e permanente entre elas permite um enriquecimento recíproco, mas isso somente será possível se houver abertura e disposição ao diálogo.

Vale sempre repetir que a Pastoral Social não consiste num apêndice dispensável ou descartável da evangelização, ao contrário, ela faz parte intrínseca da mensagem evangélica. Em outras palavras, não haverá verdadeira evangelização sem levar em conta a dimensão sócio-política da fé cristã. A fé tem exigências e desdobramentos eminentemente sociais. Oração e ação, fé e compromisso social constituem binômios cujos componentes são indissociáveis. Como traduzir isso em perspectiva comunitária, litúrgica, bíblica, catequética, ecumênica e missionária? – eis o grande desafio!

Pe. Alfredo J. Gonçalves
Setor Pastoral Social da CNBB

Forum da Semana Social — lista de Presença — 25/8/2008.

- 1 - Gralda Helena Martins da Silva - MTC P. Dom Henrique - 67
Dom Rodrigo N.I.
- 2 - Terzinda Luiza da Silva
- 3 - Zecarias Soares de Trindade - MTC
- 4 - DAilton A. DA SILVA P.O. AV. MIRANDELA 1113
APTO 302 B1-B.
TEL. 27917146
- 5 - Sebastião T da Costa Comunidade S.S. da Cruzção
Paróquia S.S. da Graça
- 6 - Paulo Gouveia de Amorim — OBRA ROLPINS - R.J. - 2405-4866
- 7 - Flávio Antônio Brandão de Souza — P.O. (NI) - 2768-2945.
- 8 - Joases Carreão da Silva - M.T.C 27610295
- 9 - Fortunato Menezes da Silva - P.O. R.J. 24521275



FÓRUM DAS PASTORAIS SOCIAIS DO RIO DE JANEIRO

Nova Iguaçu, 23 fevereiro de 2002.

Ata da Reunião

Presentes: Geraldo Orozimo (V.R.); Marli, Dailton, Flávio, Salvador, Pe. Agostinho (M.I.); Janete, Fortunato (Rio).

Conclusões:

- Sentimos a necessidade de engajamento das outras Pastorais;
- Sentimos que existe dificuldade financeira e organizacional, como resolver;
- Propostas: Tentar através de projetos para: CNBB, Cáritas, Projeto C.F. , Dizimó nas Dioceses referente a dimensão social, etc. Flávio tentará resgatar com Conceição de V.R. as experiências anteriores.
- Propostas na organização: Uma coordenação- Moisses, Flávio e Salvador; Flávio elaborará carta-convite para outras Pastorais, Movimentos, etc. Afim de participarem da próxima reunião. Fará também visita a outras Dioceses.
- Sentimos a falta de outras Pastorais, Movimentos, Sindicatos. Um dos motivos: Flávio não mandou correspondência e não telefonou e nem visitou ninguém.
- Vamos pedir selos ao Artur Messias , afim de mandarmos correspondência para os convidados (Pastorais, etc.).
- Objetivos:
 - Qual o nosso pilar para o ano 2002?
 - Eleição Eleitoral, o que fazer? Quais são os projetos em disputa? Quem vamos apoiar?
 - Informes: Foi distribuído um relatório sobre a II plenária referente ao plebiscito da ALCA no Estado do Rio; foram também distribuídos e cartas referente ao dia internacional da mulher (08 de março).
- Próxima reunião: 23/03/2002 - Horário: 9:00 às 12:00
- Tema: Eleição eleitoral.
- Sem mais nada a relatar: Flávio Antônio B. de Souza.

8. Luis Gonzaga da Silva
AV. Otávio Moreira da Costa 170 Mangueira N.7 R.J.
CEP 26271-000

9. Terezina Luiza da Silva - ur

10. Adriano de Araujo
Rua Rodolpho Pessoa, 342 - Casa 29
Cosmorama - Mesquita.
792-4240

11. Flavio Antônio Brandão de Souza.

Rua Pascoal Paladino, 202 - Centro - Nova Iguaçu CEP. 26285-740
Tel. 768-2915.

12. Pe. André Rombrados
Casa Paroquial
Avenida Automóvel Clube 2110
VILAR DOS TELHOS
CEP 25561-170
SÃO JOÃO DE MERITI

TEL 92.664949

E Mail andrerombrados@ig.com.br
ou " " @bol.com.br

13. ADMA ADUES MONTEIRO MARIMHO
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DA BLOESSE de Na
Rua Antonio Willman 230 - MOQUETA
Tel. 7671572 - 7683822.

14. Paulo Banana de Amorim - OBRA KOLPING R.J.
Rua Quênia 41 - Vila Kennedy - 21.850.550 Rio R.J. tel. 4054866.

FORUM DAS PASTORAS SOCIAIS DO NESTE 2
MOQUETA, N. ISUAÇU CM 26 DE MAIO DE 2001

LISTA DE PRESENSA

- 1) MOISÉS COARÃO DA SILVA
RUA BRASIL, 56 Heliópolis B. Roto 2612325
R.S.
- 2) SALVADOR MARCELLINO
RUA PAULO PINTO, 157 - VILA NELLY - NOVA Iguaçu - 7672643
Sebastião Fernandes da Costa - D. Poxis
Rua Barbacena 508.
- 3) P. Paulo João Lima - R. Paço Anos, 69 Vista Alegre.
26.225-400 Nova Iguaçu RJ - fone 669-5363
- 4) ZACARIAS VENCIO DA TRINDADE - MTC
R. SELMA, 511
JD. ALVARADA - N. ISUAÇU
CEP. 26261-310
TEL 7683410
- 5) DAILTON ANTONIO DA SILVA
AV. MIRANDELA 1213 APT. 302 BLOCO B NITÓPOLIS
CENTRO CEP. 26520-330
- 6) Marly de Souza da Silva
Av. Mirandela 1213 apt. 302 Bloco B Nilópolis
Centro CEP 26520-330
- 7 - Gualdo Helena Martins da Silva
Rua Dom Henrique, 67
Dom Rodrigo Nova Iguaçu
26260-200

LISTA DE PESSOAS OU ENTIDADES QUE PARTICIPAM
DO FÓRUM DAS PASTORAIS SOCIAIS DO DESTE I

- 1 - FRANCISCA CHAVES DE MAGALHÃES
ESTRADA MIGUEL COUTO, 502 CASA 5
MIGUEL COUTO N. IGUAÇU RJ CEP 26127/40
- 2 - GERALDA HELENA MARTINS DA SILVA
RUA DOM HENRIQUE, 67 DOM RODRIGO
NOVA IGUAÇU RJ CEP 26260 200
- 3 - NAIR MARTINS MORAIS FERNANDE
RUA DR. AFOVSO DIAS 199 - JARDIM PALMARES
NOVA IGUAÇU - RJ CEP ~~26110460~~
26271440
- 4 - MARCELIANA MARTINS MORAES
RUA DR. AFOVSO DIAS 111 - JARDIM PALMARES
NOVA IGUAÇU - RJ CEP 26271440
- 5 - FRANCISCO ALBERTO DA SILVA
RUA DA FLORINA, 57 BAIRRO CALIFORNIA
ITAQUAI - RJ - CEP. 26881615 (FONE)
23810120
- 6 - MARIA FERNANDES LIMA
RUA GERALDO ADVES QUADRA 107 LOTE 10
CAMPO LINDO K8 40 SEROPEDICA RJ CEP 23845200
- 7 - MARCOS TARCISIO PINTO LOPES
ESTRADA RJ 99 BLOCO 8 A AP103
VILA MASARIDA - ITAQUAI RJ CEP 23826840
- 8 - WILMA SOUZA LOPES
PRAIA DO FLAMENGO, 60/206
FLAMENGO - RIO DE JANEIRO RJ CEP 22210 030

6

6

6. MARCOS TARCISIO PINTO LOPES

EST. RJ 99 - BLOCO 8A / 103

CEP 23826-840 - V. MARGARIDA - ITAGUAÍ - RJ

Wlma Goncalves - Praia do Flamengo, 60/206 - Flamengo - RJ. Cep: 22210-030

P.º Geraldo Lima - Califórnia - NJ.

FÁBIO ANTÔNIO B. DE SOUZA - P.O. NOVA IGUAÇU.

Nair Jane STD. N.I.

Sebastiana da Silva Toledo

Terzinda Luiza da Silva - UJC

Geilson de Souza Farias

Maria de Lourdes Silva Pereira STD NZ



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRRJ

FORUM DAS PASTORAIS SOCIAIS

NOVA IGUAÇU, 28 de JULHO de 2001

PRESENCAS

1- Francisca Chaves Magalhães - Estrada
Miguel Couto, 502 casa 5. Miguel Couto
Nova Iguaçu - RJ cep. 26127-140

2- Geraldine Helene Martins da Silva
Dom Henrique, 67 - Dom Redigis
Nova Iguaçu - Cep 26260-200

3- Maria da Penha Moraes Fidelis e sua filha Cecília

Rua: Itamarandiba nº 200

Bairro: Jardim Bom Pastor Belford Roxo cep: 26.110-460

4- Lair Martins Moraes Fernandes

Rua Dr Afonso Dias 199 jardim Palmares cep 26271-440
Nova Iguaçu

5 Marcelina Martins de Moraes

Rua D.º Afonso Dias nº 111 cep. 26271-440 N.º J.

41 Francisco Alves da Silva

Rua da Glória, 57 - Bairro Califórnia - Itaguaçu

cep. 23810-120 Tel: 26881615

(?) Gisela de Souza Dias Tel 2698-46124 Bairro N.º J.º
cep 26271-160

6- Maria Fernandes de Lima

~~rua alameda~~ sua genêdo Alces a. 107 lote 10 campo lindo
K.40 Seropédica CEP. 23845-2001

Maria de Lourdes Silva Pereira

rua Tomélio nº 670 mesquita



Fórum das Pastorais Sociais

Rio de Janeiro

*"Estejam sempre prontos
a dar razão de sua
esperança"
(1Pd 3, 15)*

Irmãos (ãs) na Caminhada.

Após dois meses (Setembro – Outubro) sem nos encontrarmos devido aos nossos compromissos com o Plebiscito sobre a ALCA e as eleições, acredito que é chegada a hora de nos reencontrarmos para partilharmos estas duas grandes vitórias. E por isso como de costume convido-os para que no dia **23/11/2002 de 9:00 às 12:00 horas no Centro de Formação de Líderes (cenfor-rua Dom Adriano Hipólito de Oliveira – Bairro Moquetá- ao lado do Sesc)** compartilharmos de um encontro no qual teremos como pauta:

- Avaliação do Plebiscito e das eleições 2002 (mais encaminhamentos);
- Análise de Conjuntura;
- Planejamento 2003,

Na certeza de que a Esperança e a Ousadia sempre vencerá o Medo, contamos com a sua participação.

Um abraço Cordial,

Flávio Antônio Brandão de Souza

Flávio Antônio Brandão de Souza

SEDE: Rua Capitão Chaves, 60
CEP.: 26221-010 – centro de Nova Iguaçu – RJ
Tel.: 2767-7943 (recado) 2669-2259 (recado)

FORUM DAS PASTORIAS SOCIAIS DO LESTE 1
MOQUETA, N. 15UAÇU EM 26 DE MAIO DE 2001

LISTA DE PRESENSA

1) MOISÉS CORAÇA DA SILVA
RUA BRASIL, 56 HELIÓPOLIS B. ROTO 2612325
R.F.

2) SALVADOR MARCELLINO
RUA PAULO PINTO, 157 - VILA NELLY - NOVA IGUAÇU - 7672643
Sebastião Fernandes da Costa - D. Coxim
Rua Barbacena 508.

3) P. João José Lima - R. Páze Amor, 69. Vista Alegre.
26.225-400 Nova Iguaçu RJ - fone 669-5363

4) ZACARIAS VENCIO DA TRINDADE - MTC
R. SELMA, 511

Jd. ALORADA - N. 16UAÇU
CEP. 26261-310
TEL 7683410

5) DAILTON ANTONIO DA SILVA
AV. MIRANDELA 1213 APT. 302 BLOCO B NÍLÓPOLIS
CENTRO CEP. 26520-330

6) Marly de Souza da Silva
Av. Mirandela 1213 apt. 302 Bloco B Nilópolis
Centro CEP 26520-330

7 - Geraldo Helena Martins da Silva
Rua Dom Henrique, 67
Dom Rodrigo Nova Iguaçu
26260-200

8. Luis Gonzaga da Silva
Av. Otávio Moreira de Medeiros 170 Mangueira N.7 R.J.
CEP 26271-000

9. Terezina Luiza da Silva - UE

10. ADRIANO DE ARAUJO
RUA ROODOLPHO PESSOA, 342 - CASA 29
COSMORAMA - MESQUITA.
792-4240

11 - Plúvio ANTÔNIO BRANDÃO DE SOUZA.

RUA PASCOAL PALADINO, 202 - CENTRO - NOVA IGUAÇU CEP: 26285-740
TEL: 768-2915.

12 Pl André Rombrados
Casa Paroquial
Avenida Automóvel Clube 2110
VILAR DOS TELÔS
CEP 25561-170
SÃO JOÃO DE MERITI

TEL 92 664949

E Mail andreRombrados@ig.com.br
ou " " @bol.com.br

13. ADMA ALVES MONTEIRO MARRIMHO
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DA BIOESE de N.º
Rua Antonio Willman 230 - MOQUETA
Tel. 7671572 - 7683822.

14 - Paulo Banana de Amorim - OBRA KOLPING R.J.
Rua Quênia 41 - Vila Kennedy - 21.850.550 Rio RJ. tel. 4054866.

ALEXANDRE DE OLIVEIRA NASCIMENTO

RUA: LIBANIO RATAZI, 135

COELHO - SÃO GONCALO (DIOCESE DE NITERÓI)

CEP: 24.741-000 (725-0844 / 9945-3181)

Hônica Costa da Silva

Rua Exp. José Custódio Sampaio, 26.

Colubandê - S. Gonçalo. CEP: 24744-260

Tel: 603-8694.

Fortunato Wenceslau da Silva

Rua Nelson Abreu Neto, 66 - Guadalupe

cont 4521275 - CEP 21660-520

Rio de Janeiro



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ

FÓRUM DAS PASTORAIS SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO

PARA:
ASSUNTO:
OBJETIVO:
DIA:
LOCAL:

HORÁRIO:

*" Por Trabalho e Vida Digna Agente Abraça
Este País"*

Queridas(os) Irmãs e Irmãos de Caminhada.

Desejamos encontrar todas(os) com saúde e dispostos, para juntos caminharmos na construção de um Brasil que seja possível para todos(as) nós, e não apenas para alguns privilegiados.

Neste sentido o ano de 2002 é bastante especial, pois teremos "ELEIÇÕES". Então nos perguntamos? como nós Pastorais, Sindicatos, Associações, Movimentos poderemos ser "SAL da TERRA e LUZ do MUNDO", dentro de nossos espaços de atuação.

Assim sendo, queremos fazer uma "REFLEXÃO" sobre as eleições 2002: Por que o povo não gosta de política? Como reverter isto?. Vamos juntos analisar para encontrarmos pistas, saídas e possíveis luzes de esperança no amanhã que virá, mas que precisamos começar a construir agora.

Por isso, convidamos no mínimo 1(um) representante de sua Pastoral, Sindicato, Movimento etc., para essa reflexão.

Pauta do encontro:

*Apresentação das Pastorais, Sindicatos; Movimentos et.
Reflexão sobre "ELEIÇÕES 2002!"*

DIA: 27/04/2002 - Horário: 9:00 às 12:00

Local: Cenfor- Centro de Formação de Líderes -

End: rua Dom Adriano Hipólito de Oliveira (ao lado do sesc)- Moquetá-N.I.

" A responsabilidade pelo sucesso do evento é de todos nós"

Sua Presença é Fundamental, não falte!

Um Abraço e até lá,

Flávio Antonio B. de Souza

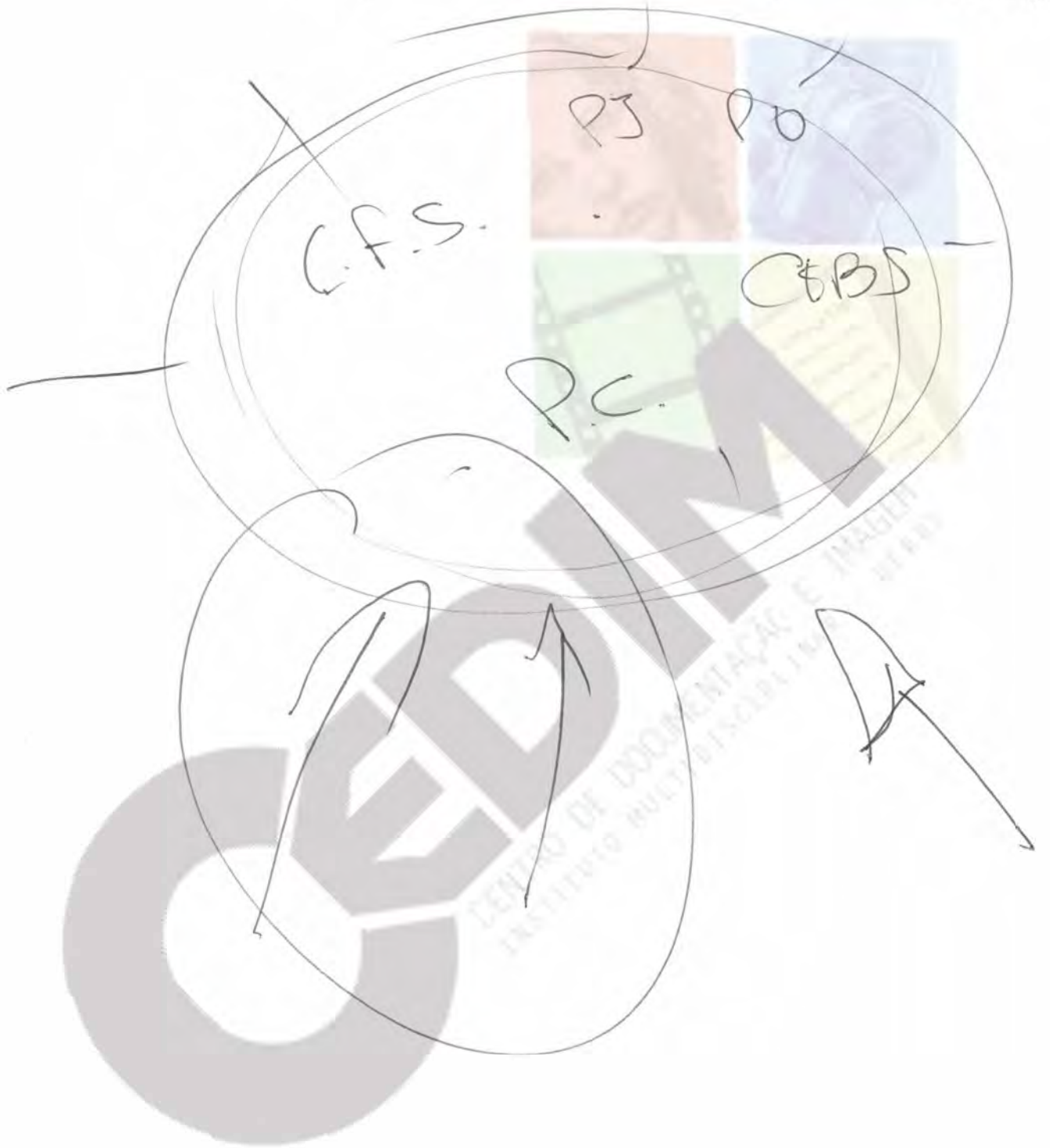
Flávio Antonio B. de Souza

P/ equipe de coordenação

SEDE - Rua Capitão Chaves, 60
Cep. 26224-010 - Centro de Nova Iguaçu - RJ
Tel: 2767-7943 (recado) 2669-2259 (recado)

Documento2

~~Moisés~~ - ~~Tereza~~ - ~~Flávio~~ - ~~Dojilton~~ - ~~Paulo~~ ~~Barbosa~~ -
~~R. André~~ - ~~Sebastião~~ - ~~Conceição~~ - ~~Roberto~~ ~~Paulo~~ - ~~Wladimir~~.



Forum das Pastorais Sociais
do Estado do Rio de Janeiro

ASSUNTO : Forum das Pastorais Sociais / RJ
OBJETIVO : Organização do Grito dos Excluídos
DIA : 29 de julho de 1995
HORÁRIO : 09:00 hs às 16:00 hs.
LOCAL : Catedral de Nova Iguaçu
ENDEREÇO : Av.Mal.Floriano Peixoto,2262.

Na última reunião do Forum das Pastorais Sociais/RJ, realizada no dia 17/06/95, onde estiveram representada a Pastoral Operária, Pastoral do Menor, IBRADES, KOINONIA, CEDAC, diocese de Nova Iguaçu, diocese de Valença, diocese de Caxias e diocese do Rio de Janeiro, apontou-se, após as reflexões sobre o tema da exclusão, a necessidade de se articular melhor as dioceses e pastorais para organizar e dinamizar o Evento do GRITO DOS EXCLUÍDOS no estado do Rio de Janeiro.

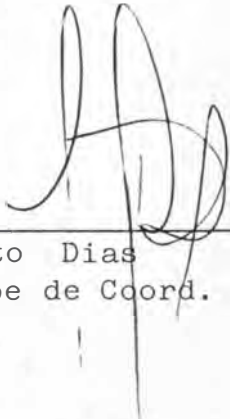
O GRITO DOS EXCLUÍDOS é um esforço que se coloca como desdobramento e continuação da Campanha da Fraternidade/95, ampliando sua repercussão pelo envolvimento das Pastorais Sociais e de outros movimentos que a ele quiserem associar-se.

Queremos fazer do GRITO DOS EXCLUÍDOS um momento forte de denúncia da exclusão, e conter propostas concretas de sua superação. Neste sentido deverá se concretizar em clamor de terra, saúde, educação, moradia, emprego, e demais direitos essenciais à vida.

O Evento do GRITO DOS EXCLUÍDOS é organizado pelo setor Pastoral Social da CNBB, e será realizado no dia 07 de setembro, constituindo-se em várias atividades em nível nacional: romarias, concentrações, passeatas, atos culturais...

A responsabilidade pelo sucesso deste evento é de todos nós, por isso, sua presença e participação é fundamental. Não deixe de comparecer !!!

até lá,



Gilberto Dias
P/Equipe de Coord.

**CAMPANHA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL QUE ESTABELECE
UM LIMITE MÁXIMO À PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL**

REPARTIR A TERRA PARA MULTIPLICAR O PÃO

Contribua para um mundo mais justo apoiando este abaixo assinado

Eu apoio a proposta de emenda à Constituição que limita o tamanho da propriedade rural no Brasil a 35 módulos fiscais*, sendo as áreas excedentes incorporadas ao patrimônio público para fins de reforma agrária.

**O módulo fiscal é uma referência estabelecida pelo INCRA, que define a área mínima suficiente para prover o sustento de uma família de trabalhadores rurais. Ele varia de região para região, e é definido para cada Município a partir de vários fatores, como a situação geográfica, a qualidade do solo, o relevo, as condições de acesso ao local, entre outros aspectos. Varia entre 5 ha nas proximidades dos grandes centros urbanos a 110 ha em algumas regiões do norte do país.*

NOME	IDENTIDADE	ASSINATURA
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E PELA JUSTIÇA NO CAMPO

NOME	IDENTIDADE	ASSINATURA
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		



*"Estejam sempre prontos
a dar razão de sua
esperança"
(1Pd 3, 15)*

Fórum das Pastorais Sociais

Rio de Janeiro

Seminário

Anunciar a Justiça de Deus

Salmo 40

"A Vida em primeiro lugar"

DOC - 67 da CNBB

"Eleições 2002

Propostas para reflexão"

Palestrante: Teólogo Francisco Orofino

DOC - 69 da CNBB

**"Exigências evangélicas e éticas
de superação da miséria e da fome"**

Palestrante: Teólogo Francisco Orofino

**Dia 27 de Julho
9 às 17 horas**

ALCA - Palestrante: Sidney Pascouto (Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro)

**Local: CENFOR (Centro de Formação)
Rua Dom Adriano Hipólito - Moquetá
Nova Iguaçu (ao lado do SESC)**

Organização: Fórum das Pastorais Sociais - RJ

...Eu vim para que todos tenham vida, e vida em abundância...

SEDE: Rua Capitão Chaves, 60
CEP.: 26221-010 - centro de Nova Iguaçu - RJ
Tel.: 2767-7943 (recado) 2669-2259 (recado)

Plebiscito Nacional Contra a Alca e a Base de Alcântara

Mais de 10 Milhões se manifestam sobre a Área de Livre Comércio das Américas

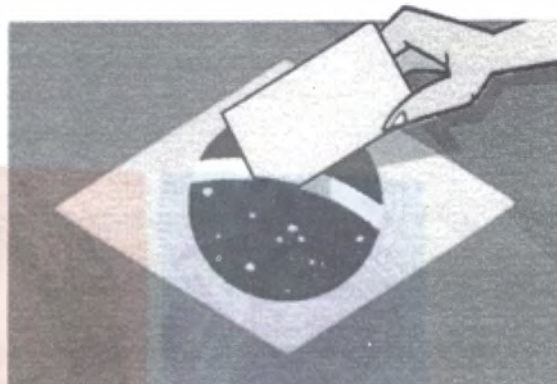
Terminamos o Plebiscito com grande êxito. Foram mais de 10 milhões de votantes. A mobilização nos estados foi ampla e entusiasmada. Foram mais de 150 mil voluntários. As urnas superaram 46 mil e os municípios envolvidos na campanha foram cerca de 3909, sendo que 98,35% dos votantes, disseram não ao tratado da Alca; 96% rejeitam as negociações que estão em andamento e; 98,6% não aceitam a entrega da Base de Alcântara, no Maranhão, para controle militar dos EUA.

O sucesso do plebiscito, entretanto, não está apenas nos números. O grande êxito da consulta refletiu-se nos milhares de debates e seminários que se espalharam por escolas, universidades, sindicatos, igrejas, associações, movimentos populares e por tantos outros espaços públicos. O pleito, livre e popular, deslocou o tema dos gabinetes e o levou às ruas, às casas e até a grande parte da mídia. Aqui está sua maior lição: a população tem o dever e o direito de debater os temas que afetam a vida do povo brasileiro. O resultado é consequência de um grande trabalho educativo e de mobilização prévio ao Plebiscito. O mérito da mobilização foi acrescido pelo financiamento descentralizado e compartilhado. As entidades e pessoas envolvidas contribuíram com a reprodução de urnas e de cédulas, assim como do material didático. O tempo de trabalho foi doado. O Plebiscito foi um grande exercício de educação para a cidadania ativa.


Encerrado o processo de votação, nos dias 17 e 18 de setembro, em Brasília, cerca de dois mil militantes participaram de debates e estudos sobre a ALCA, enquanto os resultados do Plebiscito eram divulgados na imprensa e entregues ao Senado e Câmara Federal, Superior Tribunal Federal, à embaixadora estadunidense e ao Presidente da República.


Após as atividades, concluiu-se que o Plebiscito foi uma grande vitória da cidadania e defesa da soberania e um avanço na construção de uma democracia participativa. Mas a grande mídia vai fazer o que sempre faz com a voz do povo: quando não consegue evitar, divulga e depois cala. Cabe à sociedade continuar lutando, pressionando, denunciando e anunciando. Por isso, o Plebiscito não para por aqui. Ele é uma etapa do processo. A Alca ainda permanece como uma ameaça aos povos latino-americanos. Diante disso, os mais de dez milhões de votantes da consulta popular nos incentivam a continuar na campanha. O principal passo que temos pela frente é o lançamento nacional de um abaixo-assinado pela realização do Plebiscito Oficial e a participação ativa das atividades continentais acerca da luta contra a implantação da ALCA. Some-se aos Comitês de Luta e Resistência Contra a ALCA.

E-Mail: <jubileubrasil@terra.com.br> site: www.jubileubrasil.org.br




Agenda de Luta


 27/10 a 01/11, Quito
Jornadas de Luta e Resistência contra a Alca

 31/10/02 - Todo o Continente
Jornada Continental contra a ALCA, a ser realizada de forma descentralizada em todo o Brasil e em todo o Continente, simultaneamente ao grande dia continental contra a ALCA em Quito.

 21 e 22/11, São Paulo
X Plenária Nacional da Campanha Contra a ALCA

26 a 28 Novembro, Cuba
II Encontro Hemisférico Contra a ALCA

 Abril de 2003,
Mobilização Continental Cúpula dos Povos, incluindo um grande evento contra a ALCA, com ou sem a Reunião dos Presidentes.

 Até o fim de março de 2003
Serão realizados plebiscitos ou consultas populares em MAIS DEZ países DA AMERICA LATINA, inclusive Canadá. O governo da Venezuela expressou sua intenção de convocar um Plebiscito Oficial sobre a ALCA.

No a ALCA, Si a la Vida. Otra América es Posible!

Grito dos Excluídos/as no Brasil

Soberania não se Negocia

Movimento cresce a cada ano e acontece em mais de 2.500 localidades

Em sua 8ª Edição, o Grito dos Excluídos/as bateu recorde de participação atingindo o objetivo deste ano de animar e envolver o maior número possível de estados e cidades, na realização do Plebiscito da ALCA, elevando o nível de consciência do povo sobre o país que queremos.

O movimento no Brasil cresce a cada ano. Em Aparecida, por exemplo, cidade de grande importância simbólica onde o Grito é realizado, participaram mais de 170 mil pessoas, vindas em sua maioria dos estados de SP, RJ e ES. Havia 50 urnas espalhadas por toda a cidade para recolher os votos no Plebiscito Nacional Sobre a Alca. Entre as personalidades presentes estiveram João Felício, Presidente Nacional da CUT, João Pedro Stédile, dirigente nacional do MST, Dom Jacyr Francisco Braido, responsável pelas Pastorais Sociais e Pe. Alfredo Gonçalves, assessor nacional das Pastorais Sociais.

Sob o lema *Soberania Não se Negocia*, o Grito dos Excluídos promoveu junto com a Campanha Jubileu Sul-Brasil, o Plebiscito sobre a ALCA, organizado nos 27 Estados do país.

Em São Paulo, o 5º Grito dos Excluídos, contou com presença de 3 mil pessoas. Entre os manifestantes havia índios vítimas da especulação imobiliária. No Espírito Santo, contou com a participação de 10 mil pessoas, sendo que 3 mil delas estavam vestidas de verde amarelo. Em Campinas, mais de 5 mil pessoas tomaram a Avenida.

Em Salvador, Bahia, marcaram presença cerca de 50 mil pessoas. As atividades culturais tiveram apresentação de teatro sobre os excluídos e a votação no Plebiscito sobre a Alca também foi realizada durante toda a semana. Em Mossoró, RN, 400 pessoas animadas agitaram o Grito causando muita emoção.

Na Paraíba o Grito aconteceu em 8 municípios. Na capital cerca de 10 mil pessoas integraram as atividades.

Já no Rio Grande do Sul, o Grito aconteceu em 15 municípios. Em Porto Alegre com 2 mil pessoas, aconteceu a apresentação de uma peça sobre o "Tio Sam".

Neste ano o Grito foi realizado em mais de 2.500 localidades em todo Brasil. Em Pernambuco cerca de 30 mil pessoas participaram do Grito. Em Aracajú, mais de 10 mil pessoas participaram. No Estado de Goiás as atividades aconteceram em treze municípios e os excluídos participaram do desfile oficial. Outras mil

pessoas estiveram em Cuiabá e participaram do desfile onde estenderam a bandeira brasileira.

Em Campo Grande, mais de 6 mil pessoas participaram de um Culto Ecumênico. Em Santa Catarina, passou de 13 mil o número de pessoas que desfilaram em blocos. Fortaleza contou com mais de 7 mil e Amapá, 2 mil. Em Jí-Paraná, o desfile oficial teve a temática do Grito e mobilizou mais de 10 mil.

Em Belém do Pará, 10 mil participantes seguiram para a praça da República onde ocorreu o desfile paralelo a apresentação oficial. No estado, foram mais de 22 mil pessoas mobilizadas.

Em Porto Velho o Grito contou com 700 pessoas que se apresentaram após o desfile oficial. Durante o evento ocorreram quatro paradas com os seguintes temas: termo-norte, demitidos, presidiários e Consulta Popular, acompanhados por bonecos gigantes.

Lembramos que a Campanha do Grito não acontece só no Brasil. Outros países também realizaram manifestações. Outros ainda realizarão. Hoje o Grito dos Excluídos está organizado em mais de 15 países das Américas. Entre eles: México, Brasil, República Dominicana, Equador, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Colômbia, Haiti, Nicarágua, Chile, Venezuela, El Salvador, Espanha, entre outros. As atividades acontecem entre setembro e outubro sob o lema:

"Por Trabalho, Justiça e Vida". Em todos os países, o Grito dos Excluídos/as Continental, assumiu como eixo principal para 2002 e 2003, a luta contra a implantação da ALCA.

O Grito é uma nova forma dos excluídos manifestarem a sua dor e sentimentos; é denúncia e anúncio. Fruto de uma crescente parceria entre igrejas, movimentos populares, sindicatos e entidades, incentiva a criatividade, a cultura e as formas próprias de manifestação de cada local. Promove o protagonismo dos excluídos sem criar novas estruturas. Mais do que a força dos discursos vale a mística do exemplo e do espírito de sacrifício. Os excluídos se expressam sobretudo com símbolos, como por exemplo, a panela vazia, o cartão vermelho, etc. Firma-se como uma nova pedagogia de manifestação popular na busca de uma sociedade justa e solidária.



Visite nosso Site: www.gritodosexcluidos.com.br

Guarda faz espionagem política Jornal O Globo – 8/12/99

Agentes municipais excedem funções e se infiltram em evento da CNBB e do MST

Criada para fiscalizar o trânsito e cuidar dos bens públicos, a Guarda Municipal excedeu suas funções e atuou como serviço secreto, vigiando um seminário onde se fez um julgamento simbólico da dívida externa. O evento foi realizado em abril deste ano, no Teatro João Caetano, e organizado por entidades civis, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com participação de convidados internacionais. O relatório está sendo discutido pelo deputado Chico Alencar (PT), que compara essa atividade ao serviço de informações da época da ditadura. Ele decidiu entrar com representação no Ministério Público contra o superintendente da GM, coronel Paulo Cesar Amendola, para que seja apurado o desvio de finalidade da Guarda. O coronel Amendola nega que tenha autorizado esse serviço.

- É um Dops (Departamento de Ordem Política e Social) municipal. É um absurdo que haja esse desvio de função, que implica malversação de recursos. A dedução é que eles foram lá espionar palestras da esquerda e capturar panfletos, tal como se fazia na época da repressão. Tudo isso põe em dúvida a credibilidade da Guarda Municipal - disse o deputado.

Coronel nega ter recebido relatório

A revelação da existência do relatório irritou o coronel Amendola. Na tarde de segunda-feira, ao ser entrevistado por telefone, ele negou que existisse o documento e contestou sua veracidade. No dia seguinte, ao ver o relatório e folhear suas páginas, incluindo panfletos distribuídos no evento, foi menos veemente. O relatório, datado de 3 de maio, foi feito pela Assessoria de Assuntos Internos (AAI) da Guarda Municipal, composta por 12 pessoas e que, segundo o coronel Amendola, tem flexibilidade de ação e ligação com serviços de inteligência da Polícia Federal, da Polícia Militar e do Centro de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (Cisp).

- Não recebi relatório com relação a evento político. O que foi feito foi um levantamento dos problemas de degradação no entorno da Praça Tiradentes: mendigos, prostituição. Não tinha conhecimento do que acontecia lá - disse Amendola.

Nos dias 27 e 28 de abril, o Tribunal da Dívida Externa teve, entre seus participantes o presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), João Luis Pinaud. O advogado também criticou a ação da GM.

- Isso é um retrocesso. O tribunal não teve nada de sigiloso. Não é preciso usar sistema de informação. Essa prática é inconstitucional, asquerosa - declarou o advogado.

No segundo dia, do lado de fora, a Guarda Municipal protagonizou um episódio de violência, ao reprimir a ação de camelôs. Na confusão, ambulantes invadiram o teatro e pelo menos oito pessoas ficaram feridas, entre elas o deputado Chico Alencar. Foi aberta uma sindicância interna, que culminou com o afastamento dos responsáveis pela operação. O episódio serviu também para abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara de Vereadores.

AMENDOLA: Certamente o chefe da seção pode ter determinado ao agente. Isso para mim não vale nada. Pergunte ao chefe da AAI (Assessoria de Assuntos Internos).

Ele poderia fazer uma atividade sem o seu conhecimento?

AMENDOLA: Há uma flexibilidade. Pode ser que tenha sido para arquivo dele. Um zelo maior para saber que tipo de evento, porque haveria operação no entorno do teatro.

Mas nesse outro documento é dito que cópias foram entregues à Superintendência.

AMENDOLA: Estou afirmando que não tomei conhecimento. De repente está aqui no meio dos papéis. Mesmo que tomasse conhecimento botava archive-se. Será que é proibido os órgãos públicos apreciarem, anotarem dados de eventos políticos abertos ao público? Não há crime. Isso é paranóia.





O Brasil paga por mês R\$ 10 bi ou 500t de ouro só de juros da dívida pública

O BRASIL PAGA AO MERCADO INTERNACIONAL

- de juros por mês R\$ 10 bi
Isso representa mais de 20 carretas carregadas com 25 t de ouro cada uma.
- Para garantir um salário mínimo para cada uma das 10 milhões de famílias mais pobres, o governo gastaria R\$ 1,8 bi
Isso representa menos de 20% do que é gasto só com o pagamento dos juros.

ENCARTE ESPECIAL
O BRASIL É UM PAÍS RICO

Trabalhadores da CVRD, CPRM e Setor Elétrico fecham acordo coletivo **Pág. 3**

Estatuto das Cidades **Pág. de 5 a 8**

Fisenge define organização interna e atuação internacional

FNSA quer Política Nacional de Saneamento Ambiental **Pág. 4**

Brasileiros acham que corrupção aumentou **Pág. 9**

Pág. 10

UM OUTRO MUNDO, BEM MELHOR, É POSSÍVEL!

Mas vai exigir ainda muita luta

Editorial

A intensificação, em nível global, das manifestações contra o neoliberalismo, e da busca de alternativas ao atual modelo de desenvolvimento, que concentra riquezas e exclui a maioria da população mundial, reacende a esperança em milhões e milhões de cora-

ções em todo o mundo.

A convicção de que um mundo melhor, além de possível, é extremamente necessário, mobiliza pessoas e organizações em todos os recantos do planeta.

A realidade, entretanto, obriga-nos a concluir que a construção de um mundo onde todas as pessoas tenham condições de vida digna, num ambiente ecologicamente sustentável, não é tarefa das mais fáceis. Estamos, certamente, diante do maior desafio já colocado para a civilização em toda a sua história.

O desenvolvimento tecnológico e o crescimento populacional tiraram o ser humano de sua escala de influência local, levando-o à atual capacidade de ação global. Essa situação, ao mesmo



tempo que nos abre a possibilidade de construir um mundo melhor, traz também uma perigosa capacidade de destruição.

Porém não será impossível. Nossas ações, mesmo locais, têm um efeito revolucionário, se articuladas globalmente. Assim, questões como a implantação do Estatuto das Cidades, a luta por uma Política Nacional de Saneamento, contra o PL 4147

e a privatização dos setores energético e de saneamento, de combate à armadilha do endividamento, e a construção de um Projeto Popular para o Brasil, com prioridade para o resgate das dívidas sociais para com o povo brasileiro, representam uma importante contribuição dos engenheiros e seus sindicatos à construção de um Brasil e um mundo melhor. Já.

Expediente

Informativo da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

Sede - Av. Rio Branco, nº 277, 17º
CEP. 20040-009

Cinelandia - Rio de Janeiro

<http://www.fisenge.org.br>

E-mail: fisenge@fisenge.org.br

Tel.: (21) 2533-0836 Telefax: (21) 2532-2775

Diretor-presidente

Paulo Bubach

Diretor vice-presidente

Ubiratan Félix Pereira dos Santos

Diretora-financeira

Maria José Salles

Secretário Geral

Olímpio Alves Santos

Diretor de Relações Sindicais

Agamenon Eufrásio Rodrigues da Silva

Diretores-executivos - Lindsley da Silva Rasca Rodrigues; Sérgio Barbosa de Almeida; Rubens Martins Moreira; Luiz Carlos Corrêa Soares

Diretores suplentes - Sávio Nunes Bonifácio; Carlos Eduardo Pini Leitão; Josevaldo Pessoa da Cunha

Diretores licenciados - Carlos R. Aguiar de Brito e Osvaldo A. Nascimento Filho

Conselho fiscal: membros efetivos - Clayton Ferraz de Paiva; José Ezequiel Ramos; Reginaldo do Nascimento.

Membros suplentes - João Thomaz Araújo Ferreira da Costa; Fernando Elias Vieira Jogaib

Conselho Editorial

Bubach, Soares, Sérgio Almeida e Agamenon

Jornalista Responsável:

Tânia Trento Reg. MTB nº 341/86 ES

E-mail: taniatrento@zaz.com.br

Produção e fotos

T & T Comunicação e Publicidade

Telefax.: (27) 3226-5535

Tiragem/Periodicidade

40 mil exemplares/Trimestral

Cartas podem ser enviadas para a Federação ou por E-mail fisenge@fisenge.org.br

Sindicatos Filiados

Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Seagro (SC) e Volta Redonda (RJ).



Novas diretorias nos Senges RO, MG e PB

Três eleições marcaram a renovação nos senges RO, MG e PB. Apesar de não haver disputa entre chapas, a presença dos engenheiros nas urnas legitima o processo e a escolha das novas diretorias.

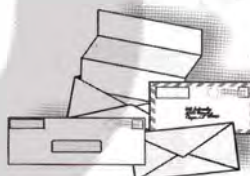
No **Senge RO** a eleição aconteceu no dia 18 de junho e 66% dos votos confirmou a chapa Construção, Unidade e Compromisso, garantindo a reeleição de José Ezequiel Ramos na presidência. A renovação foi de 40% com a eleição de 14 novos diretores. A posse foi no

dia 20 de julho.

No **Senge PB** foi eleito presidente Glauco dos Santos Gouveia (foto), substituindo Alméria Carniato, que agora ocupa a vice-presidência. A posse aconteceu no dia 1º de setembro.

Em Minas Gerais, a eleição do **Senge-MG** aconteceu entre os dias 24 e 28 de setembro e Rubens Moreira foi reeleito para a presidência da entidade.

O vice-presidente da Fisenge Ubiratan Félix (Bira) esteve presente nas posses dos senges RO e PB. A posse em MG está sendo cogitada para acontecer no dia 11 de dezembro, durante as comemorações do dia do Engenheiro e do arquiteto.



■ Prezados Senhores,

Editamos o jornal *Creativo* para o Crea-BA e gostaríamos de ser incluídos no mailing-list do *Jornal da Fisenge*, pelo qual agradecemos antecipadamente.

Carlos Verçosa e Iguabira Veras

DENVER COMUNICAÇÃO

Salvador BA

■ Senhores,

Cartas

Conforme oferecido em divulgação, gostaria de receber dois exemplares da "Revista Fórum".

DIVINA MARIA FRANCO

Aracaju/SE

■ Senhores, Conforme oferecido em divulgação, gostaria de receber um exemplar da "Revista Fórum".

José Alves Correia Filho

Aracaju - Sergipe

Fisenge em Ação

Fisenge participa de congresso mundial

A Fisenge, através dos diretores Paulo Bubach, Agamenon de Oliveira e Luiz Carlos Soares, participou do 1º Congresso Mundial da Union Network International (UNI) realizado, entre 5 e 9 de setembro, em Berlim, na Alemanha.

A Federação buscou estabelecer, nesse congresso, maior articulação com os setores de profissionais engenheiros e quadros do mundo.

Após o congresso, Soares, que é secretário geral

Paulo Bubach

do Setor de Profissionais da UNI Américas, e Agamenon fizeram uma visita à Eurocadres, localizada na Bélgica, a convite do presidente Michael Rosselout e à CGT e CFDT francesas.

Já o presidente da Fisenge, Paulo Bubach, seguiu juntamente com uma delegação do Confea para a Rússia para participar da Assembleia Geral da Federação Mundial de Organizações de Engenheiros (FMOI).

Programas de vídeo para os Senges

A Fisenge distribuiu, aos sindicatos filiados, duas fitas de vídeo: O Sonho Concreto e 16 de Maio.

Sonho Concreto é um vídeo produzido pelo Senge-PR, com apoio da Federação, sobre a inauguração do Monumento Antônio Tavares, ocorrida em Curitiba, no dia 1º de maio/2001.

Já **16 de Maio** é uma produção dos estudantes da Universidade Federal da BA sobre o movimento "Pró-renúncia de ACM".

Outros quatro programas de vídeo - resultantes de uma parceria entre a Fisenge, Confea, Creas MG e ES, Coppe (UFRJ), FNA, Senge-RJ, Cofecon e Corecon-RJ - foram produzidos sobre o I Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre (RS). Apresentam palestras de **Olívio Dutra** (Ventos do Sul), **Dot Keet** (A Farsa do Neoliberalismo); **Iria Charão** (Orçamento Participativo) e **Luiz Eduardo Soares** (Direitos Humanos e Segurança Pública).

As fitas podem ser adquiridas na Fisenge ou Senge-RJ ou, ainda, vistas em exposições nas várias TV comunitárias das capitais. Mais outros seis programas sobre o I FSM estão sendo editados.

VI Consenge será lançado em Aracaju, SE

O lançamento do VI Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (CONSENGE) acontecerá dia 18 de outubro, em Aracaju, Sergipe, em conjunto com a Associação dos Engenheiros Agrônomos.

Na oportunidade, será lançado um concurso para a criação da logomarca do VI CONSENGE com a presença da diretoria executiva da Fisenge que se reuniu em

Aracaju, nos dias 19 e 20 de outubro.

O nome, os temas e a dinâmica do VI CONSENGE, que será realizado entre 8 e 12 de junho de 2002, serão decididos na próxima reunião do Conselho Deliberativo.

Com o objetivo de promover ampla participação no VI CONSENGE, serão realizados debates nos meses de dezembro de 2001, fevereiro e abril 2002.

Profissionais da Vale, CPRM e do Setor Elétrico fecham Acordos Coletivos

Os trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce receberão 6% de reajuste salarial e abono de R\$ 1.000,00. O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2001/2002 foi assinado no dia 6 de agosto.

Entre os pontos acordados estão ainda extensão do benefício material escolar para empregados cursando o 3º grau, empréstimo/retorno de férias de 30% do salário, redução do desconto da dívida com despesas na Assistência Médica Supletiva (AMS) para 10% do salário base, flexibilização da compensação de jornada do pessoal de turno de 6 horas e que o reembolso para alunos do 3º grau será liberado, independentemente da autorização gerencial, desde que o empregado se enquadre em um dos cursos listados pela empresa.

CPRM

Os engenheiros de PE, RO, MG, RJ e BA, representados pela Fisenge, aceitaram a proposta de acordo da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

A última rodada de negociação aconteceu dia 17/09. A CPRM ofereceu 4% de reajuste salarial, abono de 100% sobre o salário base, elevação dos vales alimentação e refeição para R\$ 8,50, aumento de 5% sobre os demais benefícios e manutenção das demais cláusulas do acordo.

ONS apresenta proposta para ACT

O Operador Nacional do Sistema (ONS) apresentou sua proposta para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2001/2002. O ONS ofereceu reajuste salarial de 5% sobre o salário base, 70% de abono sobre a remuneração, elevação dos vales refeição ou alimentação para R\$ 12,00, elevação do teto salarial para a concessão do auxílio-creche para R\$ 450,00 e fornecimento de diárias de viagem iguais para os trabalhadores, com exceção das chefias.

A Fisenge está participando das negociações representando o senge-PE, juntamente com o Senge-RJ. Segundo o diretor da Federação, Clayton Paiva, a proposta está sendo



Mesa de negociação do ACT da Vale do Rio Doce

No final das discussões, a Fisenge, propôs às outras entidades que participaram da negociação que seja formada uma intersindical da CRPM para planejar e organizar novas campanhas.

Setor Elétrico

No mês de julho de 2001, foi assinado o ACT Nacional do Setor Elétrico Brasileiro do qual a Fisenge faz parte com outras federações de trabalhadores.

O acordo foi fechado com um índice de reposição salarial de 6% e um abono correspondente a 1,13% de remuneração (salário + adicionais).

Pela primeira vez, após muitos anos, os trabalhadores do setor conseguiram ter uma reposição bem próxima da inflação do período, que ficou um pouco acima dos 7%.

Com relação as pautas específicas as conquistas anteriores foram praticamente mantidas.

analisada pelas entidades sindicais e ainda não foi marcada outra data para discussão do ACT.

O diretor ressaltou que durante a rodada de negociação, a Fisenge, a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e os sindicatos mostraram sua rejeição à política de esvaziamento das entidades sindicais adotada pelo ONS.

Conforme Clayton, o ONS está oferecendo vantagens aos trabalhadores extra acordo coletivo. "As entidades deixaram claro que farão todos os esforços para reverter a política adotada pela empresa, que estimula a competição em lugar solidariedade".

FNSA quer política nacional de saneamento ambiental

A Frente Nacional de Saneamento Ambiental (FNSA) denuncia que o substitutivo do Projeto de Lei 4147, que trata da Política de Água e Esgoto precisa de mudanças para que possa atender aos interesses de quem vê o saneamento como um serviço público essencial à saúde, apesar dos avanços em relação ao texto do Governo.

“Não pode ser confundido com um negócio para ganhar dinheiro,” afirma a diretora da Fisenge, Maria José Salles, que é integrante da FNSA. E o Governo Federal já anuncia sua intenção de votar neste mês de outubro o projeto na Câmara dos Deputados.

Segundo a FNSA, que divulgou uma nota sobre a situação, “o substitutivo divulgado pelo relator se restringe à uma Política Nacional de Água e Esgoto, abandonando o conceito de Política Nacional de Saneamento Ambiental, não atendendo aos aspectos essenciais daqueles que defendem o saneamento público, universal e de qualidade”.

Segundo a FNSA a representação dos trabalhadores não está contemplada no Conselho Nacional proposto e não há qualquer menção ao Plano Nacional e às Conferências Nacionais

de Saneamento como instrumentos da Política Nacional.

No que diz respeito à titularidade, o substitutivo explicita que as etapas do serviço público de água e esgoto referentes à distribuição de água tratada e à coleta de esgoto, devem ser consideradas de interesse local. Além disso, aliena dos municípios e transfere para os estados, a titularidade das etapas de interesse comum. E ainda, não prevê a representação dos usuários nos conselhos deliberativos previstos para as situações de gestão compartilhada e gestão associada.

Importante ressaltar que ao mesmo tempo que o substitutivo reconhece, o Art. 241, para que os municípios estabeleçam convênio com os estados transferindo a operação dos serviços para a Companhia Estadual – dispensando o processo licitatório – ,ele prevê, a possibilidade de transferência do serviço do Município para o Estado para que este último promova a concessão à iniciativa privada.

A proposta do relator admi-

te ainda que, em caso de concessão do serviço a terceiros, o concessionário possa não ser responsável pelas dívidas existentes relativas à prestação do serviço e pela quitação de eventuais indenizações, o que signifi-



Periferia de Vitória-ES

caria deixar as receitas com o concessionário privado e as dívidas com o Poder Público.

Ao descartar o atual sistema de subsídio cruzado entre municípios e não apontar para a constituição de fundo de universalização nos estados com controle dos conselhos estaduais, o substitutivo pode criar uma situação de inviabilidade de atendimento dos municípios mais pobres e das áreas rurais. Perde ainda a oportunidade de reservar os recursos do FGTS ao financiamento dos operadores

públicos, pois não veda a concessão de financiamentos com recursos deste Fundo, poupança forçada dos assalariados, a concessionárias privadas.

O substitutivo apresenta dispositivos que determinam competências à ANA, como indicar áreas prioritárias para investimentos, que de acordo com a Lei Nº 9.433, são de atribuição dos comitês de bacias hidrográficas através dos planos diretores de recursos hídricos. Outra grave questão é que o substitutivo transforma a declaração de disponibilidade

hídrica em outorga de uso de água e, ainda, funde a outorga de captação de água com a de lançamento de efluentes.

Por último, nos casos em que o serviço está sendo prestado por companhia estadual sem e ou nos casos de término do contrato ou convênio, o substitutivo acolhe indevidamente a tese da indenização prévia e liminar por parte do Município, sem condicioná-la à prestação de contas, devidamente auditada, por parte da concessionária estadual.

Fisenge discute organização sindical

No mês de abril de 2001, a Fisenge e seus sindicatos filiados realizaram seminários regionais para discutir as formas de organização sindical. O tema decisivo para os engenheiros e suas organizações foi o da inserção dos sindicatos da categoria num ramo de atividade econômica

Faz-se necessário contemplar as especificidades de uma categoria em que parte é vinculada a empresas em que atuam outros sindicatos (como as estatais e privadas dos ramos de petróleo, telecomunicações, energia, águas e esgotos, etc.), entendida e entendendo-se como autônoma (profissionais liberais).

Tal inserção se daria no Ramo 14 da CUT, mas este é um ramo cuja construção encontra-se pouco avançada e a participação dos engenheiros em seu interior poderia dar-se nos moldes dos sindicatos atuais ou a partir de uma ampliação das bases filiadas às organizações sindicais atuais.

Os seminários da Fisenge aprovaram, entre outros encaminhamentos, os seguintes pontos:

- Lutar pela implantação das OLTs (Organizações por Local de Trabalho) conforme a Convenção 135 da Organização Mundial do Trabalho (OIT).
- Lutar pela regulamentação de artigos que tratem da organização sindical e relações de trabalho na Constituição Federal.
- Combater sob todas as formas a PEC 623/98 e/ou outra que venha a substituir.

Com relação ao polêmico tema da unicidade sindical, a maioria das intervenções foram no sentido de defender que seria um risco muito grande mudar para a pluralidade neste momento conjuntural de ofensiva neoliberal contra os sindicatos e da flexibilização dos direitos trabalhistas.

Em relação ao Imposto Sindical, foi proposta sua extinção no período de cinco

anos, sendo 20% ao ano. Enquanto existir, deve ser devolvido o valor do imposto para os associados, tanto os 60% dos sindicatos como os 15% da Federação.

Sobre a estrutura dos sindicatos de engenheiros e sua relação com a CUT foram discutidos diversos encaminhamentos. A consolidação dos debates sugeriu a seguinte proposta:

- Pela criação dos sindicatos das Profissões Regulamentadas (quadros) de base estadual;
- No processo de transição, criar sindicatos das Profissões da Área Tecnológicas e fóruns intersindicais.

A inserção dessas atividades na CUT se dariam:

- No Ramo de Atividade das Profissões Regulamentadas (quadros, Ramos 14) ou através de sindicatos das Profissões Regulamentadas (Quadros) nos ramos de atividade da CUT.

Estatuto das Cidades é instrumento para garantir gestão democrática



Uma das diretrizes do Estatuto das Cidades (Lei 10.257), aprovado no mês de julho e que entra em vigor no dia 10 de outubro, ou seja, 90 dias após sua publicação, fala da adoção de gestões orçamentárias democráticas, nos moldes do orçamento participativo.

Além disso, estabelece instrumentos para garantir a gestão democrática das cidades, como órgãos colegiados de política urbana, debates, audiências e consultas públicas sobre propostas apresentadas pelo executivo, do

plano plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do orçamento.

Caso isso não aconteça, as Câmaras não podem aprovar os projetos. Cada município definirá como promover a participação popular.

Embora o orçamento participativo, adotado desde 1988 pelo PT em Porto Alegre, seja o modelo mais conhecido de consulta sobre os investimentos públicos, processos semelhantes difundiram-se na última década.

Esperanças para quem mora em local irregular

“Após tantos anos de luta, a aprovação do Estatuto das Cidades traz esperança às famílias que vivem em áreas irregulares e para tantas outras que lutam por um lugar digno onde viver nas cidades. Para os mo-



vimentos de moradia, o Estatuto é um instrumento de democratização do acesso à

terra e, principalmente, ferramenta na construção do direito a cidade, considerando habitação o aspecto fundamental da política urbana. Ao incidir sobre terrenos e edificações vazias, combate a especulação imobiliária que expulsa a população mais pobre cada vez para mais longe.

Principais pontos do Estatuto das Cidades

- Garantia do direito a cidades sustentáveis;
- Gestão democrática;
- Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade;
- Planejamento do desenvolvimento das cidades;
- Oferta adequada de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos;
- Ordenação e controle do uso do solo;
- Complementaridade entre as atividades urbanas e rurais;
- Produção de bens e serviços nos limites da sustentabilidade ambiental;
- Justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização;
- Privilégio para investimentos geradores de bem-estar geral;
- Recuperação, pelo poder público, de investimentos que tenham resultado na valorização de imóveis urbanos;
- Proteção do meio ambiente natural e do patrimônio cultural;
- Audiência do poder público local e da população interessada para a implantação de empreendimentos impactantes;
- Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por populações de baixa renda;
- Simplificação da legislação;
- Isonomia de condições para os agentes públicos e privados.

Agora, temos que democratizar seu conteúdo e colocar este instrumento nas mãos de todos para que a lei de fato “pegue” e comece a dar resultados concretos. Uma das principais estratégias deve ser a divulgação e a pressão aos governos locais para que o utilizem imediatamente.”

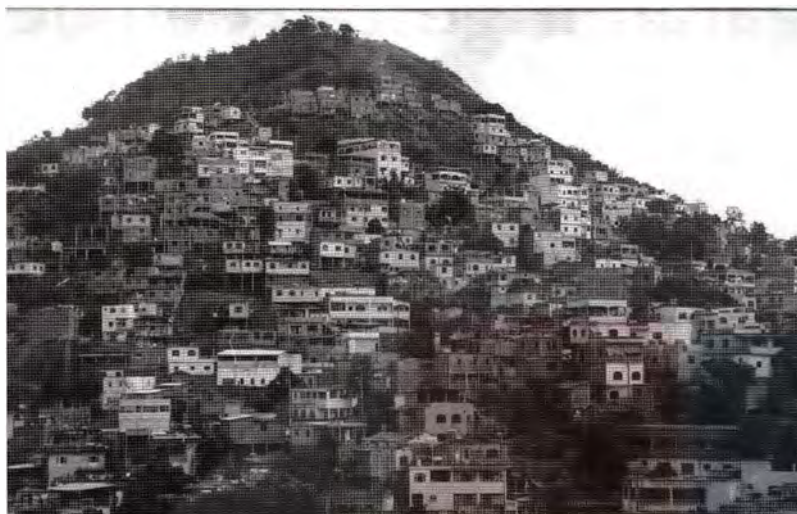
Evaniza Rodrigues, coordenadora da União Nacional por Moradia Popular e membro do Fórum Nacional de Reforma Urbana

Estatuto legaliza favelas e ocupações

Barracos construídos com paredes de tábuas, piso de chão batido, cobertos por restos de amianto, latas e lonas em terrenos irregulares. Ruas sinuosas e estreitas. Esgoto a céu aberto. Gambiarras. Ligações clandestinas – o chamado “gato” – de água. Falta de postos de saúde, de escolas e policiamento.

Esse é o retrato fiel de muitas favelas e que não figuram nos cartões postais, mas que tem uma população maior que muitos municípios e um índice de criminalidade elevado. Assim são as favelas que agora podem ser regularizadas e receber do poder público os benefícios sociais.

Pelo texto da lei do Estatuto das Cidades que estabelece regras para legalizar ocupações, favelas e loteamentos irregulares, serão beneficiados, no entanto, somente os que estiverem localizados em áreas privadas. O usucapião urbano particular e coletivo permitirá a distribuição de títulos de propriedade aos que moram há cinco anos em terrenos privados de até 250 metros quadrados.



182 e 183 da Constituição Federal, criando regras para a política urbana.

Polêmica

A representante do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), Grazia de Grazia considerou o veto um retrocesso. “As ocupações em terras públicas que são a maioria das favelas, loteamentos irregulares, cortiços e invasões ficaram fora do texto”, criticou. Grazia protestou ainda pelo

O presidente FHC vetou os artigos que permitiam o usucapião urbano em terras públicas. As favelas e loteamentos irregulares localizados em áreas da União, estados e municípios serão objeto de nova medida provisória ou projeto de lei.

“O problema da ocupação de áreas públicas é muito complexo. Tal como estava no Estatuto, até as praças públicas poderiam ser ocupadas”, justificou o presidente.

“Vetei mas com o compromisso de enviar novo instrumento adequado”, disse Fernando Henrique. O Estatuto das Cidades regulamentou os artigos

fato de o governo desejar incluir na medida provisória uma data limitando a regularização. O governo só beneficiará quem estiver ocupando os lotes há cinco anos até 30 de junho de 1996.

Hoje, 80% da população brasileira vivem nas grandes cidades e nas 11 regiões metropolitanas. A preocupação do governo foi provocada por um alerta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelando que mais da metade da população brasileira que mora em regiões metropolitanas vive em situação irregular - em favelas, loteamentos clandestinos ou ocupações ilegais.

Vizinhos poderão opinar sobre construções

O estatuto também atinge diretamente moradores da chamada cidade formal. Os cariocas que vivem em casas e apartamentos regularizados terão a seu favor a obrigatoriedade do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), criado pela nova legislação. A partir da regulamentação do texto, qualquer novo empreendimento imobiliário - seja ele um prédio residencial, um shopping center ou casas de shows - terá que passar pelo crivo dos vizinhos.

O estatuto das cidades permite outra novidade. A cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo. O sistema faz com que seja economicamente inviável um proprietário manter por

muito tempo terreno vazio e subutilizado em área de interesse social. Se o proprietário não quiser pagar o IPTU progressivo ou descumprir as determinações do Plano Diretor, as alíquotas dobrarão em até 15% ao ano

sobre o valor do imóvel e até o teto de 75% ao final de cinco anos. O estatuto proíbe a concessão de anistia aos devedores deste imposto.



Direito à cidade é tema de Congresso

O I Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, nos colocou como desafio a ampliação e o fortalecimento de processos democráticos, participativos e de integração de diferentes atores sociais para termos um mundo melhor.

O 1º Congresso Nacional pelo Direito à Cidade, que acontece de 15 a 17 de outubro, no Palácios das Convenções Anhembi/São Paulo, é uma iniciativa de diversos atores sociais que atuam com a questão urbana. Participa deste Congresso, representando a Fisenge, o vice-presidente Ubiratan Félix - Bira (foto ao lado).

“O objetivo é realizar um grande encontro que amplie e fortaleça as articulações, movimentos, fóruns e redes urbanas de cidadania formada por diferentes atores sociais, organizações não-governamentais, movimentos populares, entidades civis e sociais, sindicatos, universidades, representantes das prefeituras e parlamentares para enfrentar o desafio de termos cidades mais justas, belas, humanas e democráticas como condicionante para um mundo melhor”, afirma Bira.

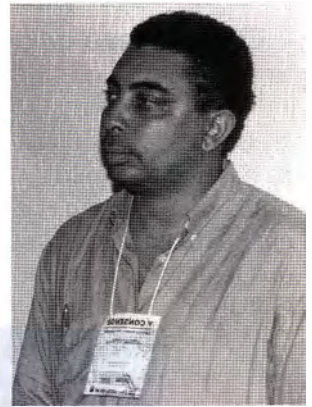
O evento é aberto a todos interessados pelo tema e que desejam viver em

cidades com melhor qualidade de vida.

Fazem parte da Coordenação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) as seguintes entidades: Polis, Fase, Ansur, Fisenge, Fenae, FNA, Central de Movimentos Populares, União Nacional dos Movimentos de Moradia, Movimento Nacional de Luta por Moradia.

Para informações sobre o Congresso acesse:

www.direitoacidade.prefeitura.sp.gov.br



PROGRAMAÇÃO

Abertura - Plenárias

Histórico e balanço das lutas pelo direito à cidade e a reforma urbana no Brasil.

15/10/2001: Mesa - Apresentação dos temas:

- Gestão democrática das cidades
- Financiamento das Cidades
- Relações Institucionais
- Participação Popular

16/10/2001: Mesa - Apresentação dos temas:

- Estatuto da Cidade – diretrizes e instrumentos para uma política urbana

· Função Social da Cidade

17/10/2001: Mesa – Apresentação dos temas:

- Plataforma da reforma Urbana
- Plano de ações para implementação do “Estatuto da Cidade”
- Trabalho em Grupo (discussão dos temas)
- Transportes Públicos
- Saneamento Ambiental
- Gestão Democrática/Controle Social
- Política Habitacional/Direito a Moradia, Estatuto da Cidade – Função Social e Gestão da Cidade

Prefeitura em São Paulo antecipa aplicação do Estatuto das Cidades

O município de Santo André (SP), administrado pelo petista Celso Daniel, antecipou a aplicação de alguns dos instrumentos de política urbana previstos no Estatuto das Cidades, sancionado no dia 10 de julho pelo governo Federal.

O Estatuto das Cidades estabelece novas regras e instrumentos para o uso do solo em áreas urbanas, como a gestão democrática, a obrigatoriedade do plano diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes, o IPTU progressivo, a desapropriação de áreas não utilizadas pelo proprietário, o usucapião especial, a concessão de uso especial para fins de moradia e o estudo de impacto de vizinhança, entre outros.

As Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), a alienação de potencial constru-

tivo, inclusive com alteração de uso, a concessão de direito real de uso - acatada pelo Estatuto das Cidades de maneira mais ampla na forma do “direito de superfície” - e a assessoria à impetração de usucapião especial já estão instituídas.

Além disso, o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) está previsto no Plano Diretor do Município de maneira mais abrangente, o chamado Estudo de Impacto Urbanístico. A prefeitura de Santo André também está elaborando uma legislação municipal de urbanização consorciada e já dispõe de um instrumento de gestão democrática, o Orçamento Participativo, que, apesar de não estar regulamentado pelo Estatuto das Cidades, atende aos princípios de exequibilidade e transparência da política urbana.

Curitiba já cumpre parte do Estatuto

Na nova legislação de zoneamento e uso do solo de Curitiba foram introduzidos outros instrumentos que apareceram agora no Estatuto da Cidade.

Tida como uma cidade com maior qualidade de vida do Brasil, Curitiba instituiu unidades de conservação com definição de áreas verdes a serem preservadas, para a criação de espaços públicos, e as zonas especiais de interesse social, para a implantação de programas de habitação popular, concentradas na região sul da cidade.

A proteção ao patrimônio edificado da cidade, prevista no Estatuto, também é outra preocupação antiga da Prefeitura. Embora o município não conte com o instrumento do tombamento, todos os imóveis de valor histórico ou arquitetônico estão cadastrados como Unidades de Interesse de Preservação (UIP) e não podem ser demolidos. A realização de obras de reforma ou restauro destas unidades passa por uma avaliação especial do Ippuc e da Secretaria Municipal do Urbanismo.

País do futuro mais urbano e idoso

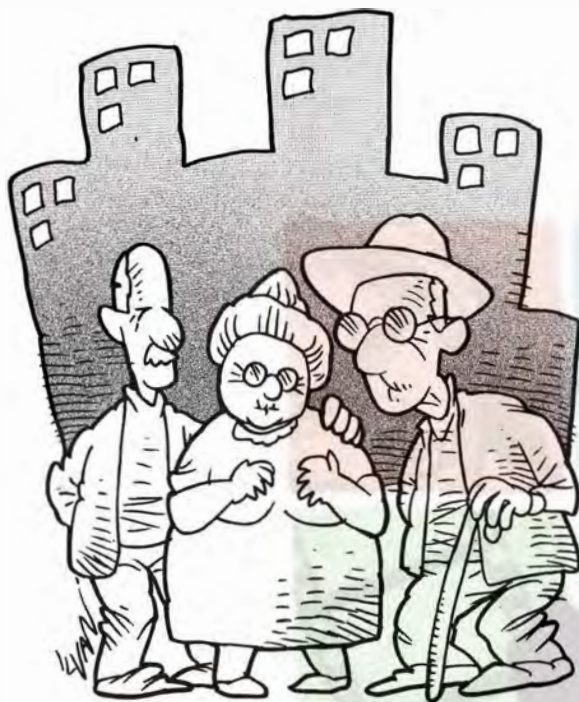
ONU prevê que população deverá crescer à taxa de 1,1% ao ano e atingir 201 milhões em 2015

Um país com população concentrada nas cidades e número cada vez maior de idosos. Esse é o retrato do Brasil em 2015, traçado a partir do Relatório do Desenvolvimento Humano 2001 da ONU.

A taxa de crescimento anual da população brasileira (1,1%) deverá acompanhar a média mundial, estimada em 1,2% para o período de 1999 a 2015. É um percentual três vezes maior que o dos países com elevado percentual de desenvolvimento humano, que se situa em 0,4%. A população mundial, hoje com mais de 6 bilhões, deve saltar para 7 bilhões entre os 162 países listados. O Brasil, que tem 169 milhões de habitantes, deve alcançar os 201,4 milhões em 2015.

A população urbana que era de 80,7% no Brasil deve subir para 86,5%. No mundo, a estimativa é mais modesta: de 46,5% para 53,2%.

O número de brasileiros de até 15



anos, que em 1999 correspondiam a 29,3% da população, deve baixar para 24,3%. A taxa de fertilidade feminina tam-

bém deve acompanhar a queda, declinando de 4,7% para 2,3%. Em contrapartida, a expectativa é de que a população de idosos aumente. Hoje, os idosos correspondem a 5% dos habitantes. Em 2015, deverão ser 7,3%.

No cenário atual, o estudo mostra que o Índice de Desenvolvimento Humano ao Gênero (IDHG) brasileiro cresceu, apesar de o PIB per capita da mulher ainda ser bem inferior ao do homem.

Apesar de as mulheres continuarem a ter presença maior nas escolas do que os homens, a participação percentual em termos de matrículas caiu de 82% para 80%. O índice de matrícula dos homens subiu de 78% para 79%.

No item esperança de vida, homens e mulheres também apresentaram aumento. A expectativa passou de 71,2 anos para 71,8, no caso das mulheres, e de 63,3 anos para 63,9, entre os homens.

Criar tecnologia para não sacrificar a população

Avançar em tecnologia é um dos principais desafios para o Brasil. Com a crise de energia, o mundo não vai esperar que o Brasil se acerte e, para só então, cobrar progressos tecnológicos. E os prejuízos serão unicamente para a economia brasileira, que perderá em competitividade, e para a qualidade de vida no país.

A Organização das Nações Unidas divulgou o Índice de Avanço Tecnológico (IAT). A lista é incluída pela primeira vez no Relatório de Desenvolvimento Humano.

O Brasil ocupa a 43ª posição no ranking do IAT. São avaliados 72 países, divididos em quatro grupos: líderes, líderes potenciais, seguidores dinâmicos e marginalizados. O Brasil faz parte do terceiro grupo. Utiliza tecnologias antigas, porém é deficiente na produção tecnológica, aferida pelo número de patentes: uma proporção modesta a



concessão de duas patentes para cada milhão de brasileiros.

Outros indicadores também são acanhados. As receitas de royalties e direitos de licença situam-se em US\$ 0,8 por mil habitantes. Já os servidores de Internet são 7,2 por mil habitantes, segundo os números da ONU.

Brasil e China são os dois únicos representantes do mundo emergente a possuírem, cada um, dois centros

mundiais de tecnologia. Isto é uma referência internacional, porém é desconfortável que entre os "seguidores dinâmicos" o país esteja em posição abaixo do Uruguai, da África do Sul e da Tailândia.

A nova legislação para a informática, sem dúvida, abre perspectivas de progressos. Mas só isso não irá proporcionar o salto brasileiro, saindo da condição de seguidor de tecnologias já existentes para criador de novos parâmetros.

Habitação é tema de campanha da ONU

O Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos vem desenvolvendo uma Campanha mundial que tem como ponto de partida estratégico levantar os temas relacionados aos Programas de Habitação e Moradia adequada para todos, reduzindo a exclusão social.

Segundo Lara Bernardi, neste mês de outubro, está prevista a realização de uma reunião de ministros da área de habitação dos países Latino-americanos e Caribe, em Havana. "Algumas dessas reuniões já aconteceram e o Brasil tem se ausentado sistematicamente", alerta a deputada.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados está discutindo dois projetos importantes da área de habitação do Brasil: o Estatuto das Cidades, que já foi aprovado e será analisado na Conferência das Cidades, no mês de novembro, na Câmara dos Deputados. Outro projeto é o de iniciativa popular, propondo a criação do Fundo Nacional da Moradia Popular, que deu entrada na Câmara em 1990, com o aval de 1 milhão de assinaturas.

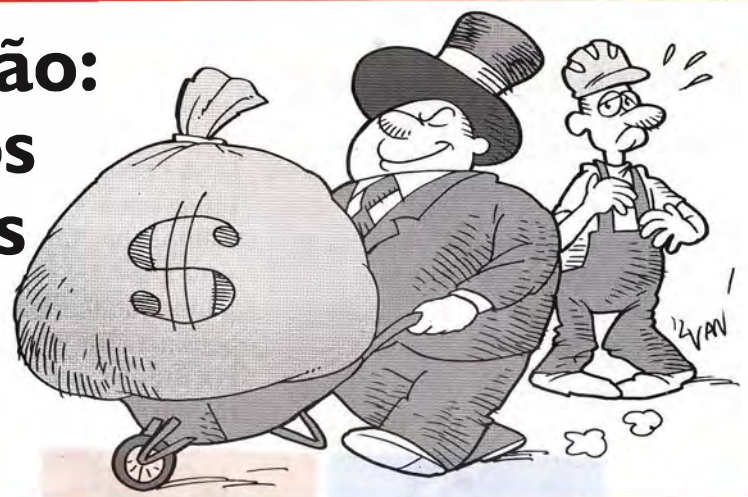
A questão da corrupção ultrapassa a ética, vai além da justa indignação que devemos todos sentir ao ouvir falar em subornos e propinas.

A corrupção tornou-se uma matéria de preocupação mundial. Suas conseqüências políticas, econômicas e sociais repercutem na capacidade dos governos de prestarem serviços públicos eficazmente.

Em 1996, a Convenção Interamericana Contra a Corrupção, foi o primeiro tratado anticorrupção do mundo, o hemisfério tem sido um líder na abordagem da corrupção. A gênese da Convenção foi o mandato emanado da I Cúpula das Américas, realizada em Miami, em 1994. A seção sobre o Plano de Ação, intitulada "Combatendo a Corrupção", afirmou que os governos deveriam desenvolver, dentro da Organização dos Estados Americanos (OEA), uma "abordagem hemisférica para os atos de corrupção nos setores privado e público". Assim, a OEA, na Assembléia Geral de 1995, no Haiti, incumbiu seu Grupo de Trabalho sobre Probidade e Ética Pública de elaborar um texto preliminar da Convenção Interamericana Contra a Corrupção. O texto final culminou com a assinatura dessa Convenção por vinte e um países.

Este documento adotado pela OEA, em 1997, descreve várias medidas destinadas a assegurar a ratificação da Convenção, a desenvolver mecanismos para a participação da sociedade civil nos esforços anticorrupção e a aumentar o intercâmbio de informações entre os Estados membros e as organizações internacionais.

Corrupção: mal dos séculos



Metade dos Brasileiros acham que a corrupção cresceu no país

Pesquisa revela: 6% dos eleitores ouviram propostas de trocar voto por dinheiro. Segundo pesquisa realizada pelo Ibope para a Transparência Brasil, ONG associada à Transparency International, a percepção da corrupção é mais acentuada no plano federal e a avaliação negativa teve a contribuição das denúncias recentes envolvendo órgãos governamentais - como a violação do painel do Senado. A pesquisa da Transparência foi realizada com duas mil pessoas, distribuídas igualmente pelas cinco regiões, entre 15 e 20 de março.

No que se refere ao nível federal, 51% dos entrevistados têm a percepção de que a corrupção aumentou; apenas 7% acreditam que diminuiu. No plano estadual, a corrupção aumentou para 41% dos entrevistados e, no municipal, para 40%. "A percepção negativa que a sociedade tem é muito grave, pois mostra que se o governo está implantando medidas

contra corrupção, ela não está percebendo", disse o secretário-geral da Transparência, Cláudio Weber Abramo.

Além de avaliar a percepção da sociedade, a pesquisa revelou que, nas eleições municipais de 2000, 6% dos eleitores receberam proposta de compra de votos por dinheiro. "Os entrevistados responderam a uma pergunta objetiva, se receberam dinheiro pelo voto", disse o analista político e professor da Universidade de Campinas, Bruno Wilhelm Speck. Não estão incluídos aí aqueles que receberam cesta básica ou materiais de construção em troca do seu voto.

As propostas de compra direta de votos se concentram nas regiões Norte e Centro-Oeste, com uma taxa de 12% do eleitorado, o dobro da média nacional. Nas regiões Nordeste e Sul a taxa é de 7%, enquanto no Sudeste cai para 4%.

Miséria acaba se governo aplicar melhor os recursos do orçamento

Pesquisa mostra o custo para se transformar 50 milhões de indigentes em pobres

Se cada um dos 119 milhões de brasileiros acima da linha da pobreza doasse R\$ 14,04 por mês - e o dinheiro não fosse desviado e chegasse a quem precisa -, as quase 50 milhões de pessoas que sobrevivem com padrão de vida próximo da indigência poderiam garantir que sobre a mesa, todos os dias, a quantidade de calorias mínima recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). As contas foram feitas pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mostram o "Mapa do Fim da Fome no Brasil".

O estudo da FGV foi baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, PNAD, de 96 a 99. A pesquisa revela que 50 milhões de pessoas (29,3% da população total do país de acordo com o Censo 2000), se sustentam com uma renda mensal inferior a R\$ 80 per capita. De acordo com o chefe do Centro, o economista Marcelo Neri, receita insuficiente para garantir a compra da cesta básica de alimentos indicada pela OMS.

O estudo da FGV vai além de identificar o problema. Ele determina, com exatidão matemática, o quanto seria necessário para erradicar

esse quadro de miséria. A aplicação de R\$ 1,69 bilhão por mês (2% do PIB), o que significaria uma contribuição mensal de R\$ 14,04 por brasileiro acima da linha da miséria absoluta.

Mas os pesquisadores da Fundação afastam a idéia de que estariam propondo algum novo tipo de CPMF para acabar com a indigência. De acordo com Marcelo Neri, o que hoje é destinado pelo governo a programas de combate à miséria é mais que suficiente para acabar com a fome no país. A idéia desta pesquisa é mostrar como custa pouco erradicar a pobreza.

Os gastos necessários para acabar com a fome variam de acordo com o estado. De acordo com o relatório, cada habitante do Piauí teria que contribuir com R\$ 24 para que todos no estado pudessem comer o suficiente. O Piauí, com 2,6 milhões de habitantes tem a maior população de indigentes do país: 61,26%. Enquanto isso, em São Paulo, onde a renda é de R\$ 380 por pessoa e os indigentes não chegam a 12% da população, resultaria em doar apenas R\$ 4,15 para eliminar a pobreza da face do estado, que hoje ainda impõe a 4,1 milhões de pessoas um cotidiano de fome.

O Brasil tem jeito

Não obstante aos esforços mundiais, não há mágica que conserte tudo. Eliminar a corrupção - ou melhor, atenuá-la, transformando-a de epidemia em afecção esporádica - requer medicação sábia e vida saudável.

O Brasil pode começar dando maior transparência em todos os níveis da relação público-privado. A grande maioria dos executivos e dos servidores públicos eleitos ou nomeados são cidadãos decentes e honestos que só têm a ganhar com uma exposição maior de sua conduta. E mais, servidores públicos de todos os níveis devem receber um salário justo.

A corrupção é uma via de mão dupla. Não pode haver corrupção pública sem corruptores privados.

O país precisa de uma legislação mais dura para castigar a corrupção que emana de dentro das empresas privadas. Isto deve incluir uma contabilidade mais transparente e punição mais efetiva não apenas para quem passa a "bola", mas igualmente para quem toma a decisão, torna o suborno disponível ou aceita que seja praticado.

A construção de uma economia moderna e eficiente, capaz de criar melhores padrões de vida, especialmente para os pobres, exige ação firme e enérgica contra uma doença que não pode mais ter lugar no Brasil do século XXI.

Melhorar atuação da Fisenge no cenário internacional

“O dever de toda organização de trabalhadores é lutar contra a globalização neoliberal no mundo. Esse é também um divisor de águas fundamental e que deve nortear nossa entidade em termos de política mais geral, como também dos alinhamentos e encaminhamentos comuns com outras entidades do movimento internacional. Não há meio termo diante de como se dá o processo de globalização, inteiramente voltado para aumentar as vantagens e os lucros dos grandes grupos internacionais”.



Com essa afirmação, o diretor Agamenon de Oliveira (foto), elaborou um documento que fez um balanço das ações desenvolvidas, servindo de base para

um seminário sobre a Política Internacional implementada nos últimos cinco anos pela Fisenge. O seminário foi realizado no dia 2 de agosto.

Segundo ele, o relacionamento com entidades internacionais começou já na época da Consenge. Inicialmente, foi fortalecido com o sindicalismo de quadros, da França e da Bélgica e a participação nas reuniões do Setor de Profissionais e Quadros da FIET, Federação da qual a Fisenge é filiada desde 1995. Em maio de 2000, a FIET, a IC, FGI e a MEI se juntaram para formar a UNI, que representa 15 milhões de trabalhadores e 900 sindicatos em 140 países.

A Fisenge participou ao longo desses anos, de vários seminários, conferências, congressos, fazendo parte, inclusive, da Comissão Organizadora da Conferência Mundial de Engenheiros que se realizou em Melbourne, Austrália em 1999.

A Fisenge juntamente com entidades argentinas e dentro do espaço de discussão da UNI tem buscado a organização dos Engenheiros e Quadros no Mercosul e na América Latina.

Campanha Jubileu Sul/Américas

Auditoria cidadã da dívida externa

A Fisenge é uma das entidades que integram a coordenação nacional da Campanha Jubileu Sul/Américas, que vem a ser a versão pós 2000 da Campanha Jubileu 2000, que organizou o Seminário da dívida externa, em 1998, em Brasília, o Tribunal da Dívida Externa, em 1999, no Rio, e o Plebiscito Nacional da Dívida Externa, no ano passado.

A campanha está organizada em aproximadamente 50 países, basicamente do hemisfério sul, onde se encontra a maioria dos países endividados, mas conta também com o envolvimento de campanhas em países ricos, como os EUA e Canadá (daí o nome Américas), a Bélgica e outros.

Para 2001, a campanha brasileira programou a realização das seguintes atividades:

a) lutar pela aprovação dos projetos de Lei que estabelecem, respectivamente, o plebiscito oficial da dívida externa mais uma auditoria dessa dívida e a remissão (perdão) da dívida dos países com renda per capita menor que a nossa, que são credores do Brasil; os dois projetos estão em tramitação, respectivamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal;

b) realizar uma auditoria “cidadã” da dívida externa;

c) realizar tribunais das dívidas internas nos estados; no Rio de Janeiro, como já havia sido realizado o tribunal

da dívida externa, o Senge-RJ decidiu organizar um tribunal das privatizações, que ocorreu no período de 3 de agosto a 3



de setembro, culminando com um Tribunal Simulado, realizado na Assembléia Legislativa do Rio, no último dia do evento;

d) realizar o acompanhamento dos orçamentos municipais; para isto, está sendo preparada uma cartilha com orientação dos grupos que assumirem a tarefa, especialmente, aqueles que organizaram o Plebiscito em 2000.

O representante da Fisenge na coordenação da Campanha, o diretor Sérgio Almeida (foto), é o responsável pela elaboração desta cartilha, em parceria com o Fórum Popular de Orçamento do RJ.

Em nível internacional, além da participação da Fisenge na Conferência Barcelona 2001, no mês de junho, e nos preparativos para a participação dos protestos durante o Fórum Social de Gênova, estamos participando da organização de um Tribunal Ético das Dívidas, que terá lugar no II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no próximo ano.

Conferência discute privatizações e relações trabalho

Os diretores da Fisenge Clayton Paiva e Olímpio Alves dos Santos participaram da 3ª Conferência Latino-americana e do Caribe do ICEM (Federação Internacional de sindicatos de trabalhadores da Química, Energia, Minas e Indústrias diversas), realizada de 10 a 13 de setembro, no Rio de Janeiro. No evento foram discutidos assuntos como as privatizações do setor energético, principalmente sobre seus resultados nefastos, em especial o péssimo serviço prestado, o desemprego e o aumento de tarifa. As perseguições aos sindicalistas e as relações de trabalho também foram debatidas. Quanto a este último ponto, os participantes do encontro irão fazer um levantamento de diver-



Clayton (acima à direita) e Olímpio (destaque)

representaram a Fisenge nesta Conferência



sas empresas para saber como está o tratamento aos trabalhadores principalmente quanto as normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Campanha Jubileu Sul combate as conseqüências perversas das dívida Externa e Interna

“A Campanha quer ser um chamado à organização global, ou melhor, à globalização da solidariedade. Quer também discutir vias alternativas às relações econômicas mundiais”

1. O que é a Campanha Jubileu Sul Brasil?

A Campanha Jubileu Sul Brasil insere-se numa campanha mais ampla, chamada Jubileu Sul. Trata-se de uma articulação internacional de combate às conseqüências perversas das dívida externa e interna, especialmente nos países do Terceiro Mundo. Essa denominação inclui duas coisas: a) o termo jubileu vem da tradição bíblica. Representa um tempo de júbilo, de alegria e de recomeço. No ano jubilar, a cada 7 e a cada 50 anos, as dívidas eram perdoadas e a todas as pessoas dava-se a possibilidade de uma nova oportunidade; b) o termo sul, por sua vez, indica os países localizados mais ao sul do planeta, especialmente na Ásia, na África e na América Latina. Como bem sabemos, ao longo da história, os povos dessas nações foram simultaneamente saqueados e endividados pelos países centrais. A colonização, no passado, e hoje a neo-colonização são experiências que deixaram marcas profundas de concentração e exclusão social a um só tempo. A Campanha quer ser um chamado à organização global, ou melhor, à globalização da solidariedade. Quer também discutir vias alternativas às relações econômicas mundiais. No Brasil, a Campanha tem como parceiros entidades sindicais, movimentos sociais, igrejas, ONGs, partidos políticos e outras organizações populares.

2. Os Tribunais Estaduais sobre o processo de endividamento aconteceram em quais estados? Como foi a repercussão desse movimento?

Temos notícias de Tribunais Estaduais nos seguintes estados: Espírito Santo, Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Piauí. Alguns já ocorreram, outras estão em fase de preparação. Da mesma forma que o Tribunal da Dívida Externa, realizado do Rio de Janeiro em fevereiro de 1999, esses eventos constituem momentos fortes de debate em torno da dívida externa e das dívidas sociais. A população mais pobre, através de seus representantes, é chamada a emitir seu julgamento sobre os crimes causados pelo endividamento progressivo. O capital financeiro internacional – junta-

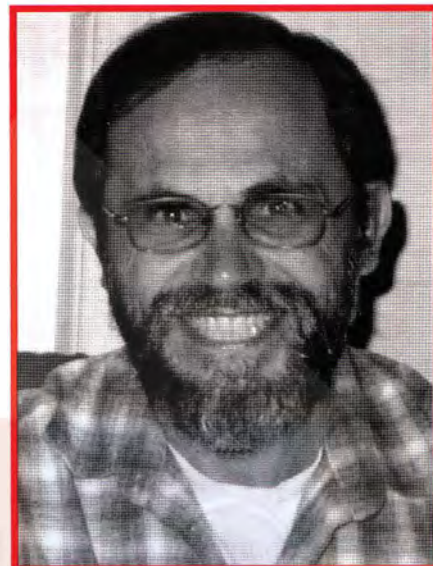
mente com seus porta-vozes, FMI, Banco Mundial – é colocado no banco dos réus. As acusações se multiplicam e se repetem de estado para estado: a sangria de recursos para o pagamento dos juros e serviços da dívida acaba prejudicando a qualidade de vida da população, especialmente na área social: alimentação, saúde, educação, habitação, reforma agrária, segurança, transporte coletivo, etc.

3. Essas atividades de luta dão continuidade ao Tribunal e ao Plebiscito da Dívida Externa já realizados?

Sim. O importante é manter a sociedade civil mobilizada em torno da questão da dívida externa. É público e notório que os acordos com o FMI impõem metas restritivas aos países endividados. Exigem cortes orçamentários para conseguir superávit primário (diferença entre receitas e despesas). Tais cortes sacrificam na maioria das vezes as políticas públicas. Ou seja, quem paga a conta é a população mais pobre. No fundo, pelo mecanismo da dívida externa, os riscos dos mega-investidores são transferidos para os contribuintes dos países endividados. Os governos – ao mesmo tempo reféns e cúmplices – exercem a função de repassar os custos para as camadas mais excluídas, com isso ampliando ainda mais a margem de exclusão social. Daí a importância de que as organizações da sociedade civil sejam chamadas ao debate, o qual, na medida do possível, deve envolver todo o povo, uma vez que todos somos vítimas desse mecanismo.

5. A Campanha denuncia que as dívidas interna e externa geram na população muitas dúvidas e aparentes mistérios. Como fazer para conscientizá-la?

Penso que o plebiscito representou uma experiência que deu certo. Os organizadores do pleito conseguiram popularizar as questões. O tema da dívida externa, difícil do ponto de vista teórico, foi traduzido para o cotidiano das pessoas em problemas bem práticos. Por exemplo: quantas escolas, quantos hospitais ou quantas casas se poderia construir com o dinheiro que anualmente é desviado para o pagamento de juros e serviços da dívida? Ou então, quantos postos de trabalho poderiam ser criados? Questões desta natureza mexeram com o dia-a-dia da



Pe. Alfredo J. Gonçalves é Assessor do Setor Pastoral Social da CNBB, um dos coordenadores da Campanha Jubileu Sul

população: com o bolso, com o estômago e com o emprego. Dessa forma, a dívida externa se tornou um tema de fácil compreensão. Os resultados do plebiscito são a maior prova do acerto: mais de 6 milhões de pessoas saíram às ruas para se manifestar, votaram em 55 mil urnas espalhadas por todos os estados, envolvendo nada menos do que 3.444 municípios e mobilizando cerca de 130 mil voluntários de 2 a 7 de setembro de 2000.

7. Quais os passos da Campanha daqui em diante, na Campanha Jubileu Sul/Américas?

Podemos falar em vários desdobramentos. Destacam-se, entre eles: a) no Congresso Nacional, segue a tramitação de dois projetos de lei: na Câmara, o pedido de um referendo sobre a dívida externa; no Senado, um pedido para o perdão das dívidas dos países mais pobres; b) acompanhamento aos orçamentos municipais; c) auditoria cidadã, coordenada pelo Fiscofórum de Minas Gerais; d) tribunais da dívida externa e das privatizações; e) encontros e cursos de formação, em nível local e estadual; f) participação na articulação internacional; g) Tribunal Mundial, por ocasião do 2º Fórum Social Mundial. Vale sublinhar o último item. De fato, a participação qualificada do Brasil no FSM, seja no ocorrido em 2001, seja no que vai ocorrer em fevereiro de 2002, em Porto Alegre, deve-se, entre outros fatores, ao amplo leque de debates que vêm sendo realizados em torno da Campanha Jubileu Sul. Sem esquecer, evidentemente, outros canais e entidades da sociedade civil que têm convergido para o aprofundamento das principais questões nacionais e internacionais, como, por exemplo, o combate à corrupção.

Responsabilidade fiscal ou irresponsabilidade monetária

Artigo

Há tempos o nosso país não assiste a uma campanha de tamanha manipulação de informações como na Lei de Responsabilidade Fiscal. A iniciativa oficial repercute na mídia sob o apelo de austeridade fiscal, moralidade pública, “fim da ganância eleitoreira”. A verdadeira face da lei – controle sobre as despesas sociais e constrangimento de estados e municípios – não está devidamente sinalizada para opinião pública.

O que a opinião pública aplaude são itens já tratados em leis anteriores. O limite de gastos com pessoal está na Lei Camata 2. A lei eleitoral proíbe contratar e aumentar salários antes das eleições. A Resolução 78 do Senado já controla rigidamente o endividamento público e impede que se deixem para o

sucessor operações do tipo ARO – Antecipação de Receitas Orçamentárias.

O que motiva o governo não é o combate à corrupção nem a defesa à moralidade pública. Não se busca a qualidade e eficácia dos gastos públicos, mas o cumprimento das metas fiscais para pagar encargos da dívida por meio de superávits. Transformar em lei a atual política econômica é o propósito da chamada responsabilidade fiscal. E o mais grave: por meio de lei complementar, com quorum qualificado.

A garantia absoluta ao credor financeiro está expressa nos arts. 4º, 9º e 31. Para pagar os compromissos financeiros, os sacrifícios impostos à sociedade são diversos. Despesas sociais serão automaticamente contidas (art. 31), além da proibição da aplicação de recursos das privatizações para Fundos de combate à miséria, erradicação de analfabetismo, epidemias, etc (art. 41). O eixo que instrumentaliza a lei redun-



Deputado Federal (PCdoB-MG)
Sérgio Miranda

da em seu maior absurdo: o congelamento dos gastos sociais. Os arts. 16, 17 e 24 são taxativos. Novos programas sociais não podem ser financiados a partir da melhoria da arrecadação ou do crescimento econômico. Novas despesas exigem criação ou aumento de tributos. Mesmo dispondo de dinheiro em caixa.

A quebra do pacto federativo é outra grave violação. A concentração das decisões políticas e econômicas nas mãos da União constrange as unidades sub-nacionais. E de maneira autoritária e sem abrir exceções, impede a renegociação das dívidas.

De um lado, os gastos públicos não-financeiros reprimidos e limitados. De outro, plenos poderes aos financistas e ao Banco Central. Esse projeto deveria ser intitulado de Lei de Irresponsabilidade Monetária. Prova disso é o resultado negativo do Bacen ser absorvido pelo orçamento a cada ano. Em 98, o Tesouro assumiu R\$ 13 bilhões e no ano passado, até novembro, o prejuízo já era de R\$ 9,7 bi-coincidentemente o lucro acumulado pelos grandes bancos. O “socorro” aos bancos Marka e FonteCindan também disputará espaço com saúde e educação. Ao Dr. Armínio Fraga, autorização ilimitada para tais despesas. Aos prefeitos e governadores, punições para os que não cortarem os “excessos” sociais e demitirem professores, policiais e médicos. Afinal, onde está a grande irresponsabilidade?



Este e outros artigos podem ser lidos no site:
www.sergiomiranda.org.br

Lançamento da Agenda Latino-americana 2003.

Diocese de Nova Iguaçu – Cepal – 26 de novembro de 2002.

Programação

14:30 – Música Ambiente.

15:00 – Abertura: Música com Violeiro Garré.

15:05 – Boas-vindas (Flávio).

15:10 – O Que é a Agenda (Pe. Geraldo).

15:15 – Música Acorda América (Garré).

15:25 – Tema da Agenda: Paz Entre as Religiões para a Paz no Mundo (Pe. Geraldo e Sonia).

15:55 – Música (Garré).

16:00 – Homenagens

Apresentador(a): 2 minutos. Homenageado(a): 3 minutos.

FLÁVIO

Apresentador(a)	Homenageado(a)
Pe. Agostinho	Bispo D. Luciano Bergamin
Rosana	Nilândio (Mesquita)
Beto	Lúcia (Nilópolis)
Maria Valentina	(Queimados)
Anselmo	Nilza (Japeri)
Adriano	Sonia Ambrozino (Belford Roxo)
Salvador	Maria Toledo (Nova Iguaçu)
Anselmo	Maria José (Paracambi)

Música (Garré).

SÔNIA

Apresentador(a)	Homenageado(a)
Sonia Martins	Irmã Celeste (Bioenergética)
Cândida	Nair (Grupo da Terceira Idade)
Pe. Bruno	Tânia (Lote XV) ?
Elza	Hilda (Cooperativa de Massas)
Adriano	Hugo Paiva (Centro Sociopolítico)
Betinha	Georgina (Medicina Natural)
Pe. Geraldo	Lúcia (Rede de Troca Solidária)

Poesia da Agenda. Contra-capa (Sonia Martins).

PE. GERALDO

Apresentador(a)	Homenageado(a)
Sheila	Elza (Posto Comunitário de Saúde de S ^{to} . Elias)
Pe. Jair	Pe. Serra (Associação Diocesana de Presbíteros) ?
Congregação Imaculada Coração de Maria	Francisco Orofino (Biblista) ?
Zé Miguel	Samuel (Lider Sindical)
Flávio	Percival Tavares (Presidente do PT de N. Iguaçu) ?

17:30 – Música O Que é. O Que é. (Garré).

17:45 – Cocktail.

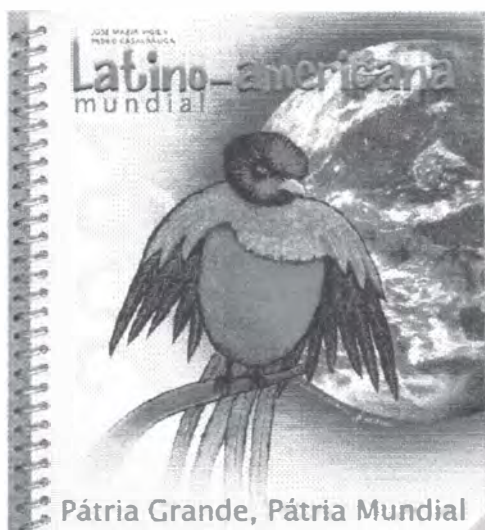
BEATA
ADAOJA

Promoção: Fórum das Pastorais Sociais
Apoio: Livraria Diocesana

AGENDA

latino-americana 2001

Coquetel de lançamento



DIA

25 DE OUTUBRO DE 2000

A partir das 16H

LOCAL

LIVRARIA DIOCESANA

CEPAL

RUA CAPITÃO CHAVES, 60 - CENTRO - NOVA IGUAÇU

também

"A AMÉRICA LATINA E OS DIREITOS HUMANOS"

- Uma conversa com Pe. Roy Touss, cism

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA

BAIXADA FLUMINENSE E AMÉRICA LATINA
ATRAVÉS DE ENCONTROS

Sua presença é importante!!

AGENDA

Latino-americana 2003

LANÇAMENTO

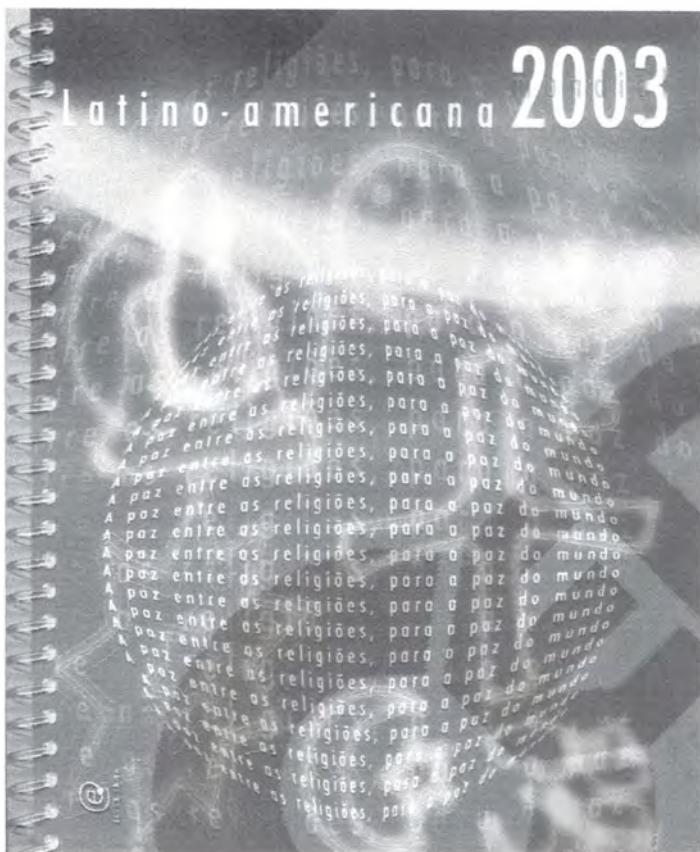
***Dia 26 de
novembro 2002***

A partir das 15h

Local:

Livraria Diocesana
CEPAL

Rua Capitão Chaves, 60
Centro - Nova Iguaçu



Também

- Estande de assinatura da revista Sem Fronteiras
- Apresentação da cartilha "O Futuro do Trabalho na Sociedade Brasileira" – Pastoral Operária

APOIO: LIVRARIA DIOCESANA

LEIA E REFLITA

“Eu vi muito bem a miséria do meu povo que está no Egito. Por isso desci para liberta-lo”.
Êxodo 3, 7b – 8a

Isaias 65, 17 – 25

“O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres: enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos e recuperação da vista; para libertar os oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor”.

Lucas 4, 18 – 19

O OUTRO LADO DA MONTANHA

È uma lenda americana muito antiga. No sopé de uma montanha vivia acampada uma tribo de índios. Sempre ali vivera e ninguém lhe conhecia outro passado. Aquela montanha escarpada, batida pelo sol e pelo vento, fazia parte do viver e do amparo daquela gente. À sua sombra, os índios sentiam-se protegidos e seguros. Um dia o chefe da tribo adoeceu gravemente. Sentindo próximo o seu fim, chamou os seus três filhos e disse-lhes: “Vou morrer e um de vós terá que me suceder à montanha santa. Aquele que trazer o mais belo presente, esse será o meu sucessor”.

E os três lá partiram à procurar desse tesouro que garantia a sucessão do pai maribondo. Levaram dias a percorrer a montanha à procura de qualquer coisa de invulgar que consolasse o velho chefe e lhe desse a garantia de que a tribo ficava bem entregue.

O primeiro a regressar trouxe uma flor. Era uma flor exótica, rara e preciosa, que nunca se vira por aquelas escarpas. Escondida entre as fragas da penedia, escapara aos ventos e ao temporal. Nunca a descobrira até então.

O segundo trouxe uma pedra especial, lisa e redonda, polida pela chuva e pelo vento. Parecia uma obra de arte, trabalhada pr mão fina de escultor da cidade.

Depois veio o terceiro. De mãos vazias, depois de muito andar e muito subir por aquelas fragas. “Subi ao mais alto da montanha, contou ele ao pai, e descobri no outro lado da montanha uma encosta maravilhosa, de prados verdes e um lago cristalino. Fiquei tão entusiasmado com o que vi que não tive coragem para procurar mais nada. Mas pensei que se a nossa tribo se descolasse para lá, poderia. Ter outra qualidade de vida para a gente e para o gado. Lá tudo era verdura e abundância”.

Ao velho iluminaram-se os olhos e proferiu a sentença: “Tu serás o chefe da tribo por que me trouxe a visão deu m futuro melhor”.

QUE ESTOU VENDENDO DO OUTRO LADO DA MONTANHA?

Pastoral Operária do Estado do Rio de Janeiro

- **São João de Meriti**

Rosa Maria
Rua Machado de Assis, 11
Qd. 84 - Vilar dos Telles
CEP 25560-140

- **Valença** *61/LUIZINHO (TRÊS RIOS)*

Pe. Luiz Fraga
Rua São Pedro, 245
Parapeúna - CEP 27650-000

Bispo: 021-22445207

- **Nova Iguaçu**

José Miguel
Rua Capitão Chaves, 60
Centro - 26221-010

Flávio Antônio Brandão de Souza

Rua Pascoal Paladina, 202
Centro - CEP 26285-770

Pe. Agostinho Prieto
Rua Paz e Amor, 269
Jd. Continental
CEP 26225-400

- **Nilópolis**

Dailton Antônio da Silva
Av. Mirandela, 1213
apto. 302 Bl. B
CEP 26052-330

- **Niterói**

Rua Gustavo Lira, 119
casa 03 - Olaria
Nova Friburgo
CEP 28623-390

- **Duque de Caixas**

Av. Presidente Kennedy, 1861
Centro - CEP 25010-001

- **Angra dos Reis**

Vadeir da Silva
Rua Luiz Cândido, 05
CEP 23905-000

- **Itaguaí**

Pe. Miguel / Pe. FRANCISCO - TEL: 21 2688 1615
Paróquia Cristo Libertado
Caixa Postal: 64
Angra dos Reis
CEP 23900-000

- **Guadalupe - Rio de Janeiro**

Fortunato W. da Silva
Rua Nelson Meireles, 66
CEP 21660-520

- **Volta Redonda**

José Pedro Maria - TEL: 24-33494679
Rua Piracicaba, 270
São Cristóvão
CEP 27264-800

- **Rio de Janeiro**

Tânia e Fortunato
Rua Benjamin Constant, 23
6º andar - Centro
CEP 20241-150

- **CAXIAS :**

SEBASTIÃO FERNANDES

RUA: BARBACENA, 508

CEP: 25035-020 - GRABACHO

TEL: 2472-1989

MENSAGEM DA 9ª ROMARIA DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA DE PASSO FUNDO/RS

“No seio de Maria, Deus se tornou humano e na carpintaria de José ele se tornou classe trabalhadora”

Buscando dignidade, estivemos reunidos em Passo Fundo, na 9ª Romaria do Trabalhador e da Trabalhadora, trazendo nossas lutas, nossos sonhos e a vontade de fazer do nosso trabalho a chave que abre as portas da solidariedade e da dignidade humana.

Nossa luta tem história de sangue derramado. Em 1886, em Chicago, cinco trabalhadores foram condenados à morte, por reivindicarem uma jornada de trabalho mais humana. Do sangue deles, nasceu o 1º de maio, dia sagrado para os trabalhadores e trabalhadoras.

Em 1979, Santo Dias da Silva, operário metalúrgico de São Paulo, foi morto pela repressão da ditadura militar, ao participar da greve por dignidade no trabalho. O sangue derramado não foi em vão, e nossos companheiros continuam vivos na luta pela humanização do trabalho.

DENUNCIAMOS

- ❖ O modelo econômico que privilegia o capital em prejuízo à dignidade da pessoa;
- ❖ A concentração de renda e riqueza;
- ❖ A falta de incentivo à agricultura familiar que gera o êxodo rural;
- ❖ O desemprego, que continua sendo uma ferida e instrumento de humilhação da classe;
- ❖ Toda e qualquer discriminação (raça, cor, religião, gênero, idade...);
- ❖ O trabalho precário sem o cumprimento dos direitos conquistados.

REIVINDICAMOS

- ❖ Controle do capital financeiro e uma justa distribuição de renda e riqueza;
- ❖ Reforma agrária e urbana;
- ❖ Redução da jornada de trabalho, sem redução do salário e eliminação do sobretrabalho;
- ❖ Segurança alimentar e um combate efetivo à miséria e à fome;
- ❖ Um ganho mínimo vital e universal;
- ❖ O apoio e incentivo aos projetos alternativos;
- ❖ A convocação de um plebiscito oficial sobre a Alca, uma auditoria pública sobre a dívida externa brasileira e a anulação do Acordo de Cessão da Base de Alcântara aos EUA.

APOSTAMOS

- ❖ Na dignidade e na primazia do trabalho;
- ❖ Nas iniciativas solidárias e nos projetos alternativos, em vista de uma economia popular e solidária;
- ❖ Na agricultura familiar sem agrotóxicos e transgênicos e numa ética planetária;
- ❖ Na formação de comitês e na organização dos trabalhadores desempregados;
- ❖ Na articulação nacional de grandes ações contra o desemprego e por trabalho digno;
- ❖ No fortalecimento de pastorais e numa Igreja viva e presente no mundo do trabalho;
- ❖ No poder da cooperação e na força da justiça e da solidariedade.

Incentivados pelo amor e pela simplicidade de Jesus de Nazaré, nosso irmão trabalhador, nosso exemplo e inspiração, acreditamos que um outro mundo é possível.

Solidários na dignidade do trabalho!

Passo Fundo, 1º de maio de 2003.



CAMPANHA JUBILEU SUL/BRASIL

Por um milênio sem dívidas e exclusão

Setor Pastoral Social/CNBB

Diocese de Nova Iguaçu

Nova Iguaçu, 22 de Outubro de 2002.

MENSAGEM SOBRE O PLEBISCITO DA ALCA

(Para ser lida nas celebrações e missas)

Ao Povo de Deus

Alegres na esperança, saudamos a todos que fizeram parte deste grande esforço nacional pela cidadania soberana, que foi o Plebiscito sobre a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) ocorrido entre 1º e 7º de setembro de 2002, coordenado pela Campanha Jubileu Sul/Brasil com a participação de várias pastorais e organismos da CNBB e outras.

Assim a CNBB assume o compromisso de resistência planetária à globalização imperial e assegura a continuidade do projeto contra a ALCA, que se transformou no maior evento de mobilização político pedagógico de nossa história, realizado em nossas escolas, igrejas, sindicatos e outros, com cerca de 42 mil urnas, em 3.894 municípios de 27 estados, contando com cerca de 150 mil voluntários que trabalharam no processo de organização e realização da consulta.

Com tudo isso conquistamos 10.149.542 (dez milhões, cento e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e dois) votantes em todo o Brasil, dos quais 98% disseram NÃO a participação do Brasil na ALCA e entrega da Base de Alcântara para o controle militar dos Estados Unidos.

Em nossa Diocese participaram 33.662 (trinta e três mil, seiscentos e sessenta e dois) cidadãos no qual somamos mais 21.113 (vinte e um mil cento e treze) votantes do Movimento Popular. No Estado do Rio votaram 742.254 (setecentos e quarenta e duas mil duzentos e cinquenta e quatro pessoas).

A ALCA permanece ainda como uma ameaça aos povos latino-americanos. O nosso principal passo que temos pela frente é o **lançamento nacional de um abaixo-assinado pela realização de um Plebiscito Oficial**. Permanecemos unidos nesta meta comum, fortalecendo nossa resistência e esperança de que um outro mundo é possível e necessário.

+ Luciano Bergamin
Dom Luciano Bergamin, CRL

De acordo com os encaminhamentos da CNBB a nível nacional, assumimos a seguinte PROGRAMAÇÃO:

- 1- Devolver aos que votaram os resultados alcançados (entregar esta carta e explicar)
- 2- Dia 31/10 - Acontecerá em Quito, a 7ª REUNIÃO MINISTERIAL DE COMÉRCIO sobre as negociações da ALCA.

Faremos nesta data manifestações contra a participação do Brasil, por isso no Rio de Janeiro teremos :

12h - Feira na Cinelândia com barracas e distribuição de materiais.

16h - Ato Político em frente à Embaixada dos Estados Unidos.

18h - Encerramento Cultural nos Arcos da Lapa.

Obs.: Participe para trazer materiais para animar sua Comunidade.

3 - Romaria a Alcântara entre os dias 16 e 18/11 contra a cessão da Base Militar aos Estados Unidos. Propomos Celebração de Solidariedade nas Comunidades

4 - Dias 21 e 22 de novembro Plenária Social Nacional da Campanha em São Paulo para encaminhamentos;

A) Lançamento do Terceiro Jornal da Campanha.

B) Fita de Vídeo com a entrega do resultado em Brasília.

C) Lançamento Nacional do Abaixo-assinado da Lei de Iniciativa Popular propondo o Plebiscito Oficial.

NÃO ESQUEÇAMOS NUNCA QUE

“SOBERANIA NÃO SE NEGOCIA E A LUTA CONTINUA”

Nomes

Mônica Costa da Silva

Carlos de Souza

MARCO AURELIO HOR...
UA CONGRES N 262 MCL-OPOLIS
ROXO CCP 26100, COE

Eduarda Fernandes Antunes.
Rua Ana Cristina L 36 Q 29
Colubandê - S. G CEP 124.744-520

Paulo Bandeira de Aguiar

MILTON MAND

Monica do Carmo da Costa

Dr. Agostinho Gatto

Fabriela Fey

Mary de Souza da Silva

DAILTON A. DA SILVA

José de Oliveira Tardini (ZE PAULO)
Dionísio Pereira da Costa
José Tuber Carneiro

Lucas Vinício de Brindani
Fortunato Wenceslau da Silva
Rua Brasil 412 - N. I.
Ferezinha Luiza da Silva
cep. 2645.260

JOSÉ MIGUEL

Carlos Ponzoaga da Silva

Pastoral ou Diocese

3ª S.S.B. (Alcântara)

3ª SSB (Valença) diocese

3-SSB (BROXO)

3ª SSB (Alcântara)

Pastoral Sociais - Ref. Oeste Rio.

" " " " "

D. Saule J. de ~~Costa~~ Cortias

Paulo Ignácio

Visita (Alemanha)

PO

P.O.

P.O Volta Redonda

PO D CAXIAS

PO

PO J. KEDONDA

RUA 10 27A Nº 140 VOLTA GRANDE
VOLTA REDONDA - FONE 3466152

MTC

-P.O. - Prudentino

Pastoral da Juventude Rio e
Sindicato dos Trabalhadores NAVA I.

MTC

RUA CAPITÃO CHAVES Nº 67 N. I.

M.T.C.

O Brasil é um país rico

- É rico em recursos naturais, humanos e culturais.
- É atualmente o 10º país em geração de riqueza (10º PIB - Produto Interno Bruto - mundial). Há poucos anos, possuía o 8º PIB do Mundo.

Então,

- Por que há tanto desemprego, tanta fome, tanta miséria?
- Por que os serviços de saúde, educação e segurança prestados à sociedade brasileira estão se desmantelando?
- Por que há tanta injustiça, tanta corrupção?
- Porque há tanta exclusão: os sem-terra, os sem-teto, os menores abandonados...?

É porque

- A nossa riqueza e a nossa renda estão concentradas nas mãos de poucos. Grande parte dos nossos recursos estão sendo utilizados para pagamento da Dívida Pública, Externa e Interna.

“A situação que ora vivemos – arrocho salarial direto dos trabalhadores no setor público e indireto de toda a força de trabalho, submissão da política econômica às regras e monitoramento do FMI, acomodação aos interesses dos grandes bancos internacionais, etc – não passa de uma encenação da inequívoca demonstração da falta de governo no País.”



Relatório elaborado por FHC em 1987 (Biblioteca do Senado: 336.34.8823 RDE)

A Dívida Pública é o centro de toda a política econômica do governo

Hoje, 2/3 dos recursos orçamentários são destinados ao pagamento da dívida pública em detrimento dos investimentos que atenuem a enorme “dívida social”. Veja alguns dados do Orçamento da União para 2001:

DESTINAÇÃO ANUAL DE RECURSOS	VALORES EM REAIS	EQUIVALÊNCIA
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO/JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	140,15 bilhões	
Ministério da Saúde	28,85 bilhões	75 dias da dívida
Ministério da Educação	18,06 bilhões	47 dias da dívida
Fundo da Erradicação da Miséria	3,20 bilhões	8 dias da dívida
Ministério da Ciência e Tecnologia	2,47 bilhões	6 dias da dívida
Ministério da Cultura	0,34 bilhões	21 horas da dívida

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (SIAFI - GEINC/CCONT/STN)

Dívida & Dependência

O processo de endividamento tem sido uma forma de manter os países subdesenvolvidos eternamente dependentes.

A Argentina seguiu à risca os mandamentos do “Consenso de Washington” (reunião realizada nos EUA em

novembro de 1989 para tratar das reformas econômicas a serem implementadas nos países subdesenvolvidos): privatizou tudo; liberou as importações de forma indiscriminada e se entregou ao capital externo “dolarizando” sua

economia (1 peso argentino = 1 dólar). O resultado foi o desastre: explosão da dívida pública, desemprego recorde, comprometimento do futuro do país e extrema dependência.

No Brasil, a dependência de capital

externo para honrar os nossos compromissos (pagamento de juros, importações e remessa de lucros e dividendos) **tem crescido a cada ano. Por isso, tivemos que recorrer novamente ao FMI e nos submeter às suas exigências...**



DÍVIDA EXTERNA

A história do endividamento externo brasileiro se inicia com uma grande infâmia: Por ocasião de nossa “Independência”, no ano de 1822, as elites dirigentes assumiram uma dívida de 1,3 milhão de libras esterlinas que Portugal havia contraído junto à Inglaterra, exatamente para lutar contra a nossa independência!

A partir de então, a dívida sempre aumentou, embora, ao longo dos anos, a remessa de recursos do Brasil para o exterior tenha representado uma **verdadeira sangria**.

No ano de 1931 - governo Getúlio Vargas - houve a primeira “Auditoria da Dívida Externa Brasileira”, que apurou diversas irregularidades: falta de documentos e contratos; ausência de contabilização regular da dívida e das remessas. Na época, houve uma suspensão de pagamentos e considerável redução da dívida.

DÉCADA DE 70

A década de 70 representou um dos períodos mais críticos do crescimento do endividamento externo brasileiro: havia grande volume de recursos nas mãos dos banqueiros internacionais, em virtude da transferência, para o setor financeiro, do volume extraordinariamente alto de lucros auferidos pelos países produtores de petróleo, em razão da explosiva alta de preços do produto no mercado internacional. Os banqueiros internacionais ofereceram estes recursos aos países em desenvolvimento, inclusive para o Brasil, com taxa de juros baixas e atraentes, incentivando o endividamento de países carentes

de recursos. No final da década de 70, decisão unilateral dos Estados Unidos elevou a taxa de juros internacionais para mais de 20% ao ano, aumentando absurdamente as obrigações do País para com o exterior, o que nos obrigou a tomar muitos empréstimos, a partir daí, apenas para pagar os juros, fazendo com que o montante da dívida crescesse como uma bola de neve.

DÉCADA DE 80

Na década de 80, batizada como “perdida”, praticamente todos os empréstimos tomados foram utilizados para o pagamento dos extorsivos juros que os credores internacionais nos exigiam.

RELATÓRIO FHC

A co-responsabilidade dos credores internacionais bem como a alta de juros por parte do governo americano foi objeto de vários questionamentos, especialmente por parte de FHC, quando Senador e Relator da Comissão Especial formada em 1987, para analisar a moratória decretada pelo governo brasileiro. FHC afirmou que “... a crise da dívida externa do Terceiro Mundo envolve a co-responsabilidade dos devedores e dos credores.” e ainda “... 1/4 da dívida externa brasileira refere-se a juros sobre juros, sem qualquer contrapartida real de bens e serviços para o país.”

ILEGALIDADE E OFENSA AO PATRIMÔNIO MORAL

Outros questionamentos de ordem jurídica e legal foram levantados pelo Senador Severo Gomes, Relator da Comissão de 1989, en-

carregada da Auditoria prevista na Constituição Federal. Examinando os acordos da dívida brasileira o Senador constatou a existência de cláusulas abusivas, como a de “**Renúncia antecipada a qualquer alegação de soberania**”. A renúncia explícita e declarada de nossa soberania em documento público faz deste um dos fatos mais tristes e graves da história de nosso endividamento. Nas palavras do ilustre Senador, “*retrata um Brasil de joelhos, sem brios poupados, inerte e inerte, imolado à irresponsabilidade dos que negociaram em seu nome e à cupidez de seus credores.*”

ACORDO BOM PARA OS BANQUEIROS

Estes e outros questionamentos foram ignorados nas negociações posteriores de nossa dívida externa, que culminaram na concretização de um grande acordo, no ano de 1994, através do qual se trocou a dívida antiga, formalizada em contratos, por bônus (títulos públicos), processo que recebeu o nome de “**securitização**”. Na prática, houve efetivo aumento dos pagamentos, além da pulverização dos credores, agravamento da nossa vulnerabilidade às oscilações do mercado internacional e exacerbação do processo de dependência.

DÉCADA DE 90

O endividamento externo na década de 90 tem características peculiares e resulta da adoção de medidas, pelo governo brasileiro, que provocaram incontrolável e acelerado crescimento do endividamento interno.

DÍVIDA INTERNA



A partir da implantação do Plano Real, o endividamento interno do país passou a crescer de forma descontrolada:

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA INTERNA (em títulos públicos)

ANO	Valor (bilhões de reais)	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado
1994	59,4		
1995	84,6	42%	42%
1996	117,8	39%	98%
1997	225,7	92%	280%
1998	343,8	52%	479%
1999	464,7	35%	682%
2000	555,9	20%	836%

FONTE: Boletins do Banco Central

Esse aumento da dívida decorreu das medidas implementadas pelo governo brasileiro, buscando a "estabilização" da moeda, que lhe rendeu enormes frutos políticos, mas está custando muito caro à Nação: As principais medidas são:

- **elevação substancial das taxas de juros internas**, aumentando a diferença entre as taxas praticadas dentro e fora do Brasil, com o objetivo de atrair capital estrangeiro para o país, base de sustentação do Plano Real. Esta medida nos tornou extremamente vulneráveis e dependentes, tendo provocado:

- a) crescimento exponencial da dívida pública (veja quadro acima);

- b) aumento da desconfiança internacional, pois quanto maiores as taxas de juros praticadas, menor a possibilidade de que o país consiga sustentar essa ciranda ao longo do tempo.

Ainda estimulou grandes empresas nacionais, principalmente as instituições financeiras, a se endividarem em dólares, fazendo crescer ainda mais a dívida externa privada (que é registrada no Banco Central e conta com o aval e a garantia do governo) e a dívida interna pública (pois para obter recursos e efetuar a troca da moeda estrangeira em moeda nacional, o Banco Central tem que emitir títulos da dívida interna);

- **abertura indiscriminada dos nossos portos** aos produtos estrangeiros, submetendo os produtores nacionais a uma concorrên-

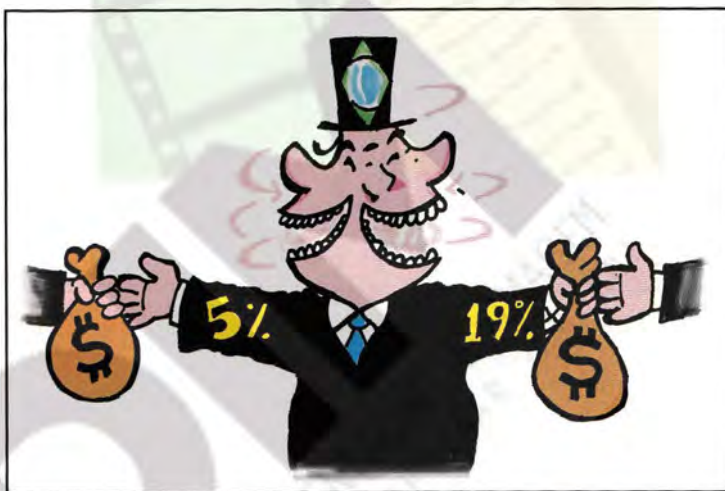
cia em bases flagrantemente desiguais e onerando a balança comercial (as importações cresceram muito mais do que as exportações);

- **manutenção do câmbio artificialmente valorizado** por muito tempo, o que provocou incontáveis prejuízos ao país, na medida em que desestimulou as exportações e incentivou indevidamente as importações, propiciando, com o dólar "barato", que os produtos importados chegassem aqui a preços bem atraentes, forçando baixa de preço dos produtos nacionais e inviabilizando diversas indústrias, principalmente as menores;

- **redução do papel do Estado na economia**, através da implementação do mais agressivo e acelerado processo de privatizações de que se tem notícia no mundo, entregando, a preços irrisórios, patrimônio de setores estratégicos, que levamos anos e anos construindo. Muitas empresas foram vendidas (várias delas com financiamento do próprio BNDES) a estrangeiros, que passaram a adquirir seus insumos no exterior, bem como a remeter lucros para

seus países de origem, aumentando nossa necessidade de divisas;

- **produção de superávits primários**, através do aumento da carga tributária e do corte de gastos públicos a fim de garantir o pagamento dos juros da dívida. Estas medidas sacrificam a sociedade e estão comprometendo seriamente a prestação de serviços essenciais, provocando um verdadeiro desmonte nos órgãos públicos, devido à falta de recursos. A crise energética é exemplo da irresponsabilidade ao cortar investimentos públicos essenciais.



Além dessas medidas, outros fatos influenciaram no crescimento da dívida interna, tais como:

- **Saneamento das empresas públicas** - Medida que visou tornar as empresas públicas mais atraentes fazendo com que o processo de privatização fosse tão rápido;
- **Assunção de dívidas dos estados e municípios**, com grande transferência de recursos para o setor financeiro, uma vez que houve resgate de títulos podres, negociados com enorme deságio no mercado, pelo valor integral de face, e
- **Programas de socorro aos bancos privados (PROER I)** e, mais recentemente, aos bancos públicos (PROER II).

A dívida nos torna reféns, em todos os sentidos.

- O endividamento brasileiro (Interno e Externo) alcança patamares altíssimos e cresce em ritmo acelerado.
- Em junho de 2001, a Dívida Externa alcançou a cifra de 239 bilhões de dólares e a Dívida Interna chegou a 614 bilhões de reais!
- Esta situação afeta a vida de todo cidadão brasileiro, na medida em que o comprometimento dos orçamentos públicos (Federal, Estaduais e Municipais e do Distrito Federal) com a dívida pública ameaça perigosamente o atendimento às necessidades básicas da sociedade.
- As obrigações do País para com o exterior são tão grandes que estamos dependendo de consideráveis volumes de capital estrangeiro para fechar o Balanço de Pagamentos desse ano, o que nos torna altamente vulneráveis. Segundo pesquisadores da famosa revista "The Economist", são necessários **US\$ 42,2 bilhões para o país fechar as contas em 2001.**
- A opção do governo brasileiro de se submeter às imposições do FMI, com seu receituário recessivo (enxugamento dos gastos públicos, abertura comercial, privatizações, etc), agrava a situação do País e coloca em risco a nossa soberania.

O voto do cidadão

Foi por causa destas questões que 6.030.329 de brasileiros participaram do Plebiscito da Dívida Externa, realizado em setembro do ano 2000, em todo o País, e votaram **NÃO** à manutenção do acordo com o FMI, **NÃO** à continuidade do pagamento da dívida externa sem realizar a auditoria prevista na Constituição Federal de 1988, e **NÃO** ao destino de grande parte dos recursos orçamentários ao pagamento da dívida interna.

Em respeito ao voto destes cidadãos, a Campanha Jubileu Sul aprovou a proposta de realização da "Auditoria Cidadã da Dívida", que visa trazer à tona toda a verdade sobre o nosso endividamento, discutir as consequências desastrosas do seu impressionante crescimento e pressionar a realização da Auditoria Oficial, prevista na Constituição Federal. Já existe projeto de lei neste sentido no Congresso Nacional – nº. PDC 625/2000 - mas o mesmo está parado há um ano!

Por que defendemos a auditoria cidadã da dívida:

A auditoria cidadã da dívida pretende dissecar todos os fatos já relatados e esclarecer a verdadeira natureza da dívida. Apenas para citar alguns questionamentos:

- 1) Será que nos endividamos para desenvolver o país ou o endividamento só está se prestando a financiar e remunerar os capitais especulativos?
- 2) Os números do endividamento são uma caixa preta: Quanto efetivamente tomamos emprestado? Quanto já pagamos? Por que temos taxas de juros tão altas?
- 3) Quanto efetivamente está entrando e saindo do país como capital especulativo camuflado sob o nome de "investimento direto"?
- 4) Quem são os detentores dos títulos da dívida pública brasileira e, portanto, os beneficiários dos juros mais altos do planeta?

5) Quanto o país foi onerado, ao longo dos anos, com elevadas "taxas de risco" estipuladas pelos credores, enquanto cumpriria rigorosamente todos os pagamentos? Se o "risco" não se efetivou, estas parcelas deveriam ser consideradas como pagamento antecipado do principal. Na realidade, estas elevadas taxas de risco sempre fizeram parte de uma estratégia de espoliação.

6) Por que foram eliminados os mecanismos de controle institucional dos capitais especulativos, especialmente a partir de 1991?

7) A razão para a grande crise que estamos enfrentando realmente decorre de fatores externos (agora se diz que a culpa é da crise Argentina; antes foram a Rússia, o México, Coréia, etc) ou se trata de total falta de controle sobre o crescimento das nossas dívidas?

É preciso dar transparência a estas questões e tantas outras. Mas de cabeça erguida! De joelhos, não! Nós, cidadãos deste país, que pagamos impostos e cumprimos nossas obrigações para com o Estado, temos o direito de saber toda a verdade sobre o nosso endividamento. Afinal, somos nós que pagamos a conta...
Belo horizonte, agosto 2001.



CAMPANHA JUBILEU SUL www.jubileu2000.org.br
COMITÊ MINEIRO DO FORUM SOCIAL MUNDIAL
www.fsmmg.ongnet.org.br
FISCO FORUM MG
Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida
Contato: unafiscobh@aloi.com.br

PASTORAL OPERÁRIA NO RIO DE JANEIRO

“Por trabalho e vida digna agente abraça este país”

PARA:

Queridos (as) Irmãs e Irmãos de Caminhada

Paz e Bem.

Desejamos encontrar todos (as) com saúde e dispostos para juntos caminharmos na construção de um Brasil que seja possível para todos nós e não apenas para alguns privilegiados.

Temos passado momentos de angústia e preocupação com toda a classe trabalhadora deste país, que a cada dia tem perdido seus direitos e pior ainda, sendo vítima do monstro do desemprego.

Então nos perguntamos? O que nós Pastorais, Sindicatos, Associações, Movimentos, temos feito pelos desempregados em Nova Iguaçu e no estado do Rio?

Assim sendo, após ter realizado em novembro de 2001 um simpósio sobre “**O futuro do trabalho na Sociedade Brasileira**”, queremos nos unir aos vários Sindicatos, Associações e Movimentos, para juntos encontrarmos pistas, saídas e possíveis luzes de esperança no amanhã que virá, mas que precisamos começar a construir agora.

Por isso, convidamos no mínimo 1 (um) representante de sua entidade para uma reunião, cujo o tema é: **desemprego, o que fazer?**

Dia: 23/03/2002

Local: Centro de Formação de Líderes

Rua: Dom Adriano Hipólito (ao lado do SESC)

Bairro Moquetá – Nova Iguaçu

A responsabilidade pelo sucesso deste evento é de todos nós.

Sua presença é fundamental. Não falte!

Um abraço e até lá.

Flávio Antonio B. de Souza
P/ Equipe de Coordenação

NOME	ENDEREÇO
ADRIANA BEZERRA	
ADRIANO	
AGOSTINHO PRETTO	
ANA LUCIA DA SILVA GARCIA	RUA VER. ALEXANDRINO SOARES, 87 / 201 IRAJÁ - RJ - CEP: 21231-090
ANDERSON DOS SANTOS CORREA	
ANDRE VENDRELL	
ANTONIA	
ARTUR	
CARLOS ALBERTO DA SILVA LOPES	RUA MARIELZA, 150 AREIA BRANCA - BELFORD ROXO - RJ CEP: 26000-136
CASSIA	
DÉBORA GERSHON	RUA MRQUES DE ABRANTES, 177 / 2203 BOTAFOGO - RJ CEP: 22230-060
DOMINGOS NOBRE	RUA VENCESLAU 211 / 103 MEIER
FATINHA	
GEOVANI	
GISLAINE S ROD RIGUES	RUA MRQUES DE ABRANTES, 177 / 2203 BOTAFOGO - RJ CEP: 22230-060
GONÇALO	
IGNEZ FELIPE	RUA SANTO AMARO 5 / 905 GLO RIARJ
ISABEL DOS SANTOS OLIVEIRA	
JORGE DURÃO	
JORGE LUÍS BORGES FERREIRA	RUA FREI FABIANO 315 MEIER RJ CEP: 20760-120
JOSINETE MARIA PINTO	RUA ITAOCA 2358 BONSUCES SO - RJ CEP: 21061-020
MARCEL RENO	
MARCIA PAIVA	
MARIA ANGELINA DE OLIVEIRA	
MARIA LUCIA VIDAL	RUA PERI 15 / 103 BOTAFOGO RJ CEP: 22460-100
MARIA ZELIA PINTO FERRAZ	RUA CONDE DE BONFIM 1112 / 102
ODALIA PIMENTA MOURA	RUA PROJETADA DA ESCOLA 62 CATUMBI RJ CEP: 20211-320
PAULO	
RICARDO FERREIRA DE MELLO	RUA BERNARDINO DOS SANTOS 25 / SS 101 SANTA TEREZA RJ CEP: 20241-000
S'LA	
SILVIA KIRSCHBAUM	RUA BELFORD ROXO, 316 / 404 COPACABANA - RJ CEP: 22020-010
SONIA	
SONIA MARIA SCHNEIDER	RUA LEITE LEAL, 99 / 11 LARANJEIRAS - RJ CEP: 20240-100
THEREZINHA DE JESUS PRADO	TRAVESSA DA SALOBA 15 MANGUEIRA RJ
VIVIANE MURTA CABRAL	RUA PAULO RIBEIRO BASTOS 19 C-02 PACIENCIA RJ CEP: 23587-230

NOVA IGUAÇU, 20 de MAIO de 2002.

PASTORAIS SOCIAIS DO RIO DE JANEIRO

- Pauta da Reunião: Acolhida - Apresentação dos Presentes - Oração - Partilha
Leitura do Relatório da última Reunião -

- Análise de Conjuntura,

- Café,

- Estudo do DOCUMENTO 67 CNBB-ELEIÇÕES 2002, encaminhar proposta para se tirar:
Critérios de escolha do candidato e Programas de Campanha,

- Lei 9840 - Criação dos Comitês, Seminário das Pastorais Sociais?

- Campanha da Alca

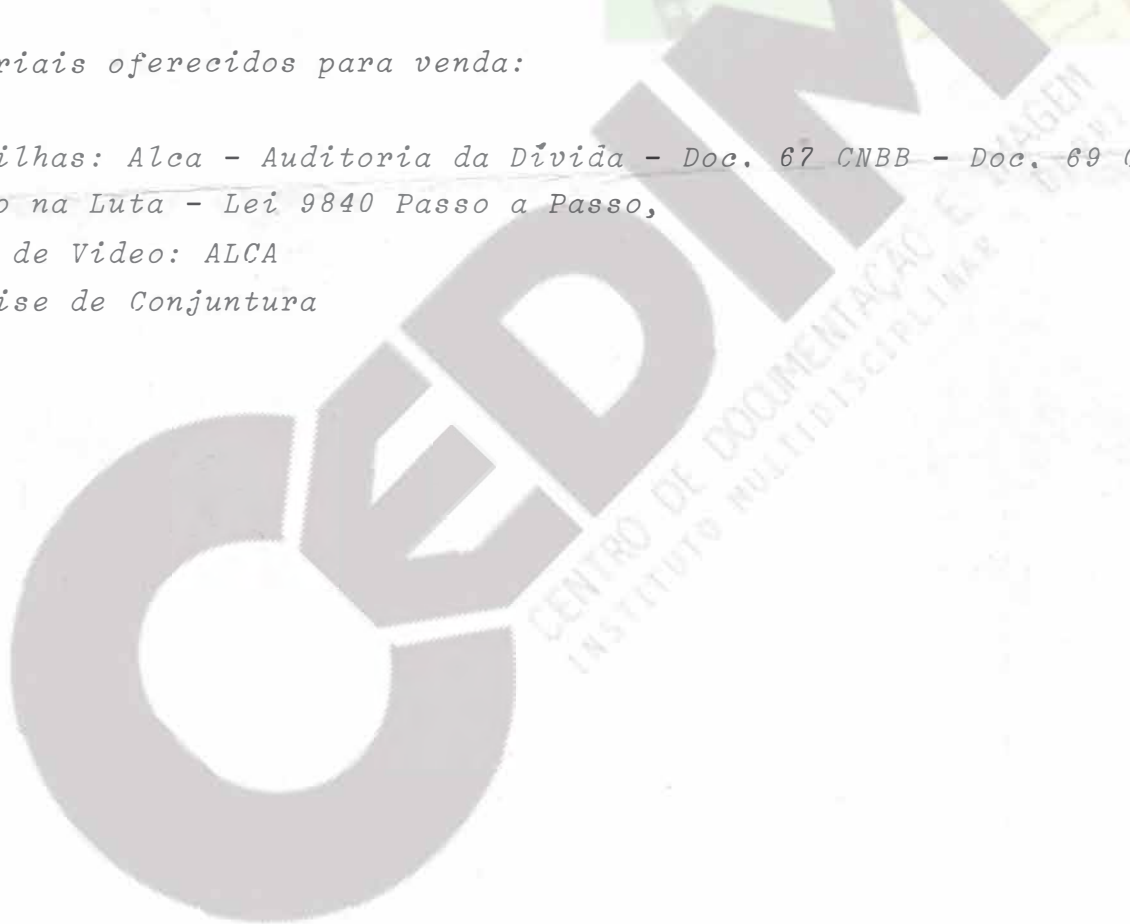
- Projeto Financeiro para Pastorais Sociais (Conceição),

- Materiais oferecidos para venda:

Cartilhas: Alca - Auditoria da Dívida - Doc. 67 CNBB - Doc. 69 CNBB -
De Novo na Luta - Lei 9840 Passo a Passo,

Fita de Video: ALCA

Análise de Conjuntura



REUNIÃO DOS DESEMPREGADOS

DIA: 18/04/2002

HORÁRIO: 19:30H

LOCAL: PARÓQUIA CRISTO RESSUSCITADO

Rua Luís Augusto Pinho, 230 - Santa Eugênia

PARTICIPE, TRAGA SUGESTÕES!

ORGANIZAÇÃO: PASTORAL SOCIAL

NOVA IGUAÇU, 20 de MAIO 2002.

Pastorais Sociais do Rio de Janeiro

- CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS:

& Defender uma Sociedade que tenha a pessoa humana como valor central -

Reconhecer o valor da consciência Social que exige o respeito pela liberdade de opção, - Assumir a opção preferencial pelos pobres vivida pelo Cristo e urgida pela Igreja Latino-Americana - Verificar a prática política dos candidatos e seus partidos - Não apoiar candidatos ligados a corrupção, jogos de azar e grupos de extermínio, tráfico de drogas e outros, - conhecer a origem do candidato fazendo uma avaliação se tem prática com as necessidades do povo agindo para sua transformação e não apenas paternalismo - Defenda o bem-comum a organização da sociedade e seu desenvolvimento através do Público e não do privado, - Tenha uma relacionamento com a comunidade através da: Participação Comunitária, seja transparente, assuma as causas sociais na prática, etc.

- PROGRAMAS DE CAMPANHA QUE O DEVA ASSUMIR:

& Auditoria das Dívidas: Externa e Interna, - Combate ao Desemprego, - Plebiscito da alca, - Desenvolvimento Sustentável, - Incentivar na criação de Comitês 9840, - Lutar pela garantia dos Direitos Humanos, - Campanha do Módulo Agrário, - Aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, - Barrar a reforma da C.L.T.(art:618), - Barrar o projeto de instalação da Base de Alcântara no Maranhão, - ETC.

REUNIÃO DOS DESEMPREGADOS

DIA: 18/04/2002

HORÁRIO: 19:30H

LOCAL: PARÓQUIA CRISTO RESSUSCITADO

Rua Luís Augusto Pinho, 230 - Santa Eugênia

PARTICIPE, TRAGA SUGESTÕES!

ORGANIZAÇÃO: PASTORAL SOCIAL

PASTORAL OPERÁRIA ESTADUAL

2011

De: Eduardo Paulllete - 07 -02 – 2011 - Para: Flávio Antônio

Olá Flavio, como vai? O RJ esta numa fase complicada: Região Serrana despencou, Tornado por ai, fogo na área nobre do carnaval carioca... e ainda nem chegou a elevação do nível do mar com o aquecimento global, os despejos pela copa do mundo e olimpíadas... Ufa! Conte conosco.

Bom companheiro esta chegando a nossa 17º assembleia. você não poderá estar no nosso próximo colegiado então terems que afinar as violas por e-mail. Temos em nossas anotações 05 dioceses no estado do RJ que tem PO:

Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaguaí, Volta Redonda (retomando já com conversa marcada com o bispo) e Nova Iguaçu. Os dados batem com os que vocês tem ai? Seria possível dizer quantos grupos de base, grupos de EPS, sindicalizados e grupos de desempregados tem em cada diocese? Isto facilitará os trabalhos na assembleia.

Desculpe o abuso companheiro, Obrigado. De: Eduardo Paulllete - 26 -01 - 2011
Para: Flávio Antônio

Olá pessoal, como vão? Espero que bem. Por aqui bastante trabalho, o que é bom, afinal é sinal de que estamos dando bastante trabalho. Esta chegando o dia da nossa reunião da romaria. Será no dia 19/03/2011 aqui na casa da PO Nacional em São Paulo. Gostaria de lembrá-los das tarefas e responsabilidades, afinal ficamos de nesta reunião já trazer as tarefas prontas, ou bem encaminhadas. Lá vão:

Tríduo: PO estadual de São Paulo,
Mística no Porto: PO ABC (Santo André),
Caminhada: símbolos, palavras de ordem, falas, coord., etc.: PO/RJ (Caxias e Volta Redonda),
Ofícios: PO estadual de São Paulo,
Missa: PO RJ,
Panfletos: PO MG: Uberlândia,
Grito dos desempregados: PO estadual de SP.

Fico no aguardo das confirmações de presença para podermos nos organizar por aqui. Abraços. Eduardo – PO Nacional.

Calendário de reuniões da Pastoral Operária Estadual

Dia	Horário	Local
16 / 04	09:00	Cenfor
28 / 05	09:00	Cenfor
23 / 07	09:00	Cenfor
20 / 08	09:00	Cenfor
22 / 10	09:00	Cenfor
12 / 11	09:00	Cenfor

2492 26 34.11

Milzom

Serbatiao 95 15 14 83 CASH 2772-1989

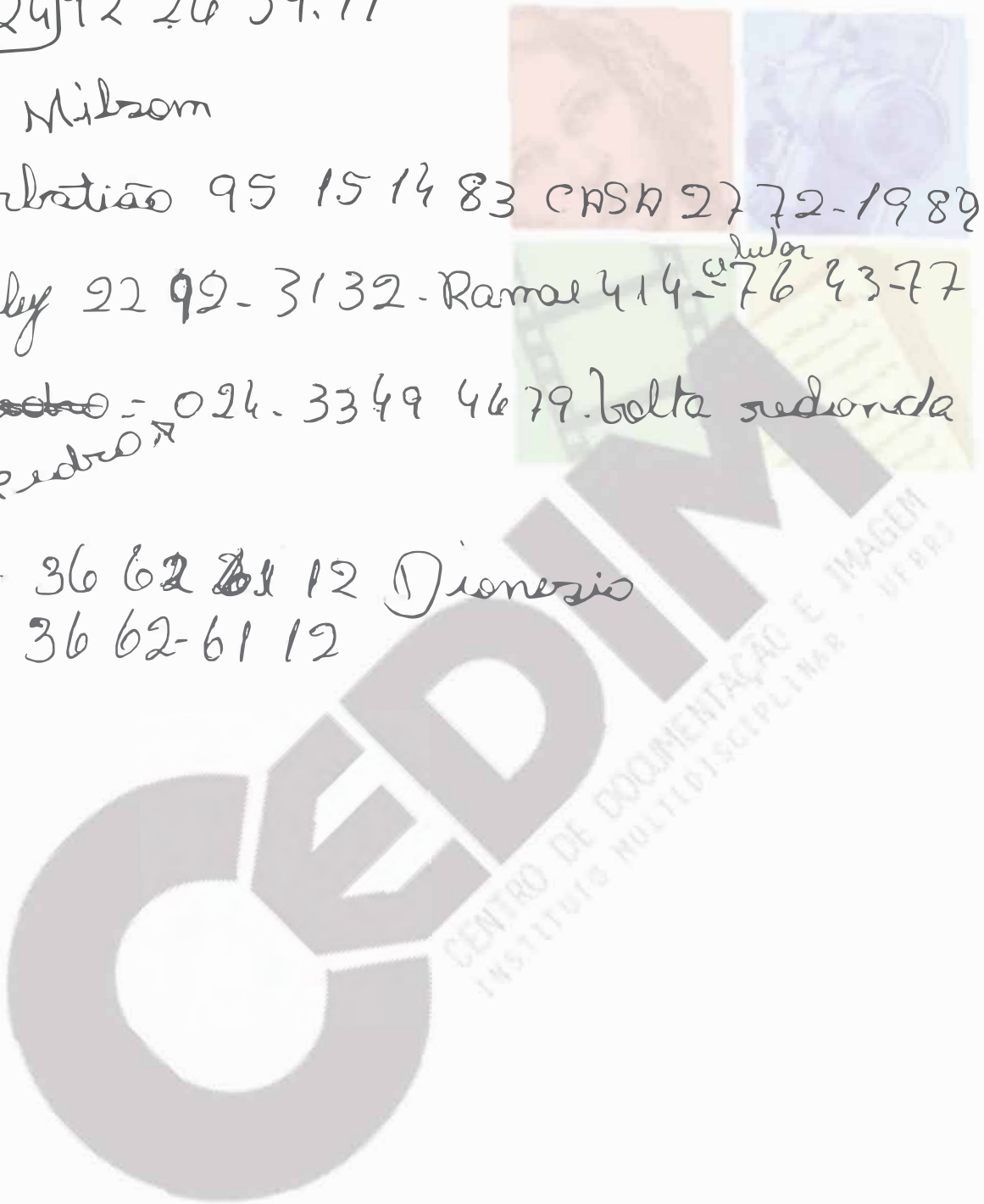
Xhily 22 92-3132-Ramal 414-76 ^{ulor} 43-77 70

~~Jose Pedro~~ - 024.3349 4679. bolta sedonda

Jose Pedro

36 62 21 12 Dionezio

36 62-61 12



PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL

CARTA AOS IRMÃOS E IRMÃS DAS PASTORAIS SOCIAIS

“O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a boa notícia aos pobres, enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para libertar os oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor.”(Lc. 4, 17-19.

A Pastoral Carcerária como também as várias Pastorais Sociais andam nos mesmos caminhos: dimensão sócio-transformadora, nos porões sombrios da vida e conflitos constantes. Isso tudo, a partir do seguimento e da prática de nosso Irmão Maior – Jesus Cristo.

Nós da Pastoral Carcerária percebemos nesse IIº Encontro Nacional da Pastoral Social uma vez mais que os presos e seus familiares e aqueles que saíam dos presídios interligam a todos nós em nossas atividades específicas. Portanto, nosso interesse em trabalharmos em parcerias concretas, em nível nacional, regional, estadual e diocesano.

Observação: Caso desejem entrar em contato conosco, segue abaixo a lista com os nomes dos membros da nossa coordenação e da Secretaria Executiva da Pastoral Carcerária Nacional:

Coordenação Nacional:

Pe. Gunther Alois Zgubic - Coordenador Nacional:
Telefax – (11) 227-8683 – zgubic@uol.com.br

Pe. Valdir João Silveira -Vice-Coordenador Nacional
(11) 3237-3002

Diácono Ademir da Silva - (91) 279-0263

Coordenador da Pastoral Carcerária Regional/CNBB-Norte

Carlos Antônio de Magalhães (79) 217-0500/(71)231-7910

Coordenador da Pastoral Carcerária Regional/CNBB-Nordeste

Petra Silvia Pfäller – (62) 211-2956 – 99555200 – mcpetra@netgo.cm.br

Coordenador da Pastoral Carcerária Regional/CNBB-Centro-Oeste

Pe. Bruno Trombetta – (21) 2569-1201 – vlao@terra.com.br
Coordenador da Pastoral Carcerária Regional/CNBB-Leste

Miguel Alcides Feldens – (51) 3748-5806/3710-2329 – migueljoinet.com.br

Coordenador da Pastoral Carcerária Regional/CNBB-Sul

Equipe Executiva Nacional:

Vêra Lúcia A A de Oliveira(Rio de Janeiro) – (21) 2558-7768/2285-5732 - vlao@terra.com.br, Manoel Tranquilino(Brasília) (61)99951336/48-462267, Carlos Antonio de Magalhães (Magal - Sergipe), Frei Carlito(Amapá).

Na certeza de sua sensibilidade e preocupação comum.

Fraternalmente,

Pe Gunther A. Zgubic

Pe. Gunther Alois Zgubic
Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária
Telefax – (11) 227-8683 – zgubic@uol.com.br

PASTORAL DO TRABALHADOR

- Circular: 04/2/2002
- Assunto: Curso de Formação (férias)
- Tema: Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Documento 67 da CNBB (Eleições 2002)
- Local: Sindicato dos Químicos – Rua Andrade Figueira, 206 – Madureira
- Data: 4, 11, 18, 25 , 26 de julho
- Estamos comunicando com muita alegria o nosso curso de férias que já demarca uma prática anual da nossa presença no Sindicato dos Químicos – Madureira.

O tema do curso retrata o nosso desafio para estarmos consolidando a nossa soberania quanto povo e nação livre do jugo de escravidão, do discurso neo liberal que prioriza o capital e não o ser criado por Deus: O homem. A ganância capitalista é como uma sede que não se esgota. Os patrões, as empresas e os países ricos sempre inventam novas formas para sugar a riqueza produzida pelos trabalhadores e pelos países pobres. Já o Documento 67 da CNBB pronunciando-se sobre os problemas nacionais por ocasião das eleições, a Igreja Católica dá continuidade ao esforço realizado desde a década de 30 para promover a participação dos católicos na vida política. Estamos enviando esta circular solicitando esforços junto a nossos pares para assessorar o curso, e contamos também com outros contatos para ajudar nesta assessoria. O curso será realizado no Sindicato dos Químicos, nas 5^o feiras do mês de julho das 19:00 às 20:00 horas, com intervalo para o lanche.

Dia 26 de julho no encerramento terá avaliação, celebração e confraternização.
Taxa de contribuição: R\$ 5,00 (cinco reais)

Obs: O curso será iniciado pontualmente as 19:00 horas.



Fortunato Wenceslau da Silva
Coordenador Arquidiocesano da
Pastoral do Trabalhador

Pastoral do Trabalhador

Curso de Formação 2006 – Curso de Férias

Tema: O filho Pródigo nos dias de hoje.

Local: Colégio pe. Butinha – rua Barão, 585 - pça. Seca
Rio de Janeiro, 23 de julho de 2006.

O tema foi exposto por Isaias Bezerra (identificar a entidade), que utilizou-se dos fatos bíblicos, lendo-se o evangelho de Lucas, cap. 15, 11-32, iniciado a partir das 10:15h, onde focou a exposição ao modelo de três histórias: do pai, do filho e do patrão. História essa contada pela igreja que, conforme seu entender é possível morar, viver num mesmo lugar, num mesmo conceito de história, mas ter uma visão diferente, outro interesse.

No começo da história, o filho pede a sua parte da herança que, ao seu entender, cometeu um grave erro não criando condições que lhe permitisse acúmulo de bens para garantir a própria manutenção no futuro.

Diante da realidade atual, onde está a Pastoral distante da proposta de Deus? É preciso que cada um dos envolvidos com esta resposta para si e transforme esta resposta em prática, pois vemos que o filho ao voltar, não voltou simplesmente para o pai, e sim para uma comunidade onde o pai era liderança.

A partir daqui passamos a destacar as respostas dos três grupos as três perguntas formuladas.

- **Como é a casa do pai?** É uma sociedade com visão diferente sobre religião e fé. A casa anti-corrupção, e não egoísta. É uma casa que acolhe. É um lugar onde há fraternidade, solidariedade, justiça e partilha. Na casa do pai vive-se a igualdade de condições e por isso vê-se que Deus é amor. É um espaço que inclui e não discrimina; que assemelha-se a função de coordenação.
- **Como vivo hoje?** Denunciando injustiças depois de abrir o meu coração para Jesus agir em mim. Com muito esforço para atender os mandamentos da lei do Senhor. Vivo indignado com as injustiças sociais. Ainda não conseguindo viver o amor de Deus como gostaria e deveria, por conta da visão anti-projeto do Pai. Vivo tentando anunciar a Boa Nova do Pai aos homens e mulheres que o ignoram. Ainda há isolamento após a Eucaristia. Sem espírito comunitário. Compromisso apenas comigo. Questionando-me para descobrir até onde vivo e levo a proposta de Jesus Cristo. Na busca de melhorar a mim enquanto cristão. Buscando alcançar na prática, ações incluídas. Viver na contramão do capitalismo.
- **O que a Pastoral precisa fazer para voltar ao convívio da família-comunidade (entender a conjuntura pastoral)?** Estruturando-se em sua comissão central: Arquidiocesana. Posicionar-se como pastoral. Fazer a comunidade usufruir da sua função. Ser representativa nas Comunidades. Resgatar valores com dignidade dando a devida importância ao/a trabalhador/a. Se fazer presente em lugares que possa se fazer ouvir sugerindo e interagindo com os diversos segmentos da Sociedade. Prestando consultoria aos trabalhadores/as que necessitam e confiam na sua retidão. Realizar encontros inter-paroquiais. Adequando-se e contextualizando as realidades das paróquias para atuação conjunta a partir da base. Estudar documentos pastorais da igreja como um todo: encíclicas; vida dos santos; realizar seminários e congressos periódicos; capacitar lideranças; gerar renda para a sua própria manutenção e, por fim, de fato, possibilitar aos seus membros que, além de cristão, procurem exercer a sua cidadania sendo presença viva no mundo do trabalho.

Obs: secretaria conjunta contida em relatórios individuais dos relatores dos três grupos.



PASTORAL OPERÁRIA NACIONAL

Rua Guarapuava, 317 – Moóca – 03164-150 – São Paulo/SP
Tel: (11) 6695-0404 6692-0538 Fax.: 6618-1077
e-mail: po.nacional@ig.com.br

São Paulo, Setembro de 2006.

“HISTORIA NA MÃO – CERTEZA NA FRENTE”

(Frases do cartaz Santo Dias/2006)

Queridos companheiros e queridas companheiras!

Animados e animadas pelos anúncios proclamados pelas diversas atividades que estamos realizando coletivamente em comemoração aos 35 anos da Pastoral Operária do Brasil nos vários estados e regiões. Fortalecidos/as pelo 12º Grito dos excluídos/as e principalmente pela 19ª Romaria dos trabalhadores e trabalhadoras em Aparecida/ SP, queremos com passos firmes seguir em frente, tendo a certeza que só na luta resgatamos o verdadeiro sentido da vida. Tendo a compreensão que essas atividades não se encerram em si mesma, mas é uma abertura. Sinal profético na construção de novos horizontes.

Queremos também estar em sintonia com o momento eleitoral que se aproxima, onde vamos eleger o Presidente da República, senadores, deputados federais e estaduais, somos chamados e chamadas a exercer a nossa cidadania, através do voto consciente e comprometido com a necessidade de construirmos uma nova cultura política, pautada na ética e no verdadeiro sentido da luta do bem comum, que possibilite o nosso povo romper os acordos pragmáticos e se tornar uma força política viva capaz de determinar o seu próprio destino.

A VIVÊNCIA MAIS PROFUNDA DA FÉ SE PROVA NO AMOR QUE VAI ATÉ AS ÚLTIMAS CONSEQUÊNCIAS: O MÁRTIRIO

No dia 30 de Outubro – celebramos o 27º ano de memória do Martírio de Santo Dias da Silva. Celebrar a memória, as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras é muito mais que um ato de fé, é testemunhar um compromisso de comunhão e solidariedade, é dar continuidade na construção do Reino de Deus, iniciado por Jesus de Nazaré e que precisa ser completado por nós.

Neste sentido, solicitamos que os grupos de base da Pastoral Operária nas suas dioceses e estados organizem atividades lembrando o martírio de Santo Dias da Silva e aproveitem deste momento rico de reflexão, celebração e memória para lembrar caminhada dos 35 anos da PO do Brasil.

Ao celebrarmos o martírio de SANTO DIAS neste momento da atualidade brasileira, significa desafiar o conjunto das organizações dos/as trabalhadores/as para se mobilizar na luta em defesa dos direitos históricos que estará no próximo ano tramitando no congresso nacional. Ao fazermos essa tarefa estaremos dando continuidade ao testemunho de SANTO DIAS que foi assassinado em frente à fábrica Sylvania por que estava defendendo os direitos dos trabalhadores/as.

MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA CONTRIBUIR NAS REFLEXÕES

Estamos enviando no envelope o cartaz de Santo Dias da Silva, a sugestão de celebração, o folder para reflexão nos grupos e o Jornal Conquistar.

Esperamos que contribua na organização, divulgação e reflexão das atividades nos estados e dioceses. Com alegria, criatividade e muita mística, sempre presente na nossa caminhada da PO queremos fazer deste momento de celebração e memória uma busca e revitalização da esperança.

Unidos e unidas no sangue de Jesus de Nazaré, de Santo Dias e de todos e todas, mártires da classe trabalhadora, abraçamos a todos e todas com muita ternura, carinho e amizade.

Conceição e Junior
Secretariado Nacional da PO

Assembléia Estadual da Pastoral Operária

Dia: 12 de novembro de 2006

Lista de Presença

NOME	DIOCESE	TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO
1. João Rosen Paldino	V.R.	3343.7989	
2. Marlene Ap. Sabarense	V.R.	3347-9224	marilene-sabarense@ig.com.br
3. SEBASTIÃO MARCOS	V.R.	3337 2661	
4. Geraldo Desimido	V.R.	3349 0927	
5. Manoel Pedro Pereira	V.R.	3349 0397	
6. Aurea Maria Andrade	V.R.	3349 9641	
7. Milton Augusto da Silva	V.R.	3349.8827	
8. José Pedro Maria	V.R.	1024/3349464	
9. JOSÉ ET RO OLIVEIRA	V.R.	024.33471410	
10. João Batista de	V.R.	02433383232	
11. José Roberto Veres	V.R.	0243332231	
12. Maria Gualda de Oliveira	V.R.	3349 1481	
13. Maria Maria Mendes	V.R.	33504057	
14. ALCEU JOSÉ FORTUNATO	B.J.	33624125	
15. João Batista	NILÓPOLIS	16919246	
16. DIONÍSIO DA SILVA OLIVEIRA	D. C. D. L. 179	3662 6112	
17. João Felipe da Silva	V.R.	7669 6955	Beto@well.com
18. Ana Maria Ferreira	V.R. Oxaló	33467675	
19. Geraldo Faustino	V.R. B.J.	3419-0809	
20. Flávio A. B. de Souza	NOVA IGUAÇU	21-2768-2935	FLAVIOBERTO@ig.com.br
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			
35.			
36.			
37.			
38.			
39.			
40.			
41.			
42.			
43.			
44.			
45.			
46.			
47.			
48.			

Pastoral Operária Estadual

Assembléia Estadual

Nova Iguaçu, 29 de agosto de 2006

Convite

Irmãos Paz e Bem,

Estamos sentindo a necessidade de nos reorganizarmos enquanto Pastoral, pois nossa missão tem como objetivo a reflexão e ação sobre o Mundo do Trabalho, assim como se inspira no projeto de Jesus. Por isso estamos convidando a participarem conosco de nossa Assembléia Estadual que será:

¹²
Dia: 11 de novembro;

Horário: 8:30 às 17:00;

Local: Centro de Formação de Líderes.

Teremos como infra-estrutura café da manhã, almoço e café da tarde. Por isso necessitamos de sua contribuição de R\$ 15,00 para inscrição no evento. **Teremos como pauta:**

- Análise de conjuntura Eclesial e Política;
- Avaliação da caminhada em 2006;
- Planejamento 2007;
- Possível escolha de 1 liberado estadual para a Pastoral Estadual;
- Informes, etc.

Ficha de Inscrição

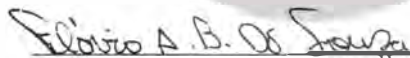
Assembléia Estadual da PO - 2006

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Cep: _____
Telefone(s): _____
Correio Eletrônico: _____
Taxa de Contribuição: R\$ 15,00 - _____

Na esperança de contar com sua animação e participação, desde já aguardamos ansiosamente.

Que o Deus da vida nos ajude a promover, cada vez mais, a vida de nosso povo.

“Levanta-te, vem para o meio!”
(Mt 3,3)



Flávio Antônio Brandão de Souza
equipe de animação

Pastoral Operária Estadual Assembléia Estadual

Nova Iguaçu, 29 de agosto de 2006

Convite

Irmãos Paz e Bem,

Estamos sentindo a necessidade de nos reorganizarmos enquanto Pastoral, pois nossa missão tem como objetivo a reflexão e ação sobre o Mundo do Trabalho, assim como se inspira no projeto de Jesus. Por isso estamos convidando a participarem conosco de nossa Assembléia Estadual que será:

Dia: 17 de novembro;

Horário: 8:30 às 17:00;

Local: Centro de Formação de Líderes.

Teremos como infra-estrutura café da manhã, almoço e café da tarde. Por isso necessitamos de sua contribuição de R\$ 15,00 para inscrição no evento. **Teremos como pauta:**

- Análise de conjuntura Eclesial e Política;
- Avaliação da caminhada em 2006;
- Planejamento 2007;
- Possível escolha de 1 liberado estadual para a Pastoral Estadual;
- Informes, etc.

Ficha de Inscrição Assembléia Estadual da PO - 2006

Nome: Marlene Aparecida Scharense
Endereço: Rua João Pessoa nº 60
Bairro: Santo Agostinho Cidade: Volta Redonda
Cep: 27210-390
Telefone(s): 35479224
Correio Eletrônico: marilene.scharense@ig.com.br
Taxa de Contribuição: R\$ 15,00 - _____

Na esperança de contar com sua animação e participação, desde já aguardamos ansiosamente.

Que o Deus da vida nos ajude a promover, cada vez mais, a vida de nosso povo.

“Levanta-te, vem para o meio!”
(Mt 3,3)

Flávio A. B. de Souza
Flávio Antônio Brandão de Souza
equipe de animação

Pastoral Operária Estadual

Assembléia Estadual

Nova Iguaçu, 29 de agosto de 2006

Convite

Irmãos Paz e Bem,

Estamos sentindo a necessidade de nos reorganizarmos enquanto Pastoral, pois nossa missão tem como objetivo a reflexão e ação sobre o Mundo do Trabalho, assim como se inspira no projeto de Jesus. Por isso estamos convidando a participarem conosco de nossa Assembléia Estadual que será:

Dia: 17 de novembro;

Horário: 8:30 às 17:00;

Local: Centro de Formação de Líderes.

Teremos como infra-estrutura café da manhã, almoço e café da tarde. Por isso necessitamos de sua contribuição de R\$ 15,00 para inscrição no evento. **Teremos como pauta:**

- Análise de conjuntura Eclesial e Política;
- Avaliação da caminhada em 2006;
- Planejamento 2007;
- Possível escolha de 1 liberado estadual para a Pastoral Estadual;
- Informes, etc.

Ficha de Inscrição

Assembléia Estadual da PO - 2006

Nome: Aires de Moura Andrade
Endereço: Rua 2 nº 63, Jardim Redentor-
Bairro: Santa Rita Cidade: Barra Mansa
Cep: 27301-970
Telefone(s): 33499641
Correio Eletrônico: _____
Taxa de Contribuição: R\$ 15,00 - _____

Na esperança de contar com sua animação e participação, desde já aguardamos ansiosamente.

Que o Deus da vida nos ajude a promover, cada vez mais, a vida de nosso povo.

“Levanta-te, vem para o meio!”
(Mt 3,3)

Flávio A. B. de Souza
Flávio Antônio Brandão de Souza
equipe de animação

Pastoral Operária Estadual

Assembléia Estadual

Nova Iguaçu, 29 de agosto de 2006

Convite

Irmãos Paz e Bem,

Estamos sentindo a necessidade de nos reorganizarmos enquanto Pastoral, pois nossa missão tem como objetivo a reflexão e ação sobre o Mundo do Trabalho, assim como se inspira no projeto de Jesus. Por isso estamos convidando a participarem conosco de nossa Assembléia Estadual que será:

Dia: 12 de novembro;

Horário: 8:30 às 17:00;

Local: Centro de Formação de Líderes.

Teremos como infra-estrutura café da manhã, almoço e café da tarde. Por isso necessitamos de sua contribuição de R\$ 15,00 para inscrição no evento. **Teremos como pauta:**

- Análise de conjuntura Eclesial e Política;
- Avaliação da caminhada em 2006;
- Planejamento 2007;
- Possível escolha de 1 liberado estadual para a Pastoral Estadual;
- Informes, etc.

Ficha de Inscrição

Assembléia Estadual da PO - 2006

Nome: SEBASTIAO MARCOS
Endereço: RUA 1024 N. 29 APT 301
Bairro: VOLTA GRANDE II Cidade: VOLTA REDONDA RJ
Cep: _____
Telefone(s): 33372661
Correio Eletrônico: _____
Taxa de Contribuição: R\$ 15,00 - _____

Na esperança de contar com sua animação e participação, desde já aguardamos ansiosamente.

Que o Deus da vida nos ajude a promover, cada vez mais, a vida de nosso povo.

“Levanta-te, vem para o meio!”
(Mt 3,3)

Flávio A. B. de Souza
Flávio Antônio Brandão de Souza
equipe de animação

Pastoral Operária Estadual

Assembléia Estadual

Nova Iguaçu, 29 de agosto de 2006

Convite

Irmãos Paz e Bem,

Estamos sentindo a necessidade de nos reorganizarmos enquanto Pastoral, pois nossa missão tem como objetivo a reflexão e ação sobre o Mundo do Trabalho, assim como se inspira no projeto de Jesus. Por isso estamos convidando a participarem conosco de nossa Assembléia Estadual que será:

Dia: 12 de novembro;

Horário: 8:30 às 17:00;

Local: Centro de Formação de Líderes.

Teremos como infra-estrutura café da manhã, almoço e café da tarde. Por isso necessitamos de sua contribuição de R\$ 15,00 para inscrição no evento. **Teremos como pauta:**

- Análise de conjuntura Eclesial e Política;
- Avaliação da caminhada em 2006;
- Planejamento 2007;
- Possível escolha de 1 liberado estadual para a Pastoral Estadual;
- Informes, etc.

Ficha de Inscrição

Assembléia Estadual da PO - 2006

Nome: Jose Roberto Alves
Endereço: Rua Bela Vista no 94 Carijana
Bairro: Santo Agostinho Cidade: Volta Redonda RJ
Cep: 27.290-100
Telefone(s): 33383231
Correio Eletrônico: _____
Taxa de Contribuição: R\$ 15,00 - _____

Na esperança de contar com sua animação e participação, desde já aguardamos ansiosamente.

Que o Deus da vida nos ajude a promover, cada vez mais, a vida de nosso povo.

“Levanta-te, vem para o meio!”
(Mt 3,3)

Flávio A. B. de Souza
Flávio Antônio Brandão de Souza
equipe de animação

Pastoral Operária Estadual Assembléia Estadual

Nova Iguaçu, 29 de agosto de 2006

Convite

Irmãos Paz e Bem,

Estamos sentindo a necessidade de nos reorganizarmos enquanto Pastoral, pois nossa missão tem como objetivo a reflexão e ação sobre o Mundo do Trabalho, assim como se inspira no projeto de Jesus. Por isso estamos convidando a participarem conosco de nossa Assembléia Estadual que será:

Dia: 12 de novembro;

Horário: 8:30 às 17:00;

Local: Centro de Formação de Líderes.

Teremos como infra-estrutura café da manhã, almoço e café da tarde. Por isso necessitamos de sua contribuição de R\$ 15,00 para inscrição no evento. **Teremos como pauta:**

- Análise de conjuntura Eclesial e Política;
- Avaliação da caminhada em 2006;
- Planejamento 2007;
- Possível escolha de 1 liberado estadual para a Pastoral Estadual;
- Informes, etc.

Ficha de Inscrição Assembléia Estadual da PO - 2006

Nome: Ang Hanyia Ferreira de Brito
Endereço: Capitão Pessoa nº 284 Dom Bosco
Bairro: Dom Bosco Cidade: Vale Redonda
Cep: 27.286-000
Telefone(s): 33467675
Correio Eletrônico: _____
Taxa de Contribuição: R\$ 15,00 - _____

Na esperança de contar com sua animação e participação, desde já aguardamos ansiosamente.

Que o Deus da vida nos ajude a promover, cada vez mais, a vida de nosso povo.

“Levanta-te, vem para o meio!”
(Mt 3,3)

Flávio A. B. de Souza
Flávio Antônio Brandão de Souza
equipe de animação

Pastoral Operária Estadual Assembléia Estadual

Nova Iguaçu, 29 de agosto de 2006

Convite

Irmãos Paz e Bem,

Estamos sentindo a necessidade de nos reorganizarmos enquanto Pastoral, pois nossa missão tem como objetivo a reflexão e ação sobre o Mundo do Trabalho, assim como se inspira no projeto de Jesus. Por isso estamos convidando a participarem conosco de nossa Assembléia Estadual que será:

Dia: 17 de novembro;

Horário: 8:30 às 17:00;

Local: Centro de Formação de Líderes.

Teremos como infra-estrutura café da manhã, almoço e café da tarde. Por isso necessitamos de sua contribuição de R\$ 15,00 para inscrição no evento. **Teremos como pauta:**

- Análise de conjuntura Eclesial e Política;
- Avaliação da caminhada em 2006;
- Planejamento 2007;
- Possível escolha de 1 liberado estadual para a Pastoral Estadual;
- Informes, etc.

Ficha de Inscrição Assembléia Estadual da PO - 2006

Nome: Luiz Gênesio Brandão
Endereço: Rua Turcoialta nº 970
Bairro: São Cristóvão Cidade: Volta Redonda
Cep: 27.260-800
Telefone(s): 021 33494649
Correio Eletrônico: _____
Taxa de Contribuição: R\$ 15,00 - _____

Na esperança de contar com sua animação e participação, desde já aguardamos ansiosamente.

Que o Deus da vida nos ajude a promover, cada vez mais, a vida de nosso povo.

“Levanta-te, vem para o meio!”
(Mt 3,3)

Flávio A. B. de Souza
Flávio Antônio Brandão de Souza
equipe de animação

Pastoral Operária Estadual

Assembléia Estadual

Nova Iguaçu, 29 de agosto de 2006

Convite

Irmãos Paz e Bem,

Estamos sentindo a necessidade de nos reorganizarmos enquanto Pastoral, pois nossa missão tem como objetivo a reflexão e ação sobre o Mundo do Trabalho, assim como se inspira no projeto de Jesus. Por isso estamos convidando a participarem conosco de nossa Assembléia Estadual que será:

Dia: 12 de novembro;

Horário: 8:30 às 17:00;

Local: Centro de Formação de Líderes.

Teremos como infra-estrutura café da manhã, almoço e café da tarde. Por isso necessitamos de sua contribuição de R\$ 15,00 para inscrição no evento. **Teremos como pauta:**

- Análise de conjuntura Eclesial e Política;
- Avaliação da caminhada em 2006;
- Planejamento 2007;
- Possível escolha de 1 liberado estadual para a Pastoral Estadual;
- Informes, etc.

Ficha de Inscrição

Assembléia Estadual da PO - 2006

Nome: Jose Etro de Oliveira
Endereço: RUA PARANAGUA Nº 45.
Bairro: SANTO AGOSTINHO Cidade: DELTA REDONDA
Cep: 27290-490
Telefone(s): 3347 14 19
Correio Eletrônico: _____
Taxa de Contribuição: R\$ 15,00 - _____

Na esperança de contar com sua animação e participação, desde já aguardamos ansiosamente.

Que o Deus da vida nos ajude a promover, cada vez mais, a vida de nosso povo.

“Levanta-te, vem para o meio!”
(Mt 3,3)

Flávio A. B. de Souza
Flávio Antônio Brandão de Souza
equipe de animação

Pastoral Operária Estadual

Assembléia Estadual

Nova Iguaçu, 29 de agosto de 2006

Convite

Irmãos Paz e Bem,

Estamos sentindo a necessidade de nos reorganizarmos enquanto Pastoral, pois nossa missão tem como objetivo a reflexão e ação sobre o Mundo do Trabalho, assim como se inspira no projeto de Jesus. Por isso estamos convidando a participarem conosco de nossa Assembléia Estadual que será:

Dia: 12 de novembro;

Horário: 8:30 às 17:00;

Local: Centro de Formação de Líderes.

Teremos como infra-estrutura café da manhã, almoço e café da tarde. Por isso necessitamos de sua contribuição de R\$ 15,00 para inscrição no evento. **Teremos como pauta:**

- Análise de conjuntura Eclesial e Política;
- Avaliação da caminhada em 2006;
- Planejamento 2007;
- Possível escolha de 1 liberado estadual para a Pastoral Estadual;
- Informes, etc.

Ficha de Inscrição

Assembléia Estadual da PO - 2006

Nome: João Batista Neto
Endereço: Rua Bela Vista Nº 91
Bairro: Santo Agostinho Cidade: Volta Redonda RJ.
Cep: 27290-000
Telefone(s): 33383232
Correio Eletrônico: _____
Taxa de Contribuição: R\$ 15,00 - _____

Na esperança de contar com sua animação e participação, desde já aguardamos ansiosamente.

Que o Deus da vida nos ajude a promover, cada vez mais, a vida de nosso povo.

“Levanta-te, vem para o meio!”
(Mt 3,3)

Flávio A. B. de Souza
Flávio Antônio Brandão de Souza
equipe de animação

Pastoral Operária Estadual

Assembléia Estadual

Nova Iguaçu, 29 de agosto de 2006

Convite

Irmãos Paz e Bem,

Estamos sentindo a necessidade de nos reorganizarmos enquanto Pastoral, pois nossa missão tem como objetivo a reflexão e ação sobre o Mundo do Trabalho, assim como se inspira no projeto de Jesus. Por isso estamos convidando a participarem conosco de nossa Assembléia Estadual que será:

Dia: 12 de novembro;

Horário: 8:30 às 17:00;

Local: Centro de Formação de Líderes.

Teremos como infra-estrutura café da manhã, almoço e café da tarde. Por isso necessitamos de sua contribuição de R\$ 15,00 para inscrição no evento. **Teremos como pauta:**

- Análise de conjuntura Eclesial e Política;
- Avaliação da caminhada em 2006;
- Planejamento 2007;
- Possível escolha de 1 liberado estadual para a Pastoral Estadual;
- Informes, etc.

Ficha de Inscrição

Assembléia Estadual da PO - 2006

Nome: Flávio Brandão de Souza
Endereço: Rua Porto Velho nº 140
Bairro: Santo Agostinho Cidade: Villa Redonda - RJ
Cep: 27210-510
Telefone(s): 3342-7482
Correio Eletrônico: _____
Taxa de Contribuição: R\$ 15,00 - _____

Na esperança de contar com sua animação e participação, desde já aguardamos ansiosamente.

Que o Deus da vida nos ajude a promover, cada vez mais, a vida de nosso povo.

“Levanta-te, vem para o meio!”
(Mt 3,3)

Flávio A. B. de Souza
Flávio Antônio Brandão de Souza
equipe de animação

~~Reuniao P.O dia 27/10/ na Casa~~
~~dia 19 fev Política 19.00 Casa~~
~~dia 17 fev feira 14.00 D P~~
~~dia Situação 14.00 no Casa~~



CEDIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFPA

Pastoral Operária Estadual

Assembléia Estadual

Nova Iguaçu, 29 de agosto de 2006

Convite

Irmãos Paz e Bem,

Estamos sentindo a necessidade de nos reorganizarmos enquanto Pastoral, pois nossa missão tem como objetivo a reflexão e ação sobre o Mundo do Trabalho, assim como se inspira no projeto de Jesus. Por isso estamos convidando a participarem conosco de nossa Assembléia Estadual que será:

Dia: 11 de novembro;

Horário: 8:30 às 17:00;

Local: Centro de Formação de Líderes.

Teremos como infra-estrutura café da manhã, almoço e café da tarde. Por isso necessitamos de sua contribuição de R\$ 15,00 para inscrição no evento. **Teremos como pauta:**

- Análise de conjuntura Eclesial e Política;
- Avaliação da caminhada em 2006;
- Planejamento 2007;
- Possível escolha de 1 liberado estadual para a Pastoral Estadual;
- Informes, etc.

Ficha de Inscrição

Assembléia Estadual da PO - 2006

Nome: Milton Augusto da Silva
Endereço: Rua João Batista Ferrera, s/n
Bairro: Metalingico Cidade: Barra Mansa
Cep: 27335450
Telefone(s): 3349-8827
Correio Eletrônico: _____
Taxa de Contribuição: R\$ 15,00 - _____

Na esperança de contar com sua animação e participação, desde já aguardamos ansiosamente.

Que o Deus da vida nos ajude a promover, cada vez mais, a vida de nosso povo.

“Levanta-te, vem para o meio!”
(Mt 3,3)

Flávio A. B. de Souza
Flávio Antônio Brandão de Souza
equipe de animação

Pastoral Operária Estadual

Assembléia Estadual da P.O 02/03 de novembro de 1985.

Nos dias 02 e 03 de novembro aconteceu a assembleia estadual da P.O. Com os representantes das seguintes dioceses: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Três Rios, Petrópolis, Itaguaí, Rio de Janeiro, Volta, esteve presente ainda pe. Augustinho da diocese de Nova Iguaçu, frei Davi assistente da P.O regional e o companheiro Gilberto do secretariado nacional e membro da executiva nacional.

Iniciamos nosso primeiro dia de encontro com estudo cujo tema foi capitalismo X socialismo assessorado pelo Claudio Nascimento (relatório do curso já enviado para os companheiros que participarem).

Nodia seguinte retomamos a pauta que tratou exclusivamente da assembleia. E para os trabalhos de grupos foi encaminhado as seguintes perguntas:

Como foram encaminhadas as prioridades assumidas durante este.

Quais os avanços?

Quais as dificuldades?

E a assembleia propôs que avaliação não se prendesse no discurso da falta de apoio.

Mas sã como estavam trabalhando estas prioridades dentro de um contexto político em cada realidade e sobre tudo avaliar como acompanhamos os acontecimentos que estão relacionados com as prioridades, lembramos as prioridades que foram as seguintes: CONSTITUINTE, REFORMA AGRARIA, ELEIÇÕES, MOV SINDICAL, DESEMPREGO, FORMAÇÃO, PASTORAL DE CONJUNTO.

Apos o trabalho de grupo chegamos ao plenário com as seguintes conclusões:

Quanto ao avanço

CONSTITUINTE-esta prioridade foi levada mais a serio, houve um final de semana de estudo a nivel estadual, as cartilhas sobre constituinte chegam nas dioceses. E a P.O incentivou o surgimento de varios comites tem participação de diversas entidades.

REFORMA AGRARIA-houve uma participação indireta da P.O nesta area aconteceu uma reunião da P.O com C.P.I, mas nada amarrado de concreto. houve sim, participação indireta de cada diocese de não um apoio mais sistemático.

ELEIÇÕES-em algumas dioceses houve debates com quase todos os candidatos para ver qual era a proposta de plataforma de governo e necessidade e a P.O ea comunidade colocaram suas propostas e necessidades e PO ajudou a puxar estes debates.

Desemprego-houve varias tentativas de organização de comites em sua maioria a P.O teve presente apoiado.

SINDICALISMO-foi uma luta que criou houve acompanhamento das greves que aconteceram nos municipios, houve uma atenção especial nas oposições existentes, espaço cedido para reuniões, encontros e resistencia para que as oposições assumam a luta da propria categoria.

FORMAÇÃO-houve uma preocupação maior da P.O com relação a formação. Aconteceram cursos de marxismo, sindicalismo, constituinte e teologia, e houve curso bem base sobre campanhas solarias dissidio, C.I.T.

PASTORAL DE CONJUNTO-houve diocese que se fez um trabalho conjunto, mais este não se deu na maioria.

QUANTO AS DIFICULDADES

CONSTITUINTE- percebeu-se que houve falta de um engajamento maior da P.O na luta a nível estadual. Falta agilidade na informação e material mais didático para o trabalho de base.

REFORMA AGRÁRIA- faltou um trabalho de base que conscientizou ou que desperte ~~o interesse~~ e o interesse de assumir a luta pela reforma agrária.

Em algumas dioceses as pessoas ligadas as outras pastoras e indiferentes só falam mas não priorizam esta luta. Falta um trabalho para deixar claro que a luta pela terra é uma luta, também do setor urbano.

ELEIÇÕES: houve uma grande falha da P.O em não pensar no estilo de curso e até mesmo num estilo de cartilha fé e política considerando que temos dois anos seguidos de eleições importantes, e também a necessidade que tenha de discutir mais o assunto.

DESEMPREGO- mesmo a P.O tendo participado na tentativa de formação de comitês, foi bem franca esta participação. Falta uma visão da dimensão política, da situação as tentativas foram imediatista e muitas vezes tornou assistencialista.

MOVIMENTO SINDICAL- houve dificuldades em articular um movimento mais consistente. As demissões que aconteceram em massa por causa das greves deixou a P.O um pouco perdida e as tentativas de mobilização em algum lugar foram frustrante. Tem a necessidade de uma articulação dos companheiros da P.O ligada ao Movimento Sindical.

FORMAÇÃO- apresenta ainda muita debilitada e acaba não sendo instrumento de formação pois os cursos na sua maioria é massante e pesado e por mais que se prepare e fale do estilo do curso, geralmente é sempre heterogênea a participação.

É também definir um mais claro o que é formação.

O que está formação seja sistematizada, que verdadeiramente capacite e ajude a despertar consciência de classe.

PASTORAL DE CONJUNTO- faltou um trabalho mais articulado com as outras pastorais apenas em algumas dioceses que se deu um trabalho em conjunto.

Quanto ao financiamento da estrutura constatou-se que houve formação de vários grupos de base.

Nas dioceses que ainda não havia está começando a se articular e deslamar um pequeno trabalho.

Faltou maior aprofundamento bíblico dentro da P.O.

A questão financeira também dificultou bastante o maior desenvolvimento da P.O.

Faltou boletim, proposta da assembleia do início do ano.

Material para discussão para as bases não chegaram.

Assembleia definiu que as prioridades para o ano de 86 continuaria as mesmas, e que para definirmos como trabalharíamos estas prioridades, faríamos um outro encontro a nível estadual, e que cada diocese discutisse e trouxesse proposta para compor a comissão nacional.

Logo em seguida foi cedido para que o comp. Gilberto da executiva nacional P.O fizesse uma exposição como anda a P.O.NAC.

O mesmo colocou da nova proposta de estrutura regional e da executiva.

E um informe geral da situação da P.O a nível Nacional: a assembleia ainda aprovou

No dia 01 de fevereiro de 1986 aconteceu, o nosso 1º encontro do ano a nível estadual que reuniu representantes das seguintes dioceses: Rio de Janeiro, Caxias, Valença, Itaguaí, volta REDONDA.

Sendo está assembleia definida na assembleia do mês de novembro passado, com seguintes objetivos: Ver

Traçar um plano de trabalho dentro das prioridades discutidas na assembleia estadual e ver como levar para o plano de atividades também proposto pela assembleia

Eleger o representante para comissão Nacional que cada diocese ficou de discutir e propor o nome neste encontro.

Logo após a apresentação foi feita uma divisão em grupos em cima das prioridades: Constituinte, Eleições, mov. Sindical, Reforma Agrária, Desemprego, Formação Pastoral de conjunto.

Após o trabalho de grupos chegamos ao plenário com as seguintes conclusões: **CONSTITUINTE**- que a P.O incentive o trabalho nas bases, e que a comissão estadual se ocupe de passar para as dioceses tudo que sair sobre a Constituinte. Que a comissão estadual elabore uma minuta alternativa (Constituição alternativa) onde conste itens que ajude na reflexão da P.O.

ELEIÇÕES- montar uma cartilha a nível estadual para as bases com linguagem bem acessível e junto para acompanhar a cartilha um audio-visual.

E que a mesma conste com objetivos a história do populismo. Faça uma análise sobre os partidos existentes. Aluta pelas diretas, Colegio Eleitoral: os votos contra a política.

Epapel do partido dentro da política- a emenda das diretas.

É sobre tudo preocupar com o voto do analfabeto.

DESEMPREGO- fortalecer os comitês e as iniciativas de luta contra o desemprego. E que as comissões não fiquem apenas tentando resolver questões no imediato ou assistencialismo, mas sim ter uma dimensão política da situação do desemprego e a partir desta dimensão traçar um plano estratégico.

E que a comissão de luta contra o desemprego procure junto com a comissão estadual e a diocesana a Cut para discutir a participação dos desempregados no Mov. Sindical e nos congressos da Cut.

Que cada representante na comissão estadual que esta tentando se articular no sentido de fortalecer-lo.

REFORMA AGRÁRIA- que reforme a conversa iniciada o ano passado com a C.P.T, ter um calendario das atividades, eleições na area rural.

Que a comissão assuma a responsabilidade de passar todo material que ajude nas discussões, para as dioceses sobre a questão da terra.

Discutir a proposta já existente de uma cartilha conjunto com a C.P.T, numa linha bem ditática. Apoiar a romaria da terra.

MOVIMENTO SINDICAL- apoio as oposições que estão surgindo, apoio a luta pelas quarenta horas e incentivar as campanhas de unificação da data de base. Que a comissão estadual assuma de mandar para as dioceses material sobre a convenção

87 da O.I.T.

E que a (comissão) as P.O.S crie espaços para estes tipos divulgados em suas dioceses
Incentivo a luta pela trimestralidade.

FORMAÇÃO-que a comissão estadual programe um curso intensivo sobre formação sindical, sobre formação sindical.

Que assuma a distribuição do roteiro que está sendo feito para a formação sindical sobre a história da classe operaria no Brasil .

Que os cursos de formação respeite os níveis de participação e adaptado dentro de cada realidade.

E que a comissão estadual execute proposta de encontro de formação.

NA AREA TECLOGICA-que se encaminhe curso sobre a questão biblica.
E que haja um momento de revisão de vida:retiro.

PASTORAL CONJUNTO- que esta articulação seja a nivel de iniciar a tentativa a nivel estadual.

ATIVIDADES-que se de encaminhamento ao boletim da P.O a nivel estadual e ao mesmo (tempo) seja bimestral com um C.P.O informa que sai todos os meses.
E que as dioceses assuma na hora de mandar as materias.
Pedimos ainda sugestão para cliche,que divulque para as dioceses material centenário sobre o dia 1º de maio.

Que a comissão agilise o mais rapido a cartilha sobre eleição.
E ainda este encontro referendou o nome de Geraldo Orozimbo para a comissão Nacional apos duas votações.

HOVE OS SEQUINTE INFORME:

Apoio da Past. do trabalho junto com a C.U.T a greve de STANDE e dai surgiram algumas comissoes de fabrica .

Itaguai foi feita uma colocação sobre a greve dos sind. dos metalurgicos por um companheiro de Angra dos Reis ea conquista apos muita luta do salario desemprego e dificuldades na hora de sair este salario
Houve ainda o informe sobre o audio-visual que V.R fez sobre a questão do desemprego e o mesmo esta sendo colocado a disposição.

SOBRE 1º DE MAIO-Angras dos Reis fara missa campal e terá um ato publico com companheiros metalurgicos e no final show finalizando com uma passeata e em Angra será a 1ª vez que se comemora o 1º de maio.

Tres Rios Pará -um a carta aberta ,missa campal e um teatro dentro da realidade.

RIO DE JANEIRO- das 240 paróquias apenas 40 celebrarão o 1º de maio, sera feito uma carta aberta para ser lida na missa de domingo pela t.v..

E participará junto com a C.U.T ea COMDAT nas manifestações.

Nosso calendário para o ano a nível estadual :

18/19/20 de abril -- a mulher na Constituinte.

16/17/18 de maio --sindicalista engajado na P.O

26/27/28 de maio -- encontro de agentes

23/24/25/26/27 de julho estudo biblico com tema : HISTORIA DA MULHER NA

BIBLIA TECLOGO AINDA P/ CONFIRMAR;

As seguintes moções de apoio:

- FREI LEORNARDO E FREI CLODOVIS BOFF.
- ACS COMPANHEIROS DA AFRICA DO SUL.
- AOS APOSENTADOS DE VOLTA REDONDA.
- AOS ACAMPADOS DE SANTA CATARINA.

DUQUE DE CAXIAS 12/03/86



CEPIM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR UFRRJ

Pastoral do Trabalhador
Circular: 01/2002

Assunto: Planejamento da Comissão Arquidiocesana

Data: 19 de janeiro de 2002-01-08

Local: Rua Amapurús, 336 – Taúá

Como chegar: ônibus 326 – Bancários – Via Praia da Rosa (outro ônibus não serve) saltar no estaleiro EMAQ.

Hora: 9.00 às 17.00 horas

O objetivo desta circular tem sua motivação estarmos avaliando o ano de 2001, como estarmos planejando a nossa agenda para 2002.

O mundo atual já atingiu avançado estágio de desenvolvimento. Há os que se beneficiam desse avanço, mas também os que sofrem as consequências e os que não são alcançados pelas conquistas do progresso humano.


É chegada a hora de maior participação nos avanços trazidos pela técnica e pela ciência. Que a mundialização do bem-estar não continue a ser mera aspiração para a maioria das pessoas. Os estragos que o capitalismo neoliberal vem provocando no mundo preocupam. Não perceber isso é acomodar-se a uma realidade favorável ao clima de intolerância e fanatismo que vem tomando corpo pelo mundo afora.

Situações absurdas, tais como as do atentado terrorista ao World Trade Center de Nova Iorque em 11 de setembro de 2001 – continuarão sendo desencadeadas. Ao lado dessas mais visíveis, porque transmitidas ao vivo pelos meios de comunicação, ocorrem anônimamente milhares de outras situações dramáticas para famílias e comunidades.

É preciso agir para reverter esse quadro de grandes e pequenos atentados à vida humana. Não há quem não possa fazer alguma coisa nesse sentido.

Que o Ano Novo que se anuncia seja fonte de ânimo pastoral a cada um de nós que procuramos dedicar o melhor de nossa vida à causa do Reino.

Indicativo de Pauta: Oração Inicial – Reflexão Bíblica – Pe. Manangão – Avaliação da Assembléia Arquidiocesana – Calendário de atividades (horários, locais, etc.) – Carta aberta – CF/2002 – 1º de Maio – Informes: Grupo de base – Vicariatos e Gerais.



Fortunato Wenceslau da Silva

Coordenador Arquidiocesano da Pastoral do Trabalhador

PLANEJAMENTO DA PASTORAL DO TRABALHADOR

METAS E ATIVIDADES	RECURSOS	RESPONSÁVEL	PRAZO/DATA
Capacitação dos militantes do PT nas questões relativas à C.L.T e Previdência	Vicariato Leopoldina	G.B. do Bom Jesus da Penha	Até dezembro de 2002
Trabalhar: Fé e Política	Retiro em Itaipava	Comissão Arquidiocesana	Junho de 2002
Visita Semestral da Comissão Arquidiocesana aos G.B	Grupo de Base	Comissão Arquidiocesana	Janeiro à dezembro / 2002
Criação de um Informativo Arquidiocesano Trimestral	Vicariatos: Leopoldina e Suburbano	Janete, Nely, Walesca, Celso, Silvia	Janeiro à dezembro de 2002
Celebração: 1º de Maio	Vicariato Leopoldina	Comissão Arquidiocesana	Mai de 2002
Formação de Cooperativas	Mitra Arquidiocesana	Comissão Arquidiocesana	Janeiro à dezembro de 2002
Equipe de Formação	Capela: Jesus Eucarístico	Comissão Arquidiocesana	Janeiro à dezembro de 2002
Apoio às iniciativas de alfabetização no interior das Comunidades	Comunidades: parcerias com o Poder Público	Vicariatos: Leopoldina e Suburbano	Janeiro à dezembro de 2002
Carta Aberta	Vicariatos	Comissão Arquidiocesana	16 de março de 2002

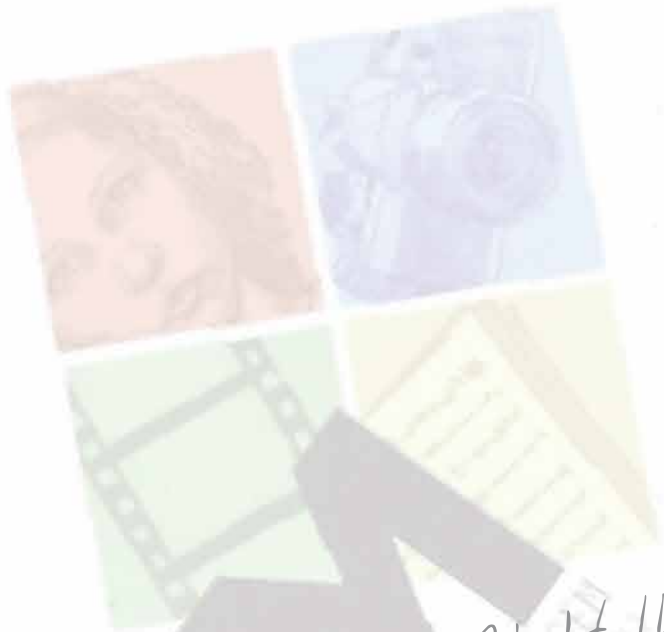
N. B. As data e locais podem ser alteradas conforme situações

PLANEJAMENTO DA PASTORAL OPERÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA ANO DE 1993

DESAFIOS	O QUE FAZER	QUEM FAZ	QUANDO
SEMANA SOCIAL BRASILEIRA E SEMANA SOCIAL DO ESTADO	<ul style="list-style-type: none"> * Assumir conjuntamente com outras pastorais e organismos a organização da Semana Estadual * Promover ampla discussão sobre as temáticas nos grupos de base 	Gilberto Fortunato Zé Miguel	Seguir o rio da M da estad
PASTORAL DOS TRABALHADORES	<ul style="list-style-type: none"> * Organizar em todo o Estado, ampliando a participação das dioceses que já assumiram e envolver aquelas que não participam. * Convidar sindicatos e outras entidades * Divulgar em todos setores, inclusive nos meios de comunicações. 	Penha Claúdio Gilberto	Até o d setembro
FORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> * Promover momentos fortes (cursos e encontros) * Discutir forma de acompanhamento ao participantes das atividades de formação. * Articular as experiências diocesanas 	Executiva Estadual	Durante
GRUPOS DE BASE	<ul style="list-style-type: none"> * Reforçar a formação de animadores * Elaborar e apresentar alternativas de subsídios. 	Coordenação Estadual	Durante
MOVIMENTO SINDICAL	<ul style="list-style-type: none"> * Promover encontro de sindicalistas * Divulgar os acontecimentos do mundo sindical. * visitar os sindicatos e convidá-los P/Romaria 	Executiva Estadual Luiz Carlos	Durante
MOVIMENTO POPULAR	<ul style="list-style-type: none"> * Motivar a participação na CP e na Semana Social * Contribuir no processo de revisão da Constituição 	EXECUTIVA	Conforme específi
PASTORAL DA ROMARIA	<ul style="list-style-type: none"> * Promover encontro de formação 	Executiva Estadual	Durante
PASTORAL DAS DIÓCESES	<ul style="list-style-type: none"> * Priorizar as dioceses de Valença, Itaguaí e Caxias. * Divulgar a Romaria dos Trabalhadores 	Coordenação Estadual	Durante
PASTORAL DE CONJUNTO	<ul style="list-style-type: none"> * Buscar a integração através das atividades definidas 	Coordenação Estadual	Durante
PASTORAL DAS CRIANÇAS	<ul style="list-style-type: none"> * Elaborar projeto alternativo 	Fortunato, Gil e Rita	Até a Ass
PROJETO DE EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> * Difundir cartilha do ISEB 	Executiva Estadual	Até março
PASTORAL DO TRABALHO COM AS MULHERES	<ul style="list-style-type: none"> * Promover encontros * Preparar subsídio para GdeB sintetizando as experiências desenvolvidas 	Tânia, Rita, Penha, Andrea e outras (V. Redonda e Itaguaí)	Durante

ATIVIDADES	DATAS	LOCAIS
Coord. Estadual	14 de fevereiro	Nova Iguaçu (Catedral)
Executiva Estadual	02 de março	Rio de Janeiro (casa da Rita) Rua Real Grandeza 87 - Botafogo
Encontro de Mulheres	20 e 21 de março	Rio de Janeiro - Casa de Encontros do Mendanha - Cpo. Grande
Coord. Estadual	16 de maio	Rio de Janeiro (casa da Rita) Rua Real Grandeza 87 - Botafogo
Encontro de Formação Política Não definido	21, 22, 23 de maio	Angra dos Reis - Centro de Formação da Ribeira
Encontro de Animadores de Grupos de Base de Política	18, 19 e 20 de junho	Mangaratiba - Centro de Formação Diocesano.
Coord. Estadual	15 de agosto	Itaguaí (Curia)
Encontro de Agentes (Padres e Freiras)	23 de agosto	Nova Iguaçu (Catedral)
Encontro de Sindicalistas	25 de setembro	Duque de Caxias - São Bento Mangaratiba - CDF.
Enc. de Mulheres Coord. Estadual	23 de outubro 24 de outubro	Duque de Caxias
Assembléia Estadual	26, 27 e 28 de Novembro	Volta Redonda - Arrozal
Assembléia Nacional	10, 11 e 12 de dezembro	não definido

- * Para todas as atividades haverá correspondência confirmando da realização.
- * As datas podem ser alteradas conforme situações.
- * As dioceses devem fazer o possível para que as data de seus planejamentos não venha coincidir com as do Estado.
- * Favor agendar todas as atividades para não esquecer.
- * Está também previsto para este ano, o 2º Encontro de Mulheres, a data será definida. Certamente para o segundo semestre.
- * Assembléia em 2 anos
- * Redução do Nº de encontro.
- *



DAITON
Ailton de
Cidade 93 95 10 95
SILVA

ALVARO DE OLIVEIRA
21-9945-3181
NASCIMENTO

21-4054866

21-850-550

Luís Banana de Amorim
41 - Vila Kennedy

por gurgum

Marcia Costa, 977

de Souza, 800

2;

Presença 23.06.2001

Reginaldo Orozindo Volta Redonda

End. A.V. do Contorno nº 720 Paraíso B. Mandar Tel. 33490921

2) José Pedro Maria - RUA PIRACICABA Nº 270 SÃO CRISTOVÃO VOLTA REDONDA
CEP 27264-800 TELEFONE (024) 3349469

3) Sebastião T da Costa Rua Barbosa 508 B Grammaelo
D. de Caxias
CEP 25.0350200

Marily de Souza da Silva
Av. Mandelá 1213 Bloco B. apto 302 Nilópolis
tel 917146

1) Nair Jane de Castro Lima

Es. Santa das Rosas 319 - Lt 24 Vila Formosa N. Iguaçu
whl: 92-78-75-76 Cep. 26.051-370
Sindicato
CEP 29372-70

Rua Brasil 412 - Metrópole
Fone 6683077 Nova Iguaçu

Leijandra Luiza da Silva
Rua Lisboa, 112 Casa 02
Rocha Sobrinho
26232-240 Mesquita - RJ
Tel.: Comunitário 660-5399

ITABUNA
ITABUNA

2) Gleonice Justo
Rua. do Santa 168.
Adriamapolis - cep. 26000710..
Nova Iguaçu.

Pe. Antônio do Gatto
cal. Formel - Nova Iguaçu - Garco
Pe. Geraldo Lima - Nova Iguaçu -

Duque de Caxias, 27 de novembro de 1986

PROJETO DE CO-FINANCIAMENTO DA CPO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PAPA O BIÊNIO 1987-1988

Prezados Senhores,

A Comissão Estadual de Pastoral Operária do Rio de Janeiro vem apresentar, para análise e estudo, um pedido de co-financiamento de suas atividades para o biênio 1987-1988.

1. SITUAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Estado do Rio de Janeiro está, dentro da federação brasileira, localizado na Região Sudoeste, com uma população aproximada de 12 milhões de habitantes, segundo o censo de 1980. O Estado ocupa o 19 lugar do País em desidade demográfica. Sua superfície é de 44.277 km², contendo 65 municípios.

"O Estado do Rio de Janeiro é o cartão postal do Brasil. A sua fachada turística esconde, no entanto, uma realidade desoladora.

O processo de industrialização a que foi submetido - e a atual estagnação -, uma agricultura em quase completa bancarrota, e um setor de serviços superdimensionado, acrescido de um mercado informal constituído de biscateiros, pequenos comerciantes, etc, aguçaram ainda mais as características de miséria e subdesenvolvimento.

O setor de serviços ocupa atualmente 63,63% da mão-de-obra, o setor secundário 34,35%, restando para a agricultura e extração mineral 2,02%.

A configuração desoladora do setor agropecuário resulta da ausência de uma base de matéria prima e insumos agrícolas, o que obriga a economia a buscá-los em outros Estados, além de significar "importações" de alimentos para o consumo direto, estímulo ao êxodo rural, com o consequente agravamento dos problemas urbanos, e o inaceitável crescimento do "exército de desempregados" (6,8% em 1984).

Pode-se entender o Estado do Rio de Janeiro a partir de três grandes regiões com situações sociais, econômicas e políticas próprias.

1.2. A REGIÃO METROPOLITANA

São mais de 9 milhões de pessoas, 80% da população fluminense, que vive em áreas urbanas da região metropolitana, compreendendo as cidades de Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, São João de Meriti, São Gonçalo, Nilópolis, Petrópolis, Itaboraí, Magé, ocupando uma área de aproximadamente 6.464 km². Excetuando-se a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e os maiores bairros da classe média, a maioria dessa população é assalariada percebendo abaixo de 3 salários mínimos (Cz\$ 2.400,00). Essa grande população vive em regiões onde falta tudo. Falta saneamento básico, escolas, transportes, emprego, lazer. A miséria é extrema. Grande parte vive de sub-emprego.

O Município do Rio desempenha forte papel dinâmico na Região Metropolitana. Ele possui cerca de 5,4 milhões de habitantes (IBGE-1980) concentra 57% da população e 77% da receita gerada na Região Metropolitana, o mesmo ocorrendo com relação à distribuição de equipamentos sociais, escolas, hospitais, oportunidades de recreação e lazer, etc.

A Zona Oeste do Município do Rio compreende as Regiões Administrativas de Bangu, Campo Grande, Santa Cruz e conta hoje com uma população superior a 1.200 mil habitantes, conforme estimativa calculada segundo o censo de 1980.

O aumento crescente da população do Rio de Janeiro, as políticas governamentais de remoção de favelas e a criação de pólos industriais transformaram a Zona Oeste numa região de periferia com inúmeros problemas para os trabalhadores ali residentes.

A Zona Oeste localiza-se, na sua parte inicial - Magalhães Bastos - a 35km de distância do Centro e a quase 80 Km na sua parte final - Santa Cruz. Esta distância, que faz o trabalhador gastar até 4 horas por dia de viagem, encarece o custo do transporte, já o mais caro do Município, ao Centro - local onde se encontram as grandes ofertas de trabalho.

A Baixada Fluminense se compõe de cidades dormitórios na periferia do Município do Rio de Janeiro. Sua população de aproximadamente 8 milhões de habitantes, em grande parte, é formada de migrantes do interior do Estado do Rio de Janeiro e dos demais Estados do Brasil, especialmente Minas Gerais, Espírito Santo e do Nordeste brasileiro. 90% da população é formada por assalariados de baixa renda. O povo vive à margem das riquezas que produz com seu trabalho. 66,45% sobrevive com menos de 3 salários mínimos. A situação dos trabalhadores está cada vez pior devido o achatamento salarial provocados pelos "pacotes econômicos" impostos na época do governo militar e que ainda não foi solucionado pelo Plano Cruzado do atual governo civil. Há rotatividade de mão-de-obra, desemprego, sub-emprego. Dados oficiais demonstram que o sistema econômico gera concentração de riquezas nas mãos de poucos e marginalizados para a gran

de maioria.

O forte da Baixada Fluminense é o seu comércio. Grandes supermercados exploram essa região criando uma mão-de-obra barata. Além do comércio, destaca-se em Duque de Caxias, a Refinaria de Petróleo com o Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Destilaria da Refinaria Petróleo Duque de Caxias (SindiPetro) com mais de 20.000 trabalhadores. Em Nova Iguaçu encontra-se a fábrica Bayer que emprega em média 5.000 trabalhadores. A partir de 1981 a fábrica de peças FIAT em Xerém, D. Caxias, começou a ser desativada propiciando grande número de desempregados em toda a região. Há inúmeras pequenas e médias indústrias na Baixada Fluminense se caracterizando por contratação de mão-de-obra barata com condições de trabalho precárias.

A grande massa dos trabalhadores, no entanto, trabalha na cidade do Rio devendo para isto viajar quatro horas por dia (ida e volta) em transporte caro e precário.

1.3. A REGIÃO NORTE FLUMINENSE

A característica dessa região é agrária e também grande fonte de turismo. Inclue-se aqui as regiões dos lagos e da serra. São cidades importantes nessa região: Campos, Macaé - devido a exploração petrolífera. Petrópolis e Nova Friburgo a concentração da mão-de-obra está nas indústrias têxteis. Há outras categorias de operários como metalúrgicos, comerciários e construção civil. Os sindicatos têxteis, metalúrgicos e o da alimentação são de oposição. Estas duas cidades sofrem a presença colonizadora e conservadora de antigas lideranças políticas.

Apesar desta situação, o trabalho de pastoral vem sendo articulado e há apoio das oposições sindicais e do movimento popular.

Campos é a maior cidade situada no norte fluminense. A sua principal produção, além da reserva petrolífera, é a cana de açúcar. Hoje em dia esta produção está, dentro do plano do governo, para o consumo do álcool como combustível alternativo. Engenhos de açúcar foram os grandes meios de produção açucareira do século passado e da primeira metade deste século.

Campos, juntamente com Itaperuna, são cidades mais conservadoras. A presença da TFP (Tradição, Família e Propriedade) ainda é a marca das atividades religiosas e sociais dessas cidades. Ela defende veementemente o latifundiário e a Igreja tradicional antes do Concílio Vaticano II.

Na área urbana de Campos, a categoria com maior presença é a dos comerciários. Atualmente se inicia um trabalho de CPT com a ajuda da CPO junto aos trabalhadores do campo.

1.4. A REGIÃO SUL FLUMINENSE

Esta região compreende cidades como: Angra dos Reis, Itaguaí, Bar

Em muitos desses locais existe uma concentração muito grande de operários na área urbana, prevalecendo as usinas metalúrgicas: Usina Nuclear de Angra dos Reis, Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda.

A CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) de Volta Redonda atinge todo o Vale do Aço compreendendo as cidades de Barra do Piraí e Resende. Em Três Rios, a principal indústria é a fábrica de vagões Santa Matilde, que produz para o mercado internacional.

Em Angra dos Reis, estão localizadas no seu 2º distrito as Usinas Nucleares conhecidas como Angra I e Angra II. O Sindicato dessa região é combativo.

2. SITUAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E ECONÔMICA DO RIO DE JANEIRO

As perspectivas de crescimento industrial, hoje no Estado do Rio de Janeiro, não são das melhores. Não há intensão nenhuma do Governo federal em aplicar no crescimento do setor industrial.

Do lado dos grandes industriais, por serem conservadores ou neo-liberais, se descarta qualquer possibilidades de aplicação financeira aqui, pois de confrontam politicamente com o governo estadual, que é oposição ao Governo federal, provocando-o a todo momento e se tornando uma ameaça ao governo central.

O grupo financeiro, ligado ao sistema capitalista, se desestabilizaria caso investisse no Estado, a menos que promovesse uma aliança com o governo estadual. Isto não lhe interessa, pois seria a quebra da aliança da ala reacionária com a ala liberal.

Diante desse quadro, que é bem mais amplo, existem grandes dificuldades na articulação do Movimento Popular e Sindical.

3. HISTÓRICO DA PASTORAL OPERÁRIA NO RIO DE JANEIRO

A Pastoral Operária começou a se organizar a partir de 1978. Antes da quele ano haviam em várias cidades uma discussão sobre a Pastoral no meio operário e seu papel diante do movimento operário e sindical. Em 1979, quando surgiram os primeiros movimentos de reivindicação dos trabalhadores, principalmente no ABC paulista, os grupos existentes de pastoral tiveram um papel importante nas discussões de apoio a esses movimentos. A partir de 1978, esses grupos foram aumentando, quantitativa e qualitativamente, dentro da realidade de cada município frente à situação política, social e econômica do País. Um dos problemas que vem atingindo o operariado nos últimos anos é a questão do desemprego. E esta foi a questão que deu, nos anos 80 e 81, uma conscientização ao movimento operário, movimento popular e grupos de Igreja, através da greve dos trabalhadores da Fiat do Brasil, em Xerém-Duque de Caxias, quando se desencadearam as primeiras greves no Brasil contra as demissões em massa e o desemprego.

5

das Dioceses, comunidades de base, grupos de pastorais e outros movimentos a nível social que se mobilizaram para apoiar e denunciar a política econômica e social do governo federal que propiciava alto nível de desemprego. Surgiu, aos poucos, todo um processo de discussão permanente para articular uma luta conjunta contra o desemprego.

Nesta época já existiam grupos de PO., bem articulados nas cidades de Volta Redonda, Nova Iguaçu, S. João de Meriti, Rio de Janeiro. Com a mobilização em torno da greve da Fiat começaram a surgir grupos de cristãos com preocupação de atuar dentro do mundo operário na recém-criada diocese de Duque de Caxias. Trabalhadores do centro de Duque de Caxias e de sua periferia, onde funciona a fábrica FIAT, começaram a organizar movimentos de apoio aos desempregados despedidos da Fiat pela participação na greve. Começou, então, a nascer a PO. em Duque de Caxias.

O ano de 1982 foi um ano eleitoral. Pela primeira vez, após vinte anos de ditadura com perseguição sistemática aos líderes dos movimentos de base, o povo iria votar para governadores, senadores, deputados, prefeitos e vereadores. Havia um certo ar de liberdade. Muitos militantes da PO se engajaram na luta política se comprometendo com candidaturas populares. Esse comprometimento chegou a tal nível que muitos militantes se candidataram a deputados e vereadores. Foi a primeira experiência de militantes da PO e outros movimentos populares na disputa política. O resultado das eleições de 1982 não foi muito promissor para os movimentos populares e pastorais de Igreja. Houve muitas decepções e com isto o desagregamento de vários grupos de PO. No entanto, a experiência foi válida, pois ela fez com que os militantes compreendessem a força do poder econômico aliado a poder burguês conservador que sempre tenta eliminar a conscientização do povo com promessas eleitoreiras.

Um resultado decepcionante a nível político, porém, não esmoreceu os trabalhos de base da PO no estado.

De 1982 para cá, nota-se um crescimento maior da PO no Estado do Rio de Janeiro. Muitos grupos surgiram, principalmente nas cidades de Duque de Caxias, Itaguaí, Três Rios, Barra Mansa, Niterói, Petrópolis.

A presença de grupos de PO se fez desde pequenos grupos de base nas paróquias ou bairros, com reuniões semanais ou quinzenais, nos movimentos populares como Associação de Moradores, Comitês pela Constituinte, apoio a acampados pela conquista da Terra, até a luta sindical como organização dos operários em movimentos reivindicatórios, cursos de formação sindical, participação em chapas de oposição autênticas nos sindicatos.

Em relação ao Movimento sindical no Estado do Rio de Janeiro, a PO. tem procurado desenvolver com seus militantes um trabalho de conscientização o operariado em favor de um sindicalismo autêntico e combativo. Por isso, ela apoia as chapas de oposição que se colocam dentro desta proposta, como: oposição metalúrgica da cidade do Rio, oposição da construção civil, oposição dos cooperários do Rio e Niterói, oposição da função

6
cos de Volta Redonda, dos bancários do Rio e Baixada Fluminense, dos Vidreiros do Rio e Baixada Fluminense, da alimentação de Friburgo e Rio, dos Texteis de Petrópolis e Friburgo, dos comerciários de Volta Redonda.

Dentro disso, a Comissão de Pastoral Operária do Estado está sendo solicitada a ajudar através de cursos de formação as direções desses sindicatos que fazem sua primeira experiência de mandato de sindicato.

"O Movimento Sindical no Rio de Janeiro tem característica especiais, ele ainda não possui uma identidade própria. Há um caráter corporativista bastante presente que confere aos sindicatos uma função estritamente defensiva e particularista. Mas, ao mesmo tempo o Movimento Sindical aqui vive um impasse que tenta se libertar das amarras da tutela estatal e participar do jogo político. Isto, no entanto, ainda não rompe totalmente com as normas constitutivas e produtoras de natureza corporativista.

Hoje em dia, o confronto entre tendência, principalmente a da visão pragmática da "Unidade Sindical" parece diluir-se na subordinação à necessidade de aprofundar o processo de construção de uma identidade sindical baseada na unidade e autonomia dos trabalhadores. O fortalecimento dessa identidade assume rapidamente caráter prioritário para a realização de um projeto democrático que assegure ao trabalhador o direito de cidadania, condição para sua constituição como ator legítimo no cenário político da nação".

As atividades da Pastoral Operária se caracterizam por uma forte preocupação com a formação de nossos militantes. Por isso, promovemos cursos e seminários de formação sindical para os militantes da PO, formação política-econômica e bíblico-teológica. Promove-se encontros de agentes de pastoral para um maior e melhor comprometimento com a causa do trabalhador e com a Pastoral Operária.

Dentro da organização da Pastoral Operária nacional a Pastoral Operária do Rio de Janeiro está agrupada no Regional Centro, junto com a Pastoral Operária de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A Pastoral Operária do Rio de Janeiro mantém representação de dois companheiros na Executiva Nacional, 1 na Comissão Diocesana e 1 na Equipe de Finanças.

A organização da Pastoral Operária parte e nasce de suas bases: formam-se grupos de PO nas cidades (paróquias), passa-se para a organização diocesana através das Comissões Diocesanas de Pastoral Operária, chega-se à Comissão Estadual da Pastoral Operária.

A Comissão Estadual é a equipe coordenadora da Pastoral Operária em todo o Estado do Rio de Janeiro. Ela é formada por companheiros eleitos nas Comissões Diocesanas. O objetivo da Comissão Estadual é articular

de maneira conjunta as lutas sindicais e promover meios de fortalecimento e promover meios de fortalecimento

vida da Pastoral Operária, ajudar nas lutas sindicais e promover meios de formar seus militantes.

Vários bispos dão apoio a Pastoral Operária Estadual. Entre eles destacamos: D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, D. Mauro Morelli de Duque de Caxias, D. Adriano Hipólito de Nova Iguaçu, D. Vital de Itaguaí.

Dentro desse quadro, cheio de dificuldades e esperanças, a Pastoral Operária do Estado do Rio de Janeiro tem caminhado e dado sua contribuição no crescimento da consciência libertadora e numa vivência mais radical da fé cristã.

Existe um plano de trabalho que vem sendo executado na medida do possível. Este plano consta de:

- propostas e prioridades, refletidas e encaminhadas pela Assembléia Nacional da Pastoral Operária, assumidas pelas PO Estadual.
- um plano de Formação dos militantes, de acordo com o proposto pela Equipe de Formação Nacional e aprovado pela Assembléia Nacional da PO.
- dias de estudo, em forma de seminários, cursos ou encontros sobre a realidade brasileira com análise de estrutura e conjuntura, análise do movimento sindical no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro.
- encontro de Agentes de Pastoral que atuam em nosso Estado e que apoiam a Pastoral Operária e por ela trabalham.
- encontro com companheiros dos outros dois estados que formam o Regional Centro.
- reuniões periódicas da Comissão Estadual e da Executiva Estadual da Pastoral Operária.
- Assembléia Estadual da Pastoral Operária para avaliar e planejar a caminhada.

4. FINALIDADE E OBJETIVOS DESTES PROJETO

Este projeto divide-se em duas partes:

- 1º sub-projeto: Pagamento de salário de 1(um) liberado para a Pastoral Operária Estadual com atuação em todas as cidades do Estado, com finalidade de organizar, coordenar, incentivar e dinamizar a Pastoral Operária Estadual.
- 2º sub-projeto: promoção de 2 (dois) cursos anuais de Formação Sindical, para os militantes da Pastoral Operária Estadual engajados no movimento sindical.

Finalidades:

- 1º sub-projeto: ter uma pessoa capacitada e com tempo integral disponível para articular e coordenar as atividades da Pastoral Operária

ver em todo o estado, Participar das reuniões e nível de

dioceses, regional e na coordenação nacional. Esta pessoa seria também o contato permanente com os bispos locais e demais movimentos sociais e/ou de pastorais procurando sempre trazer à reflexão a problemática do mundo do trabalho.

2º sub-projeto: priorizar na questão da formação o resgate da história da classe operária, como uma classe oprimida; despertando participantes para uma conscientização e uma atuação no movimento sindical brasileiro.

Objetivos:

Do 1º sub-projeto: ao final do projeto intensiona-se ter uma pastoral operária no Estado do Rio de Janeiro mais organizada, mais dinâmica, comprometida com a promoção e libertação dos trabalhadores. Qualitativamente e quantitativamente, a Pastoral Operária deve ter dado um salto de projetando a nível de Brasil.

Do 2º sub-projeto: O objetivo do Curso é introduzir a compreensão do que é sindicalismo (objetivos, função, funcionamento...) , seu lugar e seu papel na realidade social, política e econômica no Brasil. O Curso tratará sobretudo do sindicalismo urbano. Para isto será considerado mais a situação presente, as perspectivas e os desafios do que os aspectos históricos. A apresentação das tradições e da situação do Movimento Sindical tanto em outros países da América Latina como nos países industrializados, ajudará de modo comparativo a aprofundar a situação no Brasil.

5. DESCRIÇÃO DO CURSO DE SINDICALISMO

5.1. PRIMEIRA ETAPA

- I. - O trabalho na sociedade: aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos, políticos, jurídicos.
 - a classe operária: diversidade e diversificação.
 - Movimento operário e sindical: definições.
 - Gênese e formação do M.S.: Aspectos históricos: Europa, América Latina, Brasil.
- II. - a organização interna do Movimento Sindical: profissional, interprofissional, local, nacional, internacional.
 - o seu funcionamento democrático.
 - o seu atrelamento ao Estado no Brasil: peleguismo, proposta de reforma da CLT, etc.
 - os não organizados: o setor informal

III. Movimento Sindical e política

- as diferentes correntes ideológicas (Marxista-leninista, social-democrata, trabalhista, anarco-sindicalista, liberal, democrata-cristã, renovação autônoma...
- Relações com o Estado e partidos políticos; sua posição em relação à luta de classe.
- Reformismo e revolução: verdadeiro ou falso dilema!
- O papel político do sindicalismo: o trabalhador e o cidadão.

5.2. SEGUNDA ETAPA

IV. Reivindicações, negociações e lutas

- Os diferentes tipos de reivindicações
- estruturas e lugares de negociação
- diferentes tipos de lutas. A greve: seu papel, as alianças
- o Movimento Sindical e os outros movimentos sociais.

V. A Situação Brasileira

- CUT e CONCLAT
- Evolução nos últimos 10 anos
- O peleguismo
- os desorganizados; os autônomos e independentes
- USI - CLAT
- Ideologias; funcionamento; lutas; perspectivas.

VI. Temas de atualidade

- O Pacto Social
- A Constituinte e os direitos dos trabalhadores
- Os grandes desafios para o Sindicalismo

VII. Igreja e trabalho / Igreja e Sindicalismo

- o pensamento social da Igreja nos textos dos papas: evolução
- Igreja e Mov. Sindical no Brasil
- Pastoral Operária, ACO, JOC

6. ORÇAMENTO DO PROJETO

6.1. 1º sub-projeto: salário de 1 liberado para o período 1987-1988

Salário mensal: Cz\$ 4.020,00

Salário anual: Cz\$52.260,00 (13 salários)

Salário por dois anos: Cz\$ 104.520,00

Encargos Sociais por dois anos: Cz\$ 34.491,00)correspondendo a 33% dos salários).

6.2. 2º sub-projeto: Curso de Formação de militantes da PO engajados no Movimento Sindical.

Duração: 5 dias, primeiro semestre/87

Nº de participantes: 40 pessoas

Estimativa: diário de Cz\$100,00 - total de diárias: Cz\$ 20.000,00

Assessoria especializada: Cz\$ 5.000,00

Infra-estrutura (material de secretaria) Cz\$ 5.000,00

2a. Etapa: Duração: 5 dias, segundo semestre/87

Nº participantes: 40 pessoas

Estadia: diária de Cz\$100,00 - total de diárias: Cz\$20.000,00

Assessoria especializada: Cz\$5.000,00

Infra-estrutura (material de secretaria) Cz\$5.000,00

Para o ano de 1988: reprodução do mesmo curso dentro do mesmo padrão do ano de 1987, com um gasto geral de Cz\$60.000,00

Total de gastos:

Para o 1º sub-projeto: Cz\$ 104.520,00

Para o 2º sub-projeto: na primeira etapa Cz\$ 30.000,00

na segunda etapa Cz\$ 30.000,00

na primeira e segunda etapas de 1988 Cz\$60.000,00

Total solicitado a esta entidade: Cz\$224.520,00 = US\$ 16.014,27

6.3. Contribuição própria

- para o 1º sub-projeto: a PO Estadual através de campanhas financeiras nas dioceses, cobrirá os encargos sociais do liberado correspondendo a 33% do salário, dando no período de 2 anos o montante de Cz\$ 34.491,00.

- para o 2º sub-projeto: os companheiros contribuirão assumindo os gastos de viagens para todas as etapas do curso. Já adotamos este sistema através do que chamamos de Caixa Comum.

6.4. Beneficiados por este projeto: os militantes da PO do Estado do Rio de Janeiro. Os trabalhadores cristãos de modo geral.

6.5. Endereço para contato: Secretariado Estadual da Pastoral Operária (provisório) Av. Pres. Kennedy, 1861 - Sala 11 25.020 - Duque de Caxias - RJ.

6.6. Este projeto é específico para CCFD. A Pastoral Operária do Estado do Rio de Janeiro tem um pedido de ajuda a Vasternaktie sob o número 212-152/87-2 com o título "Ajuda de Emergência CPO Rio de Janeiro". Este pedido, com validade para o 2º semestre deste ano, dirigido a Vasternaktie se refere a montagem do Secretariado Estadual em Nova Iguaçu, cobertura de salário de uma secretária por seis meses, gastos com a Assembléia Estadual a ser realizada em 22 e 23 de novembro de 1986, devolução de empréstimo feito a CPO Nacional para dois cursos realizados neste ano, um Encontro de Agentes e um Curso de militantes da PO ligados a movimento sindical.

Certos que os companheiros-irmãos irão analisar com bastante atenção este nosso pedido, que muito contribuirá para o crescimento e desenvolvimento de uma promoção humana e social dos trabalhadores que trabalham e lutam no Estado do Rio de Janeiro e estão engajados na Pastoral Operária, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

P. Agostinho Pretto
Pe. Agostinho Pretto

Ana Maria Cruz
P/Comissão Estadual de Pastoral Operária - Ana Maria Cruz -

Recomendo o atual projeto
Como Bispo Responsável da
Comissão Estadual de Pastoral
Operária

Valta Redonda 27.XI.86

+ Waldyr Caluiss de Moraes
Bispo Diocesano.

vida da Pastoral Operária, ajudar nas lutas sindicais e promover meios de formar seus militantes.

Vários bispos dão apoio a Pastoral Operária Estadual. Entre eles destacamos: D. Waldyr Calheiros de Volta Redonda, D. Mauro Morelli de Duque de Caxias, D. Adriano Hipólito de Nova Iguaçu, D. Vital de Itaguaí.

Dentro desse quadro, cheio de dificuldades e esperanças, a Pastoral Operária do Estado do Rio de Janeiro tem caminhado e dado sua contribuição no crescimento da consciência libertadora e numa vivência mais radical da fé cristã.

Existe um plano de trabalho que vem sendo executado na medida do possível. Este plano consta de:

- propostas e prioridades, refletidas e encaminhadas pela Assembléia Nacional da Pastoral Operária, assumidas pelas Po Estadual.
- um plano de formação dos militantes, de acordo com o proposto pela Equipe de Formação Nacional e aprovado pela Assembléia Nacional da PO.
- dias de estudo em forma de seminários, cursos ou encontros sobre a realidade brasileira com análise de estrutura e conjuntura, análise do movimento sindical no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro.
- encontro de Agentes de Pastoral que atuam em nosso Estado e que apoiam a Pastoral Operária e por ela trabalham.
- encontro com companheiros dos outros dois estados que formam o Regional Centro.
- reuniões periódicas da Comissão Estadual e da Executiva Estadual da Pastoral Operária.
- Assembléia Estadual da Pastoral Operária para avaliar e planejar a caminhada.

Dentro deste contexto que a PO tem uma grande preocupação, não só com a formação dos militantes, mas também com a formação dos agentes, ou seja padres e freiras.

No encontro realizado este ano, vimos através da conjuntura e estrutura, que contribuições mais objetivas podem ser dadas, e também, a partir da espiritualidade operária, analisar se esta é uma verdadeira espiritualidade a serviço.

As propostas tiradas neste encontro para serem encaminhadas no ano de 87, foram:

- que os agentes usem elementos de conscientização que verdadeiramente ajudem no processo de despertar a consciência crítica.
- respeitar os diversos processos culturais considerando os valores e a cultura popular dos diversos grupos sociais, respeitando a religiosida

8

- ter uma linha de trabalho e de ação, pensada de maneira pedagógica e metodológica e que ajude os cristãos a descobrir a importância do seu engajamento na luta e nos diversos seguimentos da sociedade civil.

FINALIDADE

Objetivo deste projeto é para o financiamento de dois cursos:

- O primeiro seria um curso sobre: metodologia e pedagogia da educação popular, com duração de cinco dias, exclusivo para agentes que trabalham com a PC.

- O segundo, seria um curso sobre Igreja e teologia da libertação na América Latina. Deste curso participariam os militantes da PO que estão engajados nos movimentos populares e nos movimentos sindicais.

1º sub-projeto: Curso de formação para agentes com tema: Pedagogia e metodologia da educação popular. Duração cinco dias, no primeiro semestre de 1987. Número de participantes: 30 pessoas.

Estadia e diária : 130, total de 19.500,00 Cz\$

Assessoria especializada: 5.000,00 Cz\$

Infra estrutura : (material de secretaria) 5.000,00 Cz\$

2º sub-projeto: Um curso sobre Igreja e Teologia da Libertação na América Latina.

Duração de cinco dias, no segundo semestre de 1987.

Número de participantes: 40 pessoas.

Estadia e diária : 130,00, total 26.000,00 Cz\$

Assessoria especializada: 5.000,00 Cz\$

Infra estrutura : (material de secretaria) 5.000,00 Cz\$

TOTAL GERAL DO PROJETO Cz\$ 65.500,00 - US\$ 4.367

Contribuições próprias:

Os participantes contribuíram com as passagens; já adotamos este sistema, o qual chamamos de caixa comum.

Beneficiados com este projeto:

Os agentes de Pastoral que tem uma grande contribuição e responsabilidade dentro do processo de mudança.

Os trabalhadores exemplo e testemunho vivo do compromisso com a mudança social, que reafirmam através de sua participação dentro da PO, o papel de uma Pastoral a serviço e espaço onde os cristãos avalia através da fé qual está sendo sua participação no processo de mudança.

Certos que os companheiros-irmãos irão analisar com bastante atenção este nosso pedido, que muito contribuirá para o crescimento e desenvolvimento de uma promoção humana e social dos trabalhadores que trabalham e lutam no Estado do Rio de Janeiro e estão engajados na Pastoral Operária, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

J. Agostinho Pretto - assistente nacional Ana Maria Cruz
Pe. Agostinho Pretto P/Comissão Estadual de Pastoral Operária - Ana Maria Cruz -

Resumo o Parecer pelo fato
de ser o Bispo Responsável pelo
Comitê Estadual de Pastoral Operária

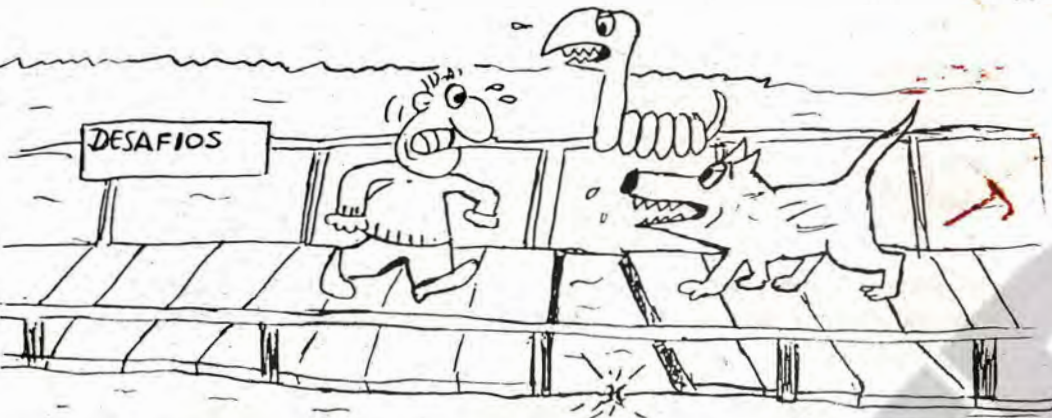
Volta Redonda, - 27. XI. 86

+ Waldyr Calhoun de Moraes



● NÃO SE PODE VOTAR NUM PARTIDO OU NUMA PESSOA QUE DEIXA AS COISAS COMO ESTÃO OU QUER APENAS PEQUENAS MUDANÇAS, DEIXANDO AS INJUSTIÇAS CORREREM SOLTAS.

● Lc. 1,46-56.



- O CANDIDATO, PORTANTO, DEVE:
- PERTENCER A UM PARTIDO QUE JÁ LUTA PARA MUDAR A SITUAÇÃO DA VIDA DO POVO INJUSTIÇADO.
- SER INDICADO PELAS BASES DO PARTIDO.
- A BOA VONTADE NÃO É SUFICIENTE, DEVE TER PRÁTICA E FORMAÇÃO POLÍTICA.
- NÃO SER ASSISTENCIALISTA E INDIVIDUALISTA, MAS QUE SAIBA AJUDAR O POVO A SE ORGANIZAR E EXIGIR SEUS DIREITOS.

QUEM TEM OUVIDOS: OUÇA!



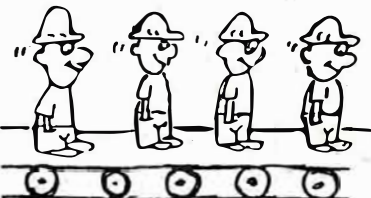
PASTORAL OPERÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2002
RUA CAPITÃO CHAVES, 60 - CENTRO - NOVA IGUAÇU - RJ
CEP. 26221-010 - TELEFONE P/RECADO: 2767-7943

Apoio: Centro Pastoral Diocesano - Diocese de Nova Iguaçu

- NÃO VOTAR É LAVAR AS MÃOS COMO PILATOS (Mt. 27,01-26). É FICAR DO LADO DOS QUE MATAM, PELA FOME, PELO BAIXO SALÁRIO, ETC. É ISSO QUE OS GRANDES ESPERAM: QUE A GENTE NÃO VOTE OU VOTE NULO.



- DIZER QUE TODOS OS PARTIDOS E CANDIDATOS SÃO IGUAIS É COMO DIZER QUE TODOS OS GATOS SÃO PARDOS.
- DEUS FAZ OPÇÃO POLÍTICA.
- Lc. 4,18-20



- A PESSOA QUE NÃO SE METE EM POLÍTICA É EGOÍSTA, PENSA SÓ PARA SI, É COMO CAIM (Gn. 4,9).
- A POLÍTICA É ARTE DE AMAR O PRÓXIMO DE MANEIRA MAIS EFICAZ (PAPA PAULO VI: OA. 46).



- A PESSOA QUE LUTA SÓ NO TEMPO DAS ELEIÇÕES FAZ POLITICAGEM E NÃO POLÍTICA.
- POLÍTICA NÃO É SÓ VOTAR, MAS LUTAR A VIDA INTEIRA EM FAVOR DO POVO SOFREDOR E INJUSTIÇADO.
- Mt. 25,31-46



- POLÍTICA NÃO É POLITICAGEM, PARTICIPAR DAS LUTAS PARA O BEM DO POVO.
- Lc. 13,10-17



- O IMPORTANTE NÃO É SÓ. AS PESSOAS EM QUEM VAMOS VOTAR, MAS A PRÁTICA DO PARTIDO A QUE ELA PERTENCE. Lc. 10,25-37
- NÃO SE PODE VOTAR NUM PARTIDO OU NUMA PESSOA QUE NA PRÁTICA NÃO LUTA PELOS INTERESSES DO POVO INJUSTIÇADO.
- Mt. 7,15-20



- NÃO SE PODE VOTAR EM QUEM SÓ FALA BEM OU SE DIZ CRISTÃO.
- TEMOS QUE OLHAR OS FRUTOS DA PRÁTICA DA PESSOA.
- Mt. 7,21

QUEM TEM OUVIDOS:

OUÇA !



PASTORAL OPERÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2002

RUA CAPITÃO CHAVES, 60 - CENTRO - NOVA IGUAÇU - RJ

CEP.. 26221-010 - TELEFONE P/RECADO: 2767-7943

Apoio: Centro Pastoral Diocesano - Diocese de Nova Iguaçu

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR - UFRJ



QUERO QUE SEJAS

QUERO QUE SEJAS "GENTE"...

e comeces a te revoltar.

Toda vez que uma filha de EVA
é tratada como coisa.

QUERO QUE SEJAS "MULHER"...

e te tornes respeitada e amada
em toda a tua encantadora
beleza e ternura.

QUERO QUE SEJAS "MÃE"...

que fecundes a terra do teu corpo
como germen da nova humanidade
e deixes o teu Deus criar o mundo de novo em ti.

QUERO QUE SEJAS "ALEGRIA"...

pela sinceridade de teu sorriso
acabes com a tristeza

de quantas de ti se aproximarem.

QUERO QUE SEJAS "FÊMEA"...

e com teu jeito feminino de ser
desarmes a violência e livres as
comunidades das ameaças.

QUERO QUE SEJAS "ÍNDIA-LATINO-AMERICANA"

e grite com todos os pulmões:

A terra é vida, a terra é Mãe;

a terra tem que ser repartida

e alimentar a quem tem fome.

QUERO QUE SEJAS "AURORA"...

e faças brilhar na cidade a luz
da Cidadania, da Justiça e da Igualdade.

QUERO QUE SEJAS "NEGRA"...

e construas Quilombos Páscoa no presente,
projetando o futuro, recuperando
a memória do passado,

com todos que crêem que a democracia
integral já começa a ser vivida.

QUERO QUE SEJAS "RECIPROCIDADE"...

que lutes pela superação das divisões
entre os diferentes sexos,

raças, idade e religiões.

QUERO QUE SEJAS "TERNURA"...

e demonstres que coração é feito para amar,

que sangue é feito para circular

que Vida é conquista de felicidade para todos,

e que matas a morte nas entranhas do seu ser.

PARABÉNS

Tu estás provando que teu DEUS é MÃE

Que gera para todos Vida, Justiça, Paz e Ternura.

Alagoínhas, 08 de março de 1996.

Dia Internacional da Mulher.

Saudação do Pe. Geraldo Lima.

Regimento Interno

Capítulo I – Da Organização

Art. 1º - O III Congresso de Trabalhadores/as Cristãos/ãs do Rio de Janeiro será realizado durante os dias (...) de (...) de 2007, sob o patrocínio da Pastoral do/a Trabalhador/a, e com o apoio das Pastorais (...), convidar demais entidades... Tendo como objetivo: **(manter-se na condição de guardião dos direitos individuais e coletivos da classe trabalhadora)** os... (redação final conforme o título do Congresso).

Art. 2º - A Comissão Organizadora composta por membros das pastorais e movimentos, compete adotar e providenciar o que for necessário para que o III Congresso de Trabalhadores/as Cristãos/ãs do Rio de Janeiro alcance seus objetivos.

Capítulo II – Dos Membros do III Congresso

Art. 3º - São Delegados do III Congresso:

- a) Os trabalhadores eleitos pelo grupo de base ou designados por entidades.
- b) Os membros da Comissão Organizadora.

Parágrafo Único - Todos estes delegados têm direito a voz e voto, desde que estejam devidamente credenciados conforme este Regimento Interno.

Art. 4º - São observadores os convidados pela Comissão Organizadora, e por ela devidamente credenciados.

Parágrafo Único: Os observadores têm direito a voz, nas comissões de estudo e plenária.

Capítulo III – Do temário

Art. 5º O tema do III Congresso é o estudo (tema). Constará dos seguintes pontos:

Capítulo IV – Da Composição do Congresso

Art. 6º - O III Congresso será composto de:

- a) Mesa Diretora
- b) Plenária
- c) Comissões Temáticas
- d) Comissão de Redação Final.

Capítulo V – Da Plenária

Art. 7º - A Plenária, órgão máximo do III Congresso, cabendo a ela discutir, rejeitar em parte ou na totalidade os relatórios das comissões relacionadas com os informes e mensagens propostas, observando-se o temário, Regimento Interno e a Ordem do Dia.

Parágrafo Primeiro – O Plenário reunir-se-á solenemente para instalar e encerrar o III Congresso.

Parágrafo Segundo – A sessão de Abertura será iniciada pela Comissão Organizadora, que irá encaminhar a leitura do Regimento Interno e a eleição dos Membros da Mesa Diretora, entre os Delegados do Congresso.

Parágrafo Terceiro – A direção de cada sessão por todos os documentos que lhes forem entregues, bem como pelo desenvolvimento dos trabalhos.

Capítulo VI – Da Mesa Diretora

Art. 8º - A Direção do III Congresso será exercida por uma Mesa Diretora composta por um/a Presidente, segundo Vice-Presidente, um/a Secretário/a Geral, dois (duas) Secretários/as Auxiliares, e um/a Assistente Religioso/a, que serão eleitos/as na sessão de abertura mediante propostas.

Parágrafo Único – A Mesa Diretora compete:

- a) Presidir as sessões plenárias;
- b) Orientar os trabalhos, cumprir, fiscalizar o cumprimento do regimento interno.
- c) Supervisionar os serviços de secretaria.
- d) Encaminhar os trabalhos conforme as pautas e o expediente para cada sessão plenária.
- e) Fiscalizar e coordenar toda a documentação do Congresso.
- f) Cumprir todos os atos e resoluções adotadas pelo plenário.
- g) Ter sob sua guarda e responsabilidade os materiais relativos ao III Congresso.
- h) Tomar todas as medidas de caráter administrativo que julgar necessárias.
- i) Preparar para leitura na sessão de encerramento, o relatório final dos trabalhos e os anais do Congresso para distribuição entre os delegados.
- j) Resolver todos os casos omissos deste Regimento, cabendo recurso das suas decisões para o plenário.

Capítulo VII – Das Comissões Temáticas

Art. 9º - Serão construídas Comissões de Estudos para cada ponto do temário, com os delegados e observadores devidamente credenciados.

Primeiro Parágrafo - A distribuição dos congressistas pelas diferentes comissões será realizada de acordo como os interesses manifestados no ato da inscrição para o congresso.

Parágrafo Segundo – As Comissões Temáticas discutirão simultaneamente os diversos pontos do temário com base no material fornecido pela mesa diretora. Este material será a síntese dos relatórios apresentados pelos grupos de base.

Art. 10º - Será mantida uma secretaria permanente e, cada Comissão de Trabalho será dirigida por um/a Coordenador/a, um/a Secretário/a e um/a Redator/a, escolhidos entre os membros.

Parágrafo Primeiro – Ao Coordenador/a da Comissão de Estudos compete dirigir a sessão, distribuir os documentos, assinar com secretários/as o relatório de sua comissão com o resultado da votação das teses aprovadas e rejeitadas.

Parágrafo Segundo – Compete aos Secretários redigir o relatório conclusivo dentro das teses aprovadas pela Comissão e apresentá-la na sessão plenária.

Capítulo VIII - Dos Informes e Preposições

Art. 11º - Os trabalhos a serem apresentados para apreciação do III Congresso dos/as Trabalhadores/as Cristãos/ãs são:

- a) Informes elaborados pela Comissão Organizadora, resultado da discussão do temário nas bases que servirão de subsídios para estudos nas comissões do III Congresso;
- b) Teses sobre assuntos de interesses de trabalhadores dentro dos objetivos do III Congresso;

Art. 12º - O prazo máximo de entrega à comissão organizadora dos relatórios dos grupos de base e teses é até (.../.../...).

Capítulo IX – Das Discussões e Votação em Plenário

Art. 13 – Nas Sessões Plenárias, bem como nas respectivas Comissões de Estudos, só serão permitidos debates de assuntos constantes do temário.

Art. 14 – Após a leitura do relatório em cada Comissão de Estudos ou Sessão Plenária será aberta inscrição para debates. Para cada inscrito/a será concedido o tempo máximo de dois minutos e, se a Mesa Diretora julgar procedente, dará aparte ao orador, o tempo de um minuto.

Parágrafo Único – Concluído o debate com o máximo de dois oradores, sendo um contra e um a favor, a matéria será votada, conforme proposta da mesa.

Art. 15 – Cada delegado/a presente terá direito a um voto, não permitindo-se fazê-lo por procuração.

Parágrafo Primeiro – O/a Presidente da Mesa Diretora só terá direito ao Voto Minerva (ou seja, para o desempate).

Art. 16 – As votações serão tomadas por maioria simples dos delegados, presentes na sessão plenária.

Parágrafo Primeiro – A questão de ordem será apresentada por escrito à mesa diretora, e será concedida, ou não, desde que se relacione com o andamento dos trabalhos e com o Regimento Interno.

Capítulo X – Da Comissão da Redação Final

Art. 17º - A Comissão da Redação Final será composta pelos três secretariados da Mesa Diretora e pelos/as coordenadores/as de cada Comissão de Estudos.

Art. 18º - À Comissão da Redação Final compete:

Parágrafo Primeiro - Elaborar o Relatório Final, consubstanciado nas resoluções aprovadas nas Sessões Plenárias.

Parágrafo Segundo – Apresentar o Relatório para ser referendado na última sessão de encerramento do Congresso.

Capítulo XI – Das Disposições Gerais

Art. 19º – Durante a realização do III Congresso não será permitido qualquer manifestação que direta ou indiretamente tenha objetivo de caráter político-partidário, bem como críticas e alusões pessoais que ocasionarem desrespeito ao próximo ou ofensa ao decoro do recinto.

Art. 20º - O presente Regimento Interno, submetido aos Grupos de Bases aprovados, regulamentará as atividades do III Congresso de Trabalhadores/as Cristãos/ãs.

Art. 21º - Os casos omissos no presente Regimento Interno serão resolvidos pela Mesa Diretora.

Critérios para Escolha de Delegados

Organização

- a) Reunir trabalhadores/as, jovens e adultos, quantas vezes for possível para estudar os temas do III Congresso. Para ter validade como participante no congresso, devem ser discutidos pelo menos dois temas.
- b) As conclusões sobre os diversos temas estudados deverão ser enviadas por escrito até (.....) para a Comissão Organizadora a fim de ser elaborado o material global de cada tema para as Comissões no dia do Congresso.
- c) Entre as reuniões programadas, uma deverá ser exclusiva para a escolha dos delegados. Esta reunião, para ser válida deve ter no mínimo seis pessoas, sendo que a eleição de delegados será de um para cada seis pessoas presentes.
- d) A relação dos/as delegados/as eleitos/as deverá ser enviada para a Comissão Organizadora, juntamente com a taxa de R\$ 5,00 (cinco reais) por delegado até (.....).
- e) As reuniões poderão ser realizadas numa tarde ou em um fim de semana, valendo o número de participantes para escolha de delegados/as só de uma reunião, podendo ser a de maior presença. Cada paróquia ou entidade tem a liberdade de Organizar os debates de base da forma que melhor lhe convir, podendo ser a realizado também em associações de moradores, sindicatos, escolas, etc. É importante combinar e convidar também os vigários e as religiosas.

Como Organizar os Debates de Base

- a) Criar uma equipe de representantes de várias capelas, movimentos e entidades existentes na área da paróquia.
- b) Divulgar o Congresso e a convocação para os Debates de Base.
- c) Fazer a convocação para os debates de Base com no mínimo uma semana de antecedência, estabelecendo o local, horário e o programa.

- Para o 5º Encontro Nacional de Leigos e Leigas que acontecerá de 15 a 18 de junho de 2006 em São Paulo, o nosso Estado conta com 60 vagas e como a estadia ficará em R\$272,00 por pessoa, para cobrir as despesas está sendo feita uma rifa de um carro, cada bilhete custará 5,00, cada Regional ficará responsável para vender 169 talões de 20 folhas cada. Local do encontro: Anhambi..
Temos que fazer uma ampla divulgação.
Lema: "Ser cristão hoje: desafio e esperança"

15 a 28 de janeiro curso de Fé e Política – preço R\$1.000,00 – inscrições 20 de novembro pelo Site da CNBB.

22, 23 e 24 de abril Seminário Nacional das Escolinhas Políticas – PUC de Brasília.

11 e 12 de maio encontro de Fé e Política em Vitória

Repasse da Assembléia do Leste 1- participação das 10 Dioceses e da Administração Apostólica de Campos.

Tema foi: Comunicação- foi uma ótima Assembléia

Presidente da CNBB Leste 1 – Dom Rafael Cinfuenta

Bispo que irá acompanhar o laicato do Leste 1 é Dom Ednei

CONVOCÁTORIA

A 17ª Assembléia Geral de Leigos e Leigas do Leste 1 acontecerá em 17, 18 e 19 de março de 2006, em Nova Iguaçu – preço por participante é de R\$ 80,00 (oitenta reais)

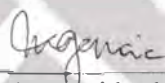
Tema: "O compromisso do Cristão Leigo e Leiga diante dos desafios da sociedade"

Os 40 anos do Vat. II.

Em Fevereiro estaremos enviando outra convocatória.

Desejando a todos e todas um Feliz e Abençoado Natal e com a esperança de que o Menino Deus abençoe o lar de cada um e muita paz no Ano que se inicia.

Fraternalmente.



Marilezia Aparecida de Moraes Garcia
Secretária do Leste 1



CNLB

CONSELHO NACIONAL DO
LAICATO DO BRASIL

Regional Leste 1

Aos Membros da Presidência
Aos Membros dos Órgãos de Direção
Aos Organismos Filiados

Relatório da Reunião Ampliada

No dia 12 de novembro de 2005 em Nova Iguaçu aconteceu a 3ª reunião Ampliada do CNLB Leste 1, que teve início às 9:00h com a Celebração Eucarística presidida por Dom Filippo Santoro, a principal intenção da celebração foi a comemoração do Dia do Leigo e Leiga, Dom Filippo fez também a sua despedida como o Bispo que no Leste 1 acompanhava os Leigos (as). Após a celebração a Conceição fez a apresentação da pauta:

- apresentação do tema: “Vocação, Missão, Protagonismo do Leigo e Leiga na Comunidade e na Sociedade”,
- estudo do Antiprojeto do Estatuto – apresentação de emendas,
- Almoço de Confraternização
- e após o almoço reunião do Conselho de Representantes.

Milton Mano foi que fez a assessoria do tema do encontro:

começou dizendo que a Igreja não existe por si, sua missão é dar continuidade a missão de Jesus Cristo, o Concílio Vat. II veio justamente para contribuir e ajudar a compreender esta dimensão da missão. A Igreja é fruto do amor de Deus, amor da Trindade.

As alegrias e as angústias do povo é as alegrias e as angústias da Igreja (GS), a Igreja tem que defender sempre o povo de Deus, tem que querer sempre o bem do ser humano, tem a missão de anunciar a mensagem salvadora, tem que se preocupar com o social, o comunitário, o coletivo. Mas tudo isto só será possível se tiver um laicato organizado.

O CDL é presença profética da Igreja. Nossa índole secular é específica do leigo, estamos num organismo que nos ajude a estar no mundo, a nos articular e a nos relacionarmos com toda a sociedade, para que o laicato tenha esta liberdade é preciso de uma certa autonomia, sem estarmos em contradição com o magistério da Igreja, temos que viver a Comunhão e Participação. E por isso é preciso de Formação e Espiritualidade,.

O Vat. II resgata o Espírito Santo quando valoriza os carismas e os dons.

O Sacramento da Confirmação torna para nós um novo Pentecostes, (doc. 62).

Após a explanação do Mano o Mota fez a apresentação do Anteprojeto do Estatuto, e para melhor participação de todos foi feita a divisão em três grupos. Após os grupos foram feitas as emendas propostas e este anteprojeto será enviado a todos os filiados para que também estudem e façam propostas de emenda e que será apresentado e votado na 17ª Assembléia Geral de março.

Informes:

Maria Rosa falou sobre o encontro de Bioética no dia 22 de novembro no Rio de Janeiro de 18:30 às 20:30h Novamérica em Botafogo.

Conceição falou sobre a reunião do Conselho Deliberativo do CNLB Nacional, estavam presentes 14 Regionais,

- São Paulo fez uma reunião com todos os filiados e que foi muito boa,
- Encontro de Vereadores Católicos do Sul 1, teve muita aceitação e foi um momento de muita espiritualidade

Tabela por Estado

ESTADO	MÓDULO MÁXIMO (em hectares)	MÓDULO MÍNIMO (em hectares)	MAIS FREQUENTE (em hectares)	Nº IMÓVEIS ATINGIDOS PELA PEC
Região Norte				
Rondônia	60	60	60	347
Acre	100	70	100	257
Amazonas	100	80	100	433
Roraima	100	80	80	286
Pará	75	5	70	2.890
Amapá	70	50	70/50	96
Tocantins	80	70	80	1.637
Região Sul				
Rio Grande do Sul	40	5	20	4.082
Santa Catarina	24	7	20	896
Paraná	30	5	18	2.578
Região Nordeste				
Maranhão	75	15	75	1.149
Piauí	75	15	70	580
Ceará	90	5	55	202
Rio Gr. do Norte	70	7	35	345
Paraíba	60	7	55	77
Pernambuco	70	5	14	1.124
Alagoas	70	7	16	403
Sergipe	70	5	70	24
Bahia	70	5	65	1.674
Região Sudeste				
Minas Gerais	70	5	30	4.193
Espírito Santo	60	7	20	428
Rio de Janeiro	35	5	10	1.410
São Paulo	40	5	16	6.003
Centro/Oeste				
Mato Gr. Do Sul	110	15	45	5.351
Mato Grosso	100	30	80	8.428
Goiás	80	7	30	5.036
Distrito Federal	5	5	5	189

Participe da Campanha

1) Fazendo a mais ampla divulgação possível, através de todos os meios à sua disposição, sobretudo escolas, igrejas, locais de trabalho, associações e sindicatos, para que a sociedade tome consciência da gravidade da questão agrária e da premência em se realizar uma ampla reforma agrária;

2) Fazendo pressão sobre os parlamentares para que votem a favor da Emenda Constitucional que limita o tamanho da propriedade e acaba com o latifúndio no Brasil.


O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo conclama todas as pessoas para que ajudem a fazer a coleta de milhares de assinaturas em todo o Brasil, para demonstrar aos parlamentares qual é a vontade do povo. A folha de assinaturas pode ser conseguida junto à Secretaria da Campanha ou qualquer uma de suas entidades. Reproduza a mesma e colete o máximo de assinaturas! Vamos lutar para que fique expresso em nossa Constituição um limite máximo para a propriedade rural no Brasil. Assim poderão ser criadas possibilidades reais de acesso à terra para milhões de trabalhadores rurais sem terra estabelecendo condições para a redução da miséria no Brasil.

Endereço para enviar as folhas assinadas:

Secretaria da Campanha pelo Limite da
Propriedade da Terra no Brasil
SDS-Bloco P-36, Ed. Venâncio III, Sala 204
70.393-900 - Brasília - DF
Tel.: 0(xx)61 -323-1770 / Fax: 321-4130
E-mail: forumrefagraria@yawl.com.br


Prazo: Fim de maio de 2002 (Poderá ser prorrogado)

Apoio: Cáritas Alemã e Catholic Relief Service (CRS)



REPARTIR A TERRA
para **MULTIPLICAR O PÃO**

**CAMPANHA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL QUE
LIMITA O TAMANHO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL**



Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

ABRA * ANIMTR * APR * ASPTA * CAPOIB * CARITAS * CESE * CIMI * CJB * CNASI * CNBB * CONDSEF * CONIC * CONTAG
* CPT * DESER * ESPLAR * FASE * FASER * FEEAD * FIAN-Brasil * IBASE * IBRADES * IDACO * IFAS * INESC * MAB
* MLST * MLST de Luta * MNDH * MPA * MST * Pastoriais Sociais CNBB * PJR * REDE BRASIL

O que é a Campanha?

A Campanha é uma ação de conscientização da sociedade brasileira a respeito da injusta realidade agrária do País e uma ação de pressão sobre os nossos políticos para que introduzam na Constituição Federal mecanismos que limitem o tamanho da propriedade da terra no Brasil, eliminando os latifúndios. O direito à propriedade é geralmente interpretado como garantia de um direito absoluto e ilimitado, legitimando a concentração, nas mãos de poucas pessoas e grupos, de imensas áreas, enquanto a maioria se encontra excluída. No país existem 3.114.898 imóveis rurais cadastrados ocupando uma área de 331.364.012 ha. Os minifúndios representam 62,2 % dos imóveis e ocupam 7,9 % da área total. Os latifúndios são 2,8 % dos imóveis e ocupam 56,7 % da área total. O Brasil tem a segunda maior concentração da propriedade fundiária, em todo o planeta. Os latifundiários, impedem através da força e em leis por eles mesmos aprovadas, que seja promovida uma ampla distribuição das terras no Brasil. A Campanha entende que o Estado brasileiro tem a obrigação de garantir o direito à propriedade da terra a todos os brasileiros e brasileiras que dela precisam para trabalhar e ganhar o pão para si e para sua família. Esta Campanha é um instrumento de resgate da cidadania e não se prende a razões de cunho ideológico. Ela visa superar o latifúndio, responsável pelo atraso econômico e pela exclusão da cidadania de milhões de brasileiros.

Mas o governo não está realizando a reforma agrária?

A reforma agrária no Brasil, até hoje, nunca foi tratada como uma prioridade. O governo atual, mesmo tendo feito o maior número de assentamentos, como sempre proclama, só desapropriou, nos últimos três anos 3,4 milhões de hectares, ou seja, menos de 2 % dos hectares necessários para assentar todas as famílias sem terra, estimadas em pelo menos 4,5 milhões. Neste ritmo seriam necessários no mínimo 50 anos para assentar todos os trabalhadores rurais sem-terra do país!

E a população das cidades, o que tem a ver com isto?

A reforma agrária passou a ser entendida pela sociedade como uma solução não somente para os setores do campo, mas também como uma proposta para o conjunto da sociedade, como fator de geração de emprego e renda, de diminuição do êxodo e do inchaço das cidades, de distribuição de terra e de renda, ou seja de desenvolvimento sustentável. A história inclusive mostra que a maioria dos países que hoje são considerados desenvolvidos, possuem uma agricultura forte e passaram por processos amplos de reforma agrária, isto é, de repartição das terras ou de limitação do seu tamanho. Numa palavra, a reforma agrária traz desenvolvimento!

O que se quer alterar na Constituição?

No artigo 186, em que a Constituição define a função social da propriedade, queremos introduzir um quinto inciso, limitando o tamanho de todo latifúndio no Brasil a uma área correspondente, no máximo, a 35 módulos fiscais.

Terras acima de 35 módulos fiscais seriam automaticamente incorporadas ao patrimônio público. O módulo fiscal é uma referência, estabelecida pelo INCRA, que define a área mínima suficiente para prover o sustento de uma família de trabalhadores rurais. Ele varia de região para região, e é definido para cada Município a partir de vários fatores, como a situação geográfica, a qualidade do solo, o relevo, as condições de acesso ao local, entre outros aspectos. Varia de 5 hectares nas proximidades dos grandes centros urbanos, a 110 hectares no Mato Grosso do Sul. A emenda sendo aprovada, afetaria somente pouco mais que 50 mil propriedades. Na tabela abaixo você pode ver, para cada estado, o módulo máximo, o mínimo e o mais freqüente e o número aproximado de propriedades que seriam atingidas.

A introdução desta medida resultaria numa disponibilização imediata de mais de 200 milhões de hectares de terra para as famílias acampadas, sem que para tanto tenham de ser despendidos recursos públicos para indenização dos proprietários. Recursos que são hoje gastos em processos desapropriatórios, poderiam ser empregados no apoio à infra-estrutura, ao crédito subsidiado e à assistência técnica visando a viabilização dos assentamentos.

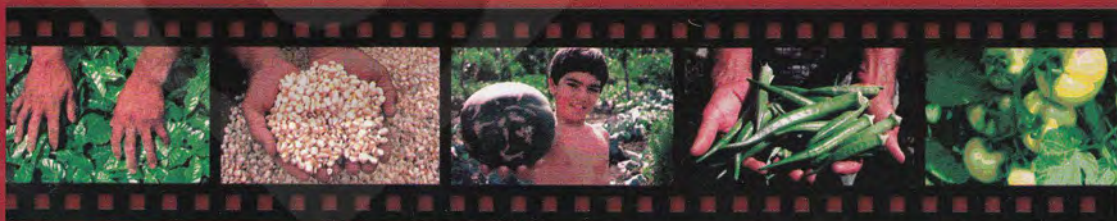
REPARTIR A TERRA

para

MULTIPLICAR O PÃO



CAMPANHA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL QUE
LIMITA O TAMANHO DA PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL



Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo



**“UMA MEDIDA DE JUSTIÇA:
ACABAR COM – 500 ANOS DE – LATIFÚNDIO:
REPARTIR A TERRA PARA MULTIPLICAR O PÃO”**

**CAMPANHA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL
QUE ESTABELECE UM LIMITE MÁXIMO A
PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL**




Trata-se de uma ação de conscientização da sociedade brasileira a respeito da injusta realidade agrária do País e uma conseqüente ação de pressão sobre os parlamentares para que introduzam na Constituição Federal dispositivos que limitem o tamanho da propriedade da terra no Brasil, eliminando os latifúndios.

Entre os direitos que são assegurados aos cidadão e cidadã brasileiros, o inciso XXII do artigo 5 dispõe que "é garantido o direito à propriedade". Esta disposição constitucional é interpretada como garantia de um direito absoluto e ilimitado, legitimando a concentração nas mãos de poucas pessoas e grupos, imensas áreas, enquanto a maioria se encontra excluída. Estas poucas pessoas, os latifundiários, há 500 anos impedem

através da força e com base nestes argumentos e em leis por eles mesmos aprovadas, que seja promovida uma ampla distribuição das terras no Brasil. São eles os principais responsáveis por este disparate representado pela concentração fundiária vigente no País, que emperra seu desenvolvimento.

A Campanha ressalta o conteúdo do inciso III do art. 3. da Constituição Federal, que diz que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" e baseia-se no artigo 5º, que diz que "todos são iguais perante a lei". Por isso entende que o que o inciso XXII implica na obrigação de garantir o direito à propriedade da terra a todos os brasileiros e brasileiras que dela precisam para trabalhar e garantir assim o pão para si e para sua família. Esta Campanha é um instrumento de resgate da cidadania!

A despeito das convicções políticas, qualquer pessoa de bem não pode tolerar mais a manutenção no país de uma estrutura agrária, imutável desde as suas origens no período colonial, e que constitui o núcleo dos empecilhos para que o país se modernize e se democratize. Esta iniciativa não se prende a razões de cunho ideológico. Decorre, exclusivamente, do entendimento de sua relevância para o interesse social do Brasil, visando superar o maior e mais renitente dos anacronismos da estrutura social brasileira, responsável pelo atraso econômico e pela exclusão de milhões de brasileiros: o latifúndio.



Há ainda muita terra nas mãos de latifundiários no Brasil?

Infelizmente sim. Uma breve análise da estrutura agrária brasileira, com base nos dados do Atlas Fundiário do Incra, mostra que existem 3.114.898 imóveis rurais cadastrados no país que ocupam uma área de 331.364.012 ha. Desse total, os minifúndios representam 62,2% dos imóveis, ocupando 7,9% da área total. No outro extremo verifica-se que 2,8% dos imóveis são latifúndios que ocupam 56,7% da área total. Lamentavelmente, o Brasil ostenta o deplorável título de país com o quadro de segunda maior concentração da propriedade fundiária, em todo o planeta.

À concentração soma-se a improdutividade da terra. O Incra considera que, na média nacional, 62,4% da área total dos imóveis rurais no país é improdutiva.



Dizer, diz, só que isto não é verdade. A reforma agrária no Brasil, até hoje, nunca foi tratada como uma prioridade. No governo atual, que não deixa de se autopromover, em todos os momentos, como tendo sido aquele que realizou o maior número de assentamentos - e realmente o fez - as iniciativas ainda são muito tímidas e, somente realizadas em função da pressão exercida pelos movimentos sociais.

O discurso governamental afirma sua oposição ao latifúndio, mas a política agrária do Governo Federal desapropriou, nos últimos três anos somente 3,4 milhões de hectares, ou seja, menos de 2% dos hectares necessários para assentar todas as famílias sem terra, estimadas em pelo menos 4,5 milhões. Neste ritmo seriam necessários no mínimo 50 anos para assentar todos os trabalhadores rurais sem-terra do país!

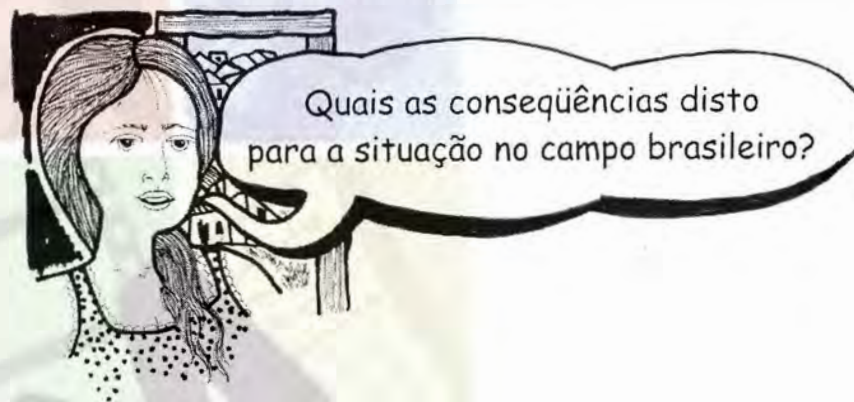


As ações do programa governamental mais recente, intitulado "novo mundo rural" passam a priorizar:

(i) a descentralização das ações da Reforma Agrária para os Estados e municípios, **sem que sejam a eles repassadas competências, recursos e criadas estruturas** que permitam a realização da reforma agrária; ao mesmo tempo, a **estrutura do Incra é desmantelada** a olhos vistos, perdendo cada vez mais sua capacidade de intervir;

(ii) a **passagem para o próprio latifúndio, da responsabilidade da redistribuição de terra no país** através da implantação dos Programas Cédula da Terra e Banco da Terra como principais instrumentos da Re-

forma Agrária. Os dados de previsão orçamentária no Plano Plurianual de Investimentos comprovam que estes programas tem o propósito de vir a curto prazo **substituir o processo de desapropriação**, apesar do governo apresentá-lo como uma ação meramente complementar ao processo de reforma agrária. Ao invés de executar a desapropriação da terra, conforme determina a Constituição, o Governo, apoiado pelo Banco Mundial, parte para estes programas que colocam a Reforma agrária nas mãos dos latifundiários, que irão vender suas piores terras ao Governo pelo preço mais alto. Este preço deverá ser pago, no final de contas, pelos próprios lavradores. Estes programas provocam problemas como o superendividamento dos agricultores, o aquecimento do mercado de terras, falsos mecanismos de participação, e anulam duas das principais conquistas sociais inseridas na Constituição Federal e no Estatuto da Terra: a exigência do cumprimento da função social da propriedade e o instituto da desapropriação. Isto é inaceitável!



Baseado na concentração da propriedade da terra, e sem uma política econômica que viabilize a produção agrícola, o processo de desenvolvimento no campo brasileiro tem sido extremamente **excludente**. Nos últimos 25 anos, mais de 30 milhões de camponeses deixaram o campo, contribuindo para o inchaço descontrolado dos centros urbanos, com todas as conseqüências que conhecemos.

Artigo publicado em revista do Ministério da Agricultura, de setembro de 1999, atesta que a migração rural no Brasil prossegue envolvendo mais de 800 mil pessoas, por ano. Ligado a isto, está um processo de **empobrecimento do campo brasileiro** em função do descaso com que tem sido tratada a agricultura brasileira. Dos 38 milhões de habitantes da área rural, 73% têm renda anual inferior à linha da pobreza (260 dólares), o que

contribui para colocar o Brasil entre os países de pior distribuição de renda do mundo. Registre-se que a renda média per capita do Brasil é de 5 mil dólares. **Apenas uma minoria é beneficiada com esta política, as oligarquias rurais aliadas ao setor industrial e ao capital financeiro, que criam os complexos agroindustriais.**

Além disso, o processo de modernização agrícola aumentou a exploração dos trabalhadores rurais. **À grande maioria dos assalariados rurais ainda são negados os direitos legais mínimos.** Dos que recebem até um salário mínimo, somente 22,5% possuem carteira assinada. Segundo pesquisa nacional por amostragem de domicílio, feita em 1995, das 16,3 milhões de crianças brasileiras, 522.185 (na faixa etária entre 05 e 06 anos) estavam no mercado de trabalho, e destas 423.679 na agricultura. Não menos grave é a situação de trabalho a que estão submetidas as **mulheres trabalhadoras rurais**, com dupla ou tripla jornada de trabalho e salários menores. Esta realidade tem se agravado nos últimos anos, sendo constatadas inclusive **formas diversas de trabalho escravo**, tanto nas regiões de fronteira agrícola (norte e centro-oeste), bem como nas áreas mais desenvolvidas.



Diante desta realidade, vários segmentos sociais camponeses vem se organizando e mobilizando para a conquista dos seus direitos e a alteração da atual realidade agrária. Estas lutas, que acontecem de forma autônoma ou articulada entre as diversas organizações representativas dos trabalhadores rurais, contam com aliados na sociedade nacional e internacional, e tem por objetivo a **gestação de um novo modelo de desenvolvimento no campo, agrícola e ecologicamente sustentável e socialmente justo, que respeite as diversidades culturais e regionais.** Este modelo compreende um amplo processo de reforma agrária e democratização do acesso a terra, o fortalecimento da agricultura familiar agrícola e extrativista, a defesa dos direitos e o fim da violência e da impunidade dos crimes contra os trabalhadores.

Para alcançar seus objetivos, as entidades tem alcançado resultados importantes mediante a realização de **ocupações de terras** que mobilizam hoje milhares de camponeses e é o **mais importante instrumento de pressão sobre o Poder Público.**

Ocupar terras não é muito arriscado?



De fato, está sendo atualmente muito difícil ocupar uma terra sem enfrentar os riscos de inúmeros conflitos. Além de não conseguir o chão para plantar, os sem terra podem terminar na cadeia, ou mortos.

Com efeito, os latifundiários, se organizaram e até se armaram. A primeira reação deles consiste em entrar imediatamente na Justiça para conseguir mandatos de despejo dos ocupantes. Os juizes costumam fulminar, no ato, a sentença de expulsão dos lavradores. Aí entra em cena a polícia militar, às vezes numa verdadeira operação de guerra, com armamento pesado, cães, helicópteros, realizando com violência o despejo das famílias pobres, incluindo idosos e crianças. E não é raro a polícia receber apoio dos fazendeiros, incluindo milícias privadas!

O indicador mais gritante desta realidade de injustiça e da necessidade de mudanças profundas é o aumento dos conflitos sociais no campo, envolvendo latifundiários, trabalhadores rurais e agentes do Estado. Desde a restauração do regime democrático no país, em 1985, ocorreram 7.843 conflitos sociais no campo, sendo que 4.866 conflitos na luta pela terra. No período 1985-1998, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 1.169 assassinatos de trabalhadores rurais,

advogados, técnicos, lideranças sindicais e religiosas ligados à luta pela terra. Ocorreram apenas 57 julgamentos, nos quais somente 15 mandantes sentaram no banco dos réus, tendo havido apenas 8 (sete) condenações. É esta absurda situação de impunidade e a falta de soluções para o problema agrário que realimenta constantemente a cadeia da violência e dos conflitos.

E a população das cidades, o que tem a ver com isto?



A reforma agrária passou a ser entendida pela sociedade como uma solução não somente para os setores do campo, mas também como uma proposta para o conjunto da sociedade, como fator de geração de emprego e renda, de diminuição do êxodo e do inchaço das cidades, de distribuição de terra e de renda, ou seja de desenvolvimento sustentável. A história inclusive mostra que a maioria dos países que hoje são considerados desenvolvidos, possuem uma agricultura forte e passaram por processos amplos de reforma agrária, isto é, de repartição das terras ou de limitação do seu tamanho. Numa palavra, a reforma agrária traz desenvolvimento!

Com essa intuição, e indignada com os recentes massacres de camponeses, a sociedade brasileira passou a apoiar a realização da reforma agrária e os movimentos de luta pela terra.

A reforma agrária não vai simplesmente "repartir a pobreza" no campo?



Estudo recente constata que 40.000 famílias assentadas recentemente pelo Governo produzem alimentos para o mercado interno e para exportação, obtendo uma renda média mensal de dois a três salários mínimos. Isso mostra o potencial da reforma agrária na geração de emprego e riqueza. Com todas as adversidades, a agricultura familiar responde hoje por 80% do abastecimento dos produtos que compõe a cesta básica e emprega quase 90% da mão-de-obra no campo.

A pequena propriedade gera um emprego a cada 5 ha enquanto o latifúndio precisa de 223 ha para gerar um emprego. O Brasil é um dos únicos países do mundo, onde há pessoas nas cidades, querendo voltar ao campo. Dado o desemprego e a deterioração da qualidade de vida nos centros urbanos brasileiros, a vida nas cidades fica cada vez mais insustentável. Neste contexto, a reforma agrária é um elemento central de um novo rumo para o desenvolvimento no Brasil.



Se a reforma agrária tem tantas vantagens, por que ela não é realizada?

Os motivos para tanto são profundos, e residem na histórica dominação política por parte do latifúndio. A história do Brasil atesta que as elites dominantes constituíram o seu domínio econômico e político através da concentração da propriedade da terra. Apropriaram-se de um bem natural que deveria estar a serviço de toda a sociedade.

Quanto maior a propriedade, maior o poder de dominação, que tem como característica principal o clientelismo político, cujo núcleo central é a troca de favores. O Estado foi sendo constituído como patrimônio das elites, e não como um instrumento da sociedade civil, do povo. O público, assim, torna-se privado. A propriedade da terra concentrada constitui o centro histórico de um sistema político persistente, que freia as posições de transformação social e de democratização do País.

As leis existentes permitem uma mudança na estrutura fundiária?



O inciso XXIII do Artigo 5º da Constituição dispõe que "a propriedade atenderá a sua **função social**". Segundo o artigo 186, a função social define o conteúdo do direito de propriedade, e é constituída por:

- um elemento **econômico** (aproveitamento racional e adequado),
- um elemento **ambiental** (utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente) e
- um elemento **social** (observância das normas que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores).

Somente cumpre a função social a propriedade rural que atenda simultaneamente aos elementos econômico, ambiental e social.

No entanto, o Poder Judiciário tem julgado com base numa legislação patrimonialista, em que a propriedade da terra é um bem absoluto, independente de sua função social. Isto contradiz a própria Constituição. Por ignorância ou má fé, muitos juizes ainda não assimilaram o outro direito prioritário e superior ao antigo direito, o novo

direito da "função social da propriedade rural". Além disso, os processos são lentos, os recursos se multiplicam e as instâncias são muitas. Entram em cena juizes de comarca e também juizes federais. As famílias acampadas, no desconforto e na fome, desanimam de tanto esperar. O Judiciário tem portanto sido um aliado dos latifundiários, representando um empecilho enorme à realização da Reforma Agrária.



Como alterar a Constituição para impulsionar a reforma agrária?

No mesmo artigo 186, em que a Constituição define a função social da propriedade queremos introduzir um **inciso V, limitando o tamanho de todo latifúndio no Brasil à área correspondente, no máximo, a 35 módulos fiscais.**

A redação da Emenda ficaria da seguinte maneira:

"V - área total do imóvel correspondente a, no máximo, trinta e cinco módulos fiscais, no conjunto das áreas, em todo o território nacional, sob o domínio, a qualquer título, de uma mesma pessoa física ou jurídica.

Parágrafo único. *O requisito fixado no inciso V será auto-aplicável, sendo que a incorporação ao patrimônio público de imóvel rural com área acima do limite estabelecido nesse inciso será livre de indenização, ao titular, do respectivo valor da terra nua correspondente à parcela de área excedente aos trinta e cinco módulos fiscais."*

Terras acima de 35 módulos fiscais seriam portanto automaticamente incorporadas ao patrimônio público. O módulo fiscal é uma referência estabelecida pelo INCRA, que define a área mínima suficiente para prover o sustento de uma família de trabalhadores rurais. Ele varia de região para a região, e é definido para cada Município a partir de vários fatores, como a situação geográfica, a qualidade do solo, o relevo, as condições de acesso ao local, entre outros aspectos. Nos Estados do Sul, cujo módulo fiscal gira em torno de 20 ha, este limite estaria em torno de 700 ha. Nos Estados do Norte, onde o tamanho do módulo é cerca de 100 ha, este limite giraria em torno a 3.500 ha.

A introdução desta medida resultaria portanto numa disponibilização imediata de grandes extensões de terras para as famílias acampadas, sem que para tanto tenham de ser dispendidos recursos públicos para indenização. Recursos que são hoje gastos em processos desapropriatórios, poderiam ser então empregados no apoio à infra-estrutura, ao crédito subsidiado e à assistência técnica visando a viabilização dos assentamentos.

Veja as tabelas nas páginas 22, que registra por estado o módulo mínimo, máximo e mais frequente e, na página 23, o número de propriedades atingidas caso a emenda seja aprovada.



O Imposto Territorial Rural, se seriamente aplicado, pode consistir num instrumento complementar importante no sentido de punir a improdutividade das grandes propriedades. No entanto, a recente experiência do Governo, que alardeou ter dado um golpe mortal no latifúndio através da cobrança progressiva do ITR tem mostrado outra coisa: o montante arrecadado até agora foi insignificante.



A contribuição para esta Campanha se dá em dois sentidos:

1) Divulgando-a nas escolas, igrejas, locais de trabalho, associações e sindicatos, para que a sociedade tome consciência da gravidade da questão agrária e da importância em se realizar uma ampla reforma agrária;

2) Fazendo pressão sobre os parlamentares para que votem a favor da Emenda Constitucional que limita o tamanho da propriedade e acaba com o latifúndio no Brasil.

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo conchama todas as pessoas para que ajudem a fazer a coleta de milhares de assinaturas em todo o Brasil, para demonstrar aos parlamentares qual é a vontade do povo.

Vamos lutar para que fique expresso em nossa Constituição, sob a forma de limite do tamanho, o controle social do latifúndio, que tem sido, com o apoio do judiciário, da polícia e das milícias privadas, o grande entrave à Reforma Agrária. Assim poderão ser criadas possibilidades reais de acesso à terra para milhões de trabalhadores rurais sem terra, permitindo, a ampliação e a redinamização da base produtiva do país e, por conseguinte, estabelecendo condições para a redução da miséria no Brasil!

A coleta de assinaturas vai até o fim de maio de 2002, podendo esse prazo ser prorrogado.

Abaixo, montamos uma tabela por estados com o módulo fiscal mínimo, o módulo fiscal máximo e o módulo fiscal mais freqüente dentro de cada estado. As variações, como se sabe, resultam do fato de que o Incra determina o módulo fiscal para cada município levando em conta a qualidade do solo, relevo, acesso, etc.

ESTADO	MÓDULO MÁXIMO (em hectares)	MÓDULO MÍNIMO (em hectares)	MAIS FREQUENTE (em hectares)	OBSERVAÇÕES
Região Norte				
Rondônia	60	60	60	RO tem módulo único
Acre	100	70	100	
Amazonas	100	80	100	
Roraima	100	80	80	
Pará	75	5	70	
Amapá	70	50	70/50	Metade dos mun. é 70 hect. Outra metade é 50 hect.
Tocantins	80	70	80	
Região Sul				
Rio Grande do Sul	40	5	20	
Santa Catarina	24	7	20	
Paraná	30	5	18	
Região Nordeste				
Maranhão	75	15	75	
Piauí	75	15	70	
Ceará	90	5	55	
Rio Gr. do Norte	70	7	35	
Paraíba	60	7	55	
Pernambuco	70	5	14	
Alagoas	70	7	16	
Sergipe	70	5	70	
Bahia	70	5	65	
Região Sudeste				
Minas Gerais	70	5	30	
Espírito Santo	60	7	20	
Rio de Janeiro	35	5	10	
São Paulo	40	5	16	
Centro/Oeste				
Mato Gr. do Sul	110	15	45	
Mato Grosso	100	30	80	
Goiás	80	7	30	
Distrito Federal	5	5	5	No DF existe um módulo único

Número aproximado de propriedades que serão atingidas pela Emenda Constitucional que limita o tamanho da propriedade, em cada estado, de acordo com os dados cadastrais do Incra

ESTADO	Nº IMÓVEIS ATINGIDOS PELA PEC	% DOS IMÓVEIS	ÁREA EM HECTARES	% S/ÁREA TOTAL DO ESTADO
Região Norte				
Rondônia	347	0,80%	2.162.170	33%
Acre	257	1,90%	3.874.813	74%
Amazonas	433	1,20%	13.903.441	81%
Roraima	286	1,80%	3.168.058	61%
Pará	2.890	3,90%	29.878.555	78%
Amapá	96	1,80%	1.076.518	57,20%
Tocantins	1.637	4,30%	7.841.507	41,40%
Região Sul				
Rio Grande do Sul	4.082	0,80%	5.323.648	26%
Santa Catarina	896	0,30%	1.172.949	16,50%
Paraná	2.578	0,60%	4.096.956	25%
Região Nordeste				
Maranhão	1.149	1,80%	6.318.601	41%
Piauí	580	0,60%	4.063.130	35%
Ceará	202	0,10%	817.106	10%
Rio Gr. do Norte	345	0,80%	777.238	26%
Paraíba	77	0,08%	237.720	6,50%
Pernambuco	1.124	0,90%	1.276.294	27%
Alagoas	403	1,10%	355.088	27%
Sergipe	24	0,04%	73.398	6%
Bahia	1.674	0,40%	10.716.280	35%
Região Sudeste				
Minas Gerais	4.193	0,80%	11.218.057	27,60%
Espírito Santo	428	0,50%	615.788	17%
Rio de Janeiro	1.410	2,50%	872.063	36%
São Paulo	6.003	2%	7.580.061	38,50%
Centro/Oeste				
Mato Gr. do Sul	5.351	9,20%	24.196.808	75%
Mato Grosso	8.428	8,90%	49.989.568	69%
Goiás	5.036	4,30%	11.934.378	44%
Distrito Federal	189	2,80%	103.176	50%
	50.118	Média 2,00%	203.643.369	Média 39,4%

Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo existe desde 1995 com o objetivo de contribuir para a articulação das ações desenvolvidas pelas várias entidades que apoiam a realização da reforma agrária no Brasil. O Fórum tem um caráter amplo e pluripartidário, reunindo movimentos sociais e organizações não governamentais como:

- Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR
- Associação Brasileira pela Reforma Agrária – ABRA
- Animação Pastoral Rural – APR
- Assessoria e Serviços em Projetos de Tecnologia Alternativa – ASPTA
- Cáritas Brasileira
- Centro de Justiça Global - CJB
- Comissão Pastoral da Terra – CPT
- Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais – CONDSEF
- Confederação Nacional dos Servidores do INCRA – CNASI
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
- Conselho de Articulação das Populações Indígenas do Brasil – CAPOIB
- Conselho Indigenista Missionário – CIMI
- Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC
- Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE
- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER
- Centro de Pesquisa e Assessoria – ESPLAR
- Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil – FASER
- Federação das Associações de Assistência Social e Educacional – FASE
- Federação dos Estudantes de Engenharia Agrônoma – FEEAB
- FIAN-Brasil - Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar
- Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC
- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social – IBRADES
- Instituto de Estudos Sociais e Econômicos – IBASE
- Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural “Sebastião Rosa da Paz” – IFAS
- Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB
- Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST
- Movimento de Luta pela Libertação dos Sem Terra – MLST de Luta
- Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH
- Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA
- Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
- Pastorais Sociais da CNBB
- Pastoral da Juventude Rural – PJR
- Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais

O endereço da Secretaria da Campanha é:

Secretaria da Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra no Brasil

SDS-Bloco P-36, Ed. Venâncio III, Sala 204

70.393-900 - Brasília - DF

Tel.: 0(xx)61 323-1770 / Fax: 321-4130

e-mail: forumrefagraria@yawl.com.br

Capa: design: Licurgo Botelho, fotos: Arquivo Contag

Diagramação: Carla de Abreu, Goiânia-GO

Ilustrações: Edmar Oliveira, Goiânia-GO

Impressão: Visual Gráfica, Goiânia-GO

Apoio: Cáritas Alemã e Catholic Relief Service (CRS)

REUNIÃO DA COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DA PASTORAL DO TRABALHADOR

LOCAL Capela N. S. das Mercês (Guadalupe)
DATA 15 de abril de 2006
HORA 9:00 horas
PRESENCAS Fortunato, Afonso, Delphina, Alceu, Juraci

- **Indicativo de Pauta:** Calendário de Atividades, Planejamento da Pastoral, Informes.
- **Oração Inicial:** Às 14:20 h teve início a reunião com a oração ao Espírito Santo.
- **Reflexão Bíblica:** Jo 3, 14-21 – Deus não quer que os homens se percam, nem sente prazer em condená-los. Mas a presença de Jesus é incômoda, pois coloca o mundo dos homens em julgamento, provocando divisão e conflito e exigindo decisão.

PRIMEIRO ENCONTRO DE FORMAÇÃO – CF/2006 (Avaliação)

O Prof^o Cesar Bacchim foi brilhante em sua exposição do Ver e Julgar do Lema “Levanta-te, vem para o meio”. É preciso que nos questionemos sobre o quanto é importante o acolhimento aos irmãos e irmãs. Notamos que nós católicos recebemos os nossos visitantes com frieza. Há uma constatação: os surdos percebem com facilidade quando muda o ambiente, pelo olhar das pessoas são discriminados. Julgar falta de humildade. Discriminação em relação a tudo na outra pessoa. Auto discriminação. Rejeição familiar aos seus deficientes. Gesto concreto da Pastoral: orientação sobre os direitos da pessoa com deficiência, fazer abaixo-assinado para aumentar as vagas disponíveis de emprego para os deficientes, discussão nos bairros sobre os problemas que os deficientes sofrem, para o encaminhamento a órgãos competentes.

Como sempre, a presença dos participantes foi ótima, o local, a alimentação, metodologia também. Padre Vinícius de Jesus Pessoa encerrou o dia de sábado com uma Celebração.

27 DE ABRIL, DIA DAS DOMÉSTICAS: Celebrações na Pastoral, no Sindicato e na Comunidade.

HOSPITAL DO FUNDÃO (Ilha do Governador): No dia 27 de abril, será celebrada a Páscoa dos funcionários, às 14 horas, pelo Vigário Episcopal para a Caridade Social, Padre Manuel de Oliveira Manangão.

NO DOMINGO, 30 DE ABRIL: Na Igreja de São Bartolomeu, no Itanhangá, será celebrada, às 11 horas, a Missa da Pastoral do Trabalhador em homenagem ao 1º de Maio, dia de conquista para os trabalhadores. Após a Missa, haverá um saboroso almoço de confraternização ao som de um grupo de forró.

DIA 18 DE ABRIL, ÀS 18:30 H: Na Igreja da Candelária, Concerto do Jubileu de Prata do Cardeal Dom Eusébio Scheid. A Pastoral foi convidada, se fará presente.

PAINEL "O VALOR OU A INUTILIDADE DE UMA VIDA HUMANA": Movimentos e Associações da Arquidiocese do Rio de Janeiro convidam todos os membros de Movimentos/Associações/Pastorais/Serviços para participarem do Painel, no Ed. João Paulo II, das 18 às 19 horas.

CONGRESSO DE TRABALHADORES EM 2007: Proposta de trabalho no dia ~~15~~/06, das 9 às 12 horas. 29-07-2006 - 9:00

CRIAÇÃO DE FUNDOS PARA A PASTORAL: Ver agenda das festas nas Igrejas.

PÁSCOA DA PASTORAL: No dia 21 de maio, domingo, na Paróquia de N. S. da Saúde. G.B. está agilizando a organização da celebração com a comunidade e o pároco Carlos Alberto do Nascimento.

INFORMES:

- ❖ Conversação está sendo feita com o Sindicato dos Metalúrgicos para realização da celebração da missa de Páscoa em alguns estaleiros (Caju, Niterói, Ilha do Governador).
- ❖ São José/Barros Filho – Missa no dia 1º de Maio, às 19 horas. Convite da Coordenadora Shirley.
- ❖ São Luís Rei de França /Costa Barros – Curso/Conselheiro Tutelar na UERJ. Seminário no IBASE – convite da Coordenadora Delphina.

ENCERRAMENTO: Às 12:20 h, com oração final, agradecendo a Deus por ter nos conduzido nesta missão da nossa reunião, orando o Pai Nosso e a Ave Maria.

INDICATIVO DE PAUTA: Oração Inicial, Reflexão Bíblica, Calendário de Atividades, Planejamento da Pastoral, Informes.

Observação: Secretariou a Reunião o companheiro Severino.

Paz e Bem!



Fortunato Wenceslau da Silva

Coordenador Arquidiocesano da Pastoral do Trabalhador

* PRECISAMOS P/ REUNIÃO. * ESCREVER Pauta da reunião no quadro.

- COORDENADOR
- SECRETÁRIO(A) REUNIÃO DA PASTORAL OPERÁRIA – 19/01/2002
- CRONOMETRISTA.

- Boas vindas;
- CANTO - 227
- Apresentação;
- CANTO - LOZ DO LIVRO.
- Leitura bíblica, Mc 2, 13-17 (LIVRO DE CANTOS).
- Partilha;
- Proposta de pauta para reunião:

❖ Planejamento dos grupos: incluir encontro sobre simpósio – O FUTURO DO TRABALHO; Calendário para encontro das PO do Estado;

❖ 15ª Romaria do Trabalhador: sugestões;

❖ Articulação e organização da PO no Estado;

❖ Avisos

- 09/01 - HOUE UMA REUNIÃO NA SEDE DO PT, PARA FORMAR O MOVIMENTO CONTRA O DESEMPREGO.
- 31/01 - 05/02 - FÓRUM SOCIAL MUNDIAL
- 23/02 - REUNIÃO DAS PASTORAIS SOCIAIS; ENCONTRO DE PREPARAÇÃO DO II ENCONTRO NACIONAL FÉ E POLÍTICA.
- 25 A 27/02 - REUNIÃO DO COLÉGIO NACIONAL DO P.O.
- 27/02 - REUNIÃO EM S.P. DE PREPARAÇÃO DA 15ª ROMARIA
- 16-17/03 - II ENCONTRO NACIONAL FÉ E POLÍTICA.
- VALENÇA - CAXIAS - (CONCEIÇÃO VAI TOMAR A REDEUPE).

- ARTICULAÇÕES: BUSCAR OUTRAS ORGANIZAÇÕES: C.N.L. - E OUTRAS DA P.O. / TRABALHAR AM REDES DE CONTATO.
- 1ª SEMANAS DO TRABALHADOR:
- OS ESTADOS PRECISAM ASSUMIR O SÍMBOLO (CUSTO).
- REUNIÃO DE PREPARAÇÃO DA 1ª SEMANA SÃO PAULO: PROCESSOS: S.P. e RIO (CULTURA-REDONDA). - PATTARON M.G. - G.S. (COMO A ROTÁRIA PODE AJUDAR?) - POSSO TRABALHAR?
- A ROTÁRIA PRECISA SE AUTO SUSTENTAR (PRINCIPALMENTE NAS DIÓCESES).
- AS BANDERAS PREVENIRAS: ROTÁRIA DO TRABALHADOR - FAZER TRABALHO COM OS DESEMPREGADOS.
- DISCUTIR NAS DIÓCESES A QUESTÃO DA ROTÁRIA: A PÉ?

• PROPOSTAS:

- FORMAÇÃO: RETORNO DO SÍMBOLO: DESEMPREGO NAS DIÓCESES? - QUAIS NOSSAS PROPOSTAS DE SAÍDA?
- AÇÃO: 9 DE NOVEMBRO COM VOLTA REDONDA (ASSUMIR ENQUANTO ESTADO)
 - + 1ª SEMANA DO TRABALHADOR
- ENCONTRO NO FINAL DO ANO P/ CELEBRAR O RESULTADO DO TRABALHO SOBRE O DESEMPREGO. (1 dia). SÁBADO.

ENCONTROS ESTADUAIS: 23/02/2002. NO CONFOR. (14 AS 17). DA P.O.

- PAVIA
- TRAZER RESULTADOS DA DIÓCESE.
- TRAZER 2 NOMES P/ COORDENAÇÃO ESTADUAL

PASTORAL OPERÁRIA

LISTA DE PRESENÇA

NOME: Vicente Estevam da Mata TEL: 024-33423641

END: Rua Ol N° 35 CEP: 27335-000

BAIRRO: J. Redentor St. Rita MUNICÍPIO: Barra Mansa

NOME: Gealho Drosimbo TEL: 33490924

END: A.V contorno n° 420 CEP: _____

BAIRRO: Paraiso MUNICÍPIO: Barra Mansa

NOME: Sidney dos Santos TEL: (24)33425035

END: R. Damiano Medeiros n° 82 CEP: 27-336-270

BAIRRO: Bar Vista II MUNICÍPIO: Barra Mansa

NOME: Josete Jacques de Costa TEL: 3685-8155

END: R. Eça de Azevedo, 15 CEP: 21070-650

BAIRRO: Maria MUNICÍPIO: Rio de Janeiro

NOME: Maria da Conceição & Colroel TEL: 024-33430034

END: Rua I n° 377 CEP: 27273-560

BAIRRO: Jardim Ponte Alta MUNICÍPIO: V. Redonda

NOME: Agostinho Galletta - Indiguacu TEL: 26695363-

END: _____ CEP: _____

BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: _____

NOME: Givres de Moura Andrade TEL: 33492641

END: Rua 2 n° 63, Jardim Redentor CEP: 27301920

BAIRRO: Santa Rita MUNICÍPIO: B. Mansa

- Reunião - Dia 19/01/002. Local: Zona Iguaçu

PASTORAL OPERÁRIA

LISTA DE PRESENÇA

NOME: Dervalda Conceição de Souza Bastião TEL: _____

END.: _____ CEP: _____

BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: _____

NOME: Paulo Cesar de L. Lva TEL: 2573-0557

END: R. jornalista José Telino de Melo, 17 CEP: 9885-1695
2260-4944 (T. 2005.)
21.070.000

BAIRRO: Paulista MUNICÍPIO: Rio de Janeiro

NOME: José Sudo dos Santos Vto TEL: 011-3105-1393

END: Prata de Se' NO 184 CEP: 01201-000

BAIRRO: Centro MUNICÍPIO: São Paul SP

NOME: FLAVIO ANTONIO BRAUNÃO DE SOUZA TEL: 2768-2915

END: AV: PASCOAL PALADINO, 202 CEP: 27.285-770

BAIRRO: CHACRINHA MUNICÍPIO: NOVA IGUAçu, RJ.

NOME: ORIVIA CRISTINA DOS ANJOS TEL: 2665-3424

END: RUA AMAPA', 1263 CEP: 26.116-490

BAIRRO: VILAR NOVO MUNICÍPIO: Belford Roxo

NOME: _____ TEL: _____

END: _____ CEP: _____

BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: _____

NOME: _____ TEL: _____

END: _____ CEP: _____

BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: _____

- Reunião - Dia 19 / 01 / 2002 Local: NOVA IGUAçu.

LOCAIS PARA COLOCAR PLACAS

Paróquia Vila dos
Teles - Gas 24:00

COMPANHIA DA P.O - SÃO JOÃO MARTÍ - Próximo ENGODO 02/11

NOME: RIKA ALVES PINHEIRO TEL: 2757-6300
ENDEREÇO: R- ANASTÁCIO CORRÊA - LT 21 - QD 03
BAIRRO: VENDA VELHA MUNICÍPIO: SÃO JOÃO MARTÍ
() Pequena () Média () Grande
Dobrada? CEP: 25.581-110

NOME: ADÃO DA CRUZ FERREIRA TEL: 2751-0298 / 9395-9096
ENDEREÇO: AV: COMENDADOR TELES, 1238
BAIRRO: JARDIM IRIS MUNICÍPIO: SÃO JOÃO MARTÍ
() Pequena () Média () Grande
Dobrada? CEP: 25561-160

NOME: FRANCISCO GABRIEL PEREIRA TEL: _____
ENDEREÇO: R- ANDRÉ REBOUÇAS, LT-04 - Q.B
BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DE MARTÍ
() Pequena () Média () Grande
Dobrada? CEP: 25580-630

NOME: MANUEL VALENTE TEL: 2772-0595
ENDEREÇO: R: PADRE CICORO, 76
BAIRRO: PARKUS SANTANA MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DE MARTÍ
() Pequena () Média () Grande
Dobrada? CEP: 25.581-110

NOME: _____ TEL: _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: _____
() Pequena () Média () Grande
Dobrada? _____

NOME: _____ TEL: _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: _____
() Pequena () Média () Grande
Dobrada? _____

NOVA IGUAÇU, 27 de abril de 2002.

Reunião do fórum das pastorais sociais-rj

Pauta: avisos-análise de conjuntura-fita da alca-eleições 2002.

Presentes: 23 pessoas.

- Avisos: Nair, hoje é o dia nacional das empregadas domésticas.

Paulo banana, retomada do fórum das pastorais sociais do vicariato da zona-oeste, e pretende-se fazer um fórum diocesano.

Mônica, fórum de entidades populares está trabalhando a plebiscito da alca.

Fortunato, a pastoral do trabalhador vai celebrar o 1º de maio na missa do dia 28/04.

Tarcizo, no engenho de dentro (igreja), haverá palestra sobre as eleições.

Dailton, PO de Nilópolis promoverá do dia 28/4 ao 1/5 a semana do trabalhador.

Geraldo Orozimo, pastorais sociais de volta-redonda estão preparando o 1º de maio a nível diocesano, e será feito um ato público na praça às 16:00 junto com os sindicatos.

Flávio, Coordenação da 15ª romaria ^{DOS TRABALHADORES.} já decidiu sobre o cartaz e o lema, devendo estar pronto no mês de maio. 4 e 5 de maio acontecerá um curso sobre a alca.

- Maria Fernandes, festa do trabalhador participação da igreja católica de Itaguaí, e será 2ª feira as 19 horas. Pastoral da mulher realizará o interclubes dia 15 de maio das 9 às 14 na paróquia Santa Terezinha em Seropédica com o tema: direito e cidadania. Conselho continua lutando contra a instalação da usina a carvão em Itaguaí.

- Conceição, aconteceu a 13ª assembleia do C.R.L. do leste 1 no mês de março, e foi dada uma palestra sobre a doutrina social da igreja proferida por Dom João, Bispo de volta-redonda. dia 18/05 acontecerá encontro de movimentos em Nova Iguaçu.

- Pe. André nos lembra que é preciso fazer um mutirão contra a desnutrição infantil, e que se possível fazer uma celebração no dia de Corpus Christi.

Paulo banana, coloca que é preciso articular melhor as pastorais sociais no leste 1, sente que no rio existe expectativa de melhora neste sentido, sugere que devemos trabalhar em: eleições 2002/comitês 9840; alca; desnutrição infantil

- Análise da conjuntura: foi feita uma reflexão em cima do documento da CNBB e teve ótimos desdobramentos, apesar de sentir falta de alguns dados. Pe. André pede que incluamos alguns pontos municipais, e foi sugerido que em nossa próxima reunião continuemos fazendo este tipo de análise.

Propostas de Encaminhamentos:

Propostas de Encaminhamentos:

- Próxima análise de conjuntura precisa ser feita no começo da reunião, incluindo a nossa realidade.
- Fazer estudo sobre o documento 67 da cnbb-elições 2002.
- Passar fita de video sobre a lei 9840.
- " " " " " " alca.
- Flávio providenciará cartilhas sobre: alca, lei 9840, doc 67 e 69 ; fitas de video: alca e lei 9840. Trará análise de conjuntura.
- Foi proposto que se tire um(1) representante de cada diocese presente para que possamos visitar Dom Eusébio afim de melhorarmos nossa articulação enquanto pastorais sociais. Nova Iguaçu, Volta Redonda, Itaguaí, Rio, São Gonçalo ~~Caxias~~ Conceição ficará responsável de trazer cópias de projetos para tentarmos encaminhar aos organismos competentes, afim de termos um fundo economico para o fórum.
- Para a próxima reunião (25/05), favor trazerem as seguintes contribuições: R\$ 1,00 para análise de conjuntura; os avisos da pastoral ou movimento virem escrito, pois ficarão expostos num mural afim de não perdermos tempo precioso de nosso encontro. obrigado pela compreensão.
- Tragam propostas de critérios para a escolha de bons políticos para as eleições.
- Participar do 18º encontro da rede de cidadania sul fluminense/baixada/serrana , no dia 19/05 em Mesquita(paróq: N.S. das Graças), tema: eleições 2002.
- Relatório feito por: Flávio A.B. de Souza.

Seminário

Anunciar a Justiça de Deus

Salmo 40

“A Vida em Primeiro Lugar”

- **Documento 67 da CNBB**
“Eleições 2002 Propostas para Reflexão”
Palestrante: Teólogo Francisco Orofino.

- **Documento 69 da CNBB**
“Exigências Evangélicas e Éticas de Superação da Miséria e da Fome.”
Palestrante: Teólogo Francisco Orofino.

- **ALCA**
Palestrante: Sidney Pascouto (Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro).

Dia 27 de

Julho

9 às 17 horas

**Local: CENFOR (Centro de Formação)
Rua Dom Adriano Hipólito – Moquetá.
Nova Iguaçu (ao lado do SESC)**

Organização: Forum das Pastorais Sociais – RJ
... *Eu vim para que todos tenham vida, e vida em abundância...*

Agenda de trabalho

Novembro

Dias 6 e 27 – Reunião da diretoria.

Dia 20, às 18h – Aniversário do SINDOMÉSTICAS. Coquetel comemorativo no Núcleo Itaguaí. Participação da diretoria e convidados.

Dia 24, às 10h – Dia de estudos ampliados, dirigido à diretoria, sindicalizados e colaboradores, na sede do Sindicato.

Dezembro

Dia 8, a partir das 14h – Bingo, na sede do Sindicato

Dias 11 e 18 – Reunião da diretoria.

Dia 15, às 15h – Assembléia geral, na sede do Sindicato. Nesse dia também ocorrerá a confraternização de fim de ano.

Dia 16 – Encerramento dos trabalhos do Núcleo de Itaguaí. Retorno em 6/1/2003.

Dia 18 – Encerramento dos trabalhos do Núcleo de Duque de Caxias. Retorno em 8/1/2003.

Expediente

Sede:

Rua Brasil, 412, Metrópole/Nova Iguaçu - RJ. Cep.: 26.215-260

Tel.: 2668-3077

Base territorial: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Japeri, Paracambi, e toda Baixada Fluminense

Aconteceu

O SINDOMÉSTICAS participou das seguintes atividades:

- Seminário sobre a Saúde da Mulher Trabalhadora e suas Consequências, realizado em Duque de Caxias, no dia 7 de setembro.
- II Fórum de Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente, promovido pela Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (CUT/RJ).
- O SINDOMÉSTICAS prestigiou o ato festivo de posse da nova diretoria eleita do Sindicato dos Enfermeiros, realizado no Clube de Engenharia. Aos companheiros desejamos sucesso nas suas lutas.

VI Encontro Regional Sudeste

Nos dias 14 e 15 de setembro, o SINDOMÉSTICA participou com seis delegados do VI Encontro Regional Sudeste de Trabalhadores Domésticos, realizado no Centro de Formação de Nova Iguaçu. O encontro reuniu também delegações dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Estavam presentes os sindicatos de Vitória, Cachoeiras de Itapemirim, Volta Redonda, Petrópolis, Campos, Uberlândia e Uberaba. Discutiu-se a conjuntura brasileira e temas como a exploração de crianças e adolescentes na nossa sociedade, inclusive pelas próprias famílias. Os debatedores foram Jorge Barros, Aparecida e Lourenço Zamarde. Dúvidas sobre INSS foram solucionadas com a explanação de Sulimar.

Rua 7 delegados e representantes

Presidente: Maria de Lourdes Silva Pereira; **Vice-presidente:** Francisca Chaves Magalhães; **Tesoureira:** Gisélia de Souza Dias; **Vice-tesoureira:** Cleide Silva Pereira Pinto; **Secretária:** Nair Jane de Castro Lima; **Vice-secretária:** Giseli de Souza Dias; **Conselho fiscal:** Luiza Rodrigues Bezerra, Nair Martins Moraes Fernandes e Francisca Lourenço Oliveira; **Conselho de representantes na Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos e Outros:** Luzanira Rangel, Vanda Chaves Leitão e Sebastiana da Silva Toledo

SINDOMÉSTICAS

filiado à
CUT
Novembro/2002

Fundado em 20 de novembro de 1988

SINDICATO DOS TRABALHADORES EMPREGADOS DOMÉSTICOS DE NOVA IGUAÇU

Não há vitória sem luta

Oi, companheiras, o nosso Sindicato tem uma nova diretoria, que irá conduzir as lutas da categoria nos próximos três anos (2002/2005). Estamos vivendo momentos de grandes dificuldades e, por isso, precisamos nos unir e lutar pelos nossos direitos. O que não podemos é desanimar diante dos problemas. Não há vitória sem luta. Contamos com vocês para fazer valer nossas conquistas atuais e garantir outras. Vamos unir forças pelo reconhecimento e respeito da sociedade à nossa profissão.

Nosso abraço atencioso,

Maria de Lourdes Silva Pereira – presidente do SINDOMÉSTICAS

Categoria dá posse à nova diretoria



Trabalhadoras e familiares comemoram com sindicalistas que assumiram a direção do Sindicato

Assembléia geral

Dia 15/12, às 15h, na sede do Sindicato, em Nova Iguaçu.

Na pauta, assuntos do interesse de todos os trabalhadores. Não falte.

Encontro Regional dos trabalhadores domésticos

Dia 17/12, em Volta Redonda.

Procure o Sindicato para saber como participar.

Seja bem-vindo

A diretoria do SINDOMÉSTICAS dá boas-vindas ao novo bispo da diocese de Nova Iguaçu, Dom Luciano Giardini: “Estamos felizes por termos um novo pastor”.

Direitos trabalhistas dos trabalhadores domésticos

Garantidos pela Lei 5.859 e pela Constituição de 5/10/1988

Carteira de Trabalho

Deve ser assinada dentro do prazo de 48 horas. Na carteira deve constar: a data de admissão, salário e a assinatura do empregador. Aumentos e férias devem fazer parte dessas anotações.

Férias

Trinta dias de férias após cada período de 12 meses e a remuneração é o salário do mês acrescido de mais 1/3. O empregador deve comunicar o período de férias com antecedência ao empregado e o pagamento deve ser efetuado antes de gozá-las, com registro na CTPS.



13º salário

Deve ser pago antes do dia 20 de dezembro, tomando-se como base 1 1/2 avos da remuneração desse mês, por mês de serviço. Fração igual ou superior a 15 dias como mês integral.



Aviso prévio

Se o empregador, sem motivo justo, despedir o empregado, deve dar o aviso com antecedência de 30 dias. A falta do aviso dá direito ao empregado de receber o salário correspondente ao mês de aviso. Se o empregado quiser sair do emprego deve avisar 30 dias antes ao empregador. Se não avisar perde o salário correspondente ao mês do aviso.

Salário



O salário nunca pode ser diminuído. A menor remuneração que o trabalhador doméstico pode receber é o salário estadual no valor de R\$ 240,00. Os únicos descontos autorizados são: contribuição para a Previdência Social, conforme o valor do salário e 6% do vale-transporte, quando fornecido pelo empregador.

Descanso ou folga

O descanso semanal é preferencialmente aos domingos e também nos feriados.

Licença à gestante



Sem prejuízo do emprego e do salário, deve ser dada uma licença à gestante com a duração de 120 dias: 28 dias antes e 92 dias depois do parto. O salário-maternidade é pago à gestante diretamente pela Previdência Social.

Previdência Social

Dá direito a todos os benefícios. A contribuição é feita por meio de um carnê e a responsabilidade de pagamento é do empregador, que desconta 12% de sua parte e a parte do empregado é descontada de acordo com o que está registrado na CTPS. Veja a tabela:

Salário de contribuição	Alíquota do INSS
até R\$ 468,47	7,65%
de R\$ 468,48 até R\$ 600,00	8,65%
de R\$ 600,01 até R\$ 780,78	9%
de R\$ 780,79 até R\$ 1.561,56	11%

FGTS

A Lei 10.208, de 23/3/2001, garante esse direito à categoria, mas sua aplicação ainda é facultativa aos empregadores. Muitos já estão pagando o FGTS às empregadas domésticas, que é apenas 8% do salário.

Fale com o Sindicato

Na sede da entidade, no Bairro Metrôpole, em Nova Iguaçu, na Rua Brasil 412. Telefone: 2668-3077. De 2ª à 6ª feira, das 10h às 17h. O Jurídico atende de 3ª à 5ª feira, das 14h às 17h. Ou nos Núcleos: **Duque Caxias** - Rua Conde Porto Alegre 131, bairro 25 de Agosto. Telefone: 2671-1709. Às 4ª feiras, das 9h às 12h; **Itaguai** - Rua Raul Rangel 121, sala 102 (ao lado do Vadico Veículos). Telefone: 688-2970. Às 2ª feiras, das 10h às 13h.

Licença paternidade

Cinco dias.

Seguro

desemprego

A empregada doméstica só recebe o seguro desemprego se o FGTS for pago no período de 15 meses. A mesma lei do FGTS garante para a empregada esse direito, mas com esta condição.

3 dias na semana

Quem trabalha três vezes na semana e recebe salário no final do mês, tem os mesmos direitos de quem trabalha a semana inteira.

INSS

Toda trabalhadora doméstica deve estar inscrita no INSS, e a inscrição dela é feita pelo empregador, até por telefone. O número do INSS é 0800 780111 e a ligação é grátis.

Setor Pastoral Social

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

SE/Sul QD. 801 Conj. B - cep: 70401-900 Brasília/DF
Tel: (0xx61) 313-8323 ou 313-8300 fax: (0xx61) 313-8303
Correio eletrônico: pastoralsocial@cbbb.org.br

Texto-Síntese do I Encontro Nacional de Pastorais Sociais

- Cajamar/SP, 16 a 19 de outubro de 2000 -

A) Retrospectiva dos anos 90

Resgate histórico da pastoral social:

"O que marcou esta década?". Muitos foram os momentos, as situações, os eventos, as mudanças. Algumas delas mereceram destaque. Por trás dos eventos, verifica-se um processo de aprendizado, cujos marcos passamos a destacar.

A presença das pastorais sociais nos "infernos do sofrimento humano" vem em primeiro lugar. A presença de seus agentes, nas ruas, presídios, hospitais, fábricas, alojamentos de migrantes, junto às crianças e adolescentes, nas ocupações urbanas, nos assentamentos, junto aos pescadores... É a presença de Jesus Cristo – Boa Nova no meio dos excluídos!

A 1ª Semana Social Brasileira em 1991: reuniu 120 pessoas no Instituto Israel Pinheiro, em Brasília/DF, para refletir sobre os Desafios do Mundo do Trabalho. Esta preocupação nasceu já com a Campanha da Fraternidade em 1988, sobre o mesmo tema, e teve como pano de fundo os cem anos da Rerum Novarum.

A 2ª Semana Social Brasileira, 1993-1994: deu continuidade ao processo. Teve como tema: "Brasil: Alternativas e Protagonistas" ou, em termos populares, "O Brasil que queremos". Esta Semana reuniu cerca de 400 pessoas, em Lusiânia, GO, e foi precedida por Semanas Sociais Regionais e Locais.

O Grito dos Excluídos: A partir da CF/1995, como o tema "Eras Tu Senhor", ocorreu o primeiro Grito Nacional "A Vida em Primeiro Lugar". Dá-se assim, início aos "Gritos" que vêm marcando o dia 07 de setembro em todo o Brasil. O Grito Latino Americano, por sua vez, iniciou-se em 12 de outubro de 1999. Hoje caminham em sintonia o Grito nacional e continental.

A 3ª Semana Social Brasileira, 1997-1999: Procura concretizar o Projeto Rumo ao Novo Milênio. Tinha como tema "O Resgate das Dívidas Sociais". Foi uma Semana em três anos. Em 1997, ocorreram 150 Semanas Locais em todo o Brasil, com o objetivo de identificar as dívidas sociais. Em 1998, houve o Momento Nacional, como aprofundamento teórico, em Itaipú, SP. O ano de 1999 foi dedicado às Semanas Regionais, na busca de soluções para as dívidas levantadas e estudadas.

As Semanas Sociais, desencadearam um processo de reflexão e de parceria que não pode mais parar. Alguns destaques do processo:

➤ **Simpósio da Dívida Externa:** Brasília/DF. julho de 1998.

CENTRO PASTORAL SANTA FÉ -

SÃO PAULO, 11 NOVEMBRO 2002.

Flávio A.B. de Souza.

- **Tribunal da Dívida Externa:** Rio de Janeiro, abril de 1999.
- **Articulação das Pastorais Sociais:** os anos de 1997-1999, foram fortes e decisivos para a articulação das Pastorais Sociais através dos encontros ampliados por Regiões: Sulão, Nordeste, Oeste e outros.
- **Parcerias:** O leque das parcerias foi sempre aumentando com organizações e entidades da sociedade civil; com as demais pastorais, setores e dimensões da CNBB; e com as Igrejas do CONIC e CESE. Nascia uma nova metodologia: participativa, plural, ecumênica, democrática, aberta.
- **Núcleo de Assessoria:** Nasce a partir da 1ª SSB, em 1991, como retaguarda teórica ao Setor Pastoral Social. Responsabiliza-se também pela Análise da Conjuntura elaborada e publicada a cada ano.
- **Plebiscito Nacional da Dívida Externa:** realizado de 2 a 7 de setembro de 2000, junto com o Grito dos Excluídos. A partir da 1ª Plenária Social, em junho de 1999, organizaram-se outras plenárias, formou-se a coordenação nacional, as coordenações estaduais e os comitês locais. Todos os estados do território nacional se envolveram, num total de 3.444 municípios. Mais de 50 entidades em nível nacional trabalharam pelo pleito, que mobilizou aproximadamente 130 mil voluntários em todo o Brasil. O resultado esteve acima das expectativas: mais de 6 milhões de pessoas foram às 53 mil urnas espalhadas pelo país e, destas, cerca de 93% votaram pela auditoria pública da Dívida Externa.

Manifestações em que as Pastorais Sociais marcaram presença, seja em nível nacional, seja em nível regional e local:

- **Marchas e Romarias:** Foram muitas: das crianças e adolescentes, das mulheres, dos trabalhadores sem terra, dos sindicatos e outras.
- **Congressos:** MST, Cáritas, Juventude.
- **10º Encontro Intereclesial de Ceb's:** 11 a 15 de julho de 2000, em Ilhéus/BA
- **Assembléia dos Povos Indígenas:** 18 a 21 de abril de 2000, em Porto Seguro/BA
- **Fórum de Lutas e Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo:** Luta pela Reforma Agrária, Campanha pela emenda constitucional que limita o tamanho da propriedade da terra no Brasil.

B) Desafios atuais para a Pastoral Social

I. Análise da realidade atual

Buscando entender a grande transformação do capitalismo no final do século XX, é importante perceber a profundidade da atual revolução tecnológica, iniciada no final dos anos sessenta. Confrontada com a revolução agrícola e com a revolução industrial, ela representa, mais do que uma simples mudança, uma *mudança*, isto é, uma *mudança epocal*. Veremos, a seguir, suas principais características.

1. Revolução Informática

A transformação apontada se caracteriza fundamentalmente pela informática, compreendida como a articulação do computador, que armazena e processa a informação, com a capacidade de distribuir esta informação instantaneamente, isto é, 'on line'. Esta revolução tecnológica, no início do novo século, tem o seu apanágio na revolução biotecnológica. Ela se assenta, de uma maneira muito sintética, na articulação da informática com a biologia, mais especificamente, com a genética. A revolução biotecnológica, ao mesmo tempo que aponta para perspectivas extremamente positivas, como a cura de muitas doenças, o aumento da longevidade, a possibilidade de ampliar a produção de alimentos etc, aponta, também, para a possibilidade da eugenia, da apartação genética e da ruptura do equilíbrio natural forjado durante bilhões e bilhões de anos.

A revolução tecnológica que vivemos se, por um lado, tem como uma de suas características a poupança de recursos naturais, por outro lado, alguns destes são cada vez mais estratégicos como é o caso da água. Foi ressaltado, na análise e no plenário, a importância das lutas que se desenvolvem, a partir da 3ª Semana Social Brasileira, no semi-árido. A questão da água, que apareceu tanto no trabalho de grupos quanto nos plenários, é um tema central a ser desenvolvido nos próximos anos: o cuidado com a água, a propriedade da água, o direito inalienável das pessoas humanas de terem acesso à água como direito à vida (água é vida). Relacionado à questão da água foi discutido, nos grupos e no plenário, a luta contra a privatização da água, do saneamento, das barragens etc. Ou seja, aqui emerge um enorme desafio para a pastoral social neste início de século. Especialmente se se leva em consideração que o Brasil possui um dos maiores mananciais de água doce do mundo.

Um outro recurso natural que é cada vez mais estratégico é a biodiversidade. O patrimônio brasileiro nesta área é de fundamental importância tendo em vista o significado da revolução biotecnológica acima apontada. Tanto nos grupos quanto no plenário foi enfatizada a importância da defesa da Amazônia e o seu significado, como também do cerrado, do semi-árido, da Mata Atlântica. Aqui se abre um outro campo imenso e desafiador para a pastoral social no sentido da defesa da vida dos seres humanos, dos seres vivos, especialmente, dos seres mais desprotegidos, mais frágeis e fracos.

O sol aparece também com um recurso vital para os dias de hoje. A partir das intuições e dos estudos de Bautista Vidal, principalmente, foi refletido sobre a importância da energia solar como fonte estratégica, abundante e não poluente.

2. Mudanças no Mundo do Trabalho

Em segundo lugar, como característica das transformações que vivemos neste final e início de século, apontamos a grande mudança do mundo do trabalho. Aumenta cada vez mais a produtividade, advinda da revolução tecnológica, a qual dispensa a necessidade de que todas as pessoas trabalhem, tendo um emprego. Ao mesmo tempo que a sociedade afirma que nem todas as pessoas precisam ter um emprego, a mesma sociedade usa o emprego como única possibilidade de acesso à cidadania. Aqui se estabelece a grande e fundamental contradição. Ou seja, nega-se o acesso ao emprego, por um lado, e, por outro, insiste-se que é ele o único caminho da cidadania. Juntamente com este fenômeno, para os que conseguiram entrar no mundo do trabalho, temos a revolução organizacional, segundo a qual quem tem trabalho cada vez trabalha mais. Assim, a questão do trabalho torna-se, crescentemente, uma questão mais complexa e desafiadora, para a pastoral social nestes próximos anos e, talvez, décadas. A discussão e o debate deste tema se torna sempre mais difícil, complexo e necessário. A Campanha da Fraternidade de 1999 levantou questões e desafios novos que precisam ser retomados e colocados na agenda da ação da pastoral social nos próximos anos. Na análise feita no 1º Encontro Nacional da Pastoral Social, levantaram-se as seguintes questões: a luta pela redução da jornada de trabalho, a luta pela garantia de um mínimo vital para todos(as) cidadãos(ãs) independente do trabalho realizado ou a ser realizado e a luta pela reforma agrária acompanhada de uma política agrícola voltada para o mercado interno. No plenário também foi discutido o que se entende por trabalho. Será que não devemos colocar no horizonte a superação da sociedade salarial e, mais ainda, a superação da sociedade do trabalho? Apostar que todas as pessoas tenham que trabalhar é uma aposta emancipatória? Qual a relação do assim chamado 'Terceiro Setor' ou da Economia Sócio-Solidária com a sociedade salarial, com a civilização do trabalho? Estas foram algumas questões que emergiram nas discussões do 1º Encontro Nacional e que, certamente, estarão na agenda das preocupações da pastoral social nos próximos anos.

3. Hegemonia do capital financeiro

A financeirização do mundo constitui a terceira grande característica da transformação do capitalismo no final do século XX. Mais de 1 trilhão e 500 bilhões de dólares circulam, por dia, nos mercados de títulos e ações do mundo. Trata-se do poder financeiro totalmente

autonomizado da produção. Temos aqui o apanágio da ruptura da economia, e nela do setor financeiro, com a sociedade. Isto é, a economia subordina a sociedade aos seus interesses, os quais nada têm a ver com os do conjunto da sociedade. O grande desafio é o de como fazer com que a economia seja a servidora da sociedade. Na análise e no debate do 1º Encontro Nacional foi sublinhada a importância e o significado mais profundo do Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa. Um dos maiores méritos desta iniciativa foi colocar na agenda nacional a discussão da autonomia da economia em relação à sociedade. Ou seja, da economia que se torna um fim em si mesma, transformando-se um 'moinho satânico' jogando multidões no mar da exclusão.

A análise feita no Encontro sugeriu que se implementasse a proposta de Oded Grajew, que, em artigo publicado na Folha de São Paulo de 29-9-00, afirma a necessidade de que o Brasil abra uma negociação séria com nossos credores (como vários países estão fazendo) para converter os pagamentos referentes à dívida externa em programas de amortização de nossa imensa dívida social. Segundo ele, "o Brasil tem suficiente peso político para empreender uma negociação dessas". Também no plenário, foi sugerida a necessidade do empenho na luta pelo desarmamento do poder financeiro. É neste sentido que vai a luta pela instauração da Taxa Tobin, cujo movimento se organiza na ATTAC, a luta pela revisão da lei do sigilo bancário (cf. texto-base da CF-99) e a instauração, no Brasil, dos 'bancos éticos'. Estas são lutas que, hoje, poderiam contribuir para o desarmamento do poder financeiro. Numa sociedade arraigadamente conservadora como é a brasileira e cuja consciência social é cinicamente obtusa, estas lutas poderiam contribuir para uma maior abertura e sensibilidade neste âmbito. Aqui, talvez esteja um outro importante desafio para a pastoral social nos próximos anos.

4. O poder dos Estados Unidos

A quarta característica da grande transformação do capitalismo no final do século XX é a hegemonia econômica, militar, tecnológica e, especialmente, cultural dos EUA. O estilo de vida norte-americano, o 'way of live' dos EUA, o modo de pensar e agir se impõe messianicamente no mundo. Isto constitui um desafio para a pastoral social na medida em que o estilo de vida norte-americano, ao mesmo tempo que se impõe, torna-se uma aspiração da grande maioria das nossas populações. Quanto à hegemonia econômica, foi analisada, também, a questão do Mercosul e da ALCA. Na medida em que cresce, no Brasil, uma tendência de deixar o Mercosul de lado e de se inserir, imediatamente, na ALCA, o que significa isto para o futuro da pastoral social? Esta questão foi levantada mas não aprofundada no Encontro.

Conclusão

A análise da grande transformação do capitalismo no final do século XX finalizou constatando que nunca o mundo foi tão rico, tão livre, tão móvel, por uma parte, e, por outra, tão desigual. Mais ainda: ao mesmo tempo que a revolução tecnológica se aprofunda, ela rompeu com o contrato social que civilizou a revolução industrial. Neste sentido, inspirados pelas reflexões de Boaventura de Sousa Santos, há uma volta dramática ao estado de barbárie. Barbárie que se caracteriza pela expansão da exclusão social, pela ampliação da insegurança e da luta de todos contra todos. Esta barbárie se caracteriza, ainda, pela possibilidade que a revolução tecnológica dá aos seres humanos de destruírem o ambiente, a terra, a vida. Nunca fomos tão fortes e poderosos. Em contrapartida, nunca fomos tão frágeis e impotentes.

II. Os movimentos sociais

Vale agora sublinhar a importância dos movimentos de resistência, como, por exemplo, no Brasil, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Eles emergiram nos últimos anos do século XX e se manifestaram com vigor em Seattle, em Washington, em

Praga e que têm o seu grande momento no Fórum Social Mundial, a ser realizado em Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro de 2001. Dentre destes movimentos, destaca-se o movimento feminista. Em termos teológicos, ele é, para nós hoje, um dos grandes sinais dos tempos, na medida em que foi capaz de questionar o modo androcêntrico que caracteriza a racionalidade ocidental. O movimento feminista nos faz ver que o modo-de-ser-trabalho que caracteriza a nossa civilização é irracional e nos leva ao abismo. O movimento feminista faz emergir um novo modo de ser no mundo que é o modo-de-ser-cuidado. Cuidado com a terra, cuidado com a água, cuidado com as pessoas, especialmente, os mais fracos, os mais débeis, enfim, com todos aqueles que são descartáveis e 'desconectados'.

Um outro movimento em destaque, 'visita de Deus na história hoje', é o movimento ecológico. Ele foi capaz de ouvir o clamor que emerge do cosmos, da terra frente ao poder ilimitado da racionalidade antropocêntrica e androcêntrica da nossa civilização. O movimento ecológico, por sua vez, teve a capacidade de perceber a completa irracionalidade do paradigma que mede a qualidade de vida pela quantidade de consumo apontando para a necessidade de criarmos um outro paradigma civilizacional, o qual implica num novo estilo de vida. Aqui também foram apontados os enormes desafios para a pastoral social nos anos vindouros. Ou seja, como a pastoral social poderá contribuir, a partir dos seus trabalhos, das suas intuições de fundo, da sua espiritualidade, na construção de uma sociedade, e não só de um desenvolvimento, sustentável.

Nas mobilizações de resistência à irracionalidade da racionalidade hegemônica, foi apontado ainda o movimento dos consumidores que se organizam no controle do consumo, utilizando para a sua organização, a internet. Discutiu-se as campanhas de boicote a produtos de empresas que usam o trabalho infantil, a exploração do trabalho feminino, que não respeitam o ambiente. Abordou-se a questão do consumo de produtos descartáveis. No entanto, o plenário não aprofundou possíveis pistas de ação neste campo, já que a população com que as pastorais sociais trabalham não tem acesso ao consumo da maioria desses bens.

Nos debates e no plenário, emergiu com muita força a necessidade da pastoral social reafirmar e refundar a opção pelos pobres. Mais do que nunca, emergiu, igualmente, a urgência da defesa e promoção da vida.

C) Resultado das mini-plenárias

Em meio às adversidades, o que nos une?

O serviço à vida, e vida em plenitude, entendido como parte essencial do seguimento de Jesus. A concepção sobre o ser humano, como sujeito da história, protagonista de seu destino. As Diretrizes Gerais da CNBB e o projeto Ser Igreja no Novo Milênio, no enfoque da dimensão sócio-transformadora e da exigência do Serviço. O fato de carregarmos no rosto e na memória as marcas da exclusão social e de trabalharmos junto aos marginalizados do sistema. A indignação ética frente às injustiças sociais e desigualdades, assumindo a causa dos empobrecidos. A busca da construção de novas relações e formas de convivência social, a partir dos valores do Reino. A ligação com a comunidade como espaço de vida, de serviço e de transformação social, além de exigência ética na busca de condições reais de vida. O ouvido atento à dor e ao imaginário popular dos grupos com quem trabalhamos. A articulação nos Regionais a partir do Setor Pastoral Social. A integração profunda e dinâmica entre fé e vida, oração e ação, religião e compromisso sócio-político.

Compreensão do serviço na transformação da sociedade:

Temos consciência de que, como agentes de pastoral, somos Igreja. O serviço das pastorais sociais é profético, libertador, tem uma prática amorosa, dá-se no cotidiano, na relação *cara-a-cara*, promove a justiça, enfrenta o conflito, utiliza a metodologia da síntese entre experiência e a consciência da pessoa. Há necessidade, porém, de uma formação mais

qualificada dos agentes de pastoral. Muitas vezes, utilizamos uma linguagem racional, que não toca a vida e o coração. A opção pelos pobres, primeiros destinatários da ação pastoral, deve ter absoluta primazia. Deve ser dada maior atenção à história e à cultura. A prática do Serviço se dá a partir dos que estão de fora, à margem, excluídos, recuperando a esperança, a dignidade, o ser pessoa. O serviço deve ser articulado entre as pastorais e organismos, provocando outros setores da Igreja, fazendo parcerias com outras organizações e entidades. Nossa atuação deve, contudo, ser um serviço que aprofunde a visão da realidade para que se tenha uma intervenção adequada, que promova a justiça e a ética.

Sinais e práticas de nossa ação para um projeto popular:

Há significativos avanços no protagonismo dos sujeitos, como participantes ativos nos eventos: semanas sociais, gritos, plebiscito, marchas populares. O mesmo se pode dizer da participação em instâncias governamentais, como conselhos municipais paritários, orçamentos participativos e controle de políticas públicas. Porém, sentimos um grande desafio: preparar melhor as lideranças para atuarem na vida pública, e até como candidatos. Igual preparação se requer para o acompanhamento da comunidade, o estabelecimento de parcerias, ou em iniciativas mais amplas da pastoral. A pastoral social conseguiu, em muitos casos, mudar a postura da imprensa, contribuiu para o avanço da chamada economia popular solidária. Além disso, contribuiu nas organizações indígenas e de consciência negra, na luta pela reforma agrária. Introduziu novos temas como a questão da água e do desenvolvimento sustentável. A Pastoral Social representa uma presença solidária permanente, que permite pensar a articulação de vários atores sociais a partir de uma nova ótica. Tem sido freqüente a abertura e o diálogo com outros segmentos da sociedade – ONG's, escolas, universidades, sindicatos, partidos políticos e outros. Ressalte-se, ainda, o trabalho voluntário e a prática de uma metodologia participativa.

Contudo, se há avanços, há também limites. Pouca participação nos espaços de poder. Dificuldade em organizar os desempregados e em transformar os trabalhadores em sujeitos autônomos. Dificuldade também em alcançar os setores mais excluídos da população, seja nas iniciativas organizadas pela pastoral ou em projetos de geração de renda. Sente-se, ainda, a necessidade de revisar o conceito de *excluídos*. Quem sabe seria melhor usar *sujeitos*. Por fim, sublinha-se a preocupação em retomar o trabalho de base.

Mística e espiritualidade da dimensão social:

A espiritualidade deve ter quatro dimensões: pessoal, bíblica, contextualizada e comunitária. A espiritualidade do Deus presente no pobre ainda não é efetivamente real. Há ainda muito discurso racional, mas sem vivência. Espiritualidade é experiência de Deus, conforme Mateus 25. É importante vivenciar a dimensão da eucaristia. O projeto *Ser Igreja no Novo Milênio*, proporciona a reflexão e vivência dessa dimensão. A espiritualidade dos agentes da pastoral social é a de *navegar contra a corrente*, como os peixes, no fenômeno da piracema: os que conseguem subir os rios, reproduzem. Os que não conseguem, servem apenas para o consumo, ou não servem para nada. Trata-se de uma espiritualidade do conflito, a qual se baseia no Cristo encarnado, servidor, inculturado, libertador, cheio de compaixão pelo seu povo. Baseia-se também no mistério trinitário, que cultiva as diferenças. É uma espiritualidade que aprofunda a comunhão, a qual se estende à responsabilidade com a natureza. Nossa relação com ela deve ser, não de exploradores, mas de administradores, herdeiros e co-criadores. Aliás, toda a Igreja estar a serviço da mística e da misericórdia. Através desse caminho, valoriza as religiões populares e o diálogo com os não cristãos, e que, pela compaixão, volta-se especialmente para os últimos do mundo.

Contudo, nossa espiritualidade deve ter um caráter profético, expressar nossa paixão pelo Reino, de modo a torná-lo presente nos sinais e contra-sinais da história. Para isso, é preciso unir-se à luta pela solidariedade, alimentar e realimentar esse vigor numa dimensão pessoal e comunitária, tomando como exemplo a espiritualidade das CEB's – união de fé e vida. Por outro lado, é necessário desvincular-se do *espiritualismo* vazio e ineficaz. viver uma

†

espiritualidade de testemunho, menos racionalista. Lembrar que a experiência comunitária tem início na experiência pessoal, fortalecer o estudo bíblico e o resgate das manifestações religiosas populares, trabalhar com símbolos vivos e propositivos, que transmitam esperança. Além disso, conhecer mais o imaginário popular. Manter a luta pela vida como fundamento da ação sócio-transformadora.. Buscar uma mística mais integradora, trabalhando as relações de gênero. A espiritualidade deve ser capaz de manter a indignação ética frente a miséria do povo e à injustiça social e, ao mesmo tempo, sustentar a utopia do Reino, que se fundamente na encarnação de Jesus Cristo: vida, cruz e ressurreição. É importante retomar a história das primeiras comunidades: partilha, testemunho, oração. A espiritualidade deve incorporar novos temas e novos valores, como, por exemplo, a ecologia, a bio-diversidade, a partir sobretudo dos sujeitos emergentes dos novos movimentos sociais. A opção pelos pobres e excluídos, a busca do rosto desconhecido do Pai e a vivência comunitária são ingredientes indispensáveis na espiritualidade da Pastoral Social.

D) Conclusões finais

I. As Pastorais Sociais e Organismos se propõem:

- Retomar, reafirmar, atualizar, refundar a opção pelos pobres, marcando presença junto aos setores mais excluídos da população;
- Valorizar os 30 anos da Teologia da Libertação, retomando suas proposições teóricas e suas reflexões sobre a práxis libertadora;
- Cultivar uma espiritualidade encarnada, inculturada e libertadora, procurando uma sintonia entre fé e vida, oração e ação, mística e luta;
- Contribuir para a transformação sócio-política das estruturas sociais injustas.

II. As Pastorais Sociais e Organismos visam:

- uma sociedade sustentável, sem exclusão social, numa nova relação com meio ambiente, consigo mesmo, com o outro e com Deus;
- a participação igualitária entre homens e mulheres;
- a superação de uma visão antropocêntrica e patriarcal, levando em conta o toque feminino em todas as dimensões da vida, o cuidado com a natureza e com a biodiversidade – a vida em todas as suas formas;
- o incentivo às formas solidárias de uma nova economia;
- a contribuição na superação do individualismo, do consumismo e do hedonismo, na perspectiva de uma nova civilização, de um novo modo de vida, com novos valores;
- subordinar a economia e a política à primazia da qualidade de vida.

III. As Pastorais e Organismos têm como metodologia:

- Marcar uma presença cotidiana junto aos diferentes rostos dos excluídos, respeitando a especificidade e as diferenças de cada pastoral (trabalho de base, de “formiguinha”); diante das realidades mais sofridas: sensibilidade, solidariedade e profetismo;
- Tornar viva a Boa Nova de Jesus Cristo junto aos “porões da sociedade”, aos “infernos do sofrimento humano” (visitas, encontros, reuniões, celebrações);
- Criar espaços de partilha e intercâmbio das várias experiências já existentes;
- Continuar o trabalho de conscientização e organização;
- Buscar uma *integração* com CEB's, outras pastorais, setores e dimensões da CNBB; uma *articulação* com outras igrejas, cristãs ou não; uma *parceria* com as mais variadas organizações e entidades da sociedade civil;
- Procurar ser uma ponte entre a Igreja e a sociedade, acompanhando especialmente as situações mais críticas e emergenciais);
- Desenvolver programas de formação específica e permanente, levando em conta as diversas áreas do conhecimento: bíblico-teológico, sócio-política-econômico; histórico-cultural; psico-social; Doutrina Social da Igreja.

IV. As Pastorais e Organismos assumem e/ou fortalecem os seguintes eixos de ação:

1. Compromisso com o planeta terra-água, no uso adequado dos recursos naturais, na convivência com o semi-árido brasileiro, na defesa da vida;
2. Apoio à luta pela terra e na terra (reforma agrária e política agrícola);
3. Compromisso com o mundo do trabalho, incentivando a produção autônoma e a economia popular solidária;
4. Compromisso com a campanha de um milênio sem dívidas:
 - a) Dar continuidade à reflexão em torno da dívida externa e interna e das dívidas sociais
 - b) Pressionar o Congresso Nacional e os três poderes pela instalação de uma auditoria do endividamento;
 - c) Lutar pela realização do plebiscito oficial;
 - d) Continuar os debates, a mobilização e a educação política em relação à problemática da dívida externa e interna;
 - e) Colocar em debate a questão do sigilo bancário e da taxa Tobin;
5. Compromisso com o mundo urbano, valorizando e estimulando as experiências existentes:
 - a) reciclagem de materiais pelo povo da rua e por cooperativas;
 - b) luta dos sem-teto pelo direito à moradia;
 - c) outras organizações que lutam e reivindicam direitos fundamentais;
 - d) novas formas de trabalho: autônomo, comunitário, familiar, solidário;
6. Compromisso na construção de um projeto popular para o Brasil:
 - a) resgatando o processo de reflexão das Semanas Sociais Brasileiras;
 - b) estabelecendo parcerias com outras iniciativas que refletem sobre caminhos novos e alternativos para o país (por exemplo, Consulta Popular);
 - c) pressionando por políticas públicas (Conselhos Paritários, etc)

V. As Pastorais e Organismos se propõem fortalecer o Setor com as seguintes medidas:

- Formar uma rede de comunicação entre as pastorais sociais, integrando também outras pastorais, setores e dimensões da CNBB, bem como outras Igrejas e entidades da sociedade civil;
- Trabalhar em sintonia com o projeto "Ser Igreja no Novo Milênio" e com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE);
- Acompanhar e contribuir no processo de transparência do Fundo de Solidariedade, destacando a ação social como prioritária;
- Repensar a presença da mulher e as relações de gênero;
- Continuar a articulação regional e nacional entre as pastorais.

VI. Em termos concretos para 2001-2002:

- Elaborar conjuntamente um projeto para o Setor Pastoral Social, tendo como horizonte o próximo biênio:
 - a) 2001: realização de encontros regionais da Pastoral Social, procurando desenvolver as conclusões do I Encontro Nacional;
 - b) 2002: realização do II Encontro Nacional da Pastoral Social;
 - c) Pensar a realização da 4ª Semana Social Brasileira
- Reuniões nacionais dos representantes das Pastorais Sociais e Organismos:
 - 1º semestre: 25 e 26 de abril, em Brasília/DF
 - 2º semestre: 25 e 26 de outubro, também em Brasília/DF
- Durante a Assembléia Geral da CNBB/2001: encontro entre pastorais, organismos e bispos responsáveis da pastoral social – em Itaiaci, Indaiatuba/SP.
- Elaboração de subsídios sobre a Pastoral Social.

Um outro jeito de ver o trabalho urbano a Partir da ótica da Juventude

Diante do desemprego estrutural, como impulsionar
uma nova cultura do trabalho a partir da ótica da juventude?

INTRODUÇÃO

1 – Agradecer o convite

Apresentação: I/A, minha relação com a PO

2 – O que foi pedido:

As novas iniciativas de trabalho que a juventude está construindo na periferia, diante da crise contemporânea da sociedade do emprego.

Como a juventude tem encarado a problemática do desemprego?

Como os jovens na sociedade têm participado no sentido de enfrentar essa realidade e ao mesmo tempo construir novas formas de sobrevivência?

Não vou falar sobre o que vocês já sabem: tempo de desemprego estrutural, reestruturação produtiva, não basta crescimento econômico para criar empregos e reduzir desigualdades sociais. Nem vou entrar no debate sobre a centralidade do emprego (trabalho assalariado) no sistema capitalista nem sobre a necessidade de superar essa concepção (li o material produzido desde 1999 – vocês têm uma reflexão acumulada) e criar uma outra concepção sobre o trabalho (humanização, realização, valorizando relações de igualdade e solidariedade, economia solidária) Nova cultura do trabalho. Crise do emprego (relação social oferta e demanda de mão de obra), não do trabalho (ação criadora sobre a realidade)

3. Proposta de trabalho: Antes disso:

1. vou fazer uma introdução sobre algumas questões dos jovens no Brasil e na RMRJ (chão do nosso debate)

2. Propor o debate sobre:

Que experiências você ^{sobre} sabe de fato conhece dessas novas práticas, dessa nova cultura do trabalho, no meio juvenil?

Que possibilidades? Limites? Perspectivas? (balanço crítico)

3. Como buscar ânimo, nesse contexto eclesial e político?

Primeira parte – Introdução sobre jovens no Brasil e na RMRJ

a) Questões de vocês:

O que nos ensinam os jovens da periferia que não querem mais ter um emprego?

Que não querem gastar a vida no emprego para chegar ao final dela sem nada?

Ninguém quer ser igual ao pai, morar em favela, ser desempregado.

Será? Por que?

b) Importância estratégica do tema da juventude.

Cresceu a consciência disso no país

Os jovens ocupam o centro:

- das questões que comovem o país: violência e desemprego (problemas gerados pelo agravamento das desigualdades sociais)

- de nossas esperanças de novos caminhos para nossa evolução social (com valores e padrões éticos superiores aos que temos hoje)

Juventude entra na agenda pública, como gênero, etnia e ecologia nas décadas passadas

c) Aumento da expectativa de vida: ao longo do séc XX dobrou no Brasil (33 a 65 anos)

Antes: viver = trabalhar (80%)

(jornadas de 18h, sem férias, descanso etc. depois das lutas sociais => legislação trabalhista) e vida mais longa

trabalho ocupa uma parte (metade do tempo da vida)

d) Condição juvenil: dos indivíduos estão vivendo etapa do ciclo de vida em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural.

Passagem da dependência para a de autonomia em relação à família de origem.

Trabalho como elemento central dessa transição [07

Sistema de ensino e mercado de trabalho: elementos que estão no centro de preocupações e interesses dos jovens

Não se trata apenas de uma breve fase de passagem da infância para a maturidade, tarefa exclusiva de preparação para a vida adulta.

Prolongamento desse período:

- Necessidade de estender o tempo de formação, de escolaridade e de capacitação profissional

- Dificuldades de inserção que caracterizam hoje o tornar-se adulto

sempre foi difícil, mas

Hoje: complexidade em que se dá essa transição (medo de morrer ou de sobrar)

e) Juventude como fase de libertação do trabalho para sobrevivência: para quem?

Nas classes populares, apenas no século XX, pós-segunda guerra:

Estar na escola = situação definidora da condição juvenil

Retardamento da entrada dos jovens no mundo do trabalho

Sociedade industrial – via criação de fundos públicos via impostos garantiu retirada de crianças e adolescentes do mercado de trabalho

f) A mesma sociedade que propõe o aumento do tempo na escola e o retardamento da entrada do jovem no mercado de trabalho produz apelos de consumo e de produção cultural endereçadas aos jovens

Jovens têm pressa de entrar no mercado de trabalho:

pobres, para atender às necessidades básicas próprias e da família

outros: para busca de emancipação financeira, acesso a consumo e lazer

g) Nesses tempos os jovens estariam em condições de inserção no mundo do trabalho superiores aos pais (por maior escolaridade e formação profissional)

Frustração do desemprego ou da baixa remuneração: sensação de fracasso

Jovens: principais vítimas do tipo de desenvolvimento econômico e social das últimas décadas que aprofundou a exclusão:

Aumento do desemprego e precariedade da ocupação profissional

Antes: mobilidade social intergeracional ascendente (filhos ajudam pais)

Atualmente: permanência ou regressão. (pais ajudam filhos)

Reprodução intergeracional da pobreza, da violência.

ALGUNS NÚMEROS SOBRE A JUVENTUDE NO BRASIL

34 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos (jovens, segundo critério das Nações Unidas) – 20% da população – Censo de 2000

84% vivem no meio urbano (28,5 milhões)

Escolaridade:

Déficit educacional: 17 milhões de jovens entre 15 e 24 anos não estudavam em 2001 (metade).

Analfabetismo: atinge 3,8% da população juvenil – 1,1 milhão – 70% deles no NE, 43% nas áreas rurais, 75% negros.

Taxa de desemprego entre jovens: é o dobro da média do desemprego no país (9,4% / 18%)

Dados de abril de 2004 – Pesquisa mensal de emprego, feita em 6 regiões metropolitanas:

9 em cada 100 adultos desempregados

26 jovens em cada 100 (3 vezes mais)

No Brasil: entrada precoce e precária dos jovens no mercado de trabalho

De cada 10 jovens, 7 ativos no mercado de trabalho

Países desenvolvidos: de cada 10 jovens, 1 ativo.

Pesquisa Nacional (Projeto Juventude) 3500 jovens, de todo o Brasil

Transparência 3: Inserção no mercado de trabalho:

40% desempregados (32 já trabalharam e 8% buscam primeiro emprego)

36% trabalham

24% não procuram e nunca trabalharam

Maior desemprego feminino

Transparência 4: Posição na ocupação:

60% mercado informal

34% mercado formal

(considerando os que trabalham ou já trabalharam)

Os mais novos: maior precariedade

Transparência 5: Renda familiar

Brasil:

31% de 2 a 5 SM

18% 1 SM

24% 1 a 2 SM (quase metade dos jovens (42%) vivem em famílias com renda até 2 SM)

Sudeste:

36% renda de 2 a 5 SM

32% até 2 SM

Transparência 48: Idade com que conseguiu o primeiro emprego

Média: 15 anos e meio

Sendo que 20% antes ou com 13 anos de idade

Transparência 46: O que faz com o dinheiro que ganha:

Para si

Dá parte

Dá todo: aumenta com a idade (nova unidade familiar)

Pesquisa JBD na RMRJ (18 municípios, 1400 jovens)

Inserção dos jovens da RMRJ no mercado de trabalho

57,4% não estava exercendo qualquer atividade remunerada.

é maior a taxa de moças (65,2%)

nas diferentes faixas etárias,

um quarto dos jovens (24,9%) de 15 a 17 anos estava trabalhando.

18 e 20 anos, 41,5%

21 e 24 anos, a maioria (57,2%) está sendo remunerada.

O ingresso no mercado de trabalho é determinado pela situação social dos jovens:

nas classes A/B não estavam trabalhando 62,1% dos jovens;

na classe C, 54%,

e nas classes D/E, 56,1%.

Dentre os jovens que não estavam inseridos no mercado de trabalho, 56,8% à procura de trabalho

jovens classes D/E, a grande maioria 71% estava em busca de trabalho

na classe C este índice era de 59,9%.

Considerando a cor/raça autodeclarada desses jovens em busca de trabalho, a maioria dos jovens pretos e pardos – 69,7% e 60,5% respectivamente -, estavam em busca de trabalho, enquanto menos da metade dos jovens brancos estavam procurando trabalho.

quanto maior o nível de escolaridade maior a inserção no mercado de trabalho formal e/ou informal:

jovens com ensino médio completo ou mais são 55,7% os que tinham algum trabalho, jovens com o Ensino Fundamental completo 39,6% estavam inseridos no mercado.

Relacionando, ainda, a situação escolar com a inserção no mundo do trabalho, verificamos que

34% dos jovens só estavam estudando;

28% apenas trabalhando

15% associavam estudo e trabalho.

23% jovens que nem trabalham nem estudam.

As situações no mercado de trabalho eram:
trabalhador/a por conta própria/autônomo sem INSS (28%);
empregado/a sem carteira assinada (28%)
empregado/a com carteira assinada (23%).

situação precária em que os jovens estavam inseridos.

As moças estavam mais empregadas sem carteira assinada (33%) homens (24%). vulnerabilidade feminina.

42% dos jovens trabalhadores de 15 a 17 anos na categoria 'por conta própria',
de 20 a 24 anos – “empregados com carteira assinada” (33%).

classe social determina a maior vulnerabilidade.

jovens das classes A/B “empregado com carteira assinada” (28%),

jovens das classes D/E “conta própria” (43%) e apenas 14% carteira com assinada.

jovens da classe C “empregado sem carteira assinada” (32%).

O nível de escolaridade aumenta a possibilidade de estabelecimento de relações trabalhistas mais estáveis.

Os jovens que têm o Ensino Médio ou mais são o dobro (36%) trabalhando com carteira assinada do que aqueles que têm apenas o Ensino Fundamental (17%).

Trabalho:

aspectos materiais: inserção ocupacional e renda

aspectos subjetivos: espaço para o desenvolvimento de habilidades e auto-conhecimento, construção de autonomia em relação à família, sociabilidade, garante realização pessoal e vivência da própria condição juvenil (lazer)

trabalho representa esforço, dor (labor) e também obra (opus), realização humana, pela capacidade de transformar a si próprio e a natureza
mas de fato: tem sido a condição de financiamento da sobrevivência humana

O que pensam os jovens sobre trabalho: Transparência 42

Desafio atual: convivência entre um modelo ideal de emprego estável e

Diversidade e descontinuidade das formas recentes de inserção produtiva

Hoje no Brasil: grave crise do trabalho

Distância entre o que o jovem

Gostaria de ser (expectativa de futuro)

Realmente consegue ser (realidade cotidiana)

Diante disso: hoje há um sério Debate:

Retardar a entrada no MT, para que os jovens possam adquirir melhor preparo educacional e profissional para terem maiores chances num mercado cada vez mais competitivo.

(conhecimento como elemento decisivo na trajetória ocupacional!)

Ou

Facilitar seu ingresso para reforçar o orçamento familiar nas camadas de baixa renda?

(de qq modo, não há recursos públicos disponíveis nem para subsidiar a contratação de jovens nem para os programas de renda complementar)

Fase juvenil: vivida em todas as classes sociais
Mas não ocorre de forma homogênea

Restrições e possibilidades de inclusão no mercado de trabalho revelam e confirmam desigualdades sociais pré-existentes entre os jovens.

Jovens ricos e de classe média:

Trabalho = projeto de vida, vocação

Jovens pobres:

Condenação ao trabalho para sobrevivência, eixo articulador de suas vidas

Jovens das classes populares:

ingresso precoce no mercado de trabalho

com baixa escolaridade

ocupando vagas de baixa remuneração

difícil deixar de ocupar posições precárias no mercado de trabalho.

Nesta década A CADA ANO 1 MILHÃO E 700 MIL JOVENS CHEGAM À
IDADE DE INGRESSAR NO MUNDO DO
TRABALHO

E também empurra para postos de trabalho em atividades ilegais – pirataria,
tráfico (“poder”)

Segunda Parte – Debate sobre as experiências

Que experiências você de fato conhece dessas novas práticas, dessa nova cultura do trabalho, no meio juvenil?

Que possibilidades? Limites? Perspectivas? (balanço crítico)

Crítica sobre as experiências que visam trabalhar apenas a questão da renda (sobrevivência das pessoas), tirando a responsabilidade do Estado, que diante da ofensiva neoliberal culpabiliza as pessoas pelos eventuais fracassos

Experiências da PO que não trabalham apenas a questão da renda, mas também valores (ética, solidariedade, atenta às questões de gênero, de geração, cidadania...)

Nova Economia solidária = a que rompe com a lógica do capitalismo
Alternativo = ex.: Cooperativas de produção

* Redução da jornada de trabalho e construção de nova sociedade a partir do tempo livre (para a família, o lazer, a cultura) – serviços comunitários

Subordinação do econômico ou do mercado a um desenvolvimento eco-social sustentado (não basta crescimento econômico).

* alternativas nas comunidades = cooperativas, auto-gestão, sujeitos (horizonte: superação do trabalho assalariado)

Cuidados:

Diante da situação de desemprego estrutural, causadas pela hegemonia neoliberal

Apresenta com saída: projetos de geração de trabalho e renda

Outra faceta: discurso do empreendedorismo que;

Coloca nos ombros dos jovens a responsabilidade de resolver problemas que eles não criaram e não têm condições de enfrentar apenas com suas forças

Ler páginas 252 e 255 (nova cultura do trabalho)

Auto-estima – necessidade de reconhecimento social (Luis Eduardo Soares)
Mas muitas vezes ela fica relacionada apenas ao consumo, na melhor das boas intenções, na concorrência com o tráfico (por exemplo: ver aquele grupo da “Nike”)

Experiências localizadas: sinal do novo, de que é possível fazer diferente.
Mas sozinhas não respondem aos desafios societários

Podem ser inspiradoras para
POLÍTICAS PÚBLICAS

- Papel indutor do Estado na condução de um projeto de desenvolvimento nacional consistente, democrático e soberano.

- Frente a este contexto de exclusão – as políticas de juventude devem ter caráter redistributivo. Mas não terão efeito duradouro se forem apenas compensatórias.

Foco de ação do Estado: implantação ou fortalecimento de programas geradores de emprego, que modifiquem o atual cenário de exclusão dos jovens e precariedade nas relações de trabalho.

Ampliar o acesso dos jovens do campo e da cidade:

aos sistemas de micro-crédito

aos diferentes projetos de educação para o empreendedorismo

às novas formas de trabalho social visando cuidado com o meio ambiente e com a elevação da solidariedade social

Promover uma nova cultura do trabalho:

Jovens mais atingidos pelo desemprego – poderão ser os agentes mais importantes na experimentação de novas formas de inserção produtiva (cooperativas, grupos de produção, auto-gestão, trabalho social) e na difusão de valores de uma cultura de economia solidária

Dificuldades dos jovens no MT: se devem aos gargalos estruturais impostos por um padrão de crescimento econômico que não cria oportunidades, em especial para quem não tem experiência anterior de trabalho.

1,5 milhão de jovens deveriam ingressar a cada ano no MT – necessário crescimento de 7% ao ano (e não 2,1% como foi a média da década de 90)

redução da jornada de trabalho

eliminação das horas-extras

retirada das crianças e adolescentes até 16 anos do MT

restrição do trabalho dos aposentados

Mudanças nos gastos públicos priorizando investimentos que tenham efeito multiplicador sobre a ocupação.

Acesso à terra

Apoio à agricultura familiar

Acesso ao microcrédito

Obrigar às empresas que garantam que os jovens possam estudar (ensino fundamental e médio)

Elevação da escolaridade

TERCEIRA PARTE - Como buscar ânimo, nesse contexto eclesial e político? frente à conjuntura conservadora da igreja no RJ e difícil para o Brasil

Fila do povo (?) Sinais de esperança

Será que esses jovens da periferia não são mais capazes do que nós de ver, auscultar a realidade sob outros aspectos? (Simpósio 2001)

Terminar com o rap

"O BRASIL QUER SER UNGIDO"

Violência, eu tô cansado desse horror
Esse país tá precisando de um doutor.
Gangorra da fome e do medo,
Carrossel de vergonha e desespero.
É neguinho, não é parque de diversão
É a miséria, demagogia, corrupção
Senhor, me mostre o caminho
Da ilha deserta, do paraíso
Que Deus abençoe a todos os fiéis
O Brasil quer ser ungido da cabeça aos pés
Precisa de atenção, precisa de melhoras
Não fique aí parado, estão passando as horas
O povo tá sofrendo, e o governo enriquecendo
Tem muita gente matando e morrendo.
Então preste atenção, não sou bandido não
Eu sou trabalhador, me tira desse camburão
Eu não mostrei o Brasil que queremos
Mas mostrei como nele vivemos.
Não precisei de falar o que eu quero
Você já viu, então me tira desse inferno
Não tem mistério, é só fazer
Nosso dinheiro estão com vocês
Chega de guerra, e de massacre
Já fiz a minha ação, agora faça sua parte.
Mente Sã

(Thiago de Araújo Candido - vulgo TG)

voltar as
titub
↓
esutar o
esperanças

VIDA DIGNA, COM TRABALHO, JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE, É POSSÍVEL

“São coisas indispensáveis para a vida: água, pão, roupa e casa para preservar a própria intimidade” (Ecl 29,21)

As Pastorais Sociais da CNBB querem levar esperança a todos os trabalhadores e trabalhadoras, à luz da prática histórica de Jesus de Nazaré, que pregou a mensagem do Reino e quer vida abundante para todos e todas (cf. Jo 10,10). No meio dos conflitos de classes, as pastorais assumem a luta de libertação contra um sistema que tem levado a quebrar a centralidade do trabalho, penalizado os trabalhadores e trabalhadoras e excluído muitos do direito ao trabalho.

Este sistema proclama a globalização do capital, mas não admite a globalização do trabalho, pois se apoia numa concepção economicista do ser humano, considera o lucro e as leis de mercado como critérios absolutos acima da dignidade e do respeito da pessoa e do povo.

Celebrar o Primeiro de Maio é reavivar a memória da luta histórica dos trabalhadores e trabalhadoras do mundo inteiro pelos direitos da vida, da dignidade da pessoa humana. Hoje, torna-se também um dia de protesto contra o desemprego, fruto da lógica que, ao desregulamentar o trabalho, o torna precário. Há no mundo 1,3 bilhão de pessoas desempregadas ou sem chance de emprego. No Brasil 56% dos ocupados não têm carteira assinada.

Os trabalhadores e trabalhadoras, ao celebrarem seu dia de luta, compreendam que a política econômica vigente no Brasil, aderindo a esta nova ordem como inevitável, de fato se subordina ao capital internacional, que por cima da soberania nacional, exige ajustes econômicos. Ajustes que arrocham salários – com um salário mínimo de R\$ 180,00 (US\$ 84); fraturam a organização dos sindicatos, bloqueiam a Reforma Agrária, impedem de se aplicar no social, deixam nossas crianças sem escola, todos sem saúde, os idosos numa aposentadoria aviltante.

São sinais de esperança, as novas possibilidades para a classe trabalhadora no mundo inteiro, as muitas experiências alternativas, a procura de novas formas de organização do trabalho que superem a relação salarial, na economia solidária, na constituição de cooperativas, de empresas de autogestão, movimentos contra o desemprego. Será isso possível? Este é o desafio à imaginação e criatividade da classe trabalhadora, do campo e da cidade: incorporar os excluídos do trabalho formal.

Mobilizações sociais - como as ações em favor da igualdade e diálogo entre os gêneros e entre as etnias; pelo respeito à natureza (preservação do ambiente, dos solos, de mananciais), pela produção de alimentos limpos; a que fluiu para o plebiscito sobre a dívida externa, aquela contra a integração da América Latina à ALCA - pleiteiam que cidadãos e cidadãs sejam sujeitos do processo, num debate que prepare as decisões nacionais.

Esperanças de vida digna, com trabalho, justiça e solidariedade!

Pastorais Sociais da CNBB
Brasília, 26 de abril de 2001

VIII GRITO DOS EXCLUÍDOS - ROTEIRO DE CELEBRAÇÃO

“Soberania não se negocia.” - Soberano é o nosso Deus!

01 - Recomendações

Este roteiro de celebração, dirigido às equipes, é uma proposta para ser utilizada na 1ª semana de setembro, nos atos públicos, nas missas, celebrações ecumênicas, entre outras.

Cada comunidade poderá adaptá-la melhor, com símbolos e com participação efetiva dos excluídos. Uma idéia é fazer uma grande celebração, disponibilizando urnas para os fiéis votarem ao final. Cada local é livre para escolher as músicas, danças, encenações, poesias, valorizando os artistas populares da região.

02 - Acolhida / Boas vindas

(Apresentar os grupos presentes, e o lugar de onde vieram, intercalar as apresentações com algum refrão)

Comentarista: Irmãos e irmãs! Ao iniciarmos a Semana da Pátria nos reunimos para agradecer a Deus nosso Pai e Mãe pela terra na qual vivemos e lutamos! O Brasil é um país rico! Mas há muita terra sem cultivar, tem minérios, petróleo, rios, mar, florestas, indústrias e povos de todas as culturas! Mas tudo isso está ameaçado com a possível criação da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA. Nossa vida, oferecida com Jesus na Eucaristia, denuncia este sistema idolátrico que, pela ALCA, quer aprofundar a concentração de riqueza e a exclusão. Que nossa partilha do pão signifique um compromisso de ruptura com o modelo que aí está...

Canto inicial: (Adultos, jovens e crianças entram com cartazes e faixas, trazendo nomes de entidades, nome de mártires, denúncias e propostas dos excluídos)

03 - Acolhida do Celebrante

Caros amigos e amigas, vocês de onde vieram?

Tempo para cada grupo falar de onde veio

Vocês acreditam que Deus ouve o Grito do seu povo?

Vocês não acham que está na hora deste Grito de espalhar por todos os cantos, denunciando o que está sendo feito pelos poderosos e anunciando a Pátria que a gente quer...Pátria soberana, acolhedora e justa?

Então, o que nós estamos fazendo para que isto aconteça?

Nesta esperança, por um Brasil que a gente quer, iniciemos nossa celebração em nome do Pai, ^o do Filho e do Espírito Santo.

Todos: Amém!

04 - Ato Penitencial

L.1. A Dívida Externa e Interna é paga com a vida do nosso povo. O preço é alto: privatização do patrimônio brasileiro, desemprego, perda de direitos, corte nos gastos com saúde e educação... (encenação: uma pessoa sinalizada como FMI traz acorrentado ou amarrada outra pessoa com camisa amarela, ou bandeira brasileira)
Perdão Senhor quando nos acomodamos diante da entrega da nossa nação.... *Canta-se um refrão....*

L.2. Assinar a ALCA é enterrar nosso país, é atentar contra a vida de nosso povo, sobretudo os mais pobres (em um canteiro de terra, uma pessoa joga mais terra)
Perdão Senhor quando achamos que a globalização do mercado é uma ida sem volta e que devemos nos render...
Canta-se um refrão....

L.3. Renunciar a construção de um projeto para o Brasil é aceitar que outros decidam sobre nossas vidas, comprometendo nosso futuro. (um grupo de crianças entra acenando com bandeirinhas)

Perdão, Senhor, quando deixamos de olhar o horizonte de nosso país simbolizado nestas crianças... *Canta-se um refrão....*

05 - Momento de Reconciliação

Vamos resgatar nossa nação, enterrada em desmandos, manipulações econômicas, submissão ao capital especulativo, marginalização da juventude, exclusão do povo... (dois representantes de excluídos, desenterram uma bandeira brasileira que estava previamente enterrada no canteiro) A bandeira é apresentada e todos/todas aplaudem...

Celebrante: Senhor Deus, que caminha na luta de vosso povo... sustenta a bandeira da dignidade, da soberania, da esperança, da alegria da nossa gente... Por Nosso Senhor Jesus Cristo...

Todos: Amém!

06 - Glória

Celebrante: Vamos louvar o Deus libertador através da dança, como fazia o antigo povo hebreu! (escolher um canto de glória e um grupo que dance neste momento).

07 - Procissão da Palavra

Comentarista: A Palavra de Deus é como nosso alimento de cada dia. Que não falte a comida e a força da Palavra em nossa vida. Que o pão não fique em poucas mãos e a Palavra não seja manipulada pelos donos do poder para escravizar o povo.

(escolher canto bem animado) Crianças entram dançando com a Bíblia. Acompanha velas acesas, alimentos típicos do lugar, etc.

08 - 1ª Leitura - Jr 20,7-9

Comentarista: Jeremias mostra que a nossa missão, ainda que difícil, vem de Deus. É ele quem nos seduz e acende o fogo dentro de nós. Ele não nos abandonará na luta pelo Brasil que a gente quer construir com nossas mãos.

Leitura do Livro de Jeremias.

“Tu me seduziste, Javé, e eu me deixei seduzir. Foste mais forte do que eu e venceste. Sirvo de piada o dia todo e todo mundo caço de mim. Quando falo, é aos gritos, clamando: ‘Violência! Opressão!’ A palavra de Javé ficou sendo para mim motivo de vergonha e gozação o dia todo. Eu me dizia: ‘Não pensarei mais nele, não falarei mais no seu nome!’ Era como se houvesse no meu coração um fogo ardente, fechado em meus ossos. Estou cansado de suportar, não agüento mais!”

Palavra do Senhor!

Todos: Graças a Deus!

09 - Salmo 62(63)

Comentarista: No exílio, longe de seu país, o salmista suplica a Deus. Com ele também nós suplicamos a presença de Deus em nossa missão de ajudar a construir o Reino, fazendo do Brasil um país soberano. Participemos rezando juntos o refrão:

Todos: O povo fiel se alegrará em Deus!

1. Ó Deus, tu és o meu Deus, por ti madrugo.
Minha alma tem sede de Ti,
Minha carne te deseja com ardor,
como terra seca, esgotada e sem água!

Todos:

2. Sim, eu te contemplava no santuário, / vendo o teu poder e a tua glória. / Teu amor vale mais do que a vida: / meus lábios te louvarão.

Todos:

3. Pois tu foste um socorro para mim, / e, à sombra de tuas asas, eu grito de alegria. / Minha alma está ligada a Ti, / e tua mão me sustenta!

Todos:

10 - 2ª Leitura - Rm 12,1-2

Comentarista: Paulo nos pede para não nos moldarmos às estruturas desse mundo. Fazemos isso não nos conformando com as injustiças que tentam nos impor. Não seguiremos aos poderosos. Seguiremos a Deus, nosso Soberano, que sabe o que é bom para nós. Ouçamos...

Leitura da Carta de São Paulo aos Romanos

“Irmãos, pela misericórdia de Deus, peço que vocês ofereçam os próprios corpos como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus. Esse é o culto autêntico de vocês. Não se amoldem às estruturas deste mundo, mas transformem-se pela renovação da mente, a fim de distinguir qual é a vontade de Deus: o que é bom, o que é agradável a ele, o que é perfeito.”

Palavra do Senhor.

Todos: Graças a Deus!

11 - Evangelho - Mt 16,21-27

Comentarista: Temos que carregar a nossa cruz do dia a dia, mas não aquela que os poderosos nos impõem!

O Senhor esteja convosco!

Todos: Ele está no meio de nós!

Evangelho de Jesus Cristo, segundo Mateus

Todos: Glória a vós Senhor!

“E Jesus começou a mostrar a seus discípulos que devia ir a Jerusalém, e sofrer muito da parte dos anciãos, dos chefes dos sacerdotes e dos doutores da Lei, e que devia ser morto e ressuscitar ao terceiro dia. Então Pedro levou Jesus para um lado, e o repreendeu, dizendo: “Deus não permita tal coisa, Senhor! Que isso nunca te aconteça!” Jesus, porém, voltou-se para Pedro, e disse: “Fique longe de mim, Satanás! Você é uma pedra de tropeço para mim, porque não pensa nas coisas de Deus, mas as coisas dos homens!” Então Jesus disse aos discípulos: “Se alguém quer me seguir, renuncie a si mesmo, tome sua cruz, e me siga. Pois, quem quiser salvar a sua vida, vai perdê-la; mas quem perde a sua vida por causa de mim, vai encontrá-la. Com efeito, que adianta ao homem, ganhar o mundo inteiro, mas perder a sua vida? Porque o Filho do Homem virá na glória do seu Pai, com os seus anjos, e então retribuirá a cada um de acordo com a própria conduta.”

Palavra da Salvação!

Todos: Glória a vós Senhor!

12 - PRECES

L.1. Para que o Brasil, com a ajuda de todos os homens e mulheres de boa vontade, possa ser uma nação respeitada e digna, onde todos os brasileiros, imigrantes e refugiados possam viver bem, te pedimos, Senhor...

Todos: Soberano Deus, escutai a nossa prece!

L.2. Para que a grande capacidade técnica, cultural e produtiva de nosso povo deixe de ser colocada a serviço dos ricos e poderosos e ajude na eliminação de todas as

manifestações da pobreza, te pedimos, Senhor...

Todos:

L.3. Para que nossos governantes repudiem a corrupção e sejam capazes de organizar a produção e o desenvolvimento, para que cada pessoa tenha atendida todas as suas necessidades básicas como trabalho, casa, comida, terra, escola, saúde e cultura, te pedimos, Senhor...

Todos:

L.4. Para que, com a união de todos e todas, a ALCA não seja implantada e consigamos ser um país soberano, independente de verdade, te pedimos, Senhor...

Todos:

13 - Ofertório

Comentarista: Ofertamos hoje nosso grito, que nasce de nosso chão, da nossa indignação, da luta de cada dia, de nossos grupos....

(Procissão: são trazidos, solenemente, a bandeira brasileira, símbolos dos gritos anteriores e das lutas locais, produtos da terra, geração de renda, símbolos da cultura, religiosidade, vestimentas, etc - coloca-se a bandeira aberta no chão e os demais símbolos ao seu redor)

14 - Pai-Nosso (Ecumênico)

15 - Comunhão / Partilha dos Alimentos

Comentarista: Vamos nos aproximar para comungar o pão comungando também o sonho de Jesus de que todos tenham vida e vida em abundância. Nossa partilha que aqui fazemos é nossa melhor proposta para o Brasil. Cantemos....

16 - Ação de Graças

DEZ RAZÕES PARA DIZER NÃO À ALCA

1. Somos contra a ALCA porque se ela for implantada concentrará ainda mais o poder e a renda nas mãos das multinacionais;
2. Porque destruirá os direitos trabalhistas e as condições de trabalho pela privatização de todos os setores públicos;
3. Porque desintegrará a cultura própria de cada povo pela pressão da publicidade dos produtos internacionais;
4. Porque eliminará a agricultura familiar e a segurança alimentar que ainda nos resta;
5. Porque forçará as pessoas a migrarem de um canto para outro, sem destino certo, na busca do pão;
6. Porque destruirá o meio ambiente, fazendo da natureza e de toda a biodiversidade uma mercadoria;
7. Porque subordinará as necessidades vitais das pessoas às regras do mercado, aumentando a violência e a marginalidade;
8. Porque acelerará a desnacionalização do Brasil e a quebra das pequenas e médias empresas;
9. Porque teríamos nosso território invadido por bases militares norteamericanas;
10. Porque perderíamos nossa soberania e deixaríamos de ser uma nação.

17 - Bênção Final

Irmãos e irmãs, voltemos para nossas casas e trabalhos abençoados por Deus, nosso Único Soberano, Senhor de nosso destino. Que ele nos ajude em nossa missão de não permitir que o Brasil seja vendido, negociado, privatizado. Nosso compromisso é com a soberania e a felicidade para todos. Neste Plebiscito da ALCA vamos votar com consciência, pois soberania não se negocia!

E que a bênção do Criador desça sobre nós, Pai, Filho e Espírito Santo!

T. Amém!

X Assembléia Nacional Serviço Pastoral dos Migrantes

01. A X Assembléia Nacional do SPM, realizada no Centro Pastoral Santa Fé, São Paulo, de 23 a 25 de novembro de 2001, consistiu em um forte momento de encontro, de partilha e definição de rumos entre equipes, setores e regionais que integram esse serviço. Fomos agraciados com a presença de alguns parceiros: Comissão Pastoral da Terra, Celam/Septom, Pastoral Operária, DKA (Áustria), um pastor da Igreja Luterana, entre outros.

02. A assembléia contou, também, com a assessoria do teólogo e historiador padre José Oscar Beozzo, que nos ajudou a refletir sobre o tema "Igreja e migrações no início do milênio". O mundo da mobilidade humana, neste começo de milênio, estampa um conjunto novo de questões. Entre essas, destaca-se a mudança do padrão de ocupação espacial, com ênfase na realidade predominantemente urbana do Brasil; a presença de migrantes fronteiriços, ao lado das migrações transcontinentais, indocumentadas na maioria das vezes, neste momento em que se exasperam os sentimentos antiimigrante; a explosão do número de refugiados no mundo, fruto das guerras; o declínio da fecundidade e o aumento do número de mulheres no comando da família; a feminilização do trabalho e da pobreza; a gravidade da situação das dívidas externa e interna, que bloqueiam a possibilidade de investimentos sociais; o modo de inserção do Brasil no mundo globalizado: "submisso às forças dominantes"; a questão da ALCA. É necessário levar em conta esses elementos, se desejamos inovar nossas práticas pastorais. O primeiro dia da assembléia finalizou-se com um momento celebrativo, fecundado por uma expressiva variedade de símbolos que realimentaram a mística do acolhimento e da desinstalação.

03. A retomada da síntese da IX assembléia, ocorrida há dois anos, permitiu uma reafirmação do objetivo geral do SPM: *suscitar, articular e dinamizar a organização coletiva dos migrantes, à luz de uma evangelização inculturada que os leve a ser protagonistas da história, na construção de uma sociedade justa e solidária, numa atitude de acolhida às diferenças, sinal do reino de Deus.* A avaliação da caminhada destacou os desafios enfrentados na articulação dos Regionais, no interior do qual atuam os Setores – latinos, urbanos e sazonais. De volta às bases, é necessário buscar caminhos para uma melhor operacionalização dessa meta. O Setor latinos já tem história, mas lembramos que os brasileiros também somos latinos e que acolhemos imigrantes latinos e não-latinos.

04. Os eixos articuladores do SPM ficam assim constituídos:

- Apoiar a luta pela reforma agrária e por novas políticas agrícolas dentro de um amplo projeto de mundo rural auto-sustentável que contemple a redistribuição da terra e dos créditos, a preservação do meio-ambiente e da biodiversidade, o controle sobre as fontes de energia e as formas de produção e o respeito pelas populações locais, entre outras;
- O mundo urbano apresenta-se, para o SPM, como grande desafio. Os dados demográficos mostram que mais de oitenta por cento da população brasileira se

encontram nas cidades e não se vislumbra, a curto prazo, uma reversão desse quadro.

- Levar em conta, em todos os trabalhos, a questão de gênero;
- Dar continuidade ao programa de formação, a partir da mística da Pastoral dos Migrantes, para uma melhor compreensão da mobilidade do trabalho e engajamento na construção do Projeto Popular;
- Promover a integração com outras pastorais e setores da Igreja, a abertura ao ecumenismo e a parceria com outras entidades, movimentos e organizações da sociedade;
- Promover a defesa dos direitos humanos;
- Valorizar o protagonismo dos leigos e mobilizar os jovens, de modo particular os filhos de migrantes, para um efetivo engajamento nas lutas pela transformação social;

05. A diretriz geral que nos orienta segue assim formulada: *fortalecer a participação dos migrantes na construção do projeto popular, na pressão por políticas públicas e apoiá-los a partir da mística da Pastoral dos Migrantes, tendo a acolhida como ponto de partida.*

06. O momento de avaliação da Semana do Migrante destacou a importância deste evento como espaço de expansão da atuação do SPM e de recolocação, para toda a sociedade, da problemática migratória.

07. Esta Assembléia reforçou e assumiu o desafio de fortalecimento do trabalho de base como pilar de sustentação de nossa ação pastoral: albergados, imigrantes, populações de rua, acampados e assentados, pessoas com dificuldades de inserção no mundo do trabalho, enfim, as cidades em seu conjunto, onde a chegada de pessoas vindas dos mais diferentes lugares provoca o encontro/desencontro de culturas que, freqüentemente, entram em processo de desagregação, são questões que nos instigam. Mais do que perder o trabalho, as pessoas estão perdendo a esperança de encontrá-lo. O aumento da violência e da repressão, o vai e vem de migrantes temporários, a instabilidade instalada na vida das famílias estão a nos desafiar. A Assembléia também assumiu o compromisso de participação ativa no Plebiscito da ALCA, previsto para 2002. Só haverá destinos diferentes para as crianças, adolescentes e jovens, para todos nós afinal, se houver uma sociedade diferente: plural, solidária, co-responsável. É a esse compromisso que a X assembléia nos envia. Um outro mundo é possível!

08. O momento de avaliação final sublinhou a necessidade de que nossas próximas assembléias sejam antecedidas de uma preparação iniciada nos Regionais. Após alguns encaminhamentos práticos, encerrou-se a X Assembléia, com a celebração eucarística.

Santa Fé, São Paulo, 25 de novembro de 2001.

